



MARIA DA CONCEIÇÃO BARROS
DA SILVA-21743738234
ASSINATURA DIGITAL

ESTADO DO ACRE
Diário Oficial

Sexta-feira, 08 de janeiro de 2016

www.diario.ac.gov.br

Ano XLIX - nº 11.718

128 Páginas

CADERNO SUPLEMENTAR - PLANO PLURIANUAL 2016-2019

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Plano 2016-2019 Plurianual

Governança e Economia Sustentável



Novo Acre 
Governo parceiro, povo empreendedor.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

Plano 2016-2019 Plurianual

Governança e Economia Sustentável

ACRE - 2015

TIÃO VIANA

Governador do Estado do Acre

NAZARETH ARAÚJO

Vice-Governadora do Estado do Acre

SECRETARIAS, AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES E OUTRAS INTUIÇÕES

MÁRCIO VERÍSSIMO CARVALHO DANTAS
Secretário de Estado de Planejamento

MÁRCIA REGINA DE SOUSA PEREIRA
Secretária de Estado da Casa Civil

ANDREA LAIANA COELHO ZÍLIO
Secretária de Estado de Comunicação

CARLOS EDEGARD DE DEUS
Secretário de Estado de Meio Ambiente

CARLOS FLÁVIO GOMES PORTELA RICHARD
Secretário de Estado de Polícia Civil

EMYLSON FARIAS DA SILVA
Secretário de Estado de Segurança Pública

FRANCISCO AFONSO NEPOMUCENO
Secretário de Estado de Articulação Institucional

FRANCISCO ARMANDO DE F. MELO
Secretário de Estado de Saúde

GABRIEL MAIA GELPKE
Secretário de Estado de Desenvolvimento Social

GLENILSON ARAÚJO FIGUEIREDO
Secretário de Estado de Extensão Agroflorestal e
Produção Familiar

HENRY ANTÔNIO SILVA NOGUEIRA
Secretário de Estado de Pequenos Negócios

JAMYL ASFURY
Secretário de Estado de Habitação de Interesse Social

JOAQUIM MANOEL MANSOUR MACEDO
Secretário de Estado da Fazenda

JOSÉ CARLOS REIS DA SILVA
Secretário de Estado de Agropecuária

LEONARDO NEDER DE FARO FREIRE
Secretário de Estado de Infraestrutura e Obras Públicas

MARCO ANTÔNIO BRANDÃO LOPES
Secretário de Estado de Educação e Esporte

MARIA DA CONCEIÇÃO MAIA DE OLIVEIRA
Secretária de Estado de Políticas para Mulheres

NILSON MOURA LEITE MOURÃO
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

RACHEL ARAÚJO MOREIRA LOPES COELHO
Secretária de Estado de Turismo e Lazer

RENATA SILVA E SOUZA
Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia

SAWANA LEITE DE SÁ PAULO CARVALHO
Secretária de Estado de Gestão Administrativa

SEBASTIÃO FERNANDO FERREIRA LIMA
Secretário de Estado de Desenvolvimento Florestal, da
Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis

CEL. BM ANTONIO CARLOS M. GUNDIM
Comandante do Corpo de Bombeiros Militar do Estado
do Acre

CEL. PM JÚLIO CEZAR DOS SANTOS
Comandante da Polícia Militar do Estado do Acre

FERNANDO MORAIS DE SOUZA
Defensor Público Geral do Estado

GIORDANO SIMPLÍCIO JORDÃO
Controlador Geral do Estado do Acre

MARIA LÍDIA SOARES DE ASSIS
Procuradora Geral do Estado

SECRETARIAS, AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES E OUTRAS INTUIÇÕES

ABIB ALEXANDRE DE ARAÚJO
Diretor - Presidente da Fundação de Tecnologia do Acre

ALBERTO TAVARES
Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Acre

CARLOS SANTIAGO
Diretor - Presidente da Companhia de Habitação do Acre

CRISTOVAM DE PONTES MOURA
Diretor - Presidente do Departamento Estadual de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária

EDVALDO MAGALHÃES
Diretor - Presidente do Departamento Estadual de Pavimentação e Saneamento

FELISMAR MESQUITA
Diretor - Presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Acre

GEMIL SALIM DE ABREU JÚNIOR
Diretor Geral do Departamento Estadual de Trânsito do Acre

IDÉSIO LUIS FRANKE
Diretor - Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

JANAÍNA GUEDES BEZERRA DOURADO
Diretora Geral do Instituto de Terras do Acre

JOSÉ DE ANCHIETA BATISTA
Diretor - Presidente do Instituto de Previdência do Acre

KARLA KRISTINA OLIVEIRA MARTINS
Diretora - Presidente da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour

MAGALY DA F. E SILVA TAVEIRA MEDEIROS
Diretora - Presidente do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais

MAMED DANKAR NETO
Diretor - Presidente do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre

MARIA RITA PARO DE LIMA
Diretora - Presidente do Instituto Estadual de Desenvolvimento de Educação Profissional Dom Moacir Grechi

MARTIN FILLUS CAVALCANTE HESSEL
Diretor - Presidente do Instituto de Administração Penitenciária do Acre

PEDRO LUÍS LONGO
Diretor - Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Acre

RAFAEL ALMEIDA DE SOUZA
Diretor - Presidente do Instituto Socioeducativo do Estado do Acre

JOSÉ DE LIMA KAXINAWA
Assessor Especial de Assuntos Indígenas

JOSÉ FERNANDES DO RÊGO
Assessor Especial

WEVERTON MATIAS DE SOUZA
Assessor da Juventude

EQUIPE RESPONSÁVEL

Coordenação Geral

MÁRCIO VERÍSSIMO CARVALHO DANTAS
Secretário de Estado de Planejamento

Coordenação Técnica

LONMÁRIO MORAES DO VALLE
Diretor Executivo da Seplan

CLAUDIA LIMA SALDANHA
Diretora Executiva da Seplan

Equipe Técnica

ALUILO CONCEIÇÃO DE SOUZA
Assessor Técnico da Seplan

ORLANDO SABINO DA COSTA FILHO
Professor Adjunto da Ufac

ELIANE DE OLIVEIRA
Assessora Técnica da Seplan

SHIRLEY BRANA VILELA
Assessora Técnica da Seplan

GLEIDIENE ARAÚJO DE OLIVEIRA
Assessora Técnica da Seplan

WILTON DE OLIVEIRA MOREIRA
Assessor Técnico da Seplan

JOQUEBEDE OLIVEIRA
Assessora Técnica da Seplan

EQUIPE RESPONSÁVEL

Colaboradores

ALBERTO TAVARES
Diretor-Presidente da CDSA

JOÃO PAULO MASTRÂNGELO
Secretário Adjunto da SEMA

ALEXANDRE TOSTES
Diretor Executivo da Seplan

HELOÍSA ALDENORA OLIVEIRA PANTOJA
Diretora Presidente da FESPAC

MARCELO PIEDRAFITA
Diretor Executivo da SEMA

QUESNAY LIMA
Diretor Executivo da Seplan

RENNAN BITHS
Diretor Executivo da Sesp

VERA REIS
Diretora Executiva do IMC

CLÁUDIO ROBERTO SILVA DA CONCEIÇÃO
Assessor Técnico da Seplan

FRANCILENE DE LIMA ASSIS
Assessora Técnica da Seplan

ELIZANGÊLA DE SIQUEIRA RODRIGUES
Assessora Técnica da Seplan

HELENA COSTA DE ARAUJO
Assessora Técnica da Seplan

LUANA CARLA LIMA DE MOURA
Assessora Técnica da Seplan

NEIVA AZEVEDO DA SILVA TESSINARI
Assessora Técnica da Seplan

MARIANA DE OLIVEIRA MACEDO
Assessora Técnica da Seplan

SARAH DINIZ LEITE
Assessora Técnica da Seplan

SUZANA DE FARIAS SILVA
Assessora Técnica da Seplan

VALDENIR CARDOSO GOMES DE MELO JUNIOR
Assessor Técnico da Seplan

Projeto Gráfico

LEONEY LIMA
Seplan

LUIZ BRASIL
Seplan

JACOB JR.
Seplan

SUMÁRIO

LEI Nº 3.100 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015	13
APÊNDICE I - PLANO PLURIANUAL 2016-2019 - GOVERNANÇA E ECONOMIA SUSTENTÁVEL	17
APRESENTAÇÃO	18
DIMENSÃO ESTRATÉGICA	19
IMAGEM-OBJETIVO	20
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	20
UM ACRE DE OPORTUNIDADES	21
PORTFÓLIO DE INVESTIMENTOS	25
MECANISMOS INOVADORES DE FINANCIAMENTO DA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO	26
CENÁRIOS PARA O PERÍODO 2016-2019	34
PLANEJAMENTO E GESTÃO	61
 EIXOS ESTRATÉGICOS E PROGRAMAS DE GOVERNO	 68
1. EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL	69
1.1 Programa Industrialização	71
1.2 Programa Desenvolvimento das Cadeias Produtivas	74
1.3 Programa Comércio e Turismo	78
1.4 Programa Gestão Ambiental	82
1.5 Programa Gestão Florestal	85
1.6 Programa Economia de Baixo Carbono	89
1.7 Programa Fortalecimento da Ciência, Tecnologia e Inovação	92
 2. EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	 96
2.1 Programa Juventude, teu futuro é agora	97
2.2 Programa Atenção aos Povos Indígenas	100
2.3 Programa Valorização da Cultura	102
2.4 Programa Mulheres Protegidas, Valorizadas e Incluídas	106
2.5 Programa Direitos Humanos Sim!	109
2.6 Programa Proteção Social Fortalecendo as Famílias Acreanas	111

SUMÁRIO

3.	EIXO INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO	115
3.1	Programa Pavimentação e Saneamento Integrado	116
3.2	Programa Habitação de Interesse Social	121
3.3	Programa Infraestrutura de Transporte	123
3.4	Programa Obras Públicas	126
4.	EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA	128
4.1	Programa Promoção da Educação Básica de Qualidade para Todos	129
4.2	Programa Erradicação do Analfabetismo “Eu Quero Ler”	135
4.3	Programa Desenvolvimento da Educação para o Trabalho	137
4.4	Programa Esporte e Lazer	140
4.5	Programa Promoção à Saúde	142
4.6	Programa Segurança Pública	147
5.	EIXO GESTÃO PÚBLICA	152
5.1	Programa Comunicação	153
5.2	Programa Desenvolvimento e Valorização do Servidor	155
5.3	Programa Gestão de Pessoas e Humanização na Gestão Pública	158
5.4	Programa Modernização da Gestão Fazendária	160
5.5	Programa Planejamento, Captação e Gerenciamento de Recursos	162
5.6	Programa Melhoria e Inovação da Gestão	164
5.7	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Ministério Público do Acre	167
5.8	Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Legislativo:	
	Assembleia Legislativa do Estado do Acre - ALEAC e Tribunal de Contas do Estado - TCE	173
5.9	Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Judiciário: Tribunal de Justiça do Estado do Acre	176
	APÊNDICE II - PROGRAMAS ESPECIAIS	179
	APÊNDICE III - PROGRAMAS TEMÁTICOS	183
	APÊNDICE IV - PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	187
	APÊNDICE V - PROGRAMAS COMPLEMENTARES	191
	APÊNDICE VI - REFERENCIAL ORÇAMENTÁRIO	195
	APÊNDICE VII - PROJEÇÃO DE RECEITAS	245



ESTADO DO ACRE

Lei Nº 3.100 de 29 de Dezembro de 2015

“Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 e dá outras providências.”

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2016 – 2019, e em conformidade com o disposto no Art.151 da Constituição do Estado do Acre, estabelece para o período, a orientação estratégica do Governo para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada, conforme detalhado nos apêndices que a integram:

- I. APÊNDICE I - Plano Desenvolver e Servir;
- II. APÊNDICE II - Programas Especiais;
- III. APÊNDICE III - Programas Temáticos;
- IV. APÊNDICE IV - Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado;
- V. APÊNDICE V - Programas Complementares;
- VI. APÊNDICE VI - Referencial Orçamentário;
- VII. APÊNDICE VII - Projeção das Receitas para o período de 2016 – 2019.

Art. 2º As ações governamentais serão organizadas em eixos estratégicos, áreas de resultado, programas temáticos e projetos. Neste sentido, o PPA 2016 – 2019 terá como diretrizes:

- I. Fortalecer as instituições e as liberdades democráticas;
- II. Fazer um governo para todos os acreanos com atenção especial aos que mais precisam;
- III. Reunir todas as forças sociais num esforço único de consolidação do projeto de desenvolvimento sustentável diversificado;



ESTADO DO ACRE
Lei Nº 3.100 de 29 de Dezembro de 2015

- IV. Dar atenção especial e promover o desenvolvimento econômico com o propósito de transformação da estrutura produtiva e de expandir a geração de emprego e renda;
- V. Desenvolver a estrutura de Ciência, tecnologia e inovação como requisito fundamental do desenvolvimento;
- VI. Reduzir as desigualdades sociais e dispensar tratamento especial à extinção da extrema pobreza;
- VII. Defender os direitos humanos fundamentais e proteger os setores sociais que sofrem discriminação;
- VIII. Cuidar da juventude na educação, no esporte e no lazer porque dela sairão os arquitetos do futuro;
- IX. Assegurar educação de qualidade para tornar iguais as oportunidades para todos;
- X. Prover serviços de saúde de qualidade como um direito de cidadania para todos;
- XI. Trabalhar para suprir moradia digna no ambiente urbano para as famílias de baixa renda;
- XII. Enfrentar e desmantelar o crime, proporcionando segurança às famílias, às pessoas e às instituições;
- XIII. Valorizar a cultura própria e fortalecer a identidade do povo acreano.

Seção II

Da Estrutura e Organização do Plano

Art. 3º O PPA 2016 – 2019 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas, apresentados como Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, Especiais e Complementares, assim definidos:

- I. Programa Temático: aquele que expressa a agenda do Governo por meio de políticas públicas, orientando a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade;
- II. Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: aquele que reúne as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação do Governo.
- III. Programas Especiais: representam os programas de investimentos, oriundos de operações de crédito, convênios e outros instrumentos congêneres previstos pelo Governo.
- IV. Programas Complementares: aqueles que representam as ações de integração aos programas temáticos do Governo Federal que serão complementares às ações do Governo Estadual.



ESTADO DO ACRE
Lei Nº 3.100 de 29 de Dezembro de 2015

CAPÍTULO II **DA GESTÃO DO PLANO**

Seção I **Aspectos Gerais**

Art. 4º O Plano Plurianual poderá sofrer revisões e posteriores alterações anuais, mediante Projeto de Lei submetido à aprovação do Poder Legislativo do Estado do Acre, tendo em vista a necessidade de promoção de ajustes, conforme:

- I. As circunstâncias emergentes ao contexto social, econômico e financeiro;
- II. O processo gradual de reestruturação do gasto público estadual e federal; e
- III. Dinâmica da implementação dos programas temáticos do governo e da economia regional.

Seção II **Do Monitoramento e Avaliação**

Art. 5º O monitoramento do Plano Plurianual é atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa, e orientada para o alcance das metas prioritárias do governo.

Art. 6º A avaliação do PPA 2016 – 2019 consiste na análise das políticas públicas e dos Programas, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e sua implementação.

CAPÍTULO III **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 7º Durante a vigência do Plano Plurianual para o quadriênio 2016 – 2019, os programas temáticos deverão guardar estrita coerência com as diretrizes, objetivos e metas constantes dos Apêndices II, III, IV e V desta lei, ressalvadas as alterações ocorridas nas revisões previstas no Art. 3º desta lei.

Art. 8º O Poder Executivo fica autorizado a suplementar dotações orçamentárias para o atendimento dos programas constantes nesta lei, até o limite de 30% (trinta por cento) do montante das dotações alocadas nas Leis Orçamentárias Anuais.

Art. 9º Ficam autorizados nas Leis Orçamentárias Anuais a reprogramação e o remanejamento

**ESTADO DO ACRE**

Lei Nº 3.100 de 29 de Dezembro de 2015

dos programas, projetos e atividades entre os órgãos do Poder Executivo, para a consecução das diretrizes desta Lei.

Art. 10 Os valores consignados a cada eixo ou ações no Plano Plurianual são referenciais e não se constituem em limite à programação das despesas expressas nas Leis Orçamentárias Anuais e seus Créditos Adicionais.

Parágrafo único. Os valores previstos nesta lei estão orçados segundo preços vigentes em agosto de 2015.

Art. 11 Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios e/ou contratar operações de crédito internas e externas ou outros instrumentos congêneres para o financiamento deste Plano Plurianual.

Art. 12 Para consecução de seus Objetivos Estratégicos e viabilização de seus Programas Temáticos o Governo do Estado poderá atuar através de Parcerias Público Privada – PPP e/ou Parcerias Público Comunitária – PPC.

Art. 13 Fica autorizada a realização de concursos públicos para provimento de cargos, observando-se o disposto nas legislações pertinentes.

Art. 14 A data de início dos programas e projetos poderá ser ajustada por ato específico do Poder Executivo, em função da disponibilidade de recursos.

Art. 15 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio Branco – Ac, 30 de setembro de 2015, 127º da República, 113º do Tratado de Petrópolis e 54º do Estado do Acre.

TIÃO VIANA

Governador do Estado do Acre

APÊNDICE I

PLANO PLURIANUAL

GOVERNANÇA E ECONOMIA

SUSTENTÁVEL 2016-2019

APRESENTAÇÃO

O Plano Governança e Economia Sustentável 2016-2019 integra um projeto estadual de desenvolvimento sustentável que vem se consolidando há mais de dezesseis anos e que concilia o crescimento econômico, a distribuição da renda e a inclusão social com a preservação das nossas riquezas naturais. O novo Plano Plurianual traz inovações que dão sequência ao processo permanente de aperfeiçoamento metodológico do planejamento no governo estadual.

Nos último quatro Planos Plurianuais, a estratégia de direcionar a atuação do Estado na promoção de um modelo inclusivo de desenvolvimento sustentável foi decisiva para o crescimento econômico, seja pela utilização racional dos recursos naturais como pela implantação de projetos estratégicos através da parceria público-privado-comunitário.

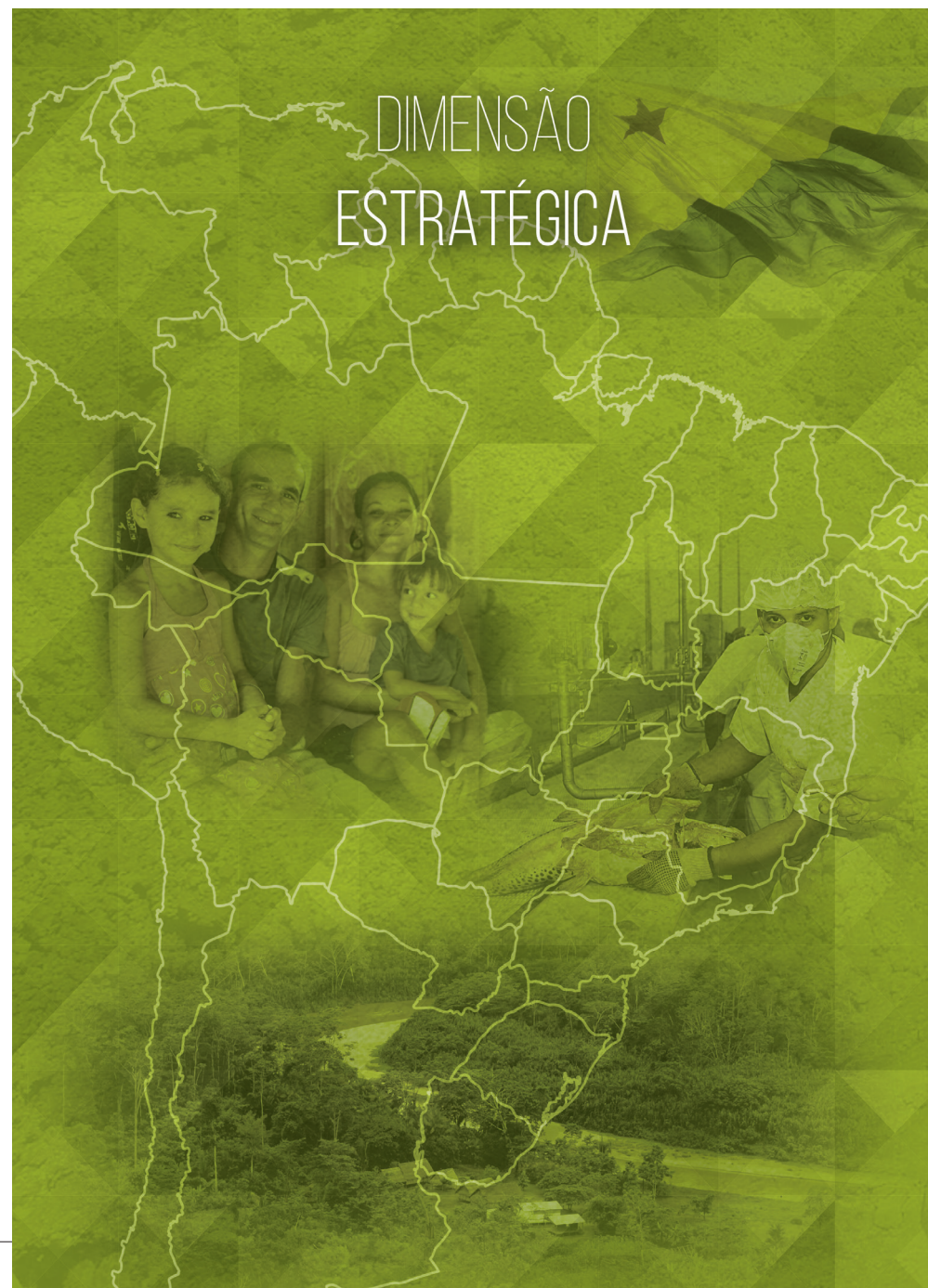
O equilíbrio das contas públicas, com o firme cumprimento da lei de responsabilidade fiscal, foi fundamental para a manutenção dos níveis de emprego e rendimento do trabalho em meio a um contexto de crise econômica nacional e internacional.

A inclusão social tem proporcionado uma condição de vida melhor a uma parcela expres-

siva da população, a partir do acesso à renda e às oportunidades. E o patamar de desenvolvimento que o Acre vem alcançando nesses últimos anos tem também como consequência uma nova visão da sociedade com relação às suas possibilidades e expectativas. As demandas da população exigem esforços ainda maiores do Estado, seja com mais investimentos em infraestrutura, aumentando a competitividade da economia, seja com mais serviços públicos de qualidade.

O duplo desafio de preservar as conquistas e aprofundar os avanços não é somente uma opção do governo estadual, mas sobretudo uma escolha da própria sociedade, traduzida inclusive nos espaços de discussão quando da elaboração do Plano de Governo (2015-2018), contempladas no PPA 2016-2019, que contou com ampla participação social nas suas diferentes etapas de elaboração.

O Plano Governança e Economia Sustentável 2016-2019 foi construído dentro deste contexto e, a partir de uma Dimensão Estratégica e detalha em uma Dimensão Tática, representada pelos Programas Temáticos e seus respectivos orçamentos das ações do Estado, indicando os principais compromissos do governo para os próximos quatro anos.



DIMENSÃO ESTRATÉGICA

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

IMAGEM-OBJETIVO

Melhoria contínua e progressiva da qualidade de vida da população, com expansão e justa distribuição do produto da economia, numa condição de proteção e conservação dos recursos naturais, facultando iguais oportunidades de trabalho, emprego e moradia digna para todos, pro-

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos subordinam-se a uma temporalidade de longo prazo. Pertencem a universo da grande estratégia e são fundamentais para a constante aproximação da imagem-objeti-

porcionando redução das desigualdades sociais e fortalecimento da identidade do povo acreano e dos valores da democracia de modo a favorecer o aprofundamento do desenvolvimento sustentável e diversificado.

vo. São objetivos intermediários. Portanto, contribuem, continuamente, para o aprofundamento do desenvolvimento sustentável.

1. Expressivo salto no desenvolvimento econômico, associando crescimento da economia, desenvolvimento humano, valorização da cultura própria e conservação dos recursos ambientais;

2. Construir uma nova economia, diversificada e sustentável, pelo uso econômico da floresta, do solo já desflorestado, da água, da beleza cênica, do patrimônio arqueológico, da cultura própria e identidade, com o propósito de expandir a geração de emprego e renda;

3. Ampliar significativamente a participação da indústria no valor adicionado da economia, por meio de eficaz política industrial;

4. Prover habitação para as famílias desprovidas de moradia digna;

5. Consolidação da economia de base florestal, ambientalmente sustentável, competitiva, de alta rentabilidade e que faça a justa distribuição da renda;

6. Assegurar o suprimento de matérias-primas agrícolas à indústria e a melhoria do abastecimento interno de alimentos, sem aumento do desmatamento;

7. Garantia de educação, saúde, segurança e outros serviços básicos de qualidade para todos;

8. Ampliar a emancipação econômica das comunidades locais pela sua integração ao processo e resultados do desenvolvimento.

UM ACRE DE OPORTUNIDADES

Um dos grandes desafios para os próximos quatro anos é a ampliação dos investimentos públicos e privados, em parceria com o Governo Federal, para assegurar a manutenção, modernização e ampliação da infraestrutura de transportes, estabelecendo uma rede de logística integrada, com opções de transportes viáveis para os usuários em tempo, custo, segurança, conforto e qualidade, com a redução dos custos e racionalização da matriz de transportes na região.

No cenário nacional, o Acre configura-se como um território de grandes oportunidades, pois, além dos incentivos do Governo Estadual para fomentar os setores econômicos, o Estado está localizado num eixo de vultosos investimentos previstos e em execução, com recursos nacionais e internacionais. Esses investimentos são essenciais para o avanço do desenvolvimento local, pois o fortalecimento da infraestrutura de base é

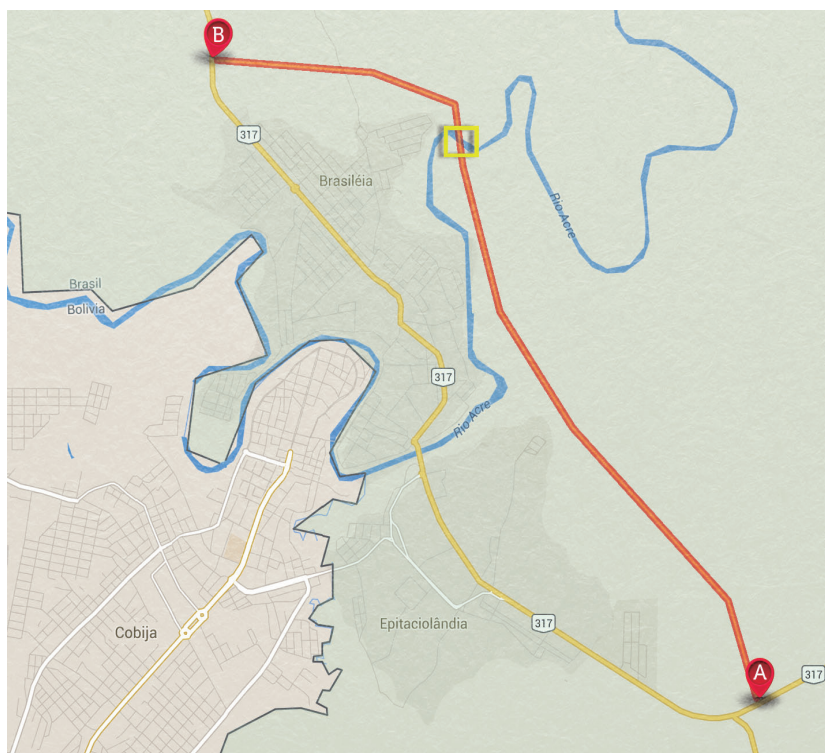
primordial para o incentivo de novas atividades econômicas e a consolidação das já existentes.

A conclusão da ponte sobre o Rio Madeira, em Rondônia, trará grandes benefícios ao Estado, pois elimina um dos grandes gargalos no modal de transporte terrestre e facilita a entrada e a saída de mercadorias do Estado. Este investimento regional potencializa aqueles já realizados no Estado, como a integração do Vale do Acre e do Vale do Juruá por meio da abertura definitiva da BR-364 em 2011; e a construção da estrada Interoceânica, que liga o Brasil ao Porto de Ilo, no Peru. Aliás, em complementação a esta obra, o Governo do Estado planeja para os próximos quatro anos, a construção do anel viário com a ponte sobre o Rio Acre, em Brasília, ilustrado na Figura 1, um investimento da ordem de R\$ 70 milhões, eliminando um dos últimos obstáculos ao transporte de cargas no Estado.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

FIGURA 1 – ILUSTRAÇÃO DA ANEL VIÁRIO E PONTE SOBRE O RIO ACRE - EPITACIOLÂNDIA E BRASILEIA



A construção da Ferrovia Transcontinental, numa parceria entre o Governo Brasileiro e a China, de aproximadamente R\$ 40 bilhões, ligará os oceanos Atlânticos e Pacífico nesse modal. Em solo brasileiro, a ferrovia foi planejada para ter aproximadamente 4.400 km de extensão, partindo do Porto do Açu, no Rio de Janeiro, passando por Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Rondônia, terminando no Acre, na localidade Boqueirão da Esperança, a 110 km de Cruzeiro do Sul. No território peru-

ano, a ferrovia segue da fronteira em direção a Pucallpa, na Região de Ucayali, e de lá para Tingo Maria. Deste local seguirá ao norte paralelo à Estrada Marginal até Tarapoto e Moyobamba, seguindo até o litoral, terminando nos portos de Paita e Piura Bayóvar. Além disso, a ferrovia terá um ramal de Tingo Maria até o Cerro de Pasco, que se interliga com a Estação Ferroviária Central, podendo chegar também ao porto de Callao, perfazendo um total entre 1.200 e 1.500 km em território peruano.

FIGURA 2 – LIGAÇÃO POR MEIO DA FERROVIA TRANSCONTINENTAL



DIMENSÃO ESTRATÉGICA

Com a consolidação dessas obras, o Acre contará com um sistema de transporte multimodal importante para a integração econômica e social brasileira e internacional, ligando polos industriais, agrícolas, turísticos e de negócios nas diversas regiões do Brasil com mercados internacionais, como os dos países andinos e da China.

Com isso, a indústria acreana, que atualmente conta com um importante instrumento na política de industrialização local, que é a Zona de Processamento de Exportação (ZPE), localizada em Senador Guiomard, também será fortalecida. Na ZPE, as empresas operam com isenção de impostos e liberdade cambial, não sendo obrigadas a converter em reais as divisas obtidas nas exportações, com a condição de destinarem, no mínimo, 80% de sua produção ao mercado externo.

Para a melhoria da energia ofertada no Acre e o fortalecimento da infraestrutura básica fundamental ao fomento da produção, o Ministério das Minas e Energia, do Governo Federal, realizará a construção do Linhão Energético, que parte de Rio Branco até Cruzeiro do Sul, com uma extensão de 660 quilômetros e investimentos da ordem de R\$ 370 milhões. Na primeira fase da obra, será construída uma subestação em Feijó, interligando-a à cidade de Rio Branco. Na segunda fase, serão interligados os municípios de Feijó a Cruzeiro do Sul.

Como perspectiva para a economia do futuro do Acre, em médio prazo, há ainda o apoio a exploração de gás e petróleo na Região do Juruá (Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Porto Walter e Rodrigues Alves), visando novas alternativas para aumento do produto econômico por meio da geração de renda através de royalties e ICMS.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

PORTFÓLIO DE INVESTIMENTOS

A eficiência e a credibilidade do Estado do Acre permitiram alavancar um volume significativo de investimentos nos últimos 04 anos. Para 2016-2019, mesmo diante de um cenário de retração da economia mundial e as incertezas dos mercados, o Governo do Estado do Acre manterá os níveis de investimento visando dar continuidade aos projetos estruturantes para o desenvolvimento do Estado.

A expectativa é de aproximadamente R\$ 4,0 bilhões de investimento em projetos nas áreas de habitação, saneamento, transportes, indústria, produção,

florestal, social, serviços essenciais de saúde, segurança e educação, dentre outros. Desse volume de recursos, cerca de R\$ 2,53 bilhões (63,4%) serão provenientes da parceria com o Governo Federal, por meio dos seus ministérios.

A previsão de aporte de recurso oriundos de operações realizadas com bancos e organismos multilaterais de crédito, nacionais e internacionais, como BIRD, BID, BNDES, CEF e KfW é da ordem de R\$ 1,57 bilhão (36,6%), constituindo-se fundamental para continuidade dos investimentos nos próximos anos.

FIGURA 3 - PORTFÓLIO DE INVESTIMENTO DO ESTADO DO ACRE 2016 - 2019



MECANISMOS INOVADORES DE FINANCIAMENTO DA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

O Estado do Acre vem, há 17 anos, implantando um modelo de desenvolvimento sustentável que busca conciliar o crescimento da renda com a conservação ambiental e a inclusão social. O arcabouço jurídico e institucional concebido, bem como a abrangência das políticas adotadas, transformou o Estado em um novo paradigma, tanto pelos resultados obtidos no controle do desmatamento, como também em função da adoção de um complexo Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), que visa estimular a adoção de práticas sustentáveis do uso dos recursos naturais, e induzir, através de sinalizações positivas, a adoção de tecnologias e processos produtivos sustentáveis nas diversas cadeias produtivas para atrair investimentos de alto impacto positivo e inclusão social.

A implantação desse modelo se dá por meio de investimentos que, numa primeira fase, visaram elaborar e implementar o Zoneamento Econômico Ecológico do Estado, que precedeu a definição dos diversos aspectos da política econômica que seria adotada. Em decorrência desse estudo, foi possível identificar as aptidões regionais e estabelecer as prioridades de investimento que resultaram em programas de assistência à agricultura familiar, de reaproveitamento das áreas degradadas, de valorização dos ativos florestais, de implantação de projetos de manejo sustentável da floresta, além de expressivos investimentos em infraestrutura, educação, saúde e saneamento.

Após esse esforço, o Estado do Acre deu



continuidade ao processo de desenvolvimento, organizando as cadeias produtivas agropecuárias com destaque para a diversificação da produção de proteína animal e para as cadeias florestais madeireira e não madeireira, todas associadas a uma base de industrialização, que tem o compromisso da agregação de valor aliada a conservação ambiental, geração de renda e a promoção da inclusão social.

SISTEMA DE INCENTIVOS AOS SERVIÇOS AMBIENTAIS (SISA)

Após mais de uma década construindo e implementando estratégias territoriais integradas, em 2010, o Governo do Acre instituiu, através da Lei Nº 2.308, o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), com o objetivo de promover iniciativas que levem a conservação, recuperação e incremento dos serviços ecossistêmicos originados e prestados no Estado do Acre. Perante este desafio, a Lei do SISA, estabelece uma diversidade de mecanismos financeiros para a implementação do sistema, incluindo os tradicionais mecanismos de compensação financeira e os instrumentos financeiros inovadores.

O SISA contribui com a contabilização dos esforços em nível estadual para a redução das emissões por desmatamento e degradação ambiental, bem como, de outros ativos ambientais provenientes de atividades de incentivos a serviços ambientais, através do Programa de Incentivos aos Serviços Ambientais (ISA) do Carbono.

Com a finalidade de desenvolver e executar uma política consistente de realização dos ativos ambientais, a lei do SISA previu a criação

do Instituto de Mudanças Climática e Regulação dos Serviços Ambientais (IMC), que tem o papel de regulação do SISA, e a Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais (CDSA), que tem dentre suas atribuições desenvolver e implementar estratégias de captação de recursos baseada na redução das emissões de gases de efeito estufa através da redução do desmatamento no Acre. A referida estratégia deverá orientar as características de cada segmento da demanda, assim como ao arcabouço regulatório que se está construindo no âmbito nacional e global com o novo acordo de clima recentemente aprovado na COP21 em Paris.

Orientado na busca da sustentabilidade econômico-financeiro desse modelo, o Governo do Estado visa implementar modernas práticas comerciais e estruturas financeiras para o financiamento de novos empreendimentos, assim como a consolidação dos atuais, de forma a assegurar a longevidade de todo o esforço que foi realizado nas fases anteriores, mantendo a sustentabilidade ambiental e social alcançadas.

ESTRATÉGIA DE CAPTAÇÃO ATRAVÉS DE FUNDOS

Na fase atual do desenvolvimento do Acre, as diversas cadeias produtivas serão alvo e os projetos estruturados com base nos modelos societários já desenvolvidos, e complementados por planos de negócios detalhados, permitirão processos profissionais de captação de recursos. A experiência recente na atração de Fundos de Private Equity deverá ser agora consolidada e fundos de investimentos em projetos sustentáveis estão sendo constituídos visando a capitalização dos novos empreendimentos.



A) FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - FIP

O Fundo de Investimento em Participações Empresas Sustentáveis Norte e Nordeste busca viabilizar R\$ 300 milhões para serem investidos em empreendimentos, projetos e negócios que contribuam para o desenvolvimento regional sustentável das regiões Norte e Nordeste (Regiões Alvo). O objetivo geral do FIP é viabilizar uma economia sustentável de baixo carbono, com reflexos: (i) na redução do déficit de investimento relativo, que ocorre atualmente; (ii) na redução das desigualdades sociais e econômicas; (iii) no fomento de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, infraestrutura, educação, saúde, etc., que irão possibilitar a continuidade do desenvolvimento regional sustentável nos próximos anos; e (iv) na melhoria da governança, profissionalização das empresas e maior participação das empresas da região no mercado de capitais brasileiro.

As Regiões Norte e Nordeste têm apresentado crescimento acima da média brasileira nos últimos 30 anos e espera-se que este ritmo continue na próxima década. Estudos de consultorias renomadas mostram que das 20 cidades médias de maior potencial crescimento nos próximos 10 anos, 12 estão localizadas nessas regiões. Além disto, os estados destas regiões ocupam as 11 primeiras posições em termos de potencial de crescimento no mesmo período. Este crescimento é suportado pelo aumento significativo de investimentos de infraestrutura na região, que colabora para a queda do "Custo Brasil", e pela dinâmica de crescimento da população e renda, que inclui a entrada expressiva de população em idade ativa no mercado de trabalho (bônus demográfico), fato que já não ocorre no Sul e Sudeste do Brasil. Como colocado pela McKinsey em 2013, as Regiões Alvo são como BRICs dentro do Brasil, ou seja, áreas com maior potencial de crescimento econômico e social que outras regiões mais desenvolvidas.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

ESTRATÉGIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS POR RESULTADOS NA REDUÇÃO DE EMISSÕES PELO DESMATAMENTO

Uma das linhas de financiamento na agenda de Clima é a compensação por performance positiva na redução do desmatamento. Nesta modalidade podemos destacar os seguintes mecanismos inovadores:

A) PROGRAMA “PIONEIROS NA CONSERVAÇÃO DA FLORESTA (REDD EARLY MOVERS - REM)”

A existência de países doadores de recursos para programas de Redução de Emissões Decorrentes do Desmatamento e da Degradação de Florestas (REDD+), como a Alemanha, Noruega, Reino Unido e outros, viabilizam este tipo de operação, uma vez que o objetivo é estimular os proprietários dos créditos a prosseguirem com seus esforços de preservação.

Desde 2012, o Acre já obteve resultados concretos em negociações não comerciais de reduções de emissões, com assinatura de Cooperação financeira com o Banco de Desenvolvimento Alemão - KfW, por meio do Programa “Pioneiros na Conservação da Floresta (REDD Early Movers - REM), referente ao pagamento por resultado de redução de desmatamento, viabilizando €\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de euros) para incentivar a recuperação áreas alteradas, a consolidação de cadeias produtivas florestais e agropecuárias, e valorização dos meios de vida tradicionais dos povos indígenas.

O programa ISA-Carbono, do SISA, foi considerado para fomento na modalidade do programa REM de “pagamentos ex-post sobre resultados”, aplicável para iniciativas que tenham avançado o sufi-

ciente na criação do marco político, institucional e técnico para justificar uma remuneração de reduções de emissões sobre resultados. O Objetivo desta cooperação financeira no Estado do Acre foi de apoiar a implementação de ações para a redução de emissões oriundas do desmatamento e degradação florestal no Acre no período de 2012 a 2015.

As atividades apoiadas com estes recursos fazem parte das políticas públicas do Eixo Economia Sustentável, do Plano Plurianual, considerando que estas atividades vão contribuir com as futuras reduções de emissões no Estado. Portanto, 70% dos recursos são destinados ao apoio para implementação de tais políticas, fazendo chegar os recursos aos potenciais provedores de serviços ambientais. Considerando que o SISA se constitui no sistema de gestão dos serviços ambientais e, ainda no início de seu funcionamento precisa de estruturação de seus instrumentos, 30% dos recursos do primeiro contrato desta cooperação são destinados à operacionalização do SISA. Considerando que a experiência foi extremamente profícua, o Estado do Acre já estuda a possibilidade de realizar uma segunda fase do programa.

B) FUNDO AMAZÔNIA (FA/BNDES)

O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para investimentos não-reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no Bioma Amazônia, nos termos do Decreto Nº 6.527, de 1º de agosto de 2008. Por tanto, o Fundo foi criado para contribuir com o alcance das metas do Plano Nacional sobre



DIMENSÃO ESTRATÉGICA

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

Mudanças do Clima, em especial a meta 4: redução de 40% da taxa de desmatamento no período 2006 – 2009, em comparação com a taxa média de desmatamento no período 1996 – 2005, e redução de 30% nos dois quadriênios seguintes.

O referido Decreto autoriza ao BNDES a destinar o valor das doações recebidas em espécie, apropriadas em conta específica denominada Fundo Amazônia, para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável no bioma amazônico.

No Estado do Acre, três projetos - Incêndios Florestais Zero; Valorização do Ativo Ambiental Florestal; e Apoio a Implementação ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a Adesão ao Programa de Regularização Ambiental PRA - captaram um montante de 93,93 milhões de reais, dos quais 71% já foram executados. O Governo do Estado pretende captar novos recursos junto ao referido fundo tanto nas linhas tradicionais, ou mesmo propor novas linhas financiamento.

C) FUNDO CLIMÁTICO VERDE (GREEN CLIMATE FUND-GCF)

O Green Climate Fund (GCF), ou Fundo Climático Verde, em português, é um mecanismo financeiro, previsto no arts.11 e 102, da 16ª Conferência das Partes (COP 16), que tem como objetivo auxiliar os países em desenvolvimento signatários da Convenção Quadro do Clima das Nações Unidas a desenvolver programas de baixa emissão de carbono, a fim de lidar com os efeitos da mudança climática.

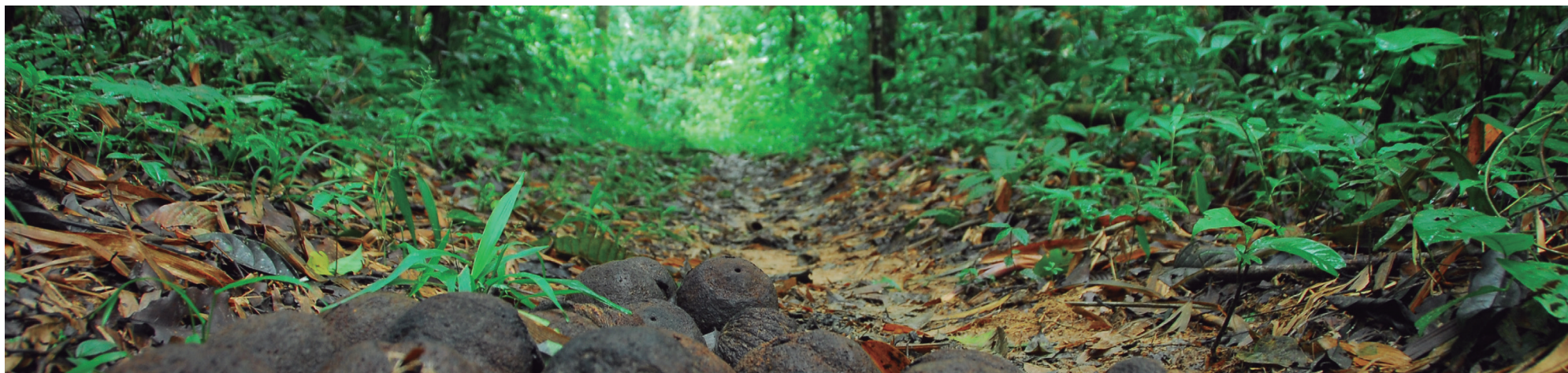
O Fundo, instituído pelos 196 países signatários da Convenção Quadro do Clima das Nações Unidas, é administrado e fiscalizado por um Conselho Administrativo composto por 24 países – desenvolvidos e em desenvolvimento – também signatários da mencionada Convenção. Tal órgão é responsável, de forma integral, pelas decisões de financiamento e recebe orientações da Conferência das Partes das Nações Unidas - COP. O GCF pode receber recursos públicos, privados, doações

e empréstimos; a meta da ONU é chegar em 2020 com um piso de USD 100 bilhões anuais aportados no Fundo.

Todos os países em desenvolvimento Partes da Convenção das Nações Unidas, entidades internacionais, nacionais, subnacionais, públicas e privadas podem requerer acreditação para receber recursos do GCF. O foco do GCF é apoiar projetos, programas, políticas e outras atividades dos países em desenvolvimento na UNFCCC. O GCF financiará atividades para possibilitar e apoiar a adaptação, a mitigação (incluindo REDD+), desenvolvimento e transferência de tecnologia (incluindo CCS), a capacitação e a preparação de relatórios nacionais. As entidades elegíveis poderão, também, ser apoiadas na busca de abordagens baseadas em projetos e programas de acordo com suas estratégias de desenvolvimento de baixas emissões, e ações de mitigação a adaptação às mudanças climáticas.

As entidades elegíveis podem apresentar proposta de financiamento através da Autoridade

Nacional Designada (AND). No Brasil, a Autoridade Nacional Designada é a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima – CIMGC. Será também permitido às entidades elegíveis o acesso direto ao Fundo por meio de entidades de implementação acreditadas, sejam elas entidades subnacionais, nacionais e regionais, desde que essas entidades implementadoras acreditadas cumpram determinados padrões fiduciários estabelecidos pelo GCF. Os recursos do GCF também podem ser acessados por meio de entidades de execução multilaterais, como os bancos de desenvolvimento multilaterais credenciados e agências da ONU. No Brasil, o BNDES, Caixa Econômica Federal encontram-se em processo de obtenção de acreditação para servir como entidade implementadora do GCF. Por fim, ressalta-se que tanto o setor público quanto o privado podem utilizar-se do GCF, em regime de colaboração, por exemplo, em programas de construção de casas contra enchentes e proteção das populações vulneráveis. O Governo do Estado encontra-se em diálogo com as referidas entidades, visando captação de recursos do GCF.



CENÁRIOS PARA O PERÍODO 2016-2019

O Plano Plurianual - PPA 2012-2015 (Desenvolver e Servir) visou potencializar oportunidades e resolver problemas com planejamento estratégico diferenciado pensando os desafios governamentais expressos em eixos, programas, indicadores, metas e iniciativas considerados determinantes para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre. Vislumbrou um salto de qualidade que envolvesse a mobilização da sociedade pelo crescimento econômico do Acre. Isto requereu o desenvolvimento de capacidades, tecnologias, inovações e espírito empreendedor para romper paradigmas, padrões da economia e da iniciativa social e a construção de uma gestão pública moderna.

Como resultado, mesmo ante a crise nacional e internacional, a economia acreana mostrou pujança, com alto crescimento econômico e estabilidade do emprego. A política econômica implementada nos últimos quatro que foi norteada pelo objetivo de fortalecer o setor produtivo, possibilitou o aumento da produção em escala, a elevação da produtividade, a diversificação da produção, a melhoria do nível tecnológico e a ampliação das indústrias instaladas no Estado. O Estado fomentou a produção primária investindo cerca de R\$ 119 milhões em cadeias produtivas estratégicas. No período, o valor da produção da agricultura no Estado cresceu nominalmente 192%, saindo de um patamar de R\$ 193 milhões para R\$ 564 milhões.

A indução da produção agropecuária foi importante para a política de industrialização, servindo de matéria-prima para a produção de insumo utilizado pelas agroindústrias e indústrias que estão se desenvolvendo no Acre. Iniciativas

inovadoras, como o modelo de parceria público-privado-comunitário - onde os empreendimentos industriais recebem aporte de recursos público e privado, e integram os produtores rurais para a produção da matéria-prima - foram introduzidas com sucesso nas cadeias de produção da piscicultura, suinocultura e avicultura. A realização de um amplo programa de industrialização levará a uma mudança na estrutura produtiva do Estado, com agregação de valor aos produtos das diferentes cadeias produtivas primárias e o aumento da participação da indústria no valor adicionado da economia.

Para reduzir a pobreza, o Acre investiu fortemente na inclusão produtiva, visando gerar ocupação e aumento de renda para famílias que estão na condição de pobreza e extrema pobreza. Em quatro anos, foram entregues mais de 11 mil pequenos negócios, num investimento total de R\$ 23 milhões.

Destaca-se também os investimentos na área de infraestrutura, num esforço para elevar a qualidade de vida das famílias acreanas. A abertura permanente do tráfego na BR-364 repercutiu diretamente no dia a dia das pessoas que vivem nos municípios localizados ao longo de sua influência. Como exemplo, podemos citar o preço da cesta básica nas Regionais Tarauacá-Envira e Juruá, que apresentou uma redução média de 30% no seu valor. O Programa Ruas do Povo está promovendo mudanças estruturais, tanto no campo econômico, quanto no social em todos os municípios acreanos. Os investimentos realizados em obras de saneamento somam cerca de R\$ 110 milhões, aplicados na ampliação da cobertura de

esgotamento sanitário e do sistema de abastecimento de água na capital e no interior. Nas comunidades rurais, o compromisso do governo com infraestrutura foi no melhoramento dos ramais, a fim de garantir a escoação da produção e o acesso aos serviços públicos básicos. Nos últimos quatro anos, foram instalados 18 mil metros de bueiros, construídos 4,5 mil metros de pontes e realizado anualmente a manutenção de 4 mil quilômetros de ramais, em média. A política de habitação social foi norteada pelo objetivo de tornar residual o déficit habitacional do estado e proporcionar melhores condições de habitabilidade para as famílias acreanas. Em quatro anos, foram entregues 8.100 unidades habitacionais, beneficiando diretamente mais de 32 mil pessoas, com destaque para a Cidade do Povo.

Na área da educação, o Governo do Estado tem realizado fortes investimentos tanto na ampliação da oferta como na melhoria de infraestrutura e serviços. Do total de alunos matriculados no ensino fundamental e no ensino médio no Acre em 2013, 95% estão na rede pública. Na área da saúde o governo não somente vem cumprindo as obrigações legais, mas também vem ampliando a aplicação de recursos próprios e a despesa com saúde por habitante. Os recursos próprios aplicados anualmente na Saúde chegam à cifra de 560 milhões de reais. Para cada real gasto pelo Governo Federal com Saúde o Estado aporta R\$ 2,70. Na área da segurança, foi travada uma verdadeira batalha contra a violência, com a compra de novas viaturas, armamentos e equipamentos de proteção individual para reforçar as atividades de policiamento, investigação e perícia técnica, foram investidos mais de R\$ 4,8 milhões nos últimos 4 anos. Observou-se também o

fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social no Acre. Mais de 6.500 famílias, em situação de extrema pobreza, foram incluídas no Cadastro único e no Bolsa Família através da busca ativa. Da mesma forma, essa inclusão social veio através da política cultural beneficiando a todos acreanos. No período ocorreu a consolidação da Lei que criou o Sistema Estadual de Cultura, sendo implementado o Fundo Estadual de Cultura, financiando mais de 500 projetos culturais que atingiram os 22 municípios, inclusive aldeias indígenas, ampliando assim, as ações culturais para a população de todo o Estado, somando um investimento de mais de R\$ 4,6 milhões.

Foi dada uma atenção prioritária aos povos indígenas, com avanços na política de gestão territorial e ambiental nas aldeias e investimentos na produção agroflorestal, na criação de pequenos animais e peixes e no beneficiamento e escoamento dessa produção. A educação escolar nas aldeias também melhorou consideravelmente com a construção de mais de 70 escolas, com a consolidação dos marcos legais da política de educação indígena e formação de professores. Hoje são beneficiadas em torno de 7,5 mil crianças e jovens indígenas. Na área da saúde, fortalecemos a atenção básica nas aldeias, aprimoramos ainda a rede de saúde e os fluxos de atendimento com serviços hospitalares de média e alta complexidade, garantindo o acesso amplo e qualificado aos direitos sociais e de cidadania.

O atual momento da conjuntura internacional e nacional, marcada pela desaceleração da atividade produtiva, não poderia deixar de refletir-se no cenário futuro do Acre. Porém, buscar-se-á a continuidade das profundas transformações na economia, na infraestrutura, na ci-

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

dadania, enfim na vida social do Acre.

O cenário de atuação do Governo para o período 2016-2019 é a continuidade e a consolidação da grande estratégia que tem a sua síntese no desenvolvimento sustentável. Desse modo, ele deve ser considerado como um elemento estratégico no enfrentamento dos desafios colocados para o estado. A base institucional de que dispomos permite planejar, com maior precisão, as oportunidades e os potenciais já identificados, para impulsionar o desenvolvimento do conjunto do Acre.

O novo desafio é destinar recursos públicos para fazer crescer a economia, contribuir para re-

solução da questão social, assegurar a infraestrutura e a proteção dos recursos naturais, almejando a sustentabilidade do desenvolvimento.

Na economia, buscar-se-á o crescimento a passos largo da produção, do aumento da produtividade e da escala, tendo como locomotiva a industrialização. Serão intensificados também a produção florestal e a produção agrícola em áreas já desmatadas.

Neste sentido, o cenário que se vislumbra para os investimentos públicos no Acre, prioritariamente, é a consolidação dos segmentos industriais, com apoio em toda cadeia produtiva, destacando-se:



PISCICULTURA

A consolidação da parceria público privada do Complexo de Piscicultura do estado, estruturada para a produção de espécies nativas de alto

valor econômico: Pirarucu, Tambaqui e Pintado – com foco no mercado internacional e autossuficiência na produção de alevinos e ração.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA



A consolidação da empresa Dom Porquito através de parceria público-privada. O objetivo é abastecer com suínos os mercados externos e internos, com alta tecnologia, ge-

rando renda e emprego. A empresa também irá dinamizar várias cadeias produtivas locais, com destaque para a do milho.



A industrialização do leite e seus derivados em larga escala, via incentivo à ampliação da base leiteira do estado.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA



BORRACHA VEGETAL

A consolidação da indústria de Granulado Escuro Brasileiro (GEB) e ampliação da indústria de preservativo de Xapuri, via o

plantio de seringueiras pelo Programa de Florestas Plantadas e o incentivo a exploração em seringais nativos.



CASTANHA DO BRASIL

A ampliação da industrialização da Castanha do Brasil, via incentivo à indús-

tria e a melhoria nos processos de colheita e armazenamento.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA



AÇAÍ

A ampliação do plantio de Açaí e a implantação de uma indústria de açaí liofilizado, através de

parceria público privado. O foco é na exportação.



FLORESTAS PLANTADAS

O incentivo a industrialização, via ampliação do Fundo de Investimento em Participações,

outras cadeias com alto valor agregado como o bambu e espécies madeireiras.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

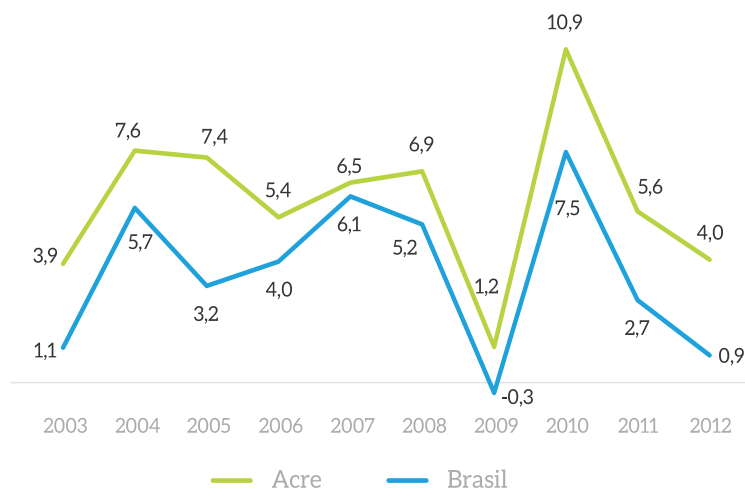
DIMENSÃO ESTRATÉGICA

CENÁRIO ECONÔMICO

A compreensão do processo recente de redução do ritmo de crescimento da economia brasileira deve ser o ponto de partida para a análise do desempenho da economia acreana nos últimos anos, bem como para a sistematização dos principais desafios que se colocam para os próximos

anos. A economia do Acre continua em busca da diversificação produtiva, de modo que, o seu desempenho em geral, acompanha a dinâmica produtiva nacional, como pode ser observado na evolução da Taxa de Crescimento Real do PIB, constante na Figura 4.

FIGURA 4 – TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB DO BRASIL E DO ESTADO DO ACRE – 2003/2012



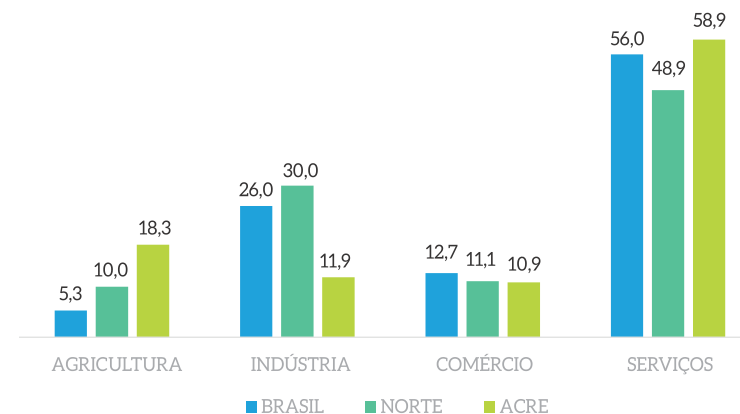
Fonte: IBGE/Coordenação de Contas Nacionais e SEPLAN/DEP.

Nota-se que, embora com taxas de crescimento maiores, o Acre apresenta a mesma tendência do desempenho nacional, com exceção dos períodos 2005/2006 e 2007/2008. No primeiro, enquanto o crescimento brasileiro subiu de 3,2% para 4,0% e o acreano caiu de 7,4% para 5,4%. No segundo, ao contrário, o crescimento brasileiro caiu de 6,1% para 5,2% e o acreano subiu de 6,5% para 6,9%. Portanto, o desenvolvimento da eco-

nomia acreana nos últimos anos, acompanha o contexto mais amplo de desaceleração da atividade produtiva no País, embora apresentando taxas maiores.

Em 2012, conforme demonstrado na Figura 5, a participação dos setores da economia, no valor adicionado, evidenciou que, assim como para a Região Norte e para o Brasil, o setor de serviços foi aquele que concentrou o maior valor.

FIGURA 5 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES ECONÔMICO NO TOTAL DO VALOR ADICIONADO BRUTO - 2012



Fonte: IBGE/ Contas Regionais

Para o Norte e o Brasil, o segundo setor que mais contribui foi o da indústria com 30% e 26%, respectivamente. No Acre, destaca-se como o segundo setor que mais contribuiu, o da Agropecuária, com 18,3%. Este indicador é reflexo dos investimentos públicos realizados pelo Governo do Estado do Acre, dentro do Programa de Desen-

volvimento Sustentável, com o foco na economia florestal e na cadeia produtiva de aves, peixes e suínos, dentre outros.

Quando se analisa o PIB per capita do Acre, expresso na Figura 6, verifica-se uma evolução nos últimos anos, saindo de R\$ 10.780,00 em 2007 para R\$ 12.690,00 em 2012.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

FIGURA 6 – EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA DE 2007- 2012 (EM R\$ MIL)



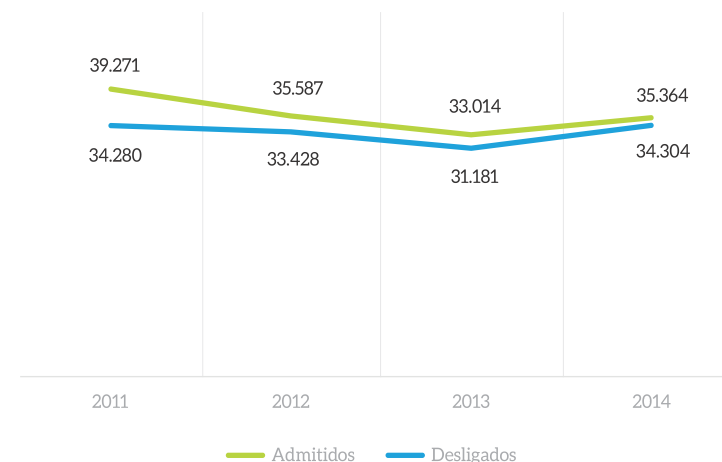
Fonte: IBGE: PIB Estadual a preços constantes (série calculada pelo Ipeadata) dividido pela população

O PIB per capita representa a razão entre o valor a preços corrente do PIB total e a população residente na área considerada. O Acre, em 2012, posicionou-se na 19ª posição, ficando, em relação aos demais estados amazônicos, na sexta colocação, à frente do Estado do Pará.

Os empregos formais no Acre vêm apresentando saldos positivos nos últimos quatro anos, conforme podem ser observados pelos dados constantes na Figura 7. A redução do ritmo de crescimento da economia brasileira fez com que o total de admitidos e desligados no Acre se aproximassem, notadamente, entre 2013 e 2014.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

FIGURA 7 – EMPREGADOS ADMITIDOS E DESLIGADOS NO MERCADO FORMAL DO ACRE (2011-2014)



Fonte: CAGED - Ministério do Trabalho e Emprego

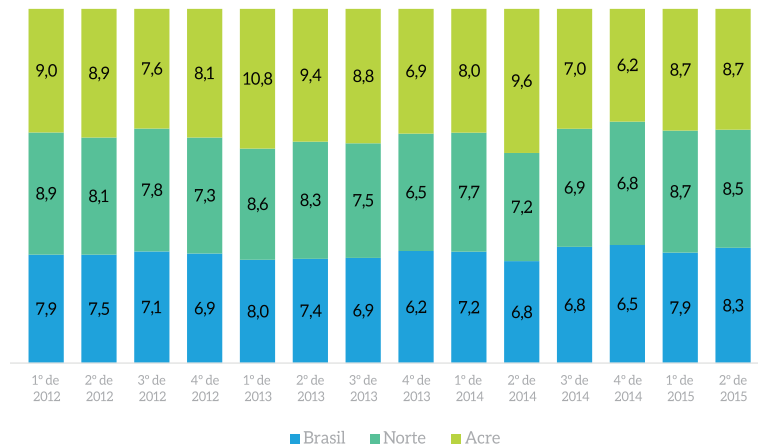
Contudo, como pode ser constatado pela Figura 8, a taxa de desemprego medida pelo IBGE para os dois primeiros trimestres deste ano, indicam uma estabilidade. Ao observar o movimento da taxa, percebe-se que a mesma teve uma queda de 9,6%, no segundo

trimestre de 2014, para 8,7%, no segundo trimestre de 2015, sinalizando que a população desempregada não está crescendo e a política de desenvolvimento do governo estadual está sendo eficaz na superação da crise.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

FIGURA 8 – TAXA DE DESOCUPAÇÃO DO 1º TRIMESTRE/2012 AO 2º TRIMESTRE/2015, NA SEMANA DE REFERÊNCIA, DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE - BRASIL, REGIÃO NORTE E ACRE.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Para os próximos quatro anos, a presença do Estado no processo econômico vai ser intensificada pela sua importância decisiva, central e determinante no cenário da ampliação do emprego e da renda. Investimentos em atividades econômicas, na infraestrutura e em serviços sociais básicos. Abrir novas fronteiras de investimento onde a inversão seja inexistente ou tenha baixa densidade, vai permitir a ampliação da capacidade produtiva da economia, sem reduzir a expectativa da taxa de lucro.

Além da consolidação dos principais projetos que estão impulsionando a economia do Acre, os investimentos na economia vão ser intensifi-

cados no desenvolvimento de outras cadeias produtivas e na industrialização com o propósito da expansão da produção e da elevação da produtividade da economia, realizados em estreita cooperação com a iniciativa privada, por meio de parcerias público-privado-comunitárias, parcerias público-privadas e público-comunitárias.

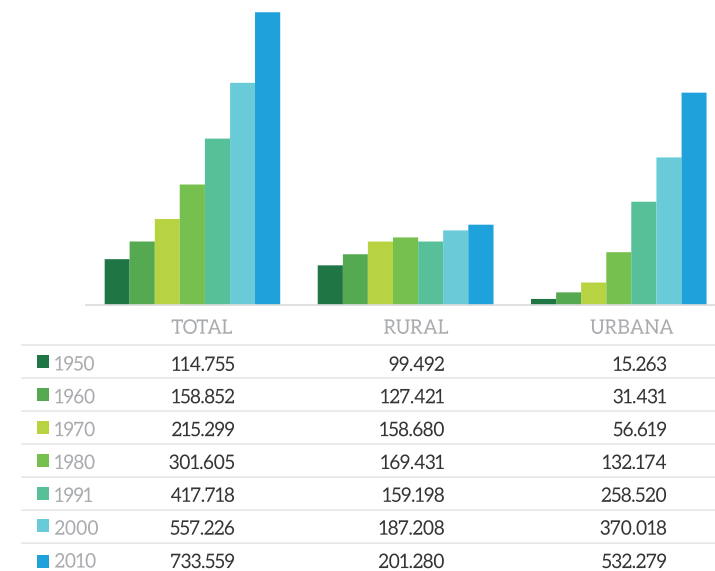
O efeito multiplicador destes investimentos de fomento ao desenvolvimento econômico, somados a projetos como Ruas do Povo, Cidade do Povo, Ramais do Povo, outros investimentos na educação, na saúde e nos projetos de conteúdo social será fundamental para alavancar a economia acreana para os próximos quatro anos.

CENÁRIO DEMOGRÁFICO

A população do Estado do Acre, conforme a Figura 9, apresentou um rápido crescimento da população urbana a partir da década de 1970. A migração interna é reflexa da "Operação Amazônia" - um conjunto de políticas públicas im-

plementadas pelo governo militar na região, em nome da integração nacional, em meados da década de 1960 - que modificou a base produtiva local via transações com terras que levou ao declínio da economia extrativa.

FIGURA 9 – POPULAÇÃO TOTAL, RURAL E URBANO DO ESTADO DO ACRE, CONFORME OS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 E 2010



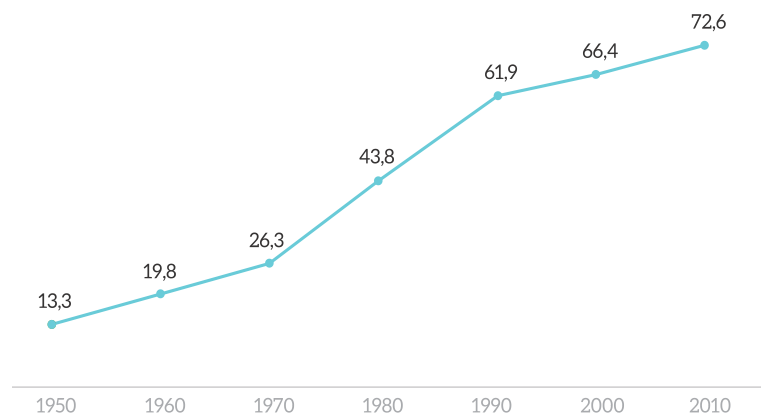
Fonte: IBGE - Censos Demográficos

A taxa de urbanização do Estado, que era de 13,3% e 19,8% nas décadas de 1950 e 1960, respectivamente, passaram para 26,3% em 1970 e chegaram em 72,6% em 2010, conforme demonstrado na Figura 10. A área ge-

ográfica do Acre representa somente 4,3% da Região Norte do país, porém, a sua densidade demográfica em 2010 foi de 4,47 hab./km² superando a alcançada pela região, que ficou em 4,11 hab./ km².

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

FIGURA 10 – TAXA DE URBANIZAÇÃO (%) DO ESTADO DO ACRE, CONFORME OS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 E 2010



Fonte: IBGE – Censos Demográficos

Em 2010, quando comparado com 2000, o Estado obteve o terceiro maior percentual de crescimento populacional (31,44%) dentre as unidades da federação. Mesmo com tamanha expressividade, a taxa apresenta uma tendência decrescente, em função da queda paulatina da taxa de fecundidade total, que era de 3,63 em 2000 e caiu para 2,81 em 2010.

Dos 22 municípios acreanos, em 2010, sete deles possuíam população menor que 10 mil habitantes, 13 tinham população entre 10 mil e 50 mil habitantes, somente Cruzeiro do Sul possuía população entre 50 mil e 100 mil habitantes e, a capital Rio Branco, com população maior que 330 mil.

Os municípios que apresentaram maior dinâmica populacional, no período intercensitário 2000/2010, foram: Santa Rosa do Purus (105,34%), Rodrigues Alves (77,12%), Assis Brasil (74,07%)

e Marechal Thaumaturgo (71,19%). Os que apresentaram menor dinâmica foram: Senador Guimard (1,98%); Rio Branco (13,39%), Cruzeiro do Sul (16,32%) e Feijó (20,92%).

A regional mais densamente ocupada, a do Baixo Acre, que abrange sete municípios, inclusive Rio Branco, apresentou um crescimento de 31,22%, ligeiramente abaixo do alcançado pelo Estado como um todo (31,44%).

Os municípios que compõem a regional com maior crescimento populacional foi a do Alto Acre (34,88%), seguida pelos que compõem a Regional do Purus (33%). Por outro lado, os que apresentaram um crescimento abaixo do alcançado pelo conjunto do estado foram os municípios localizados nas regionais Tarauacá-Envira (29,98%) e Juruá, com 30,87%.

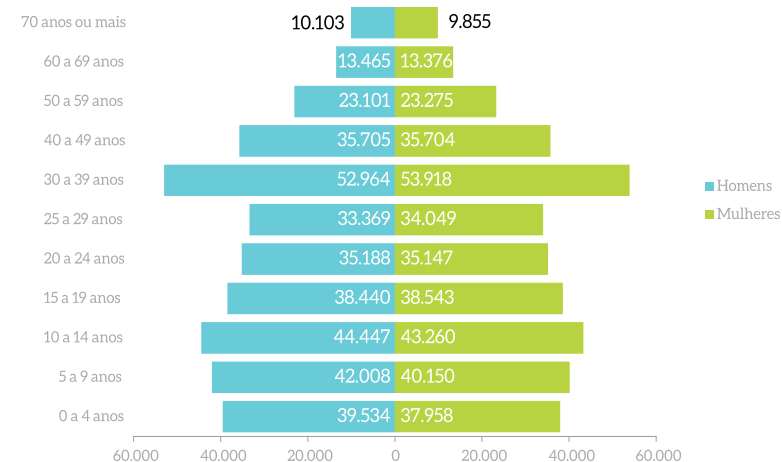
A pirâmide etária do Acre de 2010, demons-

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

trada na Figura 11, tem sua base relativamente estreita e vai alargando-se até atingir a faixa etária de 30 a 39 anos e depois se estreita acentuadamente, demonstrando um número de idoso rela-

tivamente pequeno. A pirâmide demonstra que mesmo com todo o crescimento, continuamos a ser um estado jovem, pois no caso dos estados mais maduros, ela costuma ter o topo mais dilatado.

FIGURA 11 – PIRÂMIDE ETÁRIA DO ESTADO DO ACRE CONFORME O CENSO DE 2010



Fonte: IBGE - Censos Demográficos

A figura 11 mostra também a proporção dos sexos por faixa etária, evidenciando que, dos residentes, os homens representam a maioria, com 368.324 pessoas, contra 365.235 do sexo feminino. Segundo o IBGE (2010), a expectativa de vida dos homens é de 69,4 anos e das mulheres 74,7 anos.

O Censo 2010 confirmou alteração na composição racial do estado, em que a população negra passa a figurar como maioria. Aqueles que se declaram pardos e pretos, corresponderam a 74% dos residentes. Esse aumento progressivo se deve, sobretudo, à ampliação do número de indivíduos que se reconhecem como pretos ou pardos.

Os dados do Censo de 2010 indicaram um total de 75.202 pessoas residentes no Estado com nascimento em outros estados brasileiros. A origem dos migrantes detectados foram, principalmente, do Amazonas (32,17%), Rondônia (11,27%), Ceará (8,48%), Paraná (7,97%) e Minas Gerais (5,34%). Já na origem dos migrantes dos últimos 10 anos, se destacam: Rondônia (30,17%), Amazonas (28,38%), São Paulo (5,80%) e Goiás (3,38%).

Conforme projeção do IBGE, o Estado do Acre conta, em 2015, com uma população de 803.513 habitantes, sendo 263.497 de crianças de zero a 14 anos (32,8%); 505.960 de adultos de 15 a

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

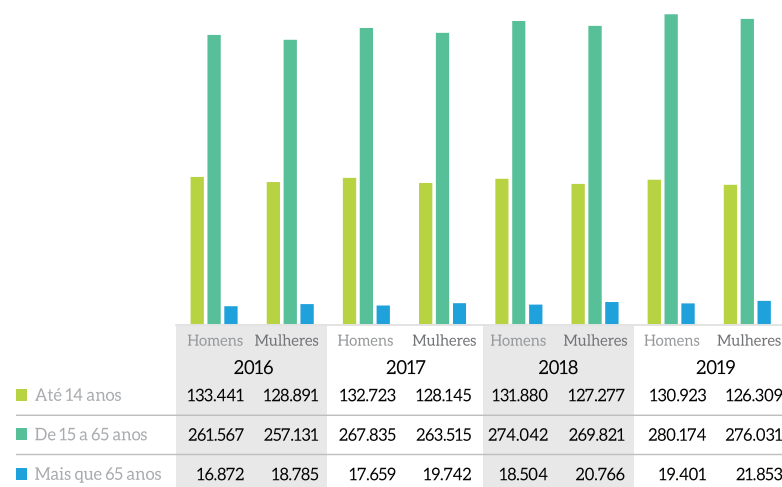
DIMENSÃO ESTRATÉGICA

64 anos (63%) e 34.056 idosos, aqueles com mais de 65 anos de idade (4,2%).

A projeção da população do Acre para os próximos quatro anos (2016-2019), por grupo de faixa etária, conforme a Figura 12, demonstra a

transição demográfica que o Estado está atravessando, caracterizada pela queda da taxa de crescimento, e, como consequência, a queda de participação das crianças e o aumento do contingente de adultos e idosos em relação a população total.

FIGURA 12 – PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO ACRE POR FAIXA ETÁRIA PARA O PERÍODO 2016-2019



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica - Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030

Em 2030, o Estado deverá contar com uma população de 972.462 habitantes, divididos entre 229.189 crianças (23,6%); 673.811 adultos (69,3%); e 69.464 idosos (7,1%).

A taxa bruta de natalidade, medida pelo o número de nascidos vivos por mil habitantes, que em 2014 foi de 21,89, passará a ser 14,64 em 2030. Esta taxa expressa a frequência anual de nascidos vivos e é influenciada pela estrutura da população, a idade e o sexo. A redução da taxa bruta de natalidade indica melhorias nas condições socioeconômicas e culturais da população.

A taxa bruta de mortalidade, medida pelo número total de óbitos por mil habitantes e expressa a frequência anual das mortes, em 2014 foi estimada em 4,61, deverá atingir 5,08 em 2030. Essa taxa também é influenciada pela estrutura da população, como por exemplo, o aumento dos adultos e idosos, e também por fatores socioeconômicos.

Outra taxa importante para indicar a mudança na dinâmica demográfica do Estado é a de fecundidade total, medida pelo número médio de filhos nascidos vivos tidos por mulher ao final do

seu período reprodutivo. Essa taxa representa a condição reprodutiva média de mulheres, sendo este o principal indicador da dinâmica demográfica. Considera-se que taxas inferiores a 2,1 indicam fecundidade insuficiente para assegurar a reposição populacional. O decréscimo da taxa pode estar associado a vários fatores: urbanização crescente, redução da mortalidade infantil, melhoria do nível educacional, ampliação do uso de métodos contraceptivos, maior participação da mulher na força de trabalho, instabilidade de emprego, dentre outros. Em 2014, a taxa do Acre foi estimada em 2,52 e, para 2030 este valor deverá alcançar somente 1,75.

O índice de envelhecimento foi de 12,35%, este valor deverá mais do que duplicar nos próximos 16 anos. Em 2030, seu valor deverá ser de 30,31%. Medido pelo número de pessoas de mais de 65 anos de idade para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade. É a razão entre os componentes etários extremos da população, representados por idosos e jovens. Estes valores indicam também que a transição demográfica caminha a passos largos.

A melhorias das condições sociais e econômica alcançadas nos últimos anos, fizeram crescer a esperança de vida ao nascer do acreano. Medida pelo número médio de anos que um recém-nascido espera viver se estivesse sujeito a uma lei de mortalidade, estimada para hoje, que é de 73,26

anos deverá, em 2030, ser de 77 anos. Por outro lado, a razão de dependência, que é o peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos e mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade) deverá cair de 60,05% hoje, para 44,32% em 2030, reflexo do crescimento da população adulta.

É fato que a estrutura etária está em transição. A diminuição do número de crianças e adolescentes é um retrato da queda da natalidade. Por outro lado, o aumento do número de adultos e idosos, retrata o aumento da expectativa de vida, o que mostra também queda da mortalidade. O Estado do Acre mostra traços de uma nova fase do crescimento populacional, com queda de natalidade e de mortalidade, tendendo a baixar o ritmo do crescimento populacional. Tais mudanças alertam para mudanças e reformas sociais, principalmente no que toca a questão da previdência e no setor cultural, ou seja, educar os mais jovens e até os adultos, para uma boa convivência com as pessoas da terceira idade.

O fato de ser um estado jovem, fortalece o capital humano e pode ser um instrumento para o crescimento e para o desenvolvimento econômico, desde que seja sadia e qualificada. A priorização de grandes investimentos na educação e na saúde dos jovens, preparando-os para o futuro pode representar um diferencial competitivo em escala regional e nacional.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

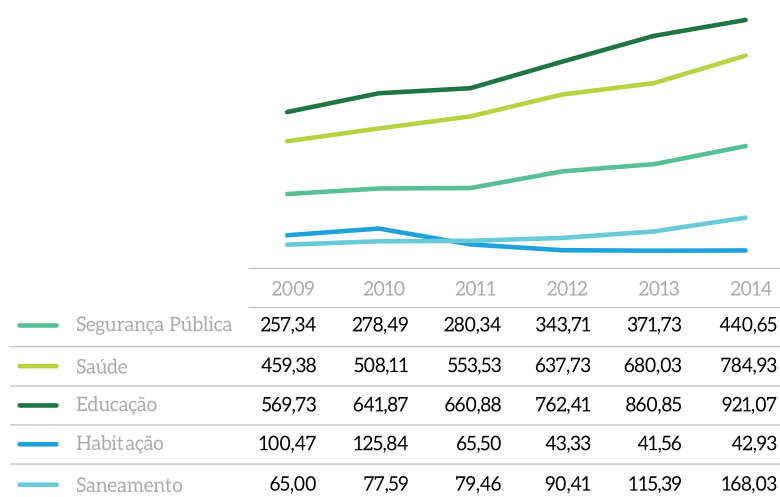
CENÁRIO SOCIAL

O Governo do Estado do Acre, nos últimos anos, tem utilizado mais de 50% de seu orçamento anual em Desenvolvimento Social, entendido como a qualidade institucional da população. Trabalha para que haja disponibilidades de bens públicos de qualidade, como por exemplo, a segurança pública, a saúde, a educação, a habitação, o saneamento, a assistência social, a previdência social, o trabalho, a cultura, os direitos da cidadania, o urbanismo e desporto. São condições fundamentais para a melhoria da qualidade de

vida, para a ascensão social, para a redução das desigualdades, para a garantia dos direitos fundamentais e para o combate à pobreza da população acreana.

Em 2014, foram gastos R\$ 3.087.208.748,26, em Desenvolvimento Social, correspondendo a 56,8% de todos os recursos aplicados pelo estado. Na Figura 13 constam a evolução nas despesas nas 5 principais funções (educação, saúde, segurança pública, habitação e saneamento), que juntas representam mais de 78% do gastos na área.

FIGURA 13 – DESPESAS DO GOVERNO DO ESTADO DO ACRE NAS FUNÇÕES: SEGURANÇA PÚBLICA, SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO E SANEAMENTO NO PERÍODO 2009-2014 (VALORES NOMINAIS EM R\$ MILHÕES)



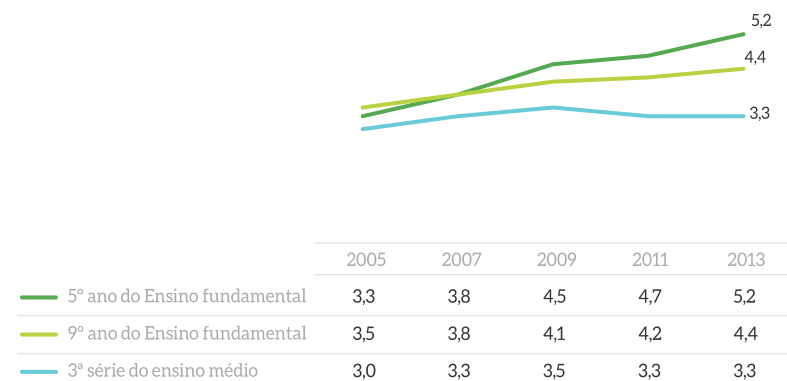
Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

Na Educação, tendo como referência o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o Estado do Acre saiu das últimas posições nas avaliações do MEC para posições de destaque no cenário nacional. Conforme demonstrado na

Figura 14, de 2009 a 2013, houve um crescimento de 57,6% no índice para o 5º ano do ensino fundamental, 25,7% no 9º ano do ensino fundamental e 10% na 3ª série do ensino médio.

FIGURA 14 – EVOLUÇÃO DO ESTADO DO ACRE NA PONTUAÇÃO DO IDEB, 2005 - 2013



Fonte: MEC/ INEP

A taxa de abandono na rede estadual do Acre, no período 1999 e 2013 também é um bom demonstrativo da evolução da educação acreana. Caiu de 15,8% em 1999, para 1,9% em 2013 para as séries iniciais do ensino fundamental. Para as últimas séries do ensino fundamental a queda foi de 17,3% para 3,2%. No mesmo período a redução no ensino médio saiu de 22% para 10,5%. Em 1999, a taxa de analfabetismo era de 24,5%, em 2014, o número de analfabetos caiu para 13,1%.

Na saúde, a estrutura de serviços de alta e média complexidade teve substancial ampliação e melhoria da resolatividade. A taxa de mortalidade infantil declinou de 31,26 por mil nascidos vivos em 2000 para 16,5 em 2013, conforme dados da SESACRE. Em parte, esse resultado está relacionado à política de fortalecimento da saúde

preventiva com a ampliação da cobertura do Programa Saúde da Família – PSF de 26,9% para 66% no mesmo período.

Na segurança pública, os investimentos efetuados garantiram a ampliação, o fortalecimento e a modernização do quadro de policiais, a melhoria dos salários, a estrutura física das delegacias de polícia, capacitação, o reaparelhamento da Polícia Militar, aliados ao modelo de gestão estabelecido de forma sistêmica e territorializada, contribuiu para a redução dos indicadores da criminalidade.

Mesmo vivendo uma transição demográfica, com a queda da população jovem em detrimento do crescimento da população adulta e idosa, o estado conseguiu avançar na política de habitação e saneamento. O déficit habitacional que era de 18,2% em 2000 decresceu para 14,1 em 2012.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

Os domicílios urbanos que apresentavam esgotamento sanitário adequados (ligados à rede geral ou com fossa séptica), saíram de um percentual de 57,6% em 2004 para 70,9% em 2013. Quanto ao abastecimento de água, o percentual dos domicí-

lios ligados à rede geral, que era de 61,9% em 2004, passou para 68,4%, em 2013.

CENÁRIO FISCAL

A continuidade do equilíbrio das contas públicas para a consecução dos investimentos necessários para o crescimento econômico é um requisito fundamental para os próximos quatro anos. Para tanto, serão adotadas medidas rigorosas para tornar residual o desperdício e para otimizar a eficiência dos gastos públicos.

A Tabela 1 abaixo mostra a evolução real dos principais itens da receita, para o período de 2005 a 2014, atualizados a preços de 31/12/2014, pelo IGP-DI. Ressalta-se que não constam no demonstrativo as receitas intraorçamentárias, por representarem dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma receita em mais de um órgão estadual.

TABELA 1 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS CONSOLIDADAS* DO ESTADO DO ACRE - 2005-2014

(Em R\$ milhões)

Receitas	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Receitas (exceto intraorçamentárias)	3.071,35	3.321,89	3.315,23	3.916,61	4.898,38	4.667,87	4.401,03	5.213,48	4.943,09	5.395,80
Receitas correntes	2.682,49	2.899,74	3.084,73	3.305,76	3.743,85	3.669,79	3.858,77	4.002,82	4.260,42	4.720,35
Receita tributária	612,51	639,14	662,29	675,88	711,84	779,51	770,66	919,49	930,34	1.016,95
Receita de contribuições	84,36	105,90	126,71	116,77	169,93	160,95	142,37	133,64	134,58	150,12
Receita patrimonial	52,78	51,62	42,27	66,28	76,45	81,08	88,38	92,56	86,30	83,64
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	19,03	23,44	24,52	24,80	30,49	35,10	35,77	38,00	55,94	54,85
Transferências correntes	1.896,50	2.038,42	2.183,02	2.378,48	2.506,10	2.404,47	2.750,91	2.658,40	2.702,95	2.847,76
Outras receitas correntes	17,31	41,23	45,92	43,55	249,03	208,69	70,68	160,72	350,32	567,03
Receitas de capital	388,87	422,15	230,50	610,85	1.154,53	998,08	542,26	1.210,66	682,66	675,45
Operações de crédito	200,45	145,85	25,03	137,51	626,99	580,70	206,92	1.009,12	562,43	531,00
Alienação de bens	0,00	0,04	0,00	1,02	0,60	1,25	0,18	0,31	0,17	0,51
Amortizações de empréstimos	0,85	1,06	1,19	1,14	0,90	1,11	1,32	1,43	1,55	1,12
Transferências de capital	187,56	275,21	204,28	471,18	526,04	415,02	333,83	199,79	118,51	142,83
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

* Atualizadas pelo IGP-DI
Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

Percebe-se que, embora apresentando queda em anos como os de 2007 e 2010, as receitas totais cresceram 75,58% no período. Destacam-se os crescimentos verificados em 2008/2009 (25,1%) e 2011/2012 (18,5%), ambos influenciados por um aporte acima da média das operações de crédito de R\$ 629,99 milhões em 2009 e R\$ 1.009,12 milhões em 2012.

No período, as receitas correntes cresceram 76%, sendo que as receitas tributárias e as transferências cresceram abaixo desse patamar: 66% e 50,2%, respectivamente. Já as receitas de contribuições e as outras receitas correntes, principalmente esta última, cresceram a taxas superiores. Em 2014, as receitas correntes foram 10,8% superiores às de 2013. As receitas de capital cresceram 73,7%, influenciadas, principalmente pelo incremento de mais de 165% nas operações de crédito no período. As transferências de capital, que são

uma importante fonte de receitas, notadamente em decorrência dos convênios com a união, e em 2009 chegou a representar mais de 45% destas receitas, vêm perdendo importância, chegando a cair mais de 23% nos últimos 10 anos. Em 2014, elas representaram somente 21,1% das receitas de capital.

A Tabela 2 demonstra que a Receita Corrente Líquida (RCL) - receitas correntes deduzidas as transferências constitucionais e legais a municípios, as deduções para a formação do FUNDEB, as contribuições para o Plano de Previdência do Servidor, as compensações financeiras entre regimes de previdência, a anulação dos restos a pagar e o Imposto de Renda dos servidores - no período entre 2005 e 2014, cresceu nominalmente mais de 190%, chegando a R\$ 4.267,23 milhões no último ano da série.

TABELA 2 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA A PREÇOS CONSTANTES E VALORES CORRIGIDOS PELO IGP-DI, SEGUNDO A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

(Em R\$ milhões)

Receitas	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Receita corrente líquida (em R\$ milhões)	1.466,89	1.635,88	1.933,48	2.223,26	2.453,09	2.648,93	2.975,83	3.281,19	3.700,35	4.267,23
Receita corrente líquida (valores corrigidos pelo IGP-DI)	2.446,73	2.633,76	2.919,85	3.019,29	3.391,17	3.306,08	3.517,77	3.617,17	3.866,72	4.267,23
Crescimento real (%)	24,7	7,6	10,9	3,4	12,3	-2,5	6,4	2,8	6,9	10,4

Fonte: SSecretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ

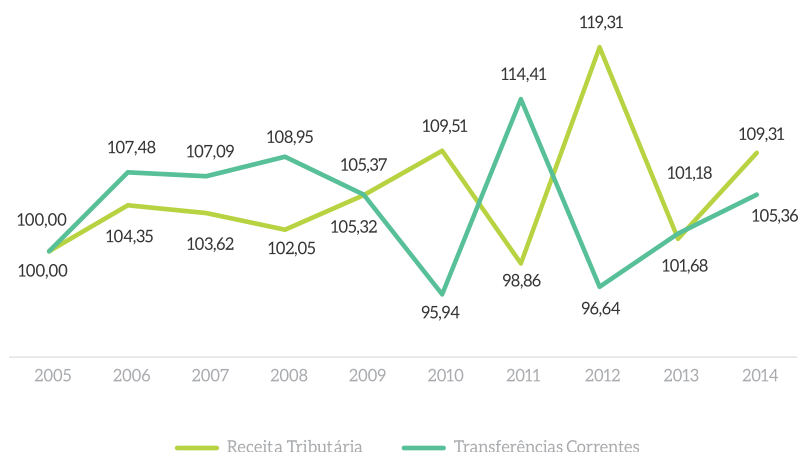
DIMENSÃO ESTRATÉGICA

A Receita Corrente Líquida serve como parâmetro principal para determinar os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das operações de crédito por antecipação da receita orçamentária e das garantias do Estado. Em termos reais, a RCL cresceu no período 74,4%, um pouco abaixo do crescimento das receitas totais que foi de 75,7%.

Observa-se que as Transferências advindas

da União são responsáveis pela maior parte da arrecadação do Tesouro Estadual, seguidas pelas Receitas Tributárias (receitas próprias do Estado). Todavia, como evidenciado na Figura 15, nota-se que, principalmente a partir de 2009, as receitas tributárias vêm apresentando um crescimento superior ao das transferências, demonstrando o esforço do Governo do Estado em melhorar a sua arrecadação própria.

FIGURA 15 – EVOLUÇÃO PERCENTUAL REAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA E DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – 2005 A 2014*



* Base = 2005

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ (corrigido pelo IGP-DI)

O principal responsável pelo aumento das receitas tributárias é o ICMS. Este é o principal tributo estadual, sendo de importância vital para o equilíbrio das contas públicas. É basicamente um imposto sobre o consumo, dependente do emprego e da renda das famílias, ou seja, do poder de compra do consumidor. Diversas são as variáveis

que impactam a arrecadação do ICMS, em maior ou menor grau, podendo-se citar, entre tantas: a taxa básica de juros da economia, o nível de produção interno e externo, o poder de compra do consumidor, a taxa de emprego, a estabilidade e a confiança na economia interna, as crises econômicas, o tempo e o clima e a sonegação fiscal.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

A combinação favorável de algumas das variáveis acima faz com que a arrecadação de ICMS seja impactada em maior grau. Dessa forma, o ICMS capta não só o aumento na quantidade e na qualidade de consumo das famílias, mas também a inflação embutida nos preços de produtos e serviços. Os investimentos realizados pelo Governo Estadual têm impactado positivamente este tributo, por outro lado, nos últimos anos, com a situação

de calamidade pública decretada pelo Governo estadual e diversos municípios, em função da cheia dos rios da região, têm impactado negativamente a arrecadação do ICMS no Acre.

Na tabela 3, tem-se o desempenho das Despesas no período 2005-2014. As de capital, mesmo com diversas as oscilações anuais, apresentou um crescimento real de 103% no período, maior que as despesas totais (96,1%) e as correntes (94%).

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS TOTAIS, DESPESAS CORRENTES E DESPESAS DE CAPITAL: 2005-2014

(Em R\$ milhões)

Anos	DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias)				DESPESAS CORRENTES				DESPESAS DE CAPITAL			
	Valores nominais	Variação Nominal sobre o ano anterior	Valores reais (corrigidos pelo IGP-DI)	Variação real sobre o ano anterior	Valores nominais	Variação Nominal sobre o ano anterior	Valores reais (corrigidos pelo IGP-DI)	Variação real sobre o ano anterior	Valores nominais	Variação Nominal sobre o ano anterior	Valores reais (corrigidos pelo IGP-DI)	Variação real sobre o ano anterior
2005	1.662,36	-	2.772,77	-	1.298,47	-	2.165,81	-	363,90	-	606,97	-
2006	2.133,78	28,4	3.435,40	23,9	1.530,82	17,9	2.464,62	13,8	602,96	65,7	970,77	59,9
2007	2.116,95	-0,8	3.196,92	-6,9	1.697,29	10,9	2.563,17	4,0	419,66	-30,4	633,75	-34,7
2008	2.642,40	24,8	3.588,51	12,2	1.988,68	17,2	2.700,72	5,4	653,73	55,8	887,79	40,1
2009	3.389,88	28,3	4.686,19	30,6	2.295,81	15,4	3.173,74	17,5	1.094,07	67,4	1.512,45	70,4
2010	3.792,98	11,9	4.736,71	1,1	2.617,04	14,0	3.268,18	3,0	1.175,94	7,5	1.468,52	-2,9
2011	3.608,83	-4,9	4.266,05	-9,9	2.879,71	10,0	3.404,14	4,2	729,12	-38,0	861,91	-41,3
2012	4.427,75	22,7	4.881,13	14,4	3.378,64	17,3	3.724,59	9,4	1.049,11	43,9	1.156,53	34,2
2013	4.807,80	8,6	5.023,96	2,9	3.733,01	10,5	3.900,85	4,7	1.074,79	2,4	1.123,11	-2,9
2014	5.436,52	13,1	5.436,52	8,2	4.202,01	12,6	4.202,01	7,7	1.234,51	14,9	1.234,51	9,9

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ

Os gastos reais com pessoal dos três poderes evoluíram em 57,7%, ficando abaixo do cresci-

mento das despesas totais (96,1%) e das despesas correntes (94,1%), conforme disposto na tabela 4.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

TABELA 4 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS, JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA E OUTRA DESPESAS DE CORRENTES: 2005-2014

(Em R\$ milhões)

Anos	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA				OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
	Valores nominais	Variação Nominal sobre o ano anterior	Valores reais (corrigidos pelo IGP-DI)	Variação real sobre o ano anterior	Valores nominais	Variação Nominal sobre o ano anterior	Valores reais (corrigidos pelo IGP-DI)	Variação real sobre o ano anterior	Valores nominais	Variação Nominal sobre o ano anterior	Valores reais (corrigidos pelo IGP-DI)	Variação real sobre o ano anterior
2005	836,73	-	1.395,64	-	37,28	-	62,19	-	424,46	-	707,98	-
2006	905,38	8,2	1.457,67	4,4	44,75	20,0	72,05	15,9	580,68	36,8	934,90	32,1
2007	994,23	9,8	1.501,44	3,0	49,50	10,6	74,75	3,7	653,56	12,6	986,98	5,6
2008	1.130,53	13,7	1.535,31	2,3	49,31	-0,4	66,96	-10,4	808,84	23,8	1.098,44	11,3
2009	1.269,92	12,3	1.755,55	14,3	55,85	13,3	77,21	15,3	970,04	19,9	1.340,99	22,1
2010	1.360,02	7,1	1.698,41	-3,3	95,70	71,4	119,51	54,8	1.161,32	19,7	1.450,26	8,1
2011	1.480,97	8,9	1.750,67	3,1	108,51	13,4	128,27	7,3	1.290,23	11,1	1.525,20	5,2
2012	1.851,79	25,0	2.041,40	16,6	118,58	9,3	130,72	1,9	1.408,27	9,1	1.552,47	1,8
2013	1.903,52	2,8	1.989,10	-2,6	143,10	20,7	149,53	14,4	1.686,39	19,7	1.762,22	13,5
2014	2.145,24	12,7	2.145,24	7,8	154,44	7,9	154,44	3,3	1.902,34	12,8	1.902,34	8,0

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ

O pagamento real de juros e encargos da dívida cresceram no período mais de 148%, saindo de um desembolso nominal de pouco mais de R\$ 37 milhões em 2005 para mais de R\$

154 milhões em 2014. Valor que, em 2005, representava 2,9% de todas as despesas correntes, subiu, em 2014, para 3,7%.

TABELA 5 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM INVESTIMENTOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA: 2005-2014,

(Em R\$ milhões)

Anos	INVESTIMENTOS				AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			
	Valores nominais	Variação Nominal sobre o ano anterior	Valores reais (corrigidos pelo IGP-DI)	Variação real sobre o ano anterior	Valores nominais	Variação Nominal sobre o ano anterior	Valores reais (corrigidos pelo IGP-DI)	Variação real sobre o ano anterior
2005	306,13	-	510,62	-	57,60	-	96,08	-
2006	538,62	75,9	867,19	69,8	64,34	11,7	103,59	7,8
2007	353,61	-34,3	534,01	-38,4	66,05	2,7	99,74	-3,7
2008	566,26	60,1	769,01	44,0	87,46	32,4	118,78	19,1
2009	1.002,30	77,0	1.385,59	80,2	91,68	4,8	126,74	6,7
2010	1.072,59	7,0	1.339,46	-3,3	103,29	12,7	128,99	1,8
2011	559,00	-47,9	660,80	-50,7	157,50	52,5	186,18	44,3
2012	796,69	42,5	878,27	32,9	250,33	58,9	275,96	48,2
2013	833,52	4,6	870,99	-0,8	194,23	-22,4	202,97	-26,5
2014	1.059,62	27,1	1.059,62	21,7	174,39	-10,2	174,39	-14,1

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ

Já os pagamentos reais com a amortização da dívida cresceram 81,5% no período, saindo, em valores nominais, de R\$ 57,60 em 2005 para R\$ 174,39 em 2014. No entanto, a participação deste gasto nas despesas de capital, caíram de 15,8% em 2005 para 14,1% em 2014, conforme a tabela 5.

As despesas com investimentos reais, nos últimos 10 anos, a preços de dezembro de 2014, totalizaram R\$ 8.875,56 milhões, numa média de R\$ 887,56 milhões por ano. Em 2014 esta despesa foi de R\$ 1.059,62 milhões. Numa economia ainda em estruturação de suas principais cadeias produtivas, como é o caso da acreana, os investimentos públicos tornam-se fundamentais para a geração de renda e emprego do setor privado.

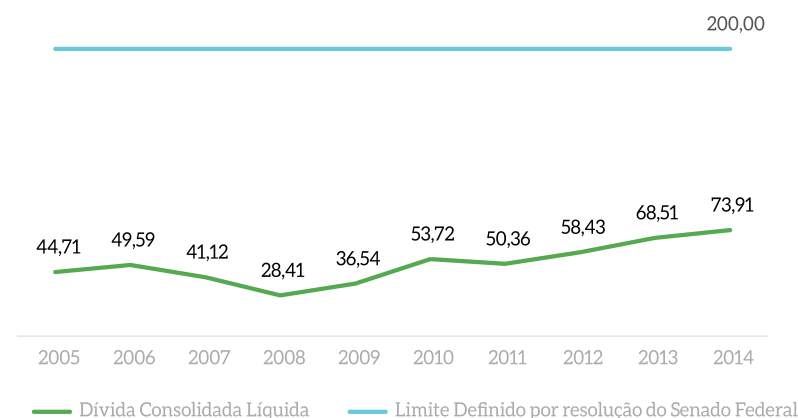
Em termos reais, nos últimos 10 anos, em média, o Governo do Acre utilizou 27% da sua Receita Corrente Líquida em investimentos que se tornaram fundamentais para melhoria da infraestrutura de transporte, da organização de cadeias produtivas agroflorestais e in-

dustriais e dos serviços sociais básicos.

O Governo do Estado buscou a excelência na gestão fiscal, buscando a preservação do equilíbrio das contas públicas por meio da observação das normas e limites de gastos previstos em lei, e principalmente na prestação de contas sobre o quanto e como se gastam os recursos colocados à disposição da administração pela sociedade. As figuras 16, 17 e 18, demonstram este compromisso através dos indicadores da dívida consolidada líquida, do gasto com pessoal e da contratação de operações de crédito.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) compreende o montante total das obrigações financeiras, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, nos termos do art. 29 da Lei de Responsabilidades Fiscais. A sua apuração é feita pelo saldo da Dívida Consolidada, do Ativo Disponível e dos Haveres Financeiros.

FIGURA 16 – EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA/RECEITA CORRENTE LÍQUIDA EM RELAÇÃO AO LIMITE (200%) - 2005-2014



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ

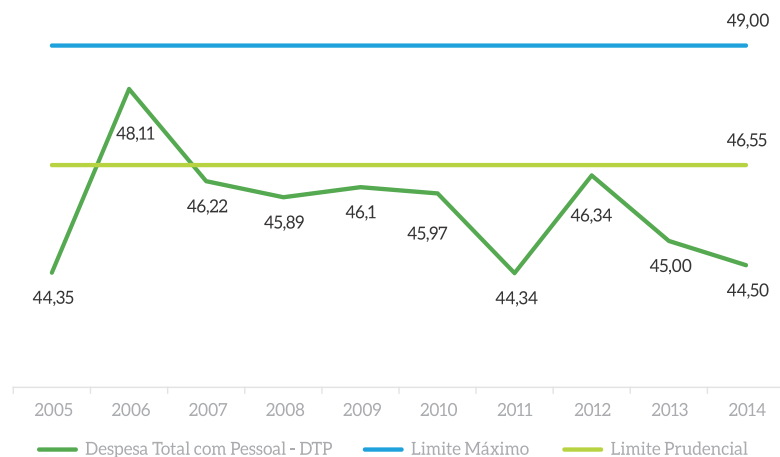
DIMENSÃO ESTRATÉGICA

A Lei de Responsabilidades Fiscais (LRF) exige um limite da Dívida Consolidada sobre Receita Corrente Líquida para as esferas federal, estadual e municipal. O Senado Federal estabeleceu um limite de 200% para essa relação. Como podemos observar na Figura 16, o máximo que o Estado do Acre alcançou foi 73,91%, em 2014.

A Despesa com Pessoal corresponde à despesa com pessoal ativo, inativo e pensionista, incluindo vencimentos e vantagens, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais, bem como os encargos sociais e as con-

tribuições às entidades de previdência. Excluem-se as indenizações por demissão, os incentivos à demissão voluntária, as decorrentes de decisão judicial de competência de período anterior e de inativos, custeadas por recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos próprios segurados, conforme o disposto no art. 18 da LRF. O valor da despesa total com pessoal é apurado pelo montante da despesa líquida (despesa bruta e exclusões previstas na Lei). É medida pelo percentual da despesa total com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida. O limite máximo para esta relação é de 49% e o limite prudencial é de 46,55%.

FIGURA 17 – COMPARAÇÃO DA EVOLUÇÃO PERCENTUAL DO GASTO COM PESSOAL/RECEITA CORRENTE LÍQUIDA EM RELAÇÃO AOS LIMITES, NO PERÍODO 2005-2014



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ

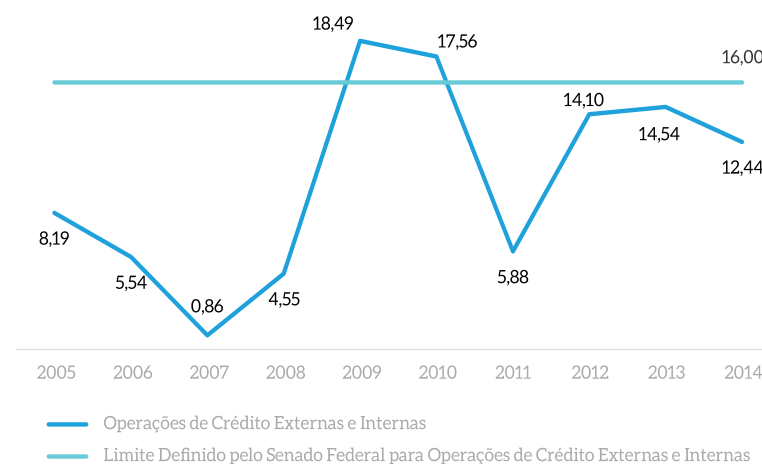
DIMENSÃO ESTRATÉGICA

Pela Figura 17 fica demonstrado que o Estado do Acre, jamais atingiu o limite máximo estabelecido pela LRF. Demonstra também que, a partir de 2012 esta relação vem apresentando uma tendência de queda, saindo de 46,34% para 44,50% em 2014.

Conforme a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), as operações de crédito correspondem ao compromisso financeiro assumido pelo Estado em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financeira de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e ser-

viços, arrendamento mercantil e outras operações semelhantes, inclusive com o uso de derivativos financeiros. Equipara-se à operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas. A apuração é feita pelo total das operações de crédito externas ou internas realizadas, incluindo a emissão de títulos da dívida mobiliária e operações de antecipação de receitas. É medida pelo percentual das Operações de Crédito incluindo emissão de títulos, em relação à Receita Corrente Líquida. O limite máximo para esta relação, estabelecida pelo STN para o Estado do Acre é de 16%.

FIGURA 18 – COMPARAÇÃO DA EVOLUÇÃO PERCENTUAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO/RECEITA CORRENTE LÍQUIDA EM RELAÇÃO AO LIMITE, NO PERÍODO 2005-2014



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

Conforme pode-se observar pela Figura 18, com exceção dos anos de 2009 e 2010, o Estado

CONCLUSÕES

Portanto, diante desse panorama mais complexo e de novas demandas da população decorrentes das próprias transformações da sociedade, é preciso avançar na manutenção e consolidação do modelo de desenvolvimento sustentável com inclusão, dando sequência à trajetória de conquistas, ampliando e melhorando as políticas públicas existentes e criando mecanismos inovadores para atender aos novos anseios de um estado democrático e inclusivo. A nova configuração econômica e social demanda maior capacidade do Estado para atender aos novos desafios sem colocar em risco os avanços sociais conquistados nem o equilíbrio das contas públicas, e garantir as condições para a retomada do crescimento em bases sustentadas e para a continuidade do processo inclusivo.

A solidez intertemporal fiscal e macroeconômica não é um fim em si mesmo, mas contribui para a consolidação do desenvolvimento com inclusão social. Além de fundamentos macroeconômicos sólidos, para o novo período precisamos do aperfeiçoamento do capital humano (educação), do aumento do capital físico por trabalhador (investimentos em infraestrutura e em bens de capital), da melhoria do ambiente de negócios (simplificação tributária, desburocratização, desenvolvimento financeiro) e da capacidade inovadora das empresas, o que em conjunto proporciona elevação da produtividade e da competitividade.

Com a estimativa de que, a economia brasileira comece a recuperar o crescimento em 2016, com a desaceleração da inflação e a consequente

queda da taxa básica de juros, estima-se uma recuperação sustentada da taxa de investimento e do consumo ao longo do período, com a contribuição dos investimentos realizados pelo governo do Acre. Estes movimentos irão ampliar a capacidade de geração de emprego da economia e o aumento da renda da população. O emprego e a renda do trabalho são as variáveis chave para a sustentação no tempo do processo redistributivo, além de conferirem materialidade à busca pelo aumento do bem-estar, sem esquecer da transitoriedade do bônus demográfico e do processo de envelhecimento natural da população acreana que implicam na necessidade de adoção de políticas ativas de incremento da taxa de participação deste contingente na economia.

Em síntese, o conjunto das ações de governo será organizado em Eixos Estratégicos, Áreas de Resultados, Programas e Projetos, dirigido para o crescimento da economia, das ocupações produtivas e emprego; para valorização da floresta e uso agropecuário sustentável das áreas em processo de degradação; para maior agregação de valor aos produtos com elevação da produtividade através da industrialização; para oferta de serviços básicos de qualidade; para melhoria de qualidade de vida, trabalho, moradia e lazer das pessoas, com foco na inclusão social e na redução das desigualdades, no fortalecimento da identidade, história e cultura do povo acreano.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

PLANEJAMENTO E GESTÃO

Planejar é pensar antes de agir, sistematicamente com método, propor-se objetivos, para imaginar e criar o futuro, conhecer e explicar a situação atual, conceber as trajetórias alternativas para chegar ao destino já delimitado e escolher o melhor caminho para alcançá-lo. Quem planeja deve ter os pés no chão, o olhar no futuro e, na mente, a perspectiva da rota a ser percorrida.

Planejamento é o processo pelo qual o homem pode realizar o sonho de dominar o seu futuro. De impor a razão às circunstâncias (Matus, 1986). Mas isto não significa que o futuro é produto de leis naturais, de um determinismo inflexível. O planejamento não se restringe à dimensão econômica, mas incorpora fatores políticos e sociais no seu processo. No sentido de fazer a escolha do futuro, é um ato de liberdade. O plano não é uma profecia, uma predição do futuro, mas a sua construção como obra humana.

O futuro do homem não se resolve no domínio de uma objetividade absoluta, mas no campo da subjetividade. De fato, o requisito essencial do planejamento público não é a objetividade científica, mas a subjetividade, a política e as relações de forças sociais na sociedade civil.

Não pode ser obra de um único ator porque a realidade a ser planejada é constituída de diferentes atores que tem cultura, valores, histórias, modos de vida e interesses distintos e, de fato, não se submetem a um controle único. A ação dos distintos atores repercute, efetivamente, na realidade por meio da prática estratégica. Este preceito aponta para uma importante participação social no planejamento. A ação política não pode ser ignorada no planejamento. Essas premissas

fundamentam o planejamento como uma aposta estratégica. Estratégia é a cadeia de mudanças situacionais, determinadas pelas táticas, que promovem o alcance da situação-objetivo. Em todo o processo, inclusive no diagnóstico, no objetivo, na estratégia e na programação, os fatores sociopolíticos são fundamentais.

O diagnóstico tem o status de análise situacional onde cada ator tem uma explicação que, da sua posição social, é verdadeira. Este preceito aponta para uma importante participação social no planejamento.

No método tradicional de formulação do planejamento existe uma assimetria entre passado e futuro. O passado está fechado, mas para o futuro pode-se imaginar inúmeras possibilidades. Não todas. O planejamento trabalha com a incerteza. Há um universo de variáveis sob as quais o planejador não tem controle.

O movimento do processo de planejamento é descrita por uma curva em "espiral" ascendente progressiva, mas finita. Começa no momento explicativo, num ponto da realidade e a ele retorna num patamar mais aberto e superior. Em seguida, faz o mesmo movimento até o encerramento do plano. Carlos Matus assim resumiu esta circularidade: "o planejamento é um cálculo que precede e preside a ação para criar o futuro, não para predizê-lo". O monitoramento e a avaliação são partes necessárias do planejamento. Isto implica replanejamento nas diversas etapas de execução. Neste sentido, o planejamento está presente na ação.

A trajetória vale-se de seis momentos iterativos. Não lineares. O momento explicativo, o normativo, o estratégico, o tático-operacional, o monitoramento e a avaliação de impacto sociopolítico.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA



O ponto de partida do planejamento é o problema. Partir de setores, fragmenta a realidade. O problema atravessa vários setores. A sociedade tem problemas, e debate na busca de soluções. A identificação, descrição, seleção, hierarquização e processamento dos problemas permitem apontar a solução como parte de um programa de governo. O plano que busca construir o futuro, que envolve todos os atores num processo de participação social, que recorre à subjetividade, que faz uma trajetória em espiral, que precede e preside a ação é planejamento público.

No governo do Acre, o planejamento tem

fundamento numa teoria, num método, em ferramentas, enfim num sistema definido de planejamento estratégico. O conjunto de funções de planejamento e estratégia de governo foi instituído, por meio de decreto governamental, no Sistema de Planejamento e Gestão Estratégicos (SIPLAGE).

O sistema conta com instrumentos formalizados que tem mostrado consistência e coerência com a realidade da gestão. São ferramentas capazes de identificar e processar analiticamente macroproblemas até discernir e alcançar as soluções e acompanhar os resultados.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

ESTRUTURA DO SIPLAGE



DIMENSÃO ESTRATÉGICA

A função de planejamento dispõe de ferramentas que obedecem um alinhamento e descrevem uma trajetória do nível abstrato ao concreto. Do estratégico ao operacional. Um ciclo que se inicia no plano de governo, incluindo, no processo, o acompanhamento de resultados num movimento constante que se encerra na conclusão das ações. São partes do alinhamento, o Plano de Governo, a Colheita de Resultados, o PPA, a LDO, a LOA, Monitoramento e a Avaliação.

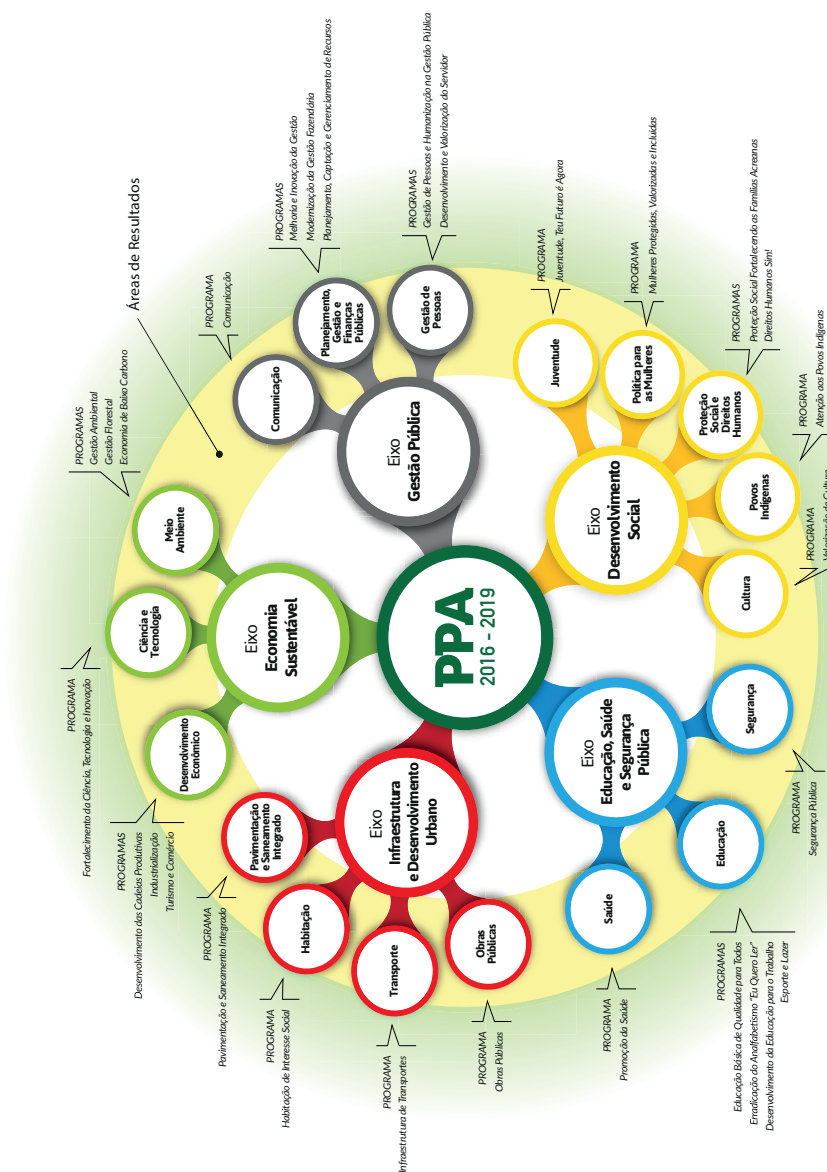
A visão estratégica do plano depende das informações obtidas no procedimento de participação social, como o conjunto de macroproblemas, a sua descrição, e as respectivas soluções apontados pelos setores sociais no processo de participação social. Contudo, nos seus fundamentos, é ajustada e aprovada pelas lideranças de alta direção da Aliança Política que conduz, na esfera política, o

projeto de desenvolvimento sustentável do Acre.

O Plano de Governo é o nível mais abstrato do planejamento. É uma agenda estratégica. Põe foco nos aspectos estratégicos do plano. Declara os valores e diretrizes do governo, identifica e analisa os problemas e propõe soluções. Elabora a situação atual e o diagnóstico, formula a visão estratégica, define os eixos estratégicos, as áreas de resultado, os programas e projetos.

A Colheita de Resultados expressa o Plano de Governo numa imagem de fácil apreensão. É uma expressão detalhada do Plano de Governo, mais concreta e mais próxima da operação. Resume-se a uma ferramenta estratégica que serve de base para o desenho da estrutura do Sistema Integrado de Gestão (SIG) e indispensável à prática de governo. Ultrapassa o Plano de Governo no detalhamento dos projetos e metas.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA



DIMENSÃO ESTRATÉGICA

O PPA é uma ferramenta estratégica e tática/operacional que tem referência no Plano de Governo e na Colheita de Resultados, contemplando os programas e projetos, construídos nos processos de participação de que fazem parte os setores sociais organizados da sociedade civil e formula e acrescenta o Orçamento Plurianual. Além de ser uma obrigação constitucional é instituído como lei estadual. É elaborado com ampla participação social, em oficinas regionais, contando com todos os segmentos organizados da sociedade que validam a

inserção dos programas na lei que institui o Plano. A construção do PPA na forma de projeto de lei é encaminhado e submetido à aprovação do governador que, aprovado, será encaminhado à Assembleia Legislativa. Aprovado pela Assembleia Legislativa retorna ao Governador para sanção.

A Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO e a Lei de Orçamento Anual - LOA são instrumentos específicos de planejamento tático-operacional. O PPA é a referência para elaboração da LDO e do orçamento anual.

CENTRAL DE RESULTADOS

A Central de Resultados é o ambiente onde se faz o gerenciamento das informações de acompanhamento do Governo. Portanto, o lugar de operacionalização do monitoramento e avaliação. Não é um espaço físico, mas o lugar da metodologia, da organização das ferramentas, da relação técnica e metodológica entre as duas funções. É sobretudo um espaço lógico, não tangível. O Monitoramento recorre ao método de avaliação para

fazer aspectos específicos do monitoramento presencial, enquanto a avaliação busca indicadores do monitoramento (eficiência e eficácia) para cruzamento com indicadores de efetividade. Embora sejam de essência diferente, os dois processos guardam estreitas relações. O monitoramento é interno à gestão e tem caráter técnico. A avaliação é externa e essencialmente sociopolítica.

MONITORAMENTO

A execução do Plano de Governo, detalhada nos instrumentos dos níveis mais próximos do operacional, realiza-se com o acompanhamento das ações estruturadas em programas e projetos.

O SIPLAGE regulamenta o monitoramento e a avaliação como processos de acompanhamento que se valem de sistemas informatizados, operando como módulos dentro do Sistema Integrado de Gestão - SIG.

O monitoramento é um processo essencialmente técnico e objetivo para aferir os resultados tangíveis, concretos, físicos da gestão.

Anualmente, ocorre o Seminário de Monitoramento é o encontro anual dos gestores estratégicos, sob a direção do governador, para conhecimento e discussão dos resultados da gestão, a identificação de falhas, desvios e a tomada decisão sobre correções que se mostrarem necessárias.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

AValiação DE IMPACTO SOCIOPOLÍTICO

É frequente na gestão pública a realização apenas do monitoramento como processo de acompanhamento dos resultados de governo. Confunde-se monitoramento e avaliação. O procedimento correto é monitorar e aferir resultados e verificar os seus impactos sociais e políticos.

O monitoramento afere a eficácia e a eficiência que permite calcular o desempenho técnico. São dois processos distintos e necessários para verificar a performance das três dimensões da gestão pública: a técnica, a social e a política. O conhecimento apenas do monitoramento tem ori-

gem na compreensão de que a gestão pública resume-se no resultado físico. A evidência mostra que são resultados o produto tangível imediatamente quantificável, na forma de meta, o benefício social e a legitimação política.

As informações de avaliação são originadas em pesquisa de opinião que busca conhecer o ponto de vista da sociedade civil sobre os benefícios entregues pela gestão pública à população, qual a qualidade da relação política e se as ações realizadas resolveram necessidade social.

SALA DE SITUAÇÃO E OBSERVATÓRIO DE GESTÃO

Além dos instrumentos de planejamento e acompanhamento, o governo necessita de ferramentas que atuem no processo de gestão para assegurar a evolução nos resultados, prevista nos planos operacionais anuais, o cumprimento das metas do Plano de Governo e o retorno esperado dos investimentos do PPA.

O governo conta com duas ferramentas de comprovada eficácia para garantir a matricialidade dos programas e projetos e resolver situações críticas da gestão: Sala de Situação e o Observatório de Gestão.

Especialmente a Sala de Situação permite juntar e otimizar o uso de recursos no gerenciamento de problemas conjunturais da gestão. E o Observatório de Gestão avança no gerenciamento de situações mais complexas no âmbito dos órgãos executores pelo diagnóstico e proposição de soluções, compartilhando internamente o desenvolvimento das ações planejadas.

A sala de Situação destina-se a identificar

"situações", problemas conjunturais e estruturais que representam gargalos no processo de gestão e cuja resolução comporta a ação coordenada de vários gestores estratégicos setoriais, como ordinariamente acontece na administração pública.

A Sala de Situação é a mediação entre o gestor singular e a complexidade do problema ou situação identificada que exige um arranjo institucional coletivo. O processo permite um grande avanço no ritmo e na qualidade da gestão.

A Sala de Situação é um instrumento orgânico de governo, propiciando maior agilidade e resolutividade da ação governamental.

O fluxo da atividade da Sala nasce na solicitação da reunião à coordenação, passa pela mediação da reunião, a exposição da situação/problema e debate, a formulação e aprovação dos encaminhamentos, apresentação do relatório ao governador, o monitoramento das tarefas; e encerra-se com a conclusão dos produtos e a resolução da situação/problema.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

EIXOS ESTRATÉGICOS E PROGRAMAS DE GOVERNO

A proposta do Plano Governança e Economia Sustentável 2016-2019 está estruturada em Eixos Estratégicos, que representam os campos de atuação prioritários das políticas públicas, a serem implementadas pela gestão do poder executivo estadual, orientadas, em conformidade com a Imagem - Objetivo do Plano, para promover a melhoria contínua e progressiva da qualidade de vida da população.

A programação deriva do legado histórico das gestões municipais e estaduais da Frente Popular do Acre, das diretrizes do Conselho Político Estratégico e das informações colhidas em oficinas de participação popular realizadas em todos os municípios do Estado na Construção de Plano Governo.

Cada Eixo Estratégico está organizado em programas visando dar solução aos problemas identificados, de natureza estrutural ou conjuntural, no curto, médio e longo prazos e, assim, gerar benefícios à população. A identificação de problemas tem como referência as necessidades e de-

mandas da sociedade.

Esse conjunto de ações do governo convergem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, das famílias e, enfim, da população, especialmente as que mais precisam, resultando em redução das desigualdades sociais, melhor qualidade ambiental, e fortalecimento da cultura própria e da identidade do povo acreano.

Este objetivo será alcançado por meio de avanços sustentados no desenvolvimento econômico, de base industrial, florestal e agropecuário; na distribuição de renda; na conservação dos recursos naturais; na inclusão social e na valorização da cultura local. Isto supõe expansão da produção, elevação sistemática da produtividade e forte agregação de valor à produção primária, com inclusão socioprodutiva e sustentabilidade ambiental.

Os cinco Eixos Estratégicos são Economia Sustentável; Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano; Educação, Saúde e Segurança Pública; Desenvolvimento Social e Gestão Pública.



EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

O Eixo Economia Sustentável reúne as áreas voltadas para a promoção de uma economia moderna, alicerçada nos fundamentos do desenvolvimento sustentável. Esse eixo está voltado para as atividades econômicas da produção florestal; da indústria de transformação; da agropecuária; do turismo e comércio; do meio ambiente, responsável pela gestão ambiental, florestal e a economia de baixo carbono; e a da ciência, tecnologia e inovação.

Uma economia forte deve produzir riquezas em produtos e serviços e, ao mesmo tempo, ter a capacidade de promover inclusão social da população mais vulnerável, o que possibilita redução de desigualdades sociais e consequente inserção de trabalhadores nos extratos da classe média. Deve ainda garantir a sustentabilidade ambiental, apoiada em alternativas que promovam o crescimento da economia do Estado tendo como parâmetro básico o respeito aos limites de uso dos recursos naturais, estabelecidos pelo Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE).

A sustentabilidade não está restrita ao manejo produtivo da floresta, precisa incluir, tam-

bém, o manejo do solo e da água pois, em todas estas classes de uso de recursos, pode acontecer e desenvolver-se a produção sustentável.

O desenvolvimento de cadeias produtivas estratégicas representa importantes oportunidades econômicas para o Acre, tendo a indústria como o setor dinâmico de alta participação no valor adicionado. É preciso ressaltar, que os projetos econômicos são resultantes de uma estreita parceria, uma articulação, uma concertação entre o governo, a iniciativa privada e as comunidades de pequenos produtores.

No campo da produção, os investimentos têm um poderoso efeito multiplicador. Criam empregos e geram elevados ganhos de escala e de produtividade que resultam num salto do tamanho e da eficiência da economia.

A economia do Acre está experimentando uma profunda transformação. É maior, mais produtiva e diversificada. Uma nova economia. O tempo da escala, da produtividade e da diversificação. Para gerar renda, emprego, cidadania e bem-estar social com sustentabilidade.

EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

1.1 PROGRAMA INDUSTRIALIZAÇÃO

A Indústria é um setor essencial para o desenvolvimento econômico, sobretudo, por ser dinâmico e difusor de inovações e por seu potencial de agregar valor, gerar emprego e renda, absorver novas tecnologias com aumento de produtividade, produção de escala, competitividade, dentre outros fatores. A capacidade industrial é amplamente utilizada como índice para avaliar o nível de desenvolvimento econômico de uma região.

A estrutura produtiva e a participação na indústria são fundamentais na dinâmica do processo de crescimento e desenvolvimento econômico, havendo uma relação positiva entre o crescimento da indústria e o crescimento do produto agregado de um país.

O processo de industrialização brasileira não ocorreu simultaneamente em todas as regiões. Permanece ainda hoje uma forte concentração territorial das atividades industriais, visto que 81% do valor adicionado da atividade está concentrada nas Regiões Sudeste (59%) e Sul (22%). Na Região Norte, o estado que tem a maior participação na indústria de transformação é o Amazonas, em função da Zona Franca de Manaus. Na economia do Estado do Acre, a industrialização ainda é pouco representativa, com apenas 2,8% de participação no valor adicionado em 2012.

O Governo Estadual compreende que o crescimento do setor industrial é parte fundamental da estratégia de desenvolvimento local, para a geração de empregos e aumento da produtividade da economia e, por isso tem investido fortemente para o fortalecimento da indústria acreana.

Na Gestão 2011-2014, o setor industrial do estado foi considerado uma das prioridades, pas-

sando por um intenso processo de modernização e expansão, a partir de ações para a ampliação, diversificação e a modernização do parque industrial, tanto na capital quanto no interior. A política direcionada ao setor industrial ainda está em fase de consolidação e espera-se continuar avançando para a industrialização entre 2016-2019.

Dentre as ações, destacam-se a instalação de parques industriais em Cruzeiro do Sul, Brasília, Epitaciolândia, Feijó, Sena Madureira e Tarauacá e a ampliação de parques industriais em Rio Branco, Acrelândia e Xapuri, abrindo espaço para novas concessões para as empresas. Em Tarauacá e Cruzeiro do Sul também houve investimentos para a instalação de complexos industriais florestais voltados à ampliação dos produtos de madeira.

As cadeias extrativas florestais no Estado, como a de borracha e castanha, foram contempladas por políticas industriais. Em Rio Branco, o Estado apoiou a construção da maior indústria de beneficiamento de castanha do Brasil, com capacidade para processar 200 ton./mês, tendo condições de importar castanha de Rondônia, Amazonas e Pará. Em Sena Madureira, foi implantada uma unidade industrial de borracha de Granulados Escuros Brasileiros - GEB, com capacidade para produzir 176 ton./mês.

As cadeias produtivas de suinocultura e ovinocultura também receberam incentivos, com a construção de abatedouros de pequeno porte nos municípios de Mâncio Lima e Tarauacá, aquisição de máquinas e equipamentos, distribuição de ovinos, construção de um moderno frigorífico e assistência técnica aos produtores.

As pequenas indústrias e as agroindús-

EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

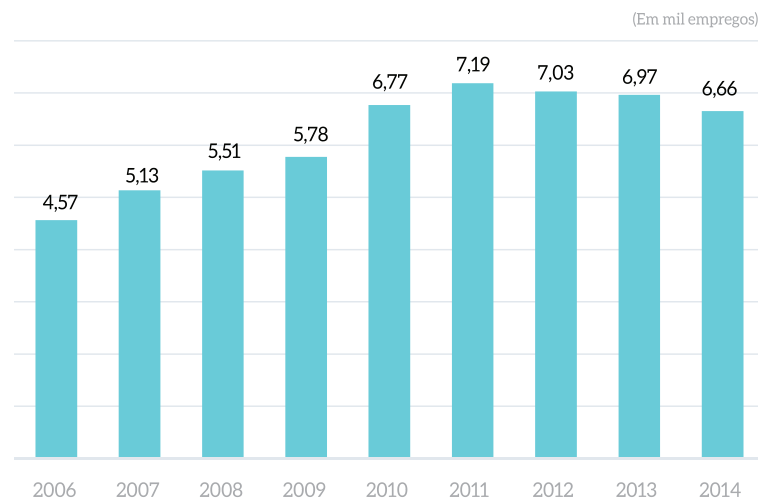
trias foram fortalecidas, tais como a indústria de engarrafamento de água mineral em Cruzeiro do Sul, a agroindústria de rapadura de Rio Branco, a agroindústria de extração de óleos de murmuru e buriti em Rodrigues Alves, a agroindústria de empacotamento de feijão em Marechal Thaumaturgo, a agroindústria de embutidos de peixe no Buja-ri e o centro industrial das biscoiteiras de Cruzeiro do Sul.

A piscicultura recebeu grande investimento. Foram implantados o Núcleo Industrial de Piscicultura no município de Cruzeiro do Sul, formado por um centro tecnológico de produção de alevinos e um frigorífico de processamento de

peixe, e o Complexo Industrial de Piscicultura em Senador Guiomard, que além do centro e do frigorífico, conta com uma fábrica de ração. Juntos, os centros tem capacidade para produzir 10 milhões de alevinos/ano e o frigorífico tem capacidade de processar 20.000 toneladas de peixe por ano.

Boa parte dessas indústrias ainda está em fase de consolidação, mas já é possível sentir alguns resultados. O número de empregos formais na indústria de transformação cresceu 45,8% entre 2006 e 2014, passando de 4.565 para 6.644 empregos formais, conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego expressos na Figura a seguir.

FIGURA 19 – NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, ACRE 2006-2013



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

Para o quadriênio 2016-2019, o fortalecimento do setor industrial na economia do estado permanece como um dos pilares do desenvolvimento econômico. O Governo do Estado pretende ampliar o número de indústrias e trabalhar para

METAS

- Ampliar em 100% o espaço físico da Fábrica de Preservativos Masculino de Xapuri, visando duplicar sua capacidade produtiva;
- Implantar 01 indústria de Luvas na Fábrica de Preservativos Masculino de Xapuri;
- Construir 255 tanques nas Regionais Baixo Acre, Alto Acre e Juruá;
- Construir 01 indústria de laticínio em Plácido de Castro;
- Implantar 01 agroindústria de beneficiamento de banana em Tarauacá;
- Finalizar a obra civil da Fábrica de Compensados de Tarauacá;
- Finalizar a obra civil do Polo Moveleiro de Tarauacá;
- Assentar 68 empreendimentos marceneiros nos polos moveleiros;

a consolidação das indústrias já implantadas. Portanto, objetivo desse programa é promover a industrialização do Estado, ampliando consideravelmente sua participação no produto da economia.

- Atualizar 01 legislação Programa Compras Governamentais para abranger novos empreendimentos locais;
- Finalizar 01 processo de concessão/doação da Fábrica de GEB;
- Atualizar 01 legislação do programa de Fomento a Regionalização do Mobiliário da Administração Estadual e Fortalecimento do Setor Moveleiro e Marceneiro;
- Regularizar 101 áreas públicas para concessão/doação via Copiai;
- Produzir e distribuir 610 milhões de unidades de preservativos masculinos no âmbito das ações de prevenção às DST's executadas pelo MS, considerando o início de operação das atividades produtivas com a duplicação em 2017.

INDICADORES

- Taxa de crescimento real da indústria de transformação;
- Participação de empregos formais na indústria de transformação.

EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

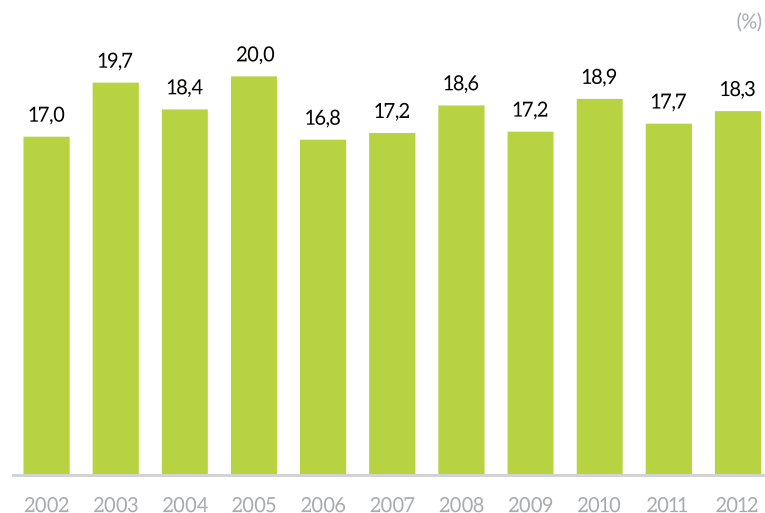
1.2 PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

No Programa Desenvolvimento das Cadeias Produtivas, a quase totalidade das ações são direcionadas para área rural visando estimular a diversificação da produção, o aumento de escala, a elevação da produtividade, a promoção da segurança alimentar e a redução da pobreza rural, fundamentadas no fomento à produção, na assistência técnica, na melhoria da base tecnológica e no respeito ao meio ambiente. As ações que contemplam, além da zona rural, a zona urbana são

as de economia solidária e de criação de pequenos negócios, que visam gerar ocupação e proporcionar a inclusão social das famílias por meio do comércio solidário.

No Acre, a agropecuária é o segundo setor em participação no Valor Adicionado Bruto (VAB), atingindo a cifra de 1,59 bilhão de reais ou 18,3% de participação no VAB, em 2012. O crescimento real do Valor Adicionado Bruto da agropecuária, entre 2002 e 2009, foi de 86,3%.

FIGURA 20 – PARTICIPAÇÃO DA AGROPECUÁRIA NO VALOR ADICIONADO BRUTO, ACRE - 2002-2012



Fonte: IBGE/Contas Regionais.

Na agricultura, algumas culturas se destacaram pela importância em volume, como a mandioca, que é o produto mais importante por fazer parte da cultura alimentar do estado e por ser am-

plamente produzida pelos pequenos agricultores; e outros pelo crescimento apresentado entre 2009 e 2013, como o milho que mais que dobrou sua produção (117,4%) nesse período em reposta a de-

manda por insumo para a fabricação de ração para atender as agroindústrias de aves, suínos e peixes; o crescimento da produção de frutas como abacate (113,5%), maracujá (107,2%), abacaxi (85%), melancia (82,3%), laranja (74,7%) e banana (55,1%) evidencia que o incentivo à produção de frutas no Estado tem obtido respostas promissoras. Entre 2011 e 2014, foram entregues cerca de 701 mil mudas de culturas permanentes e semi-permanentes; foram mecanizados quase 57 mil hectares de terra em propriedade de pequenos produtores; a capacidade de armazenagem de grãos do Estado mais que dobrou, com implantação de 03 silos graneleiros e a ampliação de outros três silos já existentes.

Na pecuária, o estado alcançou o reconhecimento internacional, pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), de zona livre de febre aftosa e reconhecimento nacional de zona livre de Peste Suína Clássica (PSC). Cabe ressaltar, que entre 2009 e 2013, os rebanhos galináceos e bovinos também apresentaram crescimento, com as respectivas variações positivas de 8,47% e 7,41%.

O Censo Demográfico de 2010 (IBGE) constatou que a pobreza no Acre apresenta um grau de severidade maior na zona rural do que na zona urbana. Assim, as políticas públicas também visam a inclusão social dessas famílias. O Programa de Aquisição de Alimentos, que adquiriu 7.322 toneladas de produtos da agricultura familiar, com a cobertura média anual de 1.197 produtores e 340 entidades socioassistenciais.

Na silvicultura, por meio do Projeto Flores- tas Plantadas, o Estado tem trabalhado para incrementar a produção de culturas importantes e de alta demanda no mercado, tal como a borracha e o açaí. Estima-se que parte dessa produção seja absorvida pelas indústrias de GEB em Sena Madu-

reira e a Indústria de açaí liofilizado na ZPE, que estão em fase de consolidação.

Na Cadeia da Piscicultura foram escavados 5.142 açudes/tanques para a produção de peixes visando atender a demanda do Complexo Industrial de Piscicultura do Vale do Acre e a Unidade de Piscicultura do Vale do Juruá, sendo esta, umas das importantes alternativas sustentáveis para a estratégia de desenvolvimento do Estado do Acre.

Portanto, a indução da produção primária é importante para a política de industrialização, pois nela é produzida a matéria-prima utilizada pelas agroindústrias e indústrias que estão se desenvolvendo no Acre, para o abastecimento local, para a redução da pobreza e para a redução do desmatamento à medida que oferece aos produtores incremento tecnológico e alternativas de produção de baixo impacto ao meio ambiente.

A economia solidária é uma alternativa fundamentada nos princípios da autogestão, da democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário, cujo objetivo é contribuir com o desenvolvimento local a partir da geração de ocupações produtivas emancipadoras. No Estado do Acre, a economia solidária e a criação de empreendimentos individuais populares oxigenaram a economia do Estado em mais de 5 milhões entre 2011 a 2015.

Nesse período, os investimentos federais e estaduais criaram mais de 10 mil iniciativas populares, beneficiando diretamente 4,4 mil famílias, totalizando mais de 22,6 mil pessoas com a entrega de equipamentos profissionais fomentando um rol de 13 atividades empreendedoras, como: cabelereiros, roçadores, manicure, costureiras, doceiras, eletricitas, encanadores, pedreiros, mecânicos de barco, de bicicletas e de motos, pintores

EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

e manutenção de computadores, além das feiras solidárias que surgiram para disseminar os empreendimentos familiares.

Essas ações contribuíram fortemente para redução das desigualdades sociais e para a queda na taxa de pobreza. Entre 2009 e 2013, quando a proporção de pessoas extremamente pobres de 17% para 11%.

Apesar dos expressivos avanços obtidos, ainda existem grandes desafios a serem enfrentados para dinamizar a agricultura, pecuária, pesca,

silvicultura e fortalecer a economia solidária e de pequenos negócios no Estado. Para 2016-2019, as ações serão fortalecidas e ampliadas, tendo como objetivo do programa a diversificação da produção, o aumento da agregação de valor, redução de extrema pobreza, a melhoria da geração de renda dos produtores rurais, a redução do desmatamento, o incremento de tecnologia, o incentivo a economia solidária e a criação de mais pequenos negócios populares.

METAS

- Implantar 3.300 hectares de espécies frutíferas açaí, maracujá, acerola e graviola;
- Distribuir 300.000 mudas de açaí para o plantio;
- Construir 317 casas de vegetação;
- Reformar 25 de casas de farinha;
- Destocar 4.800 hectares de áreas de plantios intensivo e recuperação em áreas degradadas;
- Mecanizar 16.000 hectares de áreas de plantio intensivo e recuperação em áreas degradadas;
- Fomentar 763 empreendimentos de pesca artesanal em 12 municípios nas cadeias produtivas;
- Construir 2.361 de açudes;
- Fomentar a comercialização do mel em 80 famílias;
- Implantar 1.134 galpões para criação de aves;
- Realizar junto ao ITERACRE o georreferenciamento de 19 projetos de assentamento;
- Beneficiar 1000 famílias de produtores extrativistas;
- Elaborar 25 planos de gestão da cadeia produtiva da castanha;
- Implantar 100 hectares de castanha do Brasil nas regionais do Baixo Acre e do Alto Acre;
- Ampliar a capacidade de armazenagem e escoamento da produção de 200 famílias de extrativistas;
- Realizar 63.000 visitas Assistência Técnica e Extensão Rural implementadas pelos programas de Governo;
- Produzir 8 milhões de alevinos;
- Distribuir 950.000 pintos caipiras de 01 dia;
- Implantar 07 abatedouros artesanais de aves caipiras;
- Beneficiar 100 criadores com a redistribuição

EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

ção de crias das matrizes adquiridas de ovinos;

- Implantar 10 queijarias artesanais;
- Mecanizar 29.000 hectares;
- Fomentar o plantio de 4.000 hectares de mandioca plantada em hectares;
- Elevar a capacidade de armazenamento e secagem de 25 mil para 75 mil toneladas;
- Fomentar o plantio de 7.000 hectares de novas áreas de café;
- Produzir 1.200 embriões;
- Sincronizar 1.800 receptoras;
- Sincronizar 1.200 animais para inseminação artificial;
- Transferir tecnologia para 6 propriedades;
- Implantar 12 unidades de demonstração

para produção de biofertilizante e biogás em parceria com pequenos produtores;

- Capacitar 300 produtores nas boas práticas de equilíbrio entre sistemas de produção na agricultura e meio ambiente;
- Atender 120 propriedades com a prática de produção integrada de agricultura e pecuária;
- Criar e fomentar 10.000 pequenos negócios voltados a economia popular e a economia solidária, individuais e coletivos, urbanos e rurais.

INDICADORES

- Taxa de crescimento do Valor Adicionado da Agropecuária;
- Taxa de Participação da Agropecuária no Valor Adicionado;
- Produtividade da produção de grãos (milho, feijão e arroz).

1.3 PROGRAMA COMÉRCIO E TURISMO

Este programa agrega as ações relacionadas às atividades de Comércio e Turismo, que são consideradas de alta relevância para o desenvolvimento da economia local e na classificação econômica, pertencem ao Setor de Serviços.

O Comércio destaca-se por ser uma das maiores atividades do Estado. Sua participação no Valor Adicionado foi 10,9% em 2012, sendo menor somente que a atividade de administração pública. Com o ganho de poder aquisitivo da população nos últimos anos, o Comércio foi estimulado, implicando no aumento da capacidade de absorção de mão-de-obra. Conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego, a participação de comércio no total de empregos formais de 2006 era de 16,9%, passando para 18,9% em 2014.

Desde de 2012, o Estado do Acre vem sofrendo com as fortes enchentes, seja pelo fechamento da BR-364 com a cheia do Rio Madeira em Rondônia, seja pelo transbordamento dos rios que cortam suas cidades, como o Acre e o Tarauacá. Essas catástrofes naturais tem impactado a economia do Acre, incluindo o setor de comércio, pois implica na dificuldade de logística, na redução de oferta dos produtos e consequentemente na redução de recursos para capital de giro e investimentos, ou mesmo na destruição de áreas comerciais, como ocorreu em Brasília na enchente de 2015.

Assim, a política para o Comércio deve observar tanto a reparação dessas áreas, quanto a promissora relação comercial que pode ser estabelecida com o Peru e a Bolívia, além dos demais mercados asiático e americano a partir da estrada do Pacífico ou, futuramente, pela ferrovia Bioceânica.

Na área de Turismo, os recursos naturais fazem do Brasil uma das principais economias da América Latina, conforme o Índice de Competitividade de Viagens e Turismo Global (TTCI) do Fórum Econômico Mundial 2015. No ranking mundial, o Brasil alcançou o 28º lugar entre os 141 países avaliados. Em relação a biodiversidade, o Brasil assumiu o primeiro lugar na classificação global, em termos de recursos naturais.

Entre os destinos mais populares, a Floresta Amazônica é um dos lugares mais visitados. Desta forma, considerando que o Estado do Acre está localizado em um local privilegiado possuindo uma vocação natural para o eco e o etnoturismo, bem como, a ligação terrestre com os países da Bolívia e do Peru, o Governo do Estado têm investido em infraestrutura básica (saúde, educação e segurança pública) dentre outros, visando consolidar o desenvolvimento econômico a partir de uma base diversificada e ingressar no circuito turístico nacional.

Resalta-se que o desenvolvimento da atividade turística está estreitamente interligada ao crescimento da economia local, uma vez que estimula o surgimento de novas empresas, principalmente no setor hoteleiro; agências de viagens e transporte de passageiros; a geração de emprego; e a melhoria da infraestrutura.

Apesar do Acre representar atualmente apenas 0,4% do fluxo turístico nacional, pesquisas apontam uma perspectiva positiva de 21% de crescimento nos próximos 6 anos. Para alcançar esse quadro, o governo investirá na consolidação das ações de estruturação, qualificação e ordenamento dos atrativos potenciais do Estado do Acre,

bem como, no marketing turístico do Estado, com destaque para a divulgação do Acre, facilitando desta forma o processo de troca, além de buscar a identificação das necessidades e dos desejos do turista. Com isso, o Acre estará apto a entrar no circuito nacional do turismo, bem como, ofertar produtos ou serviços com as características adequadas ao mercado interno e externo.

Após realização de várias pesquisas e estudos, foi sancionada, em 30 de dezembro de 2014, a Lei nº 2.951 que dispõe sobre a Política Estadual de Turismo Sustentável do Estado do Acre e, em 30 de abril de 2015, foi lançando o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Acre (2015-2020), tendo como objetivo consolidar o turismo como atividade econômica sustentável. Conforme a diretriz do Plano Estratégico, o turismo local foi regionalizado em dois polos de desenvolvimento: Polo do Vale do Acre e o Polo Vale do Juruá.

O Polo Vale do Acre é composto pela capital Rio Branco e pelos municípios de Assis Brasil, Brasília, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Senador Guimard, Plácido de Castro, Porto Acre e Sena Madureira. Essa região conta com importante elemento estratégico para o desenvolvimento do turismo: a Rodovia Interoceânica, que liga o Acre ao Pacífico. Além disso, no Polo foram constituídas quatro Rotas Turísticas: Caminhos da Revolução, Caminhos de Chico Mendes, Caminhos do

Pacífico e também a Rota Turística Internacional "Pantanal, Amazônia, Andes e Pacífico", estratégia de comercialização e diversificação da oferta, integrada pelos estados de Mato Grosso, Rondônia e pelo Peru.

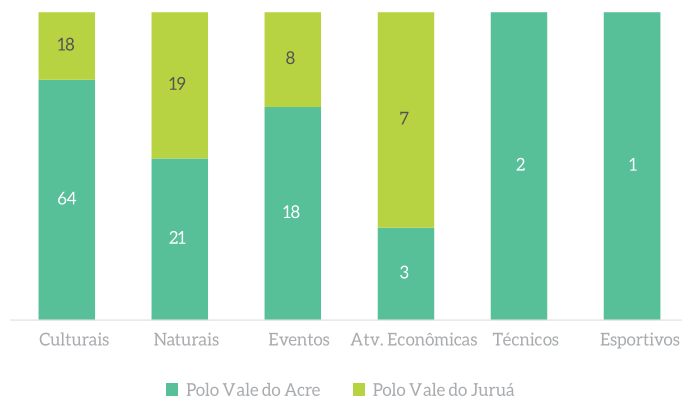
Já a região turística do Polo Vale do Juruá compreende os municípios de Cruzeiro do Sul, Feijó, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Marechal Thaumaturgo, Jordão e Tarauacá. Este polo conta com duas Rotas Turísticas, ambas em fase de estruturação: Caminhos das Aldeias e Caminhos da Biodiversidade.

A Figura 21 quantifica os principais recursos e atrativos turísticos no Estado. No Polo Vale do Acre são 109 atrativos, sendo 64 culturais, 21 naturais, 18 eventos, 03 atividades econômicas, 02 técnicas e 01 esportiva. Destacam-se 03 atrativos culturais: os Geoglifos, as Culturas Ayahuasqueiras e o Centro de Memória Chico Mendes e 01 atrativo natural: Seringal Cachoeira. No Polo Vale do Juruá são 51 atrativos, destacando-se 01 atrativo natural e 06 atrativos culturais: o Parque Nacional da Serra do Divisor, as Culturas Ayahuasqueiras, o Festival Yawanawá, o Festival Mariri, o Festival Huni Kuin Xiná Bena e o Povo Ashaninka do Rio Amônia.

EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

FIGURA 21 – TIPOS DOS RECURSOS E ATRATIVOS TURÍSTICOS NOS POLOS VALE DO ACRE E VALE DO JURUÁ

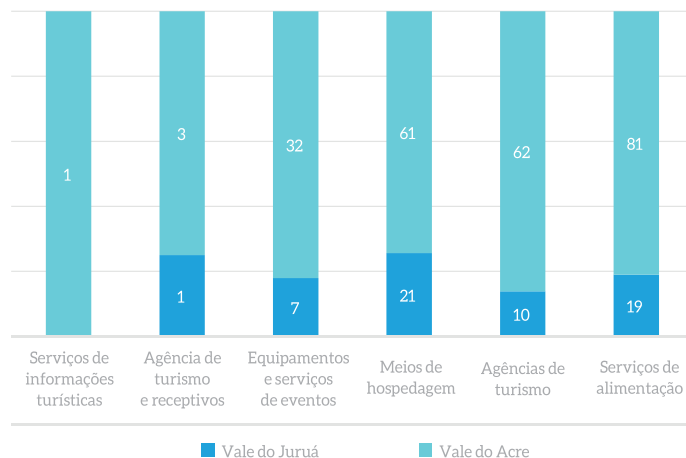


Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Acre, 2015.

Quanto aos estabelecimentos ligados às atividades características do turismo, 80% estão concentrados no Polo Vale do Acre e 20%, no Polo Vale do Juruá. Em quantidade, as categorias com mais estabelecimentos são aquelas relacionadas

aos serviços de alimentação, meios de hospedagem e agência de turismo. Das agências, apenas 4 possuem portfólio voltado para o turismo receptivo, sendo 3 no Polo do Vale do Acre.

FIGURA 22 – ESTABELECIMENTOS LIGADOS ÀS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO NOS POLOS VALE DO ACRE E VALE DO JURUÁ



Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Acre, 2015.

Assim, o objetivo deste programa é apoiar o comércio local, ampliar as exportações e elevar a competitividade do Acre com destino turístico,

ampliando a participação econômica dessas atividades no conjunto da economia.

METAS

- Entregar 04 produtos turísticos consolidados;
- Formalizar e cadastrar 400 empreendimentos turísticos;
- Estruturar 01 trilha de caminhada contemplativa;
- Qualificar 100% dos atores do turismo trabalhando diretamente na trilha de turismo;
- Captar 08 eventos relacionados ao turismo a serem realizados no Estado do Acre;
- Promover a participação dos países

- fronteiriços em 04 edições da Expoacre;
- Promover a participação do Acre em 08 edições de Feiras Internacionais de Negócios;
- Finalizar 100% da obra civil do Polo Logístico de Rio Branco;
- Construir 1,2 km de acesso entre a BR 364 e o Polo Logístico;
- Implantar 01 Alfândega Modelo em Epitaciolândia;
- Implantar 02 Centros Comerciais no município de Brasília.

INDICADORES

- Valor das Exportações;
- Taxa de crescimento real do comércio;
- Número de registros de entrada de pessoas oriundas de outros países no Acre.

1.4 PROGRAMA GESTÃO AMBIENTAL

O Acre é o mais ocidental dos estados da Amazônia Brasileira, fazendo fronteira com dois países sul-americanos (Bolívia e Peru) e dois estados da federação (Amazonas e Rondônia), representando 2% do território nacional e 4% da Amazônia Legal, com grande diversidade biológica e etnocultural.

A tomada de consciência da realidade ambiental em que se encontra o Planeta, ocorreu de forma diferenciada nos vários setores em que se organiza a sociedade moderna. Vários desses segmentos incorporaram uma visão de sustentabilidade do desenvolvimento, procurando integrar, dentro de uma perspectiva holística, a economia, a inclusão social e a conservação ambiental, permitindo melhorar a qualidade de vida a partir de realidades locais.

O Zoneamento Ecológico-Econômico-ZEE foi o principal alicerce de planejamento estratégico e de gestão ambiental e territorial, indicando como prioridade a construção de um novo modelo de desenvolvimento local e regional. Enquanto instrumento de gestão, o ZEE se consolidou através do ordenamento territorial em várias instâncias, desde a regularização fundiária das áreas urbanas e rurais, ao fortalecimento da gestão nos municípios e nas terras indígenas, considerando ainda o planejamento do desenvolvimento comunitário em zonas rurais e urbanas.

Neste contexto surgiu também a Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal que trouxe mecanismos para a regularização dos passivos, a recuperação de áreas alteradas, considerando inclusive, de forma inovadora, a provisão e pagamento por serviços ambientais.

Adicionalmente, o Acre avançou na Política de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas, com a modernização e descentralização da gestão das ações de comando e controle refletidas na interiorização do órgão ambiental, e fortalecimento da gestão municipal.

Destaca-se também a gestão integrada dos recursos hídricos, associada à gestão de riscos ambientais, que tem demonstrado ser um importante instrumento para a redução da sua vulnerabilidade, explorando medidas de adaptação às mudanças climáticas, através da recuperação de áreas degradadas em nascentes e matas ciliares, bem como o aumento das áreas verdes e a arborização das cidades. Com pioneirismo na Amazônia, foi possível construir o Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos, que se tornou um instrumento orientador dos municípios para a solução do problema de destinação e tratamento adequados dos resíduos sólidos.

De forma a incluir a sociedade acreana, em especial crianças e jovens, no processo de desenvolvimento sustentável do Estado, a Educação Ambiental tem exercido um papel primordial, por meio de instrumentos inovadores de sensibilização e participação popular, contribuindo para a resolução de problemas ambientais urbanos e rurais.

No entanto, considerando as peculiaridades socioambientais de cobertura florestal, diversidade biológica e etnocultural do Acre, associados aos problemas ambientais que ainda persistem, e algumas tendências de ocupação e desenvolvimento da região Amazônica, desafios se colocam para consolidar uma política ambiental que promova

uma verdadeira conciliação entre o povo do Acre e os seus recursos naturais.

Dentre as questões a serem abordadas estão o risco de desmatamento e degradação florestal no âmbito das unidades de conservação e terras indígenas, a irregularidade ambiental dos imóveis rurais e defasagem tecnológica do sistema de comando e controle das atividades potencialmente

poluidoras, a degradação ambiental e a ocorrência de eventos extremos.

Neste sentido este programa tem como objetivo desenvolver uma gestão ambiental integrada, referenciada em processos participativos e de educação ambiental, de forma a obter o uso sustentável dos recursos naturais do estado do Acre.

METAS

- Realizar inscrição de 13 mil imóveis rurais no CAR;
- Realizar análise Ambiental dos 16 mil imóveis rurais inscritos no CAR;
- Implantar o Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR-Acre;
- Elaborar a base cartográfica digital temática do SICAR-Acre;
- Reformar e equipar 3 Unidades de Gestão Ambiental Integrada (Acuraua, Liberdade e Antimary);
- Elaborar e pactuar Planos 11 de Prevenção e Controle do Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais Municipais;
- Implantar 01 Núcleo de Gestão Integrada de Informações Ambientais;
- Aprimorar os 06 sistemas de gestão e monitoramento ambiental e territorial;
- Realizar 22 capacitações e treinamentos de gestores, técnicos e conselheiros do sistema ambiental municipal;
- Elaborar a nova versão do ZEE/AC submetendo-a aos Conselhos Deliberativos e à Assembleia Legislativa para aprovação;
- Publicar 10 Versões Didáticas do Etnozoneamento e Plano de Gestão de Terras Indígenas;
- Implementar os 19 Planos de Gestão de Terras Indígenas;
- Cumprir 100% das exigências federativas pré-estabelecidas pela ANA;
- Cumprir 100% das exigências para fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGREGH;
- Realizar 15 oficinas de apoio a gestão de bacias hidrográficas em 15 municípios do Acre;
- Capacitar 3 mil atores para atuarem na gestão de recursos hídricos do Acre;
- Implantar 200 Unidades Demonstrativas de Recuperação de APPs nas bacias dos Rios Purus, Juruá e Abunã;
- Promover 2 mil adesões ao Programa de Regularização Ambiental - PRA de imóveis rurais localizados na bacia do rio Acre;
- Estabelecer 36 pontos de monitoramento da qualidade da água nos Rios Juruá e Acre;
- Plantar 20 mil mudas de árvores flores-

EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

- tais e frutíferas na cidade de Rio Branco;
- Realizar a distribuição de 60 mil mudas de espécies florestais e frutíferas;
- Realizar a formação de 200 professores de ensino fundamental I e II em educação ambiental;
- Capacitar 400 gestores e servidores públicos para implantação de agendas de boas práticas ambientais na administração pública;
- Diagnosticar a cadeia de logística reversa nos 22 municípios do Estado do Acre;
- Estabelecer o compromisso com 25 empresas para a reciclagem (logística reversa e indústrias reversas);
- Arrecadar e georreferenciar 45.245 hectares de áreas estaduais nos municípios de Tarauacá e Feijó (Zona 3 do ZEE);
- Realizar a Regularização Fundiária da Floresta Estadual do Jurupari;
- Expedir 2.000 títulos rurais (Concessão de Uso ou Domínio);

INDICADORES

- Taxa de desmatamento;
- Focos de calor.

- Avaliar e vistoriar 03 Florestas Públicas;
- Expedir 40.000 títulos urbanos (Concessão de uso ou domínio);
- Avaliar e vistoriar 1.142 imóveis de propriedade do Estado cadastrados no SIGEF;
- Desenvolver 01 Sistema de Informação de Terras do Acre (SITACRE);
- Construir e aparelhar 01 Unidade de Gestão Ambiental Integrada (UGAI) do Jurupari;
- Redesenhar 02 processos internos de licenciamento ambiental (infraestrutura e manejo);
- Realizar 170 ações de Controle Ambiental (licenciamento, monitoramento e fiscalização) para Redução do Desmatamento;
- Implementar 01 processo de Outorga de Recursos Hídricos.

EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

1.5 PROGRAMA GESTÃO FLORESTAL

No Acre, desenvolvimento econômico, inclusão social e conservação ambiental resumem o propósito de sustentabilidade que orientou a trajetória política do Estado desde 1999, e que se reafirmou a cada dia deste mandato, como compromisso essencial ao seu crescimento e a melhoria da qualidade de vida da população.

Desta forma, buscou-se fortalecer o modelo de desenvolvimento proposto, integrando gestão ambiental e florestal para a promoção de uma economia de baixo carbono, conciliando as políticas sociais e econômicas com a conservação dos recursos naturais, representados pelos 87% da floresta mantidos no Estado.

Esse processo envolveu o manejo dos recursos naturais e também a modificação da organização produtiva, bem como a criação de novas relações socioculturais, com os povos indígenas, os extrativistas, os ribeirinhos e os pequenos produtores.

Especialmente por se encontrar na Amazônia e em face das mudanças institucionais dos últimos anos, o ambiente político no Acre favorece, de modo geral, o desenvolvimento de projetos voltados para o uso sustentável dos recursos naturais, bem como para a implantação de sistemas efetivos de gestão florestal.

O foco principal da política de desenvolvimento do Estado do Acre é a promoção de alternativas de desenvolvimento sustentável, fundamentado em uma economia de base florestal, com o uso múltiplo da floresta e inclusão social, por meio de quatro instrumentos principais, a saber:

- Manejo florestal;
- Infraestrutura;

- Instrumentos de crédito e econômicos;
- Instrumentos legais.

As políticas florestais implementadas nos últimos 16 anos, portanto, resultaram em vários avanços, conforme brevemente descritos a seguir:

- O Acre possui cerca de seis milhões de hectares de florestas nativas potencialmente aptas para suprimento industrial. Destes, mais de 960 mil já contam com Planos de Manejo tanto em áreas públicas, como privadas e comunitárias (IMAC, 2011);
- Atualmente, 96% do suprimento de madeira é oriundo de Planos de Manejo Florestal Sustentável - PMFS. No final da década de 1990, essa proporção era de apenas 5%;
- O Acre é reconhecido por ter um sólido marco regulatório para a gestão florestal, sendo que em 2001 ele foi o primeiro Estado da Amazônia a ter uma Lei Florestal;
- Foram criados também o Conselho Florestal Estadual e o Fundo Estadual de Florestas, hoje com mais de R\$ 1,5 milhões disponíveis para o fomento ao setor florestal acreano;
- Neste período foram criadas quatro florestas públicas estaduais de produção, com a efetiva gestão de mais de 530 mil hectares;
- A Floresta Estadual do Antimary é a primeira e única do país certificada pelo Forest Stewardship Council - FSC, sendo também a primeira a realizar explo-

EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

ração florestal com benefícios diretos à comunidade residente, inclusive com a realização de uma Concessão Florestal Comunitária Não-Onerosa;

- Atualmente, o Estado detém a maior área de Manejo Florestal Comunitário da Amazônia. São mais de 30 mil hectares com cerca de 510 famílias beneficiadas. Em 2004, foi no Acre que o FSC certificou os quatro primeiros planos de manejo comunitários da Amazônia;
- Em 2005, foi implantado o Viveiro da Floresta em Rio Branco, por meio do qual já foram produzidas e distribuídas mais de 5 milhões de mudas para prefeituras, associações e programas de fomento ao reflorestamento no Estado;
- A receita bruta do setor florestal do Acre passou de R\$ 21 milhões em 1998 para aproximadamente R\$ 182 milhões, aumento de mais de 700% (Serviço Florestal Brasileiro, 2010);
- A economia florestal do Estado é res-

ponsável por mais de 4.600 postos de trabalho, apresentando uma das melhores relações de números de empregos/empresas no Setor Florestal da Amazônia. São em média 193 postos de trabalho por empresa. (Serviço Florestal Brasileiro, 2010);

- Por meio de investimentos públicos, o Estado implantou a primeira fábrica de preservativos masculinos a partir de látex nativo, com capacidade instalada para a produção de 100 milhões de preservativos/ano, gerando mais de 150 empregos diretos, além de envolver mais de 700 famílias de seringueiros na coleta e fornecimento de látex.

É importante destacar que todos os avanços alcançados em relação ao setor florestal, estão em consonância com as estratégias de gestão do território, definidas pelo Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre – ZEE/AC.

para gestão do SEANP;

- Elaborar e publicar 02 listas de espécies ameaçadas no Estado do Acre;
- Capacitar 180 conselheiros das Unidades de Conservação Estaduais sobre o status de conhecimento sobre a biodiversidade;
- Elaborar projeto de lei referente a adequação da legislação estadual sobre biodiversidade;
- Apoiar 01 projeto de conservação de

EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

quelônios no Acre;

- Articular a implantação de infraestruturas e serviços de Educação, Saúde, segurança Pública, Cultura Lazer e Esporte, Atividade Socioeducativas com capacidade para atender a população das 04 UCs e da Zona de Amortecimento - ZOA;
- Articular a implantação e manutenção de estruturas de comunicação com capacidade para atender a população das 04 UCs e da Zona de Amortecimento - ZOA;
- Construir 125 unidades habitacionais da 2ª fase do PNHR no Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório - CFERG;
- Indicar 354 novos beneficiários para a 3ª e 4ª fases do PNHR;
- Adquirir equipamentos de produção familiar para 129 produtores das florestas estaduais;
- Entregar 02 galpões de armazenamento da produção familiar no CFERG;
- Realizar o pagamento de bônus do manejador florestal para 780 famílias das FEs e ZOAs;
- Assinar Termo de Reciprocidade entre o Governo do Estado do Acre e o ICMBio para articulação das ações públicas estaduais nas Resex;
- Elaborar o Plano Operacional Anual de atividades do Governo do Estado do Acre nas Resex;
- Realizar 85 visitas de acompanhamento e monitoramento da execução

do Projeto Sanear na Reserva Extrativista Chico Mendes (Assis Brasil, Brasiléia, Xapuri e Rio Branco);

- Publicar 4 editais de concessão florestal do Complexo de Floresta do Rio Gregório;
- Realizar a concessão florestal de 250 mil hectares do Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório;
- Realizar a destinação não onerosa de 5 mil hectares das áreas de manejo florestal da Floresta Estadual do Antimary;
- Implantar e monitorar Planos de Manejo Florestais Comunitário em 180 mil hectares;
- Implantar Planos Operacionais Anuais em 25.801 hectares;
- Realizar a capacitação e organização comunitária em 50 associações de produtores;
- Ampliar e manter a Certificação Florestal Comunitária em 07 projetos de manejo florestal comunitário;
- Realizar a manutenção em 94 km de ramais, com pontes e bueiros;
- Estruturar 04 cadeias de valor de produtos florestais não madeireiros com base comunitária;
- Produzir 2 milhões de mudas florestais e frutíferas no Viveiro da Floresta;
- Produzir 700 mil mudas micropropagadas de abacaxi e banana na Biofábrica Clones da Amazônia;
- Produzir 400 mil mudas florestais e frutíferas no Viveiro Florestal da

METAS

- Criar 01 conselho gestor das Unidades de Conservação estaduais;
- Reestruturar 06 conselhos gestores das Unidades de Conservação estaduais;
- Elaborar e Revisar 04 Planos de Gestão de Unidades de Conservação estaduais;
- Criar Unidade de Conservação na Categoria Floresta Pública;
- Implantar o sistema de informação

EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

UGAI do Rio Liberdade;

- Implantar o marco regulatório do Programa de Regularização Ambiental do Estado do Acre;
- Apoiar a adesão de 11 mil imóveis rurais com até 4 módulos fiscais ao Pro-

grama de Regularização Ambiental;

- Apoiar a execução do Programa de Regularização Ambiental em 3 mil imóveis rurais com até 4 módulos fiscais.

INDICADORES

- Percentual de madeira explorada oriunda de manejo florestal

EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

1.6 PROGRAMA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

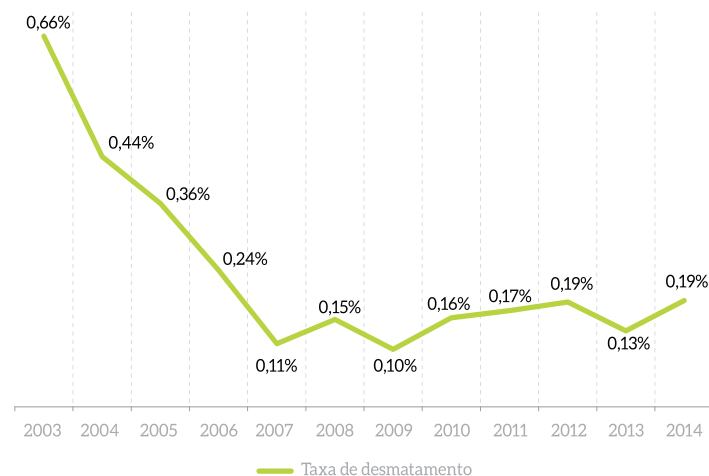
O processo de mudanças climáticas globais exige ações em diversas áreas da atividade humana, como a modificação de padrões de produção e consumo, visando a promoção da qualidade de vida dos seres vivos. Dessa forma surge um forte debate sobre as fontes de geração de energia, os sistemas produtivos e a produção com vistas a uma economia de baixa emissão de carbono.

Uma economia de baixo carbono pode ser caracterizada por um modelo econômico baseado na produção local sustentável, que faz uso de mecanismos e recursos renováveis de forma eficiente minimizando as emissões dos gases de efeito estufa na atmosfera. Nesse sentido, o Estado do Acre criou a política de valorização do ativo ambiental florestal, que busca incentivar a conservação ambiental, as cadeias produtivas sustentáveis e estabelecer o Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais que inclui o re-

gime de REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal).

O Estado do Acre mantém mais de 86% de sua cobertura florestal original. Entre 2003 e 2014, a taxa de desmatamento caiu 71%, saindo de 0,66% para 0,19% (Figura 23). A queda do desmatamento no estado, é resultado de uma série de políticas socioambientais que o governo do Acre começou a implementar a partir de 1999, dentre as quais destacam-se: o Zoneamento Ecológico-Econômico, que serve como instrumento básico de ordenamento territorial; o estabelecimento e a expansão de um sistema de áreas protegidas, que cobrem quase 50% do estado; um sistema extremamente avançado de monitoramento da cobertura florestal; o apoio à economia florestal, por meio de concessões florestais e fomento ao manejo florestal de uso múltiplo; e incentivos para pequenas unidades produtivas que adotem práticas socioambientais.

FIGURA 23 – TAXA DE DESMATAMENTO ANUAL, ACRE, 2003-2014



Fonte: INPE, PRODES

EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

Os resultados obtidos no controle do desmatamento, bem como a implementação do Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais (SISA) e a abrangência das políticas adotadas, transformaram o Acre em paradigma internacional. O arcabouço jurídico e institucional concebido no nível estadual, antes de partir para iniciativas locais, torna o Acre diferenciado, pois contrasta com a grande maioria de experiências de REDD documentadas no mundo.

O SISA tem como objetivo a adoção de práticas sustentáveis do uso do solo, a adoção de tecnologias e processos produtivos sustentáveis nas diversas cadeias produtivas para atrair investimentos de alto impacto e inclusão social. Além de recursos do tesouro estadual do Acre, o sistema é financiado por agências internacionais de cooperação, por parcerias com ONGs nacionais, o Fundo Amazônia e outras fontes internacionais como a empresa de televisão a cabo Sky do Reino Unido, por meio de uma parceria com o WWF e o KfW (Banco de Desenvolvimento Alemão).

Somente entre 2011 e 2014 foram investidos mais de 60 milhões de reais em ações de conservação dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável. Na atividade de reflorestamento, o Governo investiu 10,6 milhões de reais na distribuição de 2,2 milhões de mudas florestais nativas e na produção de frutíferas pelo programa Flores Plantadas. Na cadeia produtiva da borracha 5,2 milhões foram investidos para plantação de seringueira, pagamento de subvenção a 4.680 famílias produtoras de borracha natural, inserção de famílias na produção extrativa de seringueiras no

CVP nativo, cultivo e FDL e no programa de fornecimento de látex para a fábrica de preservativo.

Fortes investimentos também foram realizados no desenvolvimento de novos produtos tecnológicos nas áreas de produtos florestais, construção civil e manejo de recursos naturais; na concessão florestal nas florestas estaduais; no manejo florestal comunitário; na prevenção e controle do desmatamento no acre através do programa de certificação da propriedade rural; na regularização do passivo ambiental florestal, entre outras.

Para o quadriênio 2016-2019 o desafio do Acre é avançar na difusão do SISA, na redução do desmatamento, na valorização dos recursos naturais e na implementação do modelo de desenvolvimento pelo qual optou, um modelo de desenvolvimento sustentável, baseado em uma economia de baixo carbono, que permite ao mesmo tempo gerar e distribuir riquezas, melhorar os indicadores sociais e conservar a floresta.

Portanto, o objetivo do programa é promover a redução progressiva e permanente das emissões de gases de efeito estufa oriundas de desmatamento e degradação florestal, através do financiamento de fomento de cadeias produtivas sustentáveis e dos provedores de serviços ambientais. Estabelecer mecanismo de incentivos para promover ações definidas no Plano de manejo de Recursos Hídricos ou instrumentos econômicos para valorar os usos da água. Estabelecer mecanismos de valoração econômica da biodiversidade com vistas a minimizar a perda da biodiversidade de habitats, genética e de integridade dos ecossistemas.

EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

METAS

- Implantar 4.800 hectares com seringueiras;
- Entregar 300 de kit's para produção de Folha de Defumação Líquida;
- Beneficiar 2.000 famílias com kit sangria;
- Realizar o pagamento da subvenção Estadual para 4.160 Extrativistas;
- Entregar 208 mil mudas frutíferas para consorciar com seringueira;
- Implementar 122 Planos de Desenvolvimento da Comunidade - PDCs;
- Incluir 518 famílias de agricultores no programa de certificação da unidade produtiva familiar sustentável;
- Elaborar o plano da unidade produtiva de 1.385 produtores;
- Realizar 6.513 pagamentos de bônus à agricultores familiares;
- Realizar 24 eventos de difusão e/ou informação para desenvolver capacidades e promover a difusão do SISA;
- Implantar 01 Sistema de Salvaguardas do Isa Carbono;
- Elaborar 01 Plano de Ação de Salvaguardas do Isa Carbono;
- Validar 01 Programa ISA Carbono pela CEVA;
- Implantar 01 Centro Integrado de Gestão e Monitoramento das Informações Ambientais do Acre;
- Publicar 01 Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento;
- Publicar 01 Relatório anual com o resultado do monitoramento do desmatamento e degradação florestal pela Ucegeo;
- Publicar 02 Relatórios com a mensuração, relato e verificação (MRV) das emissões de GEE por setores inventariados, revisados a cada dois anos;
- Emitir 192 boletins hidrometeorológicos através de 33 plataformas de coleta de dados;
- Fomentar as atividades de intervenção para redução de emissões do desmatamento para 8.000 famílias de pequenos produtores;
- Implantar um subprograma de pecuária sustentável para pequenos, médios e grandes produtores;
- Implantar um subprograma Territórios Sustentáveis para o apoio as atividades extrativistas em áreas que combinem pressão de desmatamento com unidades de conservação de uso sustentável.

INDICADORES

- Emissão de CO2 em função do desmatamento.

1.7 PROGRAMA FORTALECIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

No Acre, a crescente valorização do conhecimento científico inovador associado ao saber tradicional da população, aparece como elemento relevante para o desenvolvimento econômico duradouro de nosso Estado.

Para colocar a ciência, a tecnologia e a inovação no centro da política pública regional, o Governo do Acre criou em sua estrutura de gestão a Fundação de Tecnologia do Acre (FUNTAC), a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Acre (FAPAC).

Assim, o desenvolvimento sustentável do Acre vem sendo idealizado com a implementação de políticas de inovação científica e tecnológica.

Por meio do Decreto Nº 6.951, o governo estadual escolheu o ano de 2014 como o ano da Ciência e Tecnologia. Neste ano ocorreu a maior edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), registrando um aumento de 275% de público em relação a edição anterior. O evento promoveu 1.116 atividades e mais de 10 mil entre participantes e instituições parceiras. Como fruto da SNCT, realizou-se a Expedição Científica, evento itinerante que levou experiências científicas e tecnológicas a todos os municípios do Acre, a fim de demonstrar as pesquisas e novas tecnologias desenvolvidas no Estado.

O Governo do Acre também apoiou a realização do Startup Weekend, evento internacional que tem o objetivo de promover o empreendedorismo prático, por meio do fomento a ideias inovadoras. Pela primeira vez, o Governo do Acre em

parceria com o SEBRAE investiu recursos apoiando a formação de 16 startups, fomentando a inovação tecnológica regional para aumentar a competitividade no mercado local e nacional.

Frisa-se ainda o grande apoio a 66ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada pela na Universidade Federal do Acre, que contou com 5,4 mil participantes dos 22 municípios acreanos, das demais 26 unidades da Federação e do exterior. Na SBPC destaca-se a 1ª Gincana Virtual TECNOACRE, que contou com a participação de 200 alunos da rede pública estadual de ensino.

O ano da Ciência e Tecnologia contou ainda com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 12/2014 no Congresso Nacional que inaugura um novo marco regulatório, altera as relações entre o setor público e privado e insere ainda a inovação e dá liberdade e incentivo aos pesquisadores brasileiros, entre outras alterações, fortalecendo ainda mais a expansão e o desenvolvimento tecnológico.

A idealização da implantação do Centro Vocacional Tecnológico de Pesquisa Aplicada e Tecnologia de Bambu - CVT Bambu, com o intuito de construir um espaço voltado à capacitação, qualificação e inserção de grupos ou indivíduos no mercado de trabalho, aparece como um marco nesse processo de inovação, onde pesquisadores da FUNTAC dominam as técnicas de micropropagação do bambu, além de apontarem uso alternativo do mesmo, como a tecnologia para a produção de painéis composto por resíduos e linha de cosméticos naturais.

Da mesma forma, a assinatura da Carta de Intenções com instituições parceiras do Processo de Inovação Estadual para elaboração do projeto "Habitats de Inovação e Rede de Centro Educacionais Tecnológicos do Acre", visando integrar os centros de conhecimento (universidades, institutos e centros de pesquisas) e iniciativa privada, é visto como um divisor de águas da nova fase tecnológica vivenciada no Acre, com vistas ao fomento da inovação e o desenvolvimento científico, tecnológico e sustentável do estado.

Na área de tecnologia de biocombustíveis, pesquisas sobre biodiesel estão centradas na produção de diesel vegetal a partir do processo de Craqueamento Catalítico de Óleos e Gorduras com a instalação de uma unidade de produção na Comunidade de Nova Cintra, no município de Rodrigues Alves.

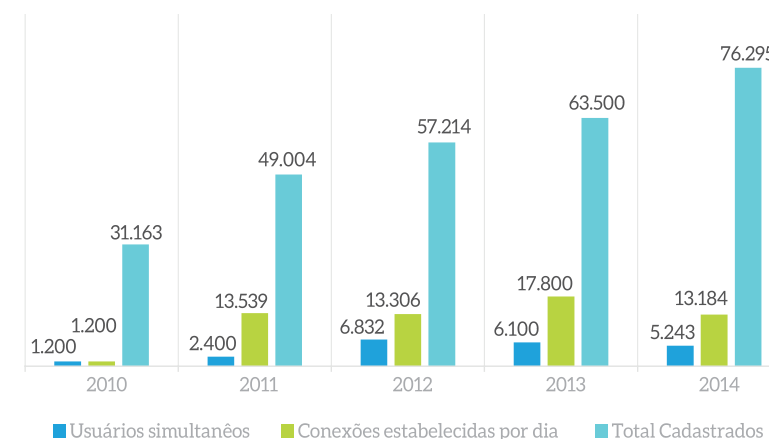
A Fábrica de Preservativos Masculinos em Xapuri (Natex) produz e distribui preservativos masculinos de látex natural, visando o fortaleci-

mento da cadeia produtiva do látex nativo e o desenvolvimento da região e a prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Há ainda o Laboratório de Produtos Naturais que realiza pesquisas voltadas a produção de novas linhas de cosméticos à base de produtos florestais regionais, oferecendo às comunidades extrativistas oportunidades de cursos de capacitação em boas práticas de mapeamento, coleta e extração de óleos vegetais, além do desenvolvimento de insumos para indústria cosmética, protocolos de qualidade em processo de extração, análises de água potável e desenvolvimento de protótipos de novos produtos nas áreas de alimentos, cosméticos, saneantes e correlatos.

O Governo do Estado vem proativamente aperfeiçoando o programa Floresta Digital na sua ramificação de acesso social e preparando uma infraestrutura básica que suporte o leque de ações tecnológicas, conforme mostra a Figura 24 da evolução dos usuários:

FIGURA 24 – CRESCIMENTO - CONEXÕES E USUÁRIOS 2010/2014



Fonte: SECT, DTIC.

EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

Portanto, O terreno tecnológico está consideravelmente implantado no Acre. A edificação dos meios para a continuidade do desenvolvimento acreano conta com o aprimoramento de novas

ações. Isso faz parte do objetivo de aumentar a intensidade tecnológica da produção, adversidade de produtos e serviços e a sustentabilidade ambiental.

METAS

- Fornecer link para 2 cidades no entorno das BR's através das torres do projeto SESP/ENAFRON;
- Expandir em 20% a capacidade de armazenamento e de processamento dos dois Datacenters Corporativos para atender a demanda reprimida;
- Expandir a rede ótica metropolitana em 50 Km, sendo 14 km até a Cidade do Povo;
- Atender o município de Jordão com link de internet corporativo;
- Reestruturar a infraestrutura de rede de comunicação de dados/voz e imagem em 9 municípios;
- Ampliar o serviço de comunicação de dados corporativo e social entre 3 municípios;
- Instalar a estrutura física do Parque Tecnológico;
- Instalar 1 Incubadoras/Aceleradoras que subsidiem o trabalho das startups de base tecnológica;
- Capacitar 200 técnicos e pesquisadores voltados às cadeias produtivas que compõem o ecossistema de inovação do Acre;
- Construir 1 laboratórios de tecnologia de ponta para atender a demanda do parque tecnológico;
- Instalar o Centro Vocacional Tecnológico - CVT Bambu;
- Realizar 4 Expociência no município de Rio Branco;
- Realizar 74 Expedições Científicas nos municípios do interior;
- Criar 1 clube da ciência nos municípios;
- Adquirir um laboratório móvel de ciências;
- Adquirir um planetário móvel;
- Realizar 12 eventos de difusão, popularização e incentivo a ciência;
- Reestruturar 28 Telecentros;
- Ofertar 12 capacitações de especialistas em diversas tecnologias;
- Capacitar 400 pesquisadores;
- Conceder 150 bolsas para pós-graduação;
- Apoiar a difusão de 84 resultados científicos ou institucionais;
- Apoiar a realização de 52 eventos técnico-científicos;
- Conceder apoio a 570 pesquisadores;
- Fortalecer 26 grupos de pesquisas emergentes nas Instituições de ensino superior do estado (PRONEM);
- Apoiar a realização de 570 pesquisas de iniciação científica;
- Implantar o Programa Primeiros Projetos (PPP), com lançamento de 03 Editais;
- Apoiar a realização de 13 Projetos Especiais;

EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

- Instalar uma bambuzeria;
- Desenvolver uma linha de produtos cosméticos a base de bambu nativo;
- Elaborar um estudo de viabilidade econômica da exploração do bambu;
- Elaborar 02 componentes de bambu-grelha para fins de reforço de pavimentação e difundir a tecnologia junto a parceiros institucionais e comunidades;
- Realizar estudo de 04 espécies de uso não tradicional;
- Qualificar 200 profissionais, acadêmicos e trabalhadores da área florestal nas diversas práticas do Manejo Florestal de Uso Múltiplo;
- Qualificar 200 comunitários nas diversas práticas do Manejo Florestal de Uso Múltiplo;
- Estabilizar 6km de ramais com tratamento químico;
- Desenvolver 05 produtos provenientes do extrativismo com qualidade, rastreabilidade, controle de qualidade e certificação na região do Juruá ;
- Realizar estudo para desenvolvimento da cadeia produtiva sustentável dos

óleos de açaí-solteiro, castanha-do-brasil e copaíba na Unidade de Conservação Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema;

- Fornecer o insumo da casca de Mulateiro (*Calycophyllum spruceanum*) com rastreabilidade e qualidade;
- Implantar 40 unidades experimentais para a produção de açaí no Vale do Acre a partir do plantio de matrizes de açaí solteiro de alto rendimento originado no Vale do Juruá - Acre;
- Estruturar o laboratório de biocombustíveis da FUNTAC para inserção no PMQC;
- Mapear espécies e desenvolver 6 novos produtos (pequenos objetos de madeira) a partir do uso de madeiras caídas na área de estudo e pesquisa da FUNTA em Capixaba;
- Difundir tecnologia através de cooperação técnica a dois parceiros responsáveis pela abertura e manutenção de ramais no Estado do Acre.

INDICADORES

- Percentual de domicílios urbanos com acesso a internet.

EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

No Eixo Desenvolvimento Social, o desafio proposto é a construção de uma política voltada para a cidadania, assegurando oportunidades de trabalho, igualdade, inclusão social, lazer, cultura, garantia dos direitos humanos e proteção dos segmentos vulneráveis, tendo a multidiversidade e especificidade do povo acreano como bússola orientadora das políticas sociais.

Ao longo de mais de 16 anos de gestão, a FPA fez importantes investimentos em programas sociais, visando o desenvolvimento de ações articuladas nas áreas de Inclusão Social, Atendimento aos Segmentos Vulneráveis e Direitos Humanos, Política para Mulheres, Juventude, Esporte e Lazer, Cultura e Povos Indígenas, com o propósito de realizar um governo voltado para o cidadão.

O processo de desenvolvimento social exige uma intervenção tática para mitigação de impactos imediatos de situações sociais nocivas à sociedade. E uma estratégia de longo prazo para debelar, extinguir a situação social em si. O Bol-

sa Família mitiga a extrema pobreza, a inclusão produtiva e o acesso a serviços básicos debelam a extrema pobreza.

O desenvolvimento social é um processo complexo que precisa assegurar direitos humanos fundamentais, igualdade de gênero e etnia; cuidar dos jovens, criar oportunidades de esporte, lazer e cultura; e valorizar e melhorar a situação social dos povos indígenas, nos limites do seu universo cultural. Além de fazer um grande avanço na implantação de pequenos negócios, o atual governo da FPA tem adotado políticas sociais adequadas para cuidar dessas áreas, porém, no marco dos desafios de um novo governo, é preciso o seu aprofundamento.

Faz-se necessário o desenvolvimento de um amplo arco de ações, de longo termo, no sentido de desenvolver iniciativas audaciosas para um salto no desenvolvimento social correspondente aos largos passos dados no desenvolvimento econômico.

2.1 PROGRAMA JUVENTUDE, TEU FUTURO É AGORA

A juventude no Brasil é um segmento social movido por grandes transformações, constituindo-se um elemento fundamental para potencializar novos processos de transmutação social. A característica marcante desse processo é a valorização da juventude associada a valores e a estilos de vida concebidos como fator de crescimento, de conquista, de independência e de autorrealização.

A inclusão dos jovens nos espaços públicos

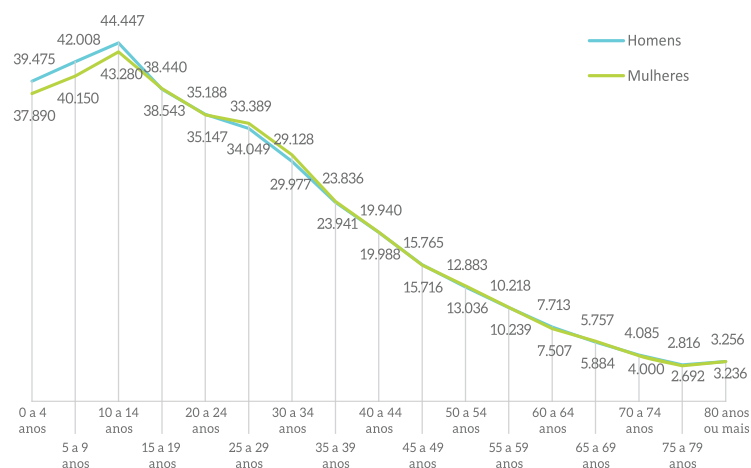
é realizada por meio de redes, associações, movimentos estudantis e organizações, onde são reconhecidos como agentes de mudança da realidade social, ambiental e política.

Entretanto, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho é percebida pelos jovens como principal componente negativo de sua condição juvenil (menos oportunidades de emprego, menor remuneração, maior concorrência, entre

EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

outras). Nesse sentido, favorecer e ampliar a participação dos jovens a partir do protagonismo juvenil é também facilitar seu acesso aos espaços de participação social e político transformando sua própria realidade.

FIGURA 25 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO, SEGUNDO OS GRUPOS POR IDADE – ACRE 2010



Fonte: IBGE, 2010.

Assim, quase 1/3 da população do Acre é de jovens e os incentivos destinados pelo governo estão centrados nas ações de fortalecimento da participação social, acesso à informação e programas de investimentos.

A juventude é um tema transversal, que perpassa várias políticas implementadas pelo Estado contemplando os jovens em suas práticas culturais e sociais a partir de seu contexto, tais como educação básica, esporte, educação profissional, atividades produtivas que visam maior inserção no mercado de trabalho, etc.

As ações do governo do Acre compreendem o jovem como sujeito em construção de processos

A figura 25 mostra distribuição da população por sexo e grupos de idade, evidenciando um equilíbrio na distribuição de homens e mulheres e um total de 214.756 jovens entre 15 e 29 anos de idade.

formativos, com autonomia, direito a escolhas e orientações políticas. As atividades, os fóruns, oficinas, movimentos juvenis e conferências são iniciativas exemplares do governo que se efetivam como ampla consulta e diálogos em diversos temas para a construção, inclusão e emancipação dos jovens, com a ampliação do acesso às políticas públicas de nosso Estado.

Através das ações destinadas ao acesso à educação como um todo, os jovens são valorizados e respeitados como agentes diretos, fazendo a diferença nas escolhas políticas da sociedade acreana.

Atualmente, os avanços na educação básica, superior e profissionalizantes abriu portas para

EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

o desenvolvimento e, como consequência, a melhoria na qualidade do ensino, queda dos números de analfabetismo e da distorção idade-série, sendo reduzidos 50% e 70% (2013 em relação a 1999), respectivamente, conforme cita o Ministério da Educação em seus indicadores.

Portanto, o objetivo do programa é promover ações conjuntas de promoção a educação,

saúde, trabalho e renda, esporte, lazer e meio ambiente fundamentado na cooperação e na gestão democrática e compartilhada, inserindo os jovens como sujeitos de direito, independentes e corresponsáveis, que visem qualidade de vida nos espaços urbanos e rurais e busquem a eliminação das desigualdades de toda e qualquer natureza.

METAS

- Desenvolver 60 atividades para a juventude (Educação, Esporte e Cultura) que envolva e torne ativo os CEJAS e praças públicas;
- Potencializar 25 ações de governo para as regiões de maior vulnerabilidade juvenil;
- Identificar 45 Jovens Talentos e fazer o seu acompanhamento como parceiro da ASSEJUV;
- Realizar 80 atividades culturais, esportivas e lazer com a juventude;
- Fomentar 40 ações voltadas para a saúde mental com especificidade no alto índice de suicídios;
- Acompanhar, fiscalizar e aprimorar 1

programa de estágio;

- Inserir 1.300 jovens de baixa renda como prioridade nos estágios;
- Realizar 400 capacitações profissionais em parceria com os órgãos competentes;
- Promover 40 ações e vídeos de diversos seguimentos nas redes para a juventude;
- Promover 20 debates virtuais sobre temas em evidência para a juventude;
- Criar o aplicativo do Portal da Juventude para Tablets, Smartphones e PC no intuito de disseminar informações úteis.

INDICADORES

- Porcentagem de jovens de 15 a 29 anos ocupados.

2.2 PROGRAMA ATENÇÃO AOS POVOS INDÍGENAS

O Acre é uma das unidades da federação com grande diversidade sociocultural. Segundo a Fundação Nacional do Índio e a Secretaria Especial de Saúde Indígena, a população indígena do Estado é de 19.540 pessoas, que corresponde a 2,6% da população total e 8,5% da população rural.

No Estado, há 36 terras indígenas situadas em 11 municípios. Esse conjunto de terras tem extensão agregada de 2.436.581 hectares (14,5% do território acreano), com usufruto exclusivo destinado aos índios e integram o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas - SEANP.

Desde 1999, as demandas dos povos indígenas têm sido incorporadas ao planejamento e à execução de programas que conciliam o desenvolvimento sustentável com melhoria das condições de vida nas terras indígenas e a valorização cultural dos povos que nelas vivem.

No Governo do Acre, os Planos de Gestão Territorial Indígenas ganharam importância central como instrumento de diagnóstico e planejamento estratégico das comunidades. Com base nesses Planos, as terras indígenas foram atendidas com serviços de educação diferenciada, bem como com programas para fomentar a produção sustentável, a diversificação das atividades produtivas, a geração de excedentes e de renda, e para favorecer a valorização cultural nas comunidades e o fortalecimento das organizações indígenas.

Seguindo as diretrizes da gestão de governo, foram viabilizados consideráveis investimentos nas terras indígenas para o fomento à produção agroflorestal, a criação de pequenos animais e peixes e o beneficiamento da produção agrícola,

visando garantir a segurança alimentar, melhorar as condições de vida e saúde nas aldeias e abrir alternativas para a geração de renda, por meio da venda dos excedentes nos mercados municipais e de programas públicos de aquisição de alimentos.

A gestão dos territórios indígenas, associada à implementação dos planos de gestão, também tem sido fortalecida nos últimos anos nas comunidades pelas ações de assistência técnica, educação ambiental e mobilização social promovidas pelos agentes agroflorestais indígenas (AAFI's).

Os Encontros de Culturas Indígenas, realizados desde 2000, têm se constituído como uma importante instância para o fortalecimento das relações entre os diferentes povos, para a divulgação da diversidade cultural e para a construção de uma atitude de maior respeito e orgulho da sociedade acreana em relação aos povos indígenas. Nos últimos anos, editais específicos foram lançados pela Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, para apoiar iniciativas apresentadas por organizações e indivíduos indígenas visando à promoção da valorização dos conhecimentos, expressões culturais, identidades e do patrimônio material e imaterial dos indígenas.

Algumas experiências pilotos, voltadas ao fortalecimento da produção artesanal das mulheres, por meio da construção de infraestrutura, da oferta de maquinários e insumos e da capacitação em associativismo e gestão, foram iniciadas pela Secretaria de Política para as Mulheres em terras indígenas no município de Tarauacá, com resultados animadores.

As ações de governo têm procurado deli-

near estratégias para o apoio ao etnoturismo em terras indígenas, como a criação da rota turística Caminho das Aldeias e da Biodiversidade e a divulgação do potencial dessa rota e das iniciativas indígenas em feiras de turismo em várias capitais brasileiras.

As estratégias para aperfeiçoar o acesso aos direitos socioassistenciais e previdenciários, por famílias indígenas em situação de vulnerabilidade social, estão em articulação por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social em parceria com a FUNAI. Além disso, diversas ações têm sido empreendidas junto às secretarias municipais e estaduais de Educação e Saúde, para o cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Na área da educação, nos últimos anos, investiu-se recursos substanciais na construção de escolas nas aldeias de vários municípios e na melhoria de sua infraestrutura. Como parte da política de educação escolar indígena diferenciada, bilingue e intercultural, programas de formação de professores indígenas têm sido retomados, junto com a edição de materiais didáticos e assessoria pedagógica. Os investimentos resultaram em crescimento significativo do número de vagas na rede de escolas indígenas, composta, em 2014, por 129 unidades estaduais e 72 municipais.

Para a saúde indígena, o Governo tem destinado recursos para apoiar os atendimentos de média e alta complexidade de pacientes indígenas, focados na assistência ambulatorial e hospitalar e no apoio ao diagnóstico e ao tratamento terapêutico.

As prioridades para a aplicação dos recursos são discutidas e pactuadas nos conselhos dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Alto Juruá e Alto Purus) e no Conselho Estadual de Saúde. Importante ação promovida pelo Instituto Dom Moacyr, em parceria com a SESAI, resultou na formação de 190 Agentes Comunitários Indígenas de Saúde que continuam a trabalhar em aldeias de 14 terras indígenas no Estado do Acre.

Ainda no campo dos direitos fundamentais, o Governo do Acre, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), coordenou a construção de 167 unidades residenciais em duas terras indígenas próximas à BR-364, onde há ausência de recursos florestais para construção, com modelos adequados à realidade social e cultural das comunidades.

A despeito dos resultados obtidos, o Governo do Acre tem o compromisso de continuar avançando na atenção aos povos indígenas, aprimorando as estratégias de coordenação e articulação das políticas públicas voltadas aos povos e terras indígenas; fortalecendo a gestão territorial e a produção sustentável; valorizando patrimônios e tradições culturais; e promovendo o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania, respeitando suas formas de organização social, suas tradições culturais, de forma a propiciar a melhoria das condições de vida nas aldeias.

Portanto o objetivo do Programa é a consolidação de políticas públicas de atenção aos povos indígenas.

METAS

- Contratar 116 Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIS) para atendimento a 186 aldeias indígenas;
- Implementar 17 Planos de Gestão em Terras Indígenas - PGTIs;
- Realizar 22 cursos profissionalizantes nas aldeias para o fortalecimento do artesanato indígena;
- Garantir a participação de 44 artesãos indígenas em feiras municipais, estaduais e regionais.

INDICADORES

- Percentual (%) de terras indígenas beneficiadas com implementação de PGTIs.

2.3 PROGRAMA VALORIZAÇÃO DA CULTURA

A constituição da cultura acreana compreende valores, costumes, atitudes, crenças e conhecimentos adquiridos desde os primeiros contatos entre imigrantes (principalmente nordestinos e paulistas), índios que ocupavam a região e ainda peruanos e bolivianos durante o processo de anexação ao Brasil, que culminou com a Revolução Acreana.

No intuito de preservar essa diversidade cultural, o Estado vem reconhecendo e estimulando os movimentos organizados da sociedade civil a protagonizarem a formulação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável, a afirmação identitária e a valorização das populações tradicionais, incentivando e atuando em diversas manifestações culturais simultâneas relacionadas à música, à dança, ao teatro, à gastronomia, às artes visuais, à literatura e outros, considerando a floresta como uma importante riqueza de seu povo.

O Estado do Acre se tornou uma referên-

cia nacional para as demais Unidades da Federação na gestão pública da cultura. O Sistema Estadual de Cultura - SISULT, criado pela Lei nº 2.312/2010, é marco nacional determinado por uma política de gestão descentralizada, planejada e inclusiva. O governo estabeleceu uma dinâmica que trata da gestão cultural como uma política de Estado, a qual reforçou ainda mais a participação e o controle social, fortaleceu as identidades do povo acreano, assegurou acesso aos bens culturais, estimulou os produtos e os serviços culturais do nosso Acre.

No período entre 2011 e 2014, o SISULT proporcionou passos significativos para a gestão da cultura, destacando-se: a) a execução do Fundo Estadual de Cultura - FUNCULTURA - com garantia anual de 0,05% de toda a arrecadação líquida anual do exercício anterior do Estado; b) a garantia do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura - PRECULT - através de editais públicos

executados pela comunidade nas áreas de artes cênicas, audiovisual, música, artes visuais, patrimônio cultural, humanidades e artes integradas; c) a formulação do Plano Estadual de Cultura, em 2013/2014, através do desenvolvimento de processos participativos; d) a minuta do Plano Estadual de Cultura finalizada e aprovada na Conferência Extraordinária de Cultura em agosto de 2014; e) a realização de mais de 30 conferências estaduais e municipais, a formação de redes e fóruns de debate e o desenvolvimento de uma política transparente de editais e prêmios; f) o apoio realizado à implantação de 18 Sistemas Municipais de Cultura no interior do estado; g) o fortalecimento das ações do Conselho Estadual de Cultura - CON-CULTURA; h) a implementação do Fórum Estadual de Gestores Públicos de Cultura; e i) o acesso à recursos federais através do Sistema Nacional de Cultura - SNC, sendo o Acre o primeiro Estado da Região Norte a acessar tais recursos e está entre os seis primeiros Estados Brasileiros que cumpriram as metas estabelecidas pelo SNC.

Importante também foram a construção e revitalização de espaços públicos culturais como a construção da nova sede do Patrimônio Histórico e Cultural, a reforma, ampliação e modernização de cinco bibliotecas públicas estaduais em Tarauacá, Epitaciolândia, Rio Branco e Cruzeiro do Sul; seis teatros nos municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul; cinco salas de memórias, memoriais e galerias em Rio Branco, Brasília, Cruzeiro do Sul e Porto Acre; a Sede da Diretoria de Humanização e Escola de Música do Acre - EMAC em Rio Branco; duas sedes da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour em Rio Branco e Cruzeiro do Sul; o Casarão, a Usina de Artes João Donato e o Centro Cultural Cidade do Povo em Rio Branco.

Em 2014, haviam 365 espaços de cultura no Acre, dos quais, 88% estão relacionados à Leitura: Casa de Leitura e Espaços Alternativos, Pontos de Leitura e Arca das Letras, e Bibliotecas Públicas. Dentre as regionais, 44% dos espaços estão no Baixo Acre, seguindo a mesma tendência de concentração demográfica.

TABELA 6 - ESPAÇOS DE CULTURA NO ESTADO DO ACRE, POR REGIONAL - 2014

Espaços	Regional					Total
	Alto Acre	Baixo Acre	Juruá	Purus	Tarauacá-Envira	
Escola de Música	-	1	-	-	-	1
Casa de Leitura e Espaços Alternativos	-	3	-	1	1	5
Outros pontos de cultura	-	8	1	-	-	9
Museus / Salas de Memória	4	6	1	1	-	12
Centro de Cultura e Florestania	2	5	4	1	1	13
Teatros	1	11	2	-	1	15
Bibliotecas Públicas	4	11	6	3	3	27
Pontos de Leitura e Arca das Letras	28	116	77	27	35	283
Total	39	161	91	33	41	365

Fonte: FEM.

Nota: Dados atualizados até março/2014

EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Com a inauguração da nova biblioteca de Cruzeiro do Sul, potencializou-se a cultura no Juruá, através do livro e da leitura, com espaço moderno e informatizado. A inauguração da Incubadora Acre Criativo em parceria, com o Ministério da Cultura, Secretaria de Economia Criativa, presente em 13 Estados Brasileiros, intensificou os empreendimentos do ramo da economia criativa, colocando a cultura no eixo estratégico de desenvolvimento do Estado e do País.

Para os próximos anos, o Governo do Estado do Acre continuará encurtando a proximidade da gestão pública cultural entre a sociedade civil e as mais diversas expressões culturais, como por exemplo: a) o intercâmbio com os países e estados fronteiriços através da cultura com fronteira nas diversas áreas transversais da cultura; b) os Pontos de Cultura Indígenas conectando os povos da floresta; c) a garantia da produção e circulação de espetáculos e atividades culturais na capital e interior do estado; d) a obtenção de sete bibliotecas estaduais do Acre trabalhando tanto em rede como individualmente, com todas as operações

de aquisição, catalogação, circulação, pesquisa e gerenciamento, totalmente informatizadas e com acervos catalogados de acordo com padrões internacionais biblioteconômicos; e) o fomento ao acesso à literatura e ao conhecimento, através da Bienal do Livro e da implantação de pontos de leitura; f) a formação, o fomento e a valorização das artes; g) o fortalecimento por meio do diálogo e o apoio a grupos da diversidade socioambiental; h) a conscientização, difusão e fortalecimento das identidades culturais locais através de estudos e tombamentos e implantação do Sistema Estadual de Museus; i) a criação de pólos da Escola de Música do Acre - EMAC nas regionais do Estado.

Assim, o objetivo do Programa de Valorização da Cultura é conduzir a gestão da cultura com a coparticipação das comunidades, valorizando as diversidades, as expressões e os valores culturais com foco na universalização do acesso à cultura, nas ações de inclusão social, na geração de emprego e renda, no fortalecimento de cadeias culturais produtivas e na regulação da produção cultural e dos direitos autorais.

METAS

- Implantar 1 uma rede de bibliotecas informatizadas;
- Realizar 2 Bienais em Rio Branco e 1 evento literário na regional do Juruá;
- Criar 1 Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas - PELLB;
- Implantar 1 projeto Varadouro da Leitura - Biblioteca Itinerante;
- Alcançar 900 mil pessoas com informações sobre os serviços culturais no Acre (Internet, rádio, TV, jornais);

- Ampliar em 50% os projetos incentivados pelo acre criativo;
- Estruturar e legalizar os espaços artísticos: Teatro Plácido de Castro, Teatro Hélio Melo, Teatro Barracão, Teatro e Cinema Recreio, e Tentamen;
- Realizar a circulação de produtos culturais através do Jamaxim Cultural;
- Fortalecer a cultura popular através da realização de 04 edições do arraial cultural;
- Realizar oficinas culturais e feiras de

EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- Realizar 04 festivais internacionais Pachamama - cinema de fronteira;
- Estabelecer parcerias para realização de 28 eventos culturais do governo e da comunidade (carneval, carnaval fora de época, Expoacre, Expojuruá, Prêmio Chico Mendes, festividades natalinas, revolução acreana);
- Reformular 10 espaços e exposições de Memória;
- Realizar a estruturação física e de pessoal da sede definitiva do DPHC (Laboratório Arqueológico);
- Criar o Museu da Gente Acreana;
- Realizar 8 ações de Educação Patrimonial (arquitetônica, histórica e arqueológica);
- Publicar 04 edições da revista: Espaços de Memória do Acre;
- Executar 36 projetos de atenção aos Povos Indígenas (Fortalecimento dos Festivais e ações culturais - Palavras e Arte Indígena);

- Reformar e modernizar a Biblioteca da Floresta;
- Criar 1 programa de intercâmbio cultural com as regiões de fronteira;
- Garantir 40 mil acessos a atividades de fruição e formação a partir das ações da EMAC e da Usina de Arte João Donato;
- Financiar por meio do fundo estadual de cultura e através de editais 200 projetos e prêmios culturais por ano em todo o estado;
- Fomentar, através do fundo, 22 iniciativas culturais nos municípios acreanos;
- Aprovar 1 plano estadual de cultura;
- Elaborar e implementar 4 sistemas setoriais de cultura no estado;
- Realizar 4 fóruns estaduais de gestores públicos de cultura;
- Construir 2 espaços culturais;
- Reformar 7 espaços culturais;
- Implantar o projeto qualidade de vida para 400 servidores;
- Reformar a Tentamen.

INDICADORES

- Número de acessos aos equipamentos de cultura.

2.4 PROGRAMA MULHERES PROTEGIDAS, VALORIZADAS E INCLUÍDAS

A valorização e a proteção das mulheres é um compromisso assumido pelo Governo do Estado para com todas as mulheres que vivem no Acre. Nos últimos quatro anos, foram empreendidos esforços para garantir direitos às mulheres, com a implementação de uma política pública baseada na transversalidade, concretizada no Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, elaborado de forma participativa e que se tornou o principal instrumento de gestão dessa política no Poder Público Estadual.

No plano estão previstas ações que visam a autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida, a igualdade efetiva entre mulheres e homens, o respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação, a universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado, a participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas, e a transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas.

Entre 2011 e 2014, foram obtidos vários resultados da implementação da política pública para as mulheres em áreas como a inclusão socioprodutiva, o enfrentamento a violência e os serviços ofertados às mulheres. Assim, destacam-se:

A inserção de 2.500 mulheres na inclusão socioprodutiva, por meio do fomento aos pequenos negócios nas áreas de alimentação, serviços de estética e beleza, corte e costura, arte e artesanato, dentre outras.

A participação em cursos de capacitação

profissional de 13.330 mulheres urbanas e rurais, nas áreas de construção civil, manutenção de computadores, mecânica de motos, fruticultura, piscicultura, granjas, jardinagem, etc.

Cerca 91% das 776 unidades habitacionais entregues na Cidade do Povo em 2014, foram para mulheres chefes de família, totalizando 675 unidades.

O aperfeiçoamento do artesanato, a valorização da cultura e dos conhecimentos tradicionais das populações indígenas, por meio da construção de cinco Casas de Produção da Mulher indígena, beneficiando diretamente 250 mulheres das etnias Kaxinawá e Yawanawa.

O enfrentamento à violência contra as mulheres realizado pelo Governo do Estado através do investimento em prevenção e atenção humanizada às vítimas. A Campanha Estadual "Basta de Violência contra as Mulheres" divulgou a Lei Maria da Penha e chamou a atenção da sociedade para esse combate. Essa campanha foi realizada nos 22 municípios e contou com o envolvimento de 1.119 profissionais das áreas de segurança pública, saúde, educação, assistência social, dentre outras.

Os Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAMs) são serviços da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres (SEPMULHERES) presentes nos municípios de Cruzeiro do Sul, Brasília e Sena Madureira. Entre 2012 e julho de 2015, os Centros atenderam 609 mulheres em si-

tuação de vulnerabilidade social e 5.367 mulheres participaram de ações educativas/preventivas sobre os direitos das mulheres.

Na tabela 7, seguem as informações sobre os profissionais formados pela SEPMULHERES para o atendimento a mulheres em situação de violência.

TABELA 7 - PROFISSIONAIS FORMADOS PELA SEPMULHERES PARA O ATENDIMENTO HUMANIZADO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Municípios	2012	2013	2014
Brasília	50	45	-
Cruzeiro do Sul	-	-	26
Jordão	-	-	120
Marechal Thaumaturgo	-	-	70
Plácido de Castro	-	-	60
Porto Acre	-	-	60
Rio Branco	-	120	80
Santa Rosa do Purus	-	30	40
Sena Madureira	16	60	-
Tarauacá	-	-	-
Xapuri	-	-	40
Total Geral	66	255	496

Fonte: Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, 2015.

Em maio de 2014, o Governo do Estado do Acre recebeu dois equipamentos (ônibus) do Programa Federal "Mulher, Viver sem Violência" que objetiva integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira. São duas Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres do Campo e da Floresta, que até agosto de 2015 já haviam atendido 1.860 mulheres da zona rural.

Com a responsabilidade de fortalecer a política de gênero no âmbito municipal, o Governo do Estado fomentou a criação de organismos de políticas para as mulheres e conselhos municipais

dos direitos da mulher. Assim, o amplo trabalho de articulação e capacitação resultou em um crescimento de 73% do número de organismos municipais entre 2011 e 2014.

Destacam-se ainda, a realização de ações educativas para divulgação dos diversos serviços de proteção à mulher previstos na Lei Maria da Penha, como a Central de Atendimento à Mulher 180, que é o disk denúncia nacional e funciona 24h.

Com o objetivo de defender os direitos das mulheres e valorizar intensamente seus saberes e competências, buscando a promoção de sua inclusão social, econômica e política, o Estado do Acre continuará fortalecendo o conjunto de políticas para as mulheres.

METAS

- Elaborar o Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência Contra às Mulheres;
- Implantar ouvidoria da Rede Estadual de Atendimento à Mulher;
- Atender 4.000 mulheres vulneráveis nos CEAMs;
- Atender 4.000 mulheres do campo e da floresta nas Unidades Móveis;
- Capacitar 1.000 profissionais da Rede de Atendimento à mulher sobre o Protocolo Estadual;
- Realizar 8 agendas positivas referentes ao mês da mulher e aos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra mulher;
- Realizar 02 campanhas estaduais sobre a cultura de paz e equidade de gênero direcionadas as redes de educação estadual e municipal;
- Capacitar 1.000 servidores públicos sobre a Equidade de Gênero;
- Publicar 02 Revistas com os resultados da Políticas para as Mulheres;
- Capacitar 200 mulheres produtoras rurais interessadas em se formalizar;
- Capacitar 360 produtoras rurais em Gestão Econômica, Financeira, Estratégias de Mercado, Estudos de Cadeia Produtivas e Viabilidade Econômica e Programas de Compras Públicas: PAA e PNAE;
- Realizar 05 feiras regionais para exposição dos produtos das mulheres urbanas, do campo e da floresta;
- Realizar 22 seminários nos municípios para assessorar a elaboração dos planos municipais de políticas para mulheres;
- Realizar 2 Encontros Estaduais e Nacionais para discussão da políticas para mulheres envolvendo gestoras e conselheiras dos municípios;
- Revisar o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres para o período 2016-2019;
- Implantar o Programa Bolsa Parteira nos municípios de difícil acesso;
- Realizar 22 cursos profissionalizantes nas aldeias para o fortalecimento do artesanato indígena.

INDICADORES

- Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das mulheres de 10 anos ou mais de idade, ocupadas

na semana de referência, com rendimento de trabalho.

2.5 PROGRAMA DIREITOS HUMANOS SIM!

A Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, no seu Artigo 1º expressa que “...Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos...” e “...devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade...” Assim, os Direitos Humanos são assegurados por tratados internacionais, pela Constituição Federal de 1988 e pela legislação brasileira. São uma combinação dos direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos, todos universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. A dignidade é um atributo essencial do ser humano, qualquer que seja sua qualificação, residindo no fato da existência do próprio ser humano como valor absoluto. E nesse contexto, o estado existe para garantir e promover o direito e a dignidade de todas as pessoas.

O Governo do Acre alinhado a essa conquista internacional potencializou a pauta da justiça e direitos humanos em uma secretaria de estado e transversalizou com parceiros as políticas de execução de direitos humanos através dos princípios consagrados na Constituição e a interlocução entre o Estado e a sociedade, para assegurar maior participação na criação, continuidade e acompanhamento das ações.

Entre as ações mantidas ao longo do tempo, em 2011 começou a ser implantado um novo sistema de ouvidoria para apurar as denúncias de violação dos direitos humanos cometidas por agentes públicos do Sistema Integrado de Segurança Pública, composto pelas Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, Instituto de Administração Penitenciária (IAPEN) e Instituto Sócio Educativo (ISE).

Em relação aos avanços no Estado do Acre destacam-se o Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH), que desenvolveu atividades de mobilização social na nossa periferia, acolheu, orientou e acompanhou cidadãos na resolutividade de diversas causas, bem como fez acompanhamento psicossocial e jurídico; o Projeto Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica – SER HOMEM, desenvolvido em parceria com diversos órgãos públicos e com a sociedade civil, tem como ênfase a ação permanente com o Poder Judiciário, através da Vara de Execuções Penais; o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA, pela qual muitos crimes bárbaros foram elucidados, quadrilhas foram desbaratadas e o famigerado Esquadrão da Morte foi desarticulado e seus membros presos e condenados pela Justiça; os Conselhos Tutelares, que através do investimento na estrutura de equipamentos para facilitar o trabalho dos Conselheiros, na formação e na instalação do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA CT WEB, que faz o intercâmbio de informações entre os atores envolvidos na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos das Crianças e dos Adolescentes; e por fim o acolhimento humanitário aos imigrantes e refugiados.

O objetivo é garantir a participação popular e o controle social das Políticas Públicas em Direitos Humanos, em um diálogo plural e transversal entre os vários atores sociais, em que Estado e a população possam interatuar de modo dinâmico, orientado pela construção de uma sociedade justa e solidária.

METAS

- Promover a constituição de 21 conselhos municipais de Promoção da Igualdade Racial e Diversidade Religiosa;
- Formular 05 políticas estaduais em Direitos Humanos: a) direitos da criança e do adolescente; b) atenção a pessoa idosa; c) atenção a pessoa com deficiência; d) atenção às pessoas em situação de rua e drogadição; e e) cidadania homossexual e transexual;
- Realizar 8 cursos de formação sobre os direitos humanos;
- Propiciar a 4.550 cidadãos o serviço de acolhimento, cadastramento, triagem, orientação inicial (assistência social, psicológico e jurídico), monitoramento de denúncias e encaminhamento para a rede de atendimento psicossocial e jurídica, por meio dos Centros de Referência em Direitos Humanos de Rio Branco e Cruzeiro do Sul;
- Realizar 19 ações de promoção do registro civil nos municípios do Acre;
- Realizar o atendimento humanitário a 28.000 imigrantes e refugiados no Acre;
- Implantação da Central Integrada de Acompanhamento de Alternativas Penais;
- Atender 2.000 cumpridores de alternativas penais por meio da Central Integrada de Acompanhamento de Alternativas Penais;
- Atender 600 Homens no Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica - Ser Homem;
- Proteger 100 vítimas e testemunhas ameaçadas no Acre por meio do PROVITA;
- Analisar 8.000 autos de execução penal para fins de indulto natalino e comutação de pena;
- Realizar 48 campanhas de promoção dos Direitos do Consumidor;
- Realizar 16 operações de fiscalização e monitoramento da aplicação de penas em penitenciárias e varas de execuções;
- Realizar 24 ações de sensibilização e conscientização, em especial nos municípios fronteiriços mais vulneráveis, por meio do Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
- Realizar 8 "Semana do Consumidor", proporcionado ao consumidor forma flexível de resolução de violação de Direitos do Consumidor
- Realizar 4 "Semana de Conciliação" para acelerar os processos de solução das demandas dos consumidores
- Atender 1.600 consumidores de comunidades e cidades adjacentes à capital por meio do Procon Móvel.

INDICADORES

- Estimativas de sub-registro de nascimento.

2.6 PROGRAMA PROTEÇÃO SOCIAL FORTALECENDO AS FAMÍLIAS ACREANAS

O Programa Proteção Social Fortalecendo as Famílias Acreanas tem como base os termos da Constituição Federal de 1988, que expressa que assistência social será prestada a quem dela necessitar, tendo por objetivos: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; e a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária. Juntamente a Saúde e a Previdência Social, a Assistência Social integra o Sistema de Seguridade Social.

A Assistência Social foi regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS de 1993. Em 2005, instituiu-se o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. E em 6 de julho de 2011, foi sancionada a Lei 12.435, garantindo a continuidade do SUAS.

Ainda em 2011, o Governo Federal lançou o Programa Brasil sem Miséria, com o objetivo de tornar residual a extrema pobreza no país. Suas ações foram articuladas nos eixos de Garantia

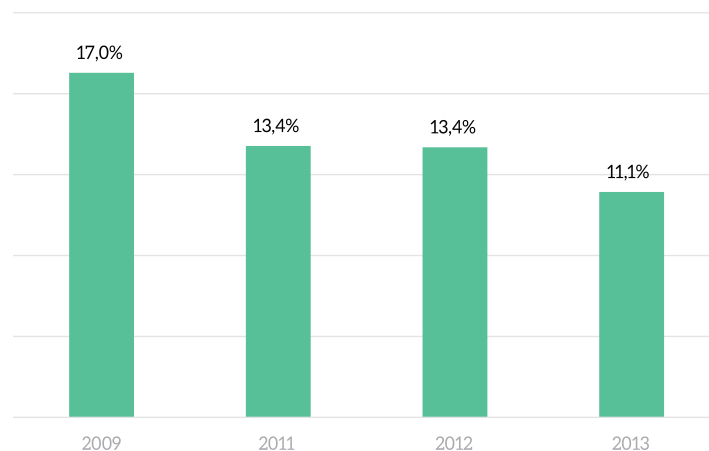
de Renda, Inclusão Produtiva Urbana e Rural, e Acesso aos Serviços Públicos. Um dos desafios desse programa é levar políticas públicas aos brasileiros que o Estado têm dificuldade de alcançar, seja pela distância, desconhecimento, preconceito ou pela má qualidade do atendimento oferecido. No lançamento do Plano, a linha de extrema pobreza estabelecida foi de renda familiar per capita até R\$ 70 reais. Em maio de 2014, a linha foi atualizada para R\$ 77 reais per capita. Com o referido Plano, modificou-se o cálculo dos benefícios do Programa Bolsa Família para as famílias mais pobres, de forma que todas as famílias beneficiárias do programa superaram o patamar da extrema pobreza do ponto de vista da renda.

Em consonância com o esforço do Governo Federal, observam-se avanços na expansão e no fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social no Acre. Alguns dos resultados podem ser expressados na redução da taxa de pobreza. Conforme dados da Figura 26, entre 2009 e 2013, a proporção de pessoas extremamente pobres caiu 35%. A redução de 17,0% para 11,1% é a segunda maior entre os estados da Região Norte e a nona entre as demais unidades da federação do país.

EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

FIGURA 26 – TAXA DE EXTREMA POBREZA NO ACRE, 2009-2013



Fonte: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS)

Conforme dados do IPEA, o índice de Gini, utilizado para medir a distribuição de renda, apresentou redução de 14,4% entre 2009 e 2013, configurando o Acre como a unidade da federação que mais reduziu a desigualdade social nesse período.

Com o fortalecimento do Programa Bolsa Família, a taxa de cobertura no mês em maio de 2015 foi de 102,3%, superando assim o estimado público potencial. De junho de 2011 a março de 2015, 7.537 famílias em situação de extrema pobreza foram incluídas no Cadastro Único e no Bolsa Família no estado por meio do Busca Ativa. O valor total de repasses às famílias do Bolsa Família teve um aumento de 172,60% no estado entre 2010 e 2014, maior que a média nacional (71,9%). O valor das transferências para os beneficiários do estado em 2014 foi de R\$ 211.937.759,00.

É importante destacar ainda, a ampliação do número de Centros de Referência de Assistên-

cia Social – CRAS de 27 em 21 municípios para 28 nos 22 municípios, garantindo 100% de cobertura das cidades acreanas. Ademais, 4 CRAS foram reformados e ampliados para garantir melhor atendimento às famílias. O CRAS é a unidade pública responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios.

Ampliou-se também o número e a cobertura dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, passando de 9 CREAS em 9 municípios para 13 centros em 12 municípios. O CREAS é uma unidade pública que oferece apoio e orientação especializados a indivíduos e famílias vítimas de violência física, psíquica e sexual, negligência, abandono, ameaça, maus tratos e discriminações sociais. Em 2013 foi implantado o Centro POP em Rio Branco, primeiro Centro para

população em situação de rua e Casa de Passagem.

Desde 2012, foram implantadas 10 equipes volantes em 10 municípios com o objetivo de levar os serviços da Assistência Social para as comunidades de difícil acesso (ribeirinhos, comunidades indígenas e assentamentos). Para ter acesso com mais facilidade à essas comunidades, os municípios que implantaram as equipes volantes receberam suporte em equipamentos e meio de transporte adequados como lanchas. O cofinanciamento estadual de fundo a fundo instituído fortaleceu os serviços ofertados pela equipe volante.

A entrega de veículos, equipamentos, mobiliários, contratação de profissionais (psicólogos e assistente sociais) e capacitação a 14 comunidades terapêutica e a CADES consolidou o oferecimento de serviços de inclusão social.

Apesar dos grandes avanços registrados, são necessários mais investimentos na estrutura e recursos humanos para atingir maior qualidade na oferta dos serviços socioassistenciais. Dentre as estratégias de fortalecimento e ampliação das ações para os próximos anos, destacamos o cofinanciamento universal por parte do Estado, conforme determina a legislação; a criação, pactuação e implantação de um sistema de monitoramento e avaliação da qualidade dos serviços ofertados bem como o impacto na comunidade; definição de atribuições e fluxo de atendimento junto às secretarias que tem uma interface com a política de Assistência Social.

Assim, o objetivo deste programa é garantir a reestruturação da rede socioassistencial, como fator de fortalecimento da Proteção Social às famílias em situação de risco e vulnerabilidade social.

METAS

- Realizar 98 cofinanciamentos dos serviços, programas e projetos das políticas de assistências sociais nos municípios;
- Realizar 24 financiamentos institucionais nas entidades socioassistenciais;
- Financiar 48 municípios com os benefícios eventuais para situações de emergência, calamidade pública, famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social;
- Reestruturar fisicamente 42 equipamentos sociais (CRAS, CREAS e Casas de Acolhimento);
- Fortalecer os 22 Conselhos Municipais com equipamentos e mobiliários;
- Reestruturar 59 unidades com equipamentos e mobiliários (Centro POP, CRAS, CREAS, Centro DIA, Centro de Convivência e Serviços de acolhimento);
- Construir 1 República para pessoas em situação de rua;
- Fortalecer 25 entidades socioassistenciais com equipamentos e mobiliários;
- Implantar 01 Observatório Social (Sistema Integrado de Gestão da Assistência Social);
- Qualificar 120 servidores em âmbito nacional;
- Realizar 24 fóruns, encontros, seminários;

EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- rios sobre o SUAS nos municípios;
- Capacitar 54 técnicos para o atendimento socioassistencial para prevenção e cuidados do dependente químico e sua família (Regiões Baixo e Alto Acre);
- Realizar 10 oficinas de construção de fluxo de atendimento ao dependente químico e sua família (Regiões Baixo e Alto Acre);
- Realizar 3.102 atividades, oficinas e capacitações dos serviços, programas, projetos e benefícios do SUAS nos municípios;

- Realizar 130 assessorias técnicas nos municípios;
- Atender 35.000 imigrantes;
- Realizar 112 ações de transversalidade no atendimento aos povos indígenas;
- Implantar 1 Serviço de Acolhimento em Repúblicas;
- Realizar 48 suportes de emergência e calamidade pública aos municípios com vulnerabilidade.

INDICADORES

- Porcentagem de pessoas pobres;
- Porcentagem de pessoas em extrema

pobreza;

- Renda domiciliar per capita.

EIXO INFRAESTRUTURA E
DESENVOLVIMENTO URBANO

EIXO INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

O Eixo Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano está marcado pelo fortalecimento da malha viária do Estado; pela promoção da integração – local, nacional e internacional (Estrada do Pacífico); pelo fortalecimento dos modais de transporte rodoviário, aeroviário e hidroviário, e no desenvolvimento urbano por meio da habitação, saneamento ambiental, pavimentação das vias, obras estruturantes e energia.

Em todo o Estado, realizaram-se muitas obras, como destaque para: Canal da Maternidade, Gameleira, Complexo Viário Amadeo Barbosa, Via Verde, Estrada do Pacífico, Cidade do Povo, Ruas do Povo e BR-364. No caso da BR-364, merece um destaque especial, pois se alcançou a abertura definitiva da ligação entre a Capital e o Vale

do Juruá, encerrando definitivamente o isolamento sazonal a qual estava sujeito os moradores daquela região.

Os desafios ainda são muitos, mas adequar a infraestrutura às necessidades impostas pela sociedade é uma prioridade. No âmbito do desenvolvimento urbano, o desafio é consolidar as metas de construção de unidades habitacionais e urbanização, garantindo melhorias urbanísticas.

O governo da Frente Popular busca sempre melhorias nas condições de habitabilidade da população, em todos os municípios, por meio da pavimentação de vias urbanas, construção da infraestrutura para assegurar a circulação de passageiros e cargas no Estado, melhoria e expansão de saneamento e ampliação do acesso à energia.

3.1 PROGRAMA PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO INTEGRADO

O saneamento básico pode ser considerado um dos serviços públicos mais essenciais. Além de ser um direito fundamental assegurado pela lei maior de nosso país, é um importante elemento para a melhoria da qualidade de vida e de saúde, possuindo interface com as ações de saúde pública, meio ambiente e uso sustentável de recursos hídricos. O saneamento constitui ainda importante eixo do desenvolvimento socioeconômico, de modo que, promover o acesso irrestrito a esses serviços, ou seja, promover a universalização, significa impulsionar o desenvolvimento com sustentabilidade.

Os projetos do Saneamento Integrado e

Pavimentação envolvem ações de instalação hidráulica e sanitária assim como os sistemas de distribuição de água, coleta de esgotos domiciliares, direcionamento e coleta de águas pluviais e pavimentação de vias de pedestre e de rolamento. O conjunto destas ações de infraestrutura são medidas adotadas pelo governo a fim de gerar melhores condições de vida para a população.

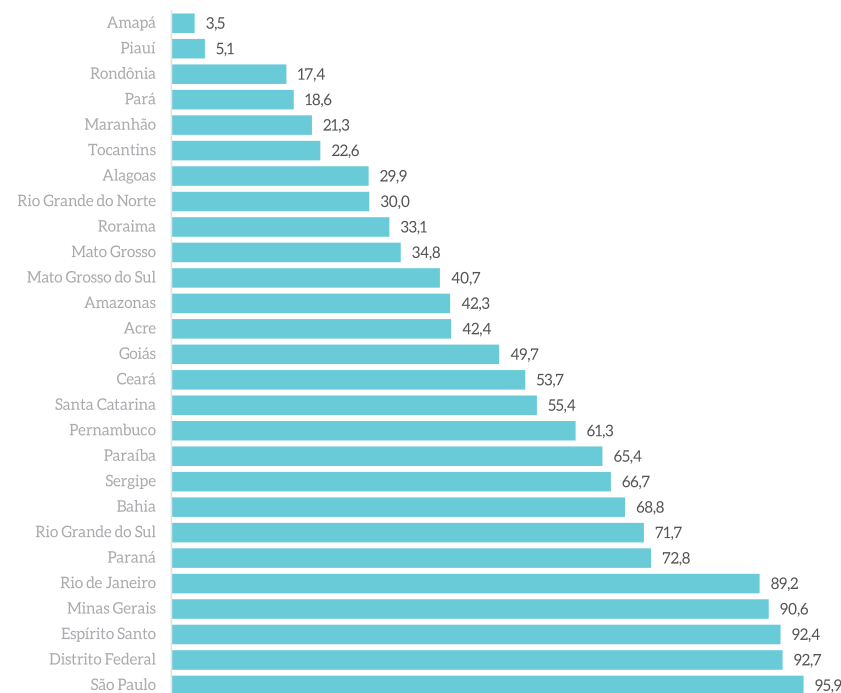
Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2013, 94% dos domicílios urbanos no Brasil possuíam cobertura de água da rede geral de abastecimento e 73% possuíam rede de esgoto. Esses dados mostram que as condições de saneamento evoluíram bastante, le-

EIXO INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

vando-se em conta todo o território nacional, entretanto, muitos problemas ainda são enfrentados principalmente os relacionados as desigualdades regionais. Enquanto os estados mais desenvolvi-

dos do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, apresentam índices de tratamento de esgoto acima de 90%, outros, como Piauí (5,1%) e Amapá (3,5%), não gozam do mesmo privilégio (Figura 27).

FIGURA 27 – PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS URBANOS COM COBERTURA DE REDE DE ESGOTO EM 2013



Fonte: PNAD, IBGE.

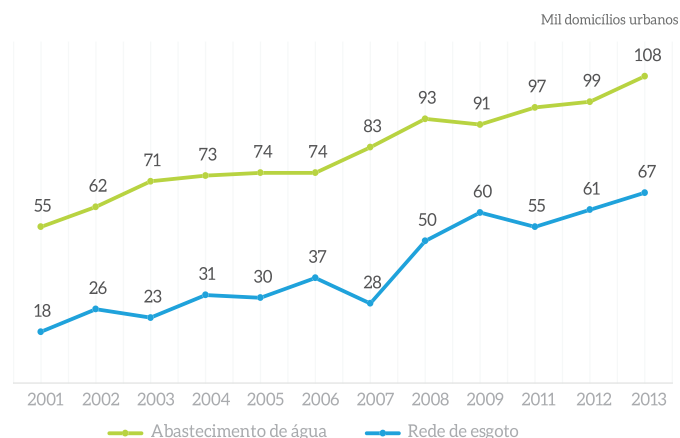
No Acre, as políticas públicas para o setor de saneamento básico, a partir do início do século XXI, têm sido tratadas com especial atenção pelos governos estaduais. Entre 2001 e 2013, a oferta de água potável pela rede geral de abastecimento apresentou um crescimento de 96%, atendendo aproximadamente 108 mil domicílios urbanos (Figura 28), que corresponde a uma cobertura de

68,4%. Nesse mesmo período, a ampliação da oferta do serviço de esgotamento sanitário urbano com rede coletora, aumentou mais de 200%, chegando a 67 mil residências aproximadamente, que representa 42,4% dos domicílios urbanos. Nosso estado tem o maior percentual de cobertura de esgoto da Região Norte.

EIXO INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

EIXO INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

FIGURA 28 – NÚMERO DE DOMÍLIOS URBANOS COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDE DE ESGOTO



Fonte: PNAD, IBGE.

Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS, o Acre apresentou um acréscimo de 1,6 mil quilômetros de redes de água (305%) entre 2001 e 2013. Em relação aos volumes verificou-se aumento de 22,4 milhões de metros cúbicos na produção de água (90%) e 13 milhões no volume de água consumido (162%), melhorando o índice médio de aproveitamento. Além da execução de obras para a captação foram investidos recursos na compra de equipamentos, o que resultou na instalação de hidrômetros em mais de 40 mil residências em todo o estado. Os recursos usados até agora resultaram no aumento dos índices de hidrometração (29% para 69%) e atendimento urbano de coleta e tratamento de esgoto.

Na capital, foram realizadas obras de ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) São Francisco, assim como a am-

pliação em 78,32 km das redes coletoras de esgoto em bairros como Placas, Chico Mendes, Vitória, 6 de Agosto, Santa Inês, Aeroporto Velho, Bahia e adjacências, e a construção de 24 Estações Elevatórias de Esgoto (EEE). Além disso, foram feitas ligações domiciliares de esgoto em mais de 9.800 residências.

O Governo do Acre está realizando um grande esforço para levar saneamento ambiental aos municípios de Santa Rosa do Purus, Jordão, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter, considerados de difícil acesso. Devido a inexistência de estradas que ligue estes municípios às demais cidades, o transporte de máquinas, equipamentos e insumos para as obras só pode ser feito pelos rios por meios de balsas, e no período restrito ao inverno amazônico, quando os rios apresentam profundidade suficiente, representando um grande desafio para a execução dos serviços. A previsão

de investimento é de mais de 100 milhões de reais em obras de pavimentação de ruas; rede de esgoto; ligações domiciliares de esgoto, estações de tratamento de esgoto, estações elevatórias de esgoto, rede de abastecimento de água, unidades domiciliares de água, ampliação de estações de tratamento de água, drenagem de águas pluviais e portos.

Quanto à pavimentação de vias urbanas, o Governo do Estado executa um importante programa denominado Ruas do Povo, um investimento de R\$ 888 milhões, e está transformando locais antes intrafegáveis em ruas trafegáveis, e mudando para melhor o cotidiano de milhares de acreanos em todo o estado. Até dezembro de 2014, foram entregues 2.346 ruas pavimentadas, com redes de distribuição de água, esgotamento sanitário (apenas na capital), drenagem pluvial e pavimentação. O programa já foi concluído em Assis Brasil, Brasília, Bujari, Capixaba, Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia, Jordão, Marechal Thau-

maturo, Porto Walter, Rodrigues Alves, Senador Guiomard e Xapuri. A última etapa do Programa Ruas do Povo tem como foco principal Rio Branco, a capital acreana, a maior demanda de vias a ser contempladas: 1.851 vias.

Apesar dos resultados expressivos obtidos com a ampliação dos serviços de saneamento básico e pavimentação no Acre, nota-se que o déficit ainda é grande, principalmente no que se refere a esgotamento sanitário. Há também a necessidade de ampliação da cobertura de domicílios particulares conectados à rede geral.

Portanto, o objetivo do programa é ampliar a cobertura do saneamento básico e reduzir o índice de doenças causadas pela poluição das águas e do solo além de promover ordenamento e as condições de infraestrutura adequadas das cidades garantindo o acesso aos bairros, vias urbanas e prédios públicos.

METAS

- Pavimentar 1.045 vias urbanas na Capital;
- Pavimentar 160 vias urbanas do Interior;
- Modernizar a ETA 1;
- Construir o Centro de Reserva Cidade do Povo com capacidade para 4.200m³;
- Expandir em 24.580 Km a rede de abastecimento de água na Cidade do Povo - Lotes 4, 5 e 6;
- Instalar 24 macromedidores em Rio Branco;
- Instalar 21 unidades de controle do

- Sistema de Abastecimento com execução de automação e telemetria em sete unidades componentes do Sistema de Abastecimento de Água;
- Construir 6 poços profundos;
- Implantar 20.769,1 m de adutora;
- Construir 8 Estações de Tratamento de Água;
- Implantar 14.902 m rede de distribuição de água;
- Implantar 2.045 ligações domiciliares de água;
- Construir 7 reservatórios de acumulação de água e de distribuição;

- Implantar 74 Módulos Sanitários Domiciliares;
- Implantar 17.000 metros de Rede Coletora de Esgoto na Cidade do Povo;
- Implantar 350 ligações domiciliares na Cidade do Povo;
- Construir 6 Estações Elevatórias na Cidade do Povo;
- Executar 2.592 metros de Linha de Recalque na Cidade do Povo;
- Construir a Estação de Tratamento de Esgoto Cidade do Povo;
- Construir 9 Km de emissário da Estação de Tratamento de Esgoto Cidade do Povo;
- Implantar 1.723 ligações domiciliares em Rio Branco;
- Implantar 9.179 metros de rede coletora de esgoto em Rio Branco;
- Construir 12 Estações Elevatórias em Rio Branco;
- Executar 7.308,7 metros de linha de recalque em Rio Branco;
- Implantar 1.110 ligações domiciliares em Tarauacá;
- Implantar 16.406 metros de rede coletora de esgoto em Tarauacá;
- Construir 1 Estação de Tratamento de Esgoto em Tarauacá;
- Construir 0,6 Km de emissário da Estação

- de Tratamento de Esgoto (km) em Tarauacá;
- Construir 5 Estações Elevatórias em Tarauacá;
- Executar 5.101 metros de linha de recalque em Tarauacá;
- Construir 650 metros canal de drenagem;
- Pavimentar 23,68 km de ruas nos municípios de difícil acesso;
- Construir 34,25 Km de rede de esgoto;
- Instalar 2.716 ligações domiciliares de Esgoto;
- Construir 200 módulos domiciliares;
- Construir 532 Sistemas de Tratamento Individual de Esgoto;
- Construir 16 Estações de Tratamento de Esgoto – ETE;
- Construir 14 Estações Elevatórias de Esgoto – EEE;
- Ampliar 3 Estações de Tratamento de Água – ETA;
- Construir 1 Estação de Captação de Água Bruta;
- Instalar 1.330 unidades domiciliares de água;
- Construir 12,03 Km de rede de abastecimento de água;
- Construir 4 Portos;
- Realizar drenagem em 12,65 Km;
- Construir 4 Aterros Sanitários.

INDICADORES

- Déficit de ruas não pavimentadas no Acre;
- Porcentagem de pessoas em domicílios com acesso adequado à água;
- Porcentagem de pessoas em domicílios com acesso adequado a esgotamento sanitário.

3.2 PROGRAMA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

No âmbito nacional, o Setor Habitacional vem recebendo fortes investimentos nos últimos anos, como a implementação de Programas como o Minha Casa, Minha Vida (MCMV), com o objetivo de universalizar o acesso à moradia digna para todo cidadão brasileiro. O Plano Nacional de Habitação, um dos mais importantes instrumentos para a implementação da nova Política Nacional de Habitação – PNH, previsto na Lei 11.124/05, que estruturou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, considera que é necessário consolidar um novo modelo de financiamento e um novo patamar de subsídio para garantir e ampliar o acesso à moradia ao conjunto da população brasileira. Suas linhas de atuação estão estruturadas na Produção e Aquisição da Habitação; na Integração Urbana de Assentamentos Precários; na Melhoria Habitacional; na Assistência Técnica; e no Desenvolvimento Institucional.

Em consonância com o Governo Federal, o Governo do Estado do Acre tem desenvolvido grandes projetos habitacionais voltados notadamente para a população de baixo poder aquisitivo. Além da provisão de moradia para as demandas urbana e rural, o Programa Habitacional do Estado atua também nas questões urbanísticas, que abrangem intervenções em áreas insalubres de fundos de vales, recuperação ambiental, remoção e realocação de famílias para locais mais apropriados e com condições básicas de infraestrutura e equipamentos públicos.

A questão habitacional se configura como um dos mais complexos desafios para os governos na atualidade, pois envolve concomitantemente dimensões do desenvolvimento econômico, social

e ambiental.

Para atender as necessidades de famílias em situação de déficit habitacional, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social, entre 2011 e 2015, foram entregues 12.287 unidades habitacionais, das quais 9.598 distribuídas em loteamentos, residenciais, vilas e conjuntos habitacionais urbanos; 2.324 na Cidade do Povo; e 365 em áreas rurais e indígenas. As casas entregues foram construídas em alvenaria e/ou madeira, todas acompanhadas por rede de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de distribuição de energia. No caso das casas construídas na zona urbana, também foi previsto a infraestrutura básica (drenagem, pavimentação de ruas e construção de calçadas).

Com relação a Cidade do Povo, somente para este projeto está previsto um investimento total de R\$ 1,1 bilhão. O projeto contempla a construção de 10.518 unidades habitacionais (correspondendo a 30,15% da área total do loteamento) e 45 equipamentos públicos distribuídos entre creches, escolas, delegacias, mercado público, microterminal, postos de saúde, dentre outros (20,81% da área total). A expectativa é abrigar aproximadamente 50 mil pessoas, sendo o público alvo a parcela da população que se enquadra na faixa 1 do programa, com limite de salário de até R\$ 1.600,00. Especialmente aquelas que mais sofrem com os fenômenos da natureza, como a inundação dos rios que ocorrem no Estado praticamente todos os anos e desabrigam milhares de pessoas.

O conjunto destas obras equivalem, proporcionalmente, a uma cidade de pequeno porte, oferecendo uma infraestrutura digna para bene-

ficiar esse contingente. É importante frisar que este empreendimento está sendo construído em uma área de 6.885.494,00 m², sendo considerado a maior obra de habitação da história do Acre.

Pensando nisto, o programa de habitação

social proposto pelo Governo do Estado visa promover o acesso à moradia digna no âmbito urbano e rural, incluindo infraestrutura básica, serviços e equipamentos públicos, buscando a integração com as demais políticas públicas estaduais.

METAS

- Entregar 2.200 unidades habitacionais nos municípios atingidos pelo transbordamento dos rios em 2015;
- Entregar 344 unidades habitacionais no Loteamento Andirá;
- Entregar 120 unidades habitacionais de Operações Coletivas;
- Realizar melhorias em 90 unidades habitacionais;
- Entregar 3.300 unidades habitacionais para atender os produtores rurais e indígenas, através do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR;
- Executar 100% dos serviços de infraes-

trutura para construção de 2.200 unidades habitacionais nos municípios atingidos pelo transbordamento dos Rios em 2015;

- Urbanizar 1,9 km na ZAP 04 – Palheiral;
- Urbanizar 90 lotes no bairro Calafate;
- Construir 56.200 m² de calçadas e sinalização nos loteamentos do MCMV;
- Regularizar 12.000 imóveis considerados irregulares em Rio Branco, Sena Madureira, Brasília, Epitaciolândia, Xapuri, Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul - Programa Papel Passado;
- Regularizar 3.050 lotes em Rio Branco.

INDICADORES

- Porcentagem de pessoas em domicílios não rústicos na zona urbana;
- Porcentagem de pessoas em domicílios com até 2 moradores por dormitório.

3.3 PROGRAMA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE

Um grande compromisso do Governo do Acre é consolidar a integração do estado, garantindo a trafegabilidade de rodovias, ramais e rios e prover os equipamentos públicos necessários para o bom funcionamento do transporte de passageiros e cargas. Fortalecer a infraestrutura de transporte é uma necessidade imposta pelos avanços econômicos, de modo que, além da integração estadual, o desafio é garantir a infraestrutura necessária para promover o desenvolvimento econômico dos municípios e a mobilidade da população.

O Governo do Acre investiu fortemente nos últimos anos, tendo como uma das grandes conquistas a integração definitiva dos Vales do Acre e Juruá depois da abertura da BR-364. Isso permitiu a melhoria da qualidade de vida da população e o aquecimento da economia local, pois em função desse investimento, projetos como o de industrialização foi fortalecido no interior do Estado, uma vez que a estrada representa o sonho da integração não apenas das comunidades, mas também de polos logísticos, industriais e moveleiros em toda a região.

As estradas vicinais, fundamentais para o escoamento da produção local foram igualmente contempladas com investimentos. A recuperação de ramais em importantes polos produtores nos municípios de Rio Branco, Porto Acre, Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Capixaba, Plácido de Castro, Xapuri e Brasília transformou a realidade de milhares de famílias. As obras tornaram esses ramais em vias trafegáveis o ano todo, garantindo o escoamento da produção e facilitando o acesso das comunidades a serviços públicos.

Os investimentos fazem parte do Programa Ramais do Povo e já garantiram a execução de 17,5 mil metros de bueiros; construção e/ou recuperação de 4,3 mil metros de pontes; realização de revestimento primário (piçarramento) em 179,5 quilômetros; aplicação de proteção asfáltica/TSD e AAUQ em 43,1 quilômetros; melhoramento das condições de 16,0 mil quilômetros nas cinco regionais do estado – com destaque para as áreas mais produtivas, entre as quais a região do Baixo Acre, Alto Acre e Tarauacá/Envira. A tabela 8 apresenta as extensões das redes rodoviárias estaduais por situação e tipo de leito.

TABELA 8 - EXTENSÃO DAS REDES RODVIÁRIAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, ACRE - 2013

Extensões totais	Rede rodoviária (km)			
	Federal (1)	Estadual	Municipal	Total
Pavimentada	1.109,4	327,8	430,2	1.867,4
Em obras de pavimentação	110,1	60,0	-	170,1
Leito natural	-	183,0	4.054,0	4.237,0
Implantadas	-	9,0	2.536,5	2.545,5
Planejadas	388,1	-	-	388,1
Total Geral	1.621,8	579,8	7.020,7	9.222,3

Fonte: DERACRE.

Nota: (1) Possuem mais 14,2 km de acessos pavimentados.

Não foram contabilizados os trechos que possuem sobreposição com as rodovias federais.

EIXO INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Na infraestrutura de transporte fluvial, o governo do estado tem trabalhado realizando a manutenção e melhoria da estrutura hidroviária e portuária, além de monitorar o assoreamento de leito, monitorar cota, desobstruir canais e outras atividades que garantam a viabilidade e segurança da navegação, reparos em acessos aos portos e pátios de manobra, reparos na iluminação portuária, entre outras.

Com relação à infraestrutura de transporte aeroviário, o Estado dispõe de 02 aeroportos internacionais, localizados nos municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul. E ainda: 09 aeródromos, sendo 05 registrados na ANAC (Jordão, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Santa Rosa do Purus), 03 homologados pela INFRAERO e administrados pelo Governo Estadual (Feijó, Tarauacá e Xapuri) e 01 administrado pelo 7º BEC (Assis Brasil).

Os aeródromos de Feijó, Tarauacá, Jordão, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo e Santa Rosa do Purus passaram por obras que resultaram em mais segurança para a decolagem e pouso de aeronaves. As pistas receberam serviços de terraplanagem, pavimentação e revestimento. Com a conclusão das obras, moradores de lugares como

Jordão e Porto Walter, cujo acesso é basicamente por via fluvial, ganharam mais rapidez no atendimento a serviços essenciais de saúde, como a entrega de medicamentos e as campanhas de vacinação.

Embora tenha empregado vultosos investimentos na área de infraestrutura de transporte, e apesar de todas as conquistas obtidas, o Governo do Acre ainda tem grandes desafios concernentes a este programa. Para o quadriênio 2016-2019 há previsão de construção de pontes, reformas e construção de portos e contenção de encostas, pavimentação e recuperação de ramais, pavimentação de rodovias, construção de viaduto, manutenção dos aeródromos de responsabilidade do governo estadual, entre outros, que resultarão em benefícios para a população.

O programa de infraestrutura de transporte visa a manutenção e pavimentação asfáltica das principais rodovias estaduais, o aperfeiçoamento do sistema de transporte, nos modais terrestres, fluviais e aéreos, além da total consolidação dos benefícios da integração do Estado. Portanto, o objetivo é prover condições para eficiência do sistema de transportes garantindo segurança, mobilidade, funcionalidade, e desenvolvimento econômico.

EIXO INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

METAS

- Recuperar e manter anualmente os 403 km de rodovias da malha viária estadual;
- Realizar pavimentação do tipo rachão em 3.940 km de ramais;
- Realizar pavimentação asfáltica do tipo A.A.U.Q em 60 km de ramais;
- Implantar 3.912m de bueiros de concreto;
- Construir 870m de pontes de madeira;
- Abrir 73 km de ramais;
- Realizar melhoramento de 250 km de ramais com obras de arte corrente e especiais (Bueiros e Pontes);
- Realizar melhoramento e recuperação de 12.000 km de ramais;
- Realizar revestimento primário (piçaramento) em 93 km de ramais;
- Recuperar e manter 400 km de ramais asfaltado;
- Realizar serviço de manutenção nos 08 aeródromos de responsabilidade do Governo (Xapuri, Manuel Urbano, Feijó, Tarauacá, Jordão, Santa Rosa, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter);
- Realizar pavimentação asfáltica em 59 km nas rodovias AC 445 e AC 90;
- Urbanizar 6 km da Rodovia AC-405, Estrada do Aeroporto de Cruzeiro do Sul;
- Executar 10 km de contorno rodoviário, incluindo ponte, entre Eptaciolândia de Brasília;
- Urbanizar o acesso à Cidade do Povo pela BR-364, incluindo viaduto;
- Construir o acesso à Cidade do Povo pela BR-317;
- Construir 01 viaduto na "Corrente" em Rio Branco;
- Executar a obra do Terminal Portuário de Passageiros Flutuante em Cruzeiro do Sul;
- Construir 02 portos do Rio Purus (Manuel Urbano e Santa Rosa);
- Construir as rampas de acesso à Vila Caquetá;
- Construir a ponte sobre o Rio Acre entre Brasília e Eptaciolândia;
- Construir a ponte sobre o Rio Acre em Xapuri (Sibéria);
- Construir a ponte sobre o Rio Iaco em Sena Madureira;
- Construir a ponte sobre o Riozinho do Andirá no Ramal dos Paulista em Porto Acre.

INDICADORES

- Custo mensal da cesta básica em Cruzeiro do Sul.

3.4 PROGRAMA OBRAS PÚBLICAS

As cidades do Acre passaram por um intenso processo de transformação em suas paisagens urbanas na última década. Em parte, isso pode ser atribuído as obras que o poder público vem realizando ao longo dos anos, buscando minimizar as consequências do processo de ocupação sem planejamento e, com isso, proporcionar ao cidadão melhoria na qualidade de vida.

O Programa de Obras Públicas congrega ações que propiciam que outras áreas de governo aperfeiçoem e ampliem a oferta de serviços prestados à população. São os parques e praças públicas, que além de embelezar, são utilizados para a prática de lazer e esporte; a reforma e ampliação de unidades de saúde, tais como Hospital Infantil, Hospital das Clínicas, Hospital do Juruá, Maternidade Bárbara Heliodora, Unidades de Pronto Atendimento (UPA), além de outros, que oferecem dignidade aos profissionais e usuários do sistema público de saúde; ampliação e/ou reforma de escolas e centros de ensino, contribuindo para que o processo de ensino-aprendizagem tenha um ambiente adequado; a construção das Organizações das Centrais de Atendimento ao Cidadão (OCA), em Rio Branco e Xapuri, que entre 2011 e 2014, realizaram 1.282.325 de atendimentos, e tem o índice de satisfação de 92% e 99%, respectivamente; ainda destacam-se obras realizadas em mercados populares, equipamentos de culturas e urbanização de bairros.

Essas obras conferem as cidades do Acre a mistura entre o tradicional e moderno no meio da Amazônia. Espaços bem conservados agradam tanto a população local, quanto as pessoas de ou-

tras localidades que visitam o Estado. Este aspecto coaduna-se com o momento que o Acre tem vivenciado no que diz respeito à democratização do acesso a serviços públicos, geração de novos empregos, redução da extrema pobreza, dentre outros.

Nesse Programa está ainda um dos maiores projetos já realizado no Acre, que é a Cidade do Povo, realizado em parceria com Governo Federal, pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Esse empreendimento é primeiro bairro planejado de Rio Branco, contando com a construção de 10.518 unidades habitacionais, que atenderá 50 mil pessoas – mais que a população Sena Madureira, que é terceiro maior município do Acre. O projeto prevê beneficiar famílias em três faixa de renda: Faixa 1 - de zero a três salários mínimos; Faixa 2 - de três a seis; e Faixa 3 - de seis a dez salários mínimos. As primeiras 6.300 casas são destinadas as famílias que vivem em áreas de riscos. Dessas, já foram entregues 2.300 unidades habitacionais. A Cidade do Povo contará com a implantação de infraestrutura de áreas públicas com comércio, escola, postos de saúde e segurança, praças, creches, estação de tratamento de esgoto, redes de distribuição de água e de iluminação pública. O aporte de investimento será de aproximadamente 1,1 bilhão de reais.

A Cidade do Povo possui 28% da sua área total reservada para áreas verdes e de preservação permanente e, nas casas, foram instaladas placas solares para o aquecimento da água do chuveiro, uma iniciativa que une a preocupação com o conforto dos moradores ao uso de energias renováveis.

Nesse sentido, apresentam-se grandes os desafios para a Gestão nos próximos quatro anos, tais como continuar trazendo dignidade a população e atender a crescente demanda por obras estruturantes, que gerem benefícios crescentes e

duradouros ao povo. Assim, o objetivo do Programa de Obras Públicas é realizar intervenções de grande relevância para população, mantendo o alto padrão de qualidade e garantindo melhorias urbanísticas nas cidades acreanas.

METAS

- Construir 01 microterminal na Cidade do Povo;
- Calçar com concreto simples o passeio público em 06 áreas institucionais: 31, 28 e 29, 20, 09, 05 e 10 da Cidade do Povo;
- Implantar 01 acesso aos lotes e drenagem na ciclovia da rua 28 na Cidade do Povo;
- Pavimentar o pátio de veículos e implantar o Sistema de Segurança na Estação de Tratamento de Esgoto na Cidade do Povo;
- Construir 12 paradas de ônibus nos lotes 03, 04, 05 e 06 na Cidade do Povo;
- Realizar serviços de infraestrutura Lote 01, 02 e 03 na Cidade do Povo;
- Construir 01 CRAS na Cidade do Povo;
- Pavimentar o pátio do Mercado na Cidade do Povo;
- Realizar serviços de infraestrutura da 2ª Etapa (Lotes a definir) na Cidade do Povo;
- Urbanizar os bairros Habitasa e Cadeia Velha - Fase I;
- Executar os serviços de Saneamento Integrado nos Bairros Glória, João Eduardo, Pista, Placas e Ouricuri;
- Urbanizar os bairros Habitasa e Cadeia Velha - Fase II;
- Construir o Parque do Entorno do Lago do INTO;
- Construir 03 campos de futebol no Centro Estadual de Treinamento Esportivo - CETE;
- Reformar a Cidade do Esporte;
- Construir a pista de atletismo do CETE - (2ª Etapa);
- Construir 02 Praças da Juventude;
- Construir 01 Ginásio Poliesportivo Coberto ao lado Arena da Floresta;
- Construir a 2ª etapa do Parque Linear de Cruzeiro do Sul;
- Elaborar 525 Projetos Executivos;
- Acompanhar a execução 609 obras públicas;
- Construir Abrigo de Gases e Abrigo de Resíduos no INTO;
- Fazer a gestão de 26 espaços públicos (02 Parques, 09 Praças, 03 Mercados, 02 Espaços Públicos e 10 Prédios Públicos);
- Fazer a Gestão de Iluminação Pública de 30 espaços públicos (02 Parques, 09 Praças, 03 Mercados, 02 Espaços Públicos e 14 Vias Estruturantes);

INDICADORES

- Número de reforma e/ou ampliações de prédios e espaços públicos.

EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

Este Eixo congrega os serviços essenciais de saúde, educação e segurança pública, com programas que reafirmam o compromisso com a garantia plena do acesso a todo o cidadão acreano e a busca contínua da elevação da qualidade dos serviços ofertados.

A saúde, a educação e a segurança pública constituem a base fundamental dos direitos sociais. Assim, a continuidade da política de ampliação do acesso e da qualidade desses serviços é essencial para seguir elevando a qualidade de vida das famílias acreanas, combatendo as desigualdades sociais e garantindo a construção de uma sociedade cada vez mais equânime.

Conforme pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria

com o IBOPE Inteligência, em 2014, para a sociedade acreana, as políticas públicas devem atender a seguinte priorização: em primeiro lugar, a saúde pública, que foi indicado por 48% dos entrevistados; em segundo, a qualidade da educação, sugerido por 31% dos entrevistados; e, em quarto lugar, o combate à violência e à criminalidade, que recebeu a indicação 30% das pessoas ouvidas pela pesquisa.

Desta forma, evidencia-se a importância desse Eixo Estratégico para a elaboração e execução das políticas públicas para a próxima gestão, tendo em vista que ele atua nas áreas que a sociedade considera mais vulneráveis e, por isto, importantes para intervenção governamental.

4.1 PROGRAMA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE PARA TODOS

A educação é um direito humano fundamental, reconhecido por normas nacionais e internacionais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que “toda pessoa tem direito à educação”, a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional afirma que “é direito de todo ser humano o acesso à educação básica”. Quando se trata de crianças e adolescentes, tanto a Constituição Federal, em seu artigo 227, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 4 da Lei nº 8.069/90) preveem que a família, a sociedade e o Estado devem assegurar a educação com absoluta

prioridade.

A grande influência exercida pela educação em dimensões como a econômica a cultural e a social, faz dela um serviço fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade. Seu alto potencial de transformação dos indivíduos desempenha um papel central na superação da condição de pobreza. Por meio do acesso ao ensino, as pessoas têm maiores chances no mercado de trabalho, participam mais ativamente da vida democrática e têm pleno conhecimento de seus direitos e deveres.

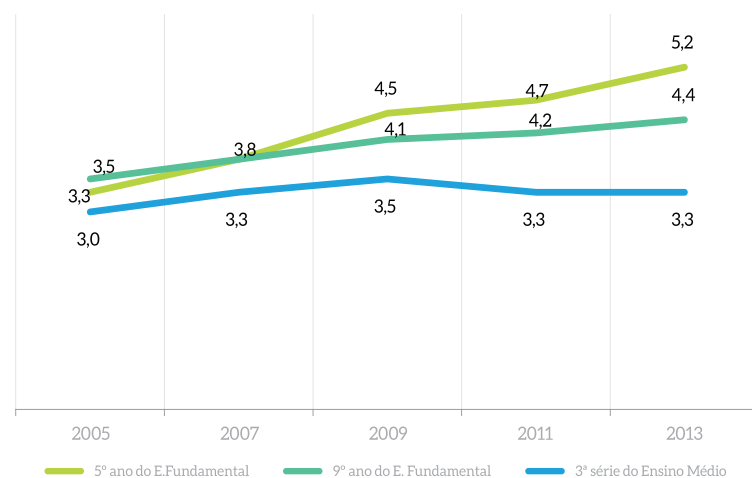
EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

No Estado do Acre, a educação é considerada uma área estratégica para o desenvolvimento local e, desde 1999, o Governo do Estado tem realizado fortes investimentos em todos os segmentos da educação básica, empenhando-se para garantir uma educação inclusiva e de qualidade.

A qualidade do ensino melhorou em todos os níveis da educação básica, superando as metas estabelecidas pelo MEC para o Estado no Índice de

Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, realizado a cada dois anos. Conforme Figura 29, em 2013, a nota de desempenho alcançado pelo Acre no 9º ano do Ensino Fundamental foi de 4,4, que é superior nota média nacional (4,2) e que o posicionou entre os três melhores resultados do país; no 5º ano do Ensino Fundamental foi de 5,2; e no 3º ano do ensino médio, 3,3.

FIGURA 29 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB – DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO ACRE



Fonte: INEP/MEC

O Acre apresentou ainda redução da evasão escolar, que é um dos grandes problemas das escolas públicas no país. Entre 2011 e 2013, a taxa de abandono do Ensino Fundamental diminuiu de 3,3% para 2,5% e de 12,6% para 10,5% no Ensino Médio. Na comparação com a Região Norte e o Brasil, o Acre mostrou maior redução da evasão escolar.

A distorção entre idade e série, que é defasagem da idade em relação a série que o aluno deveria estar cursando, é outro desafio enfrentado pelo ensino público do país. No Acre, as ações voltadas para a aceleração da aprendizagem, até dezembro de 2014, demonstram o atendimento de 7,5 mil alunos nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e 10,8 mil alunos segundo segmento

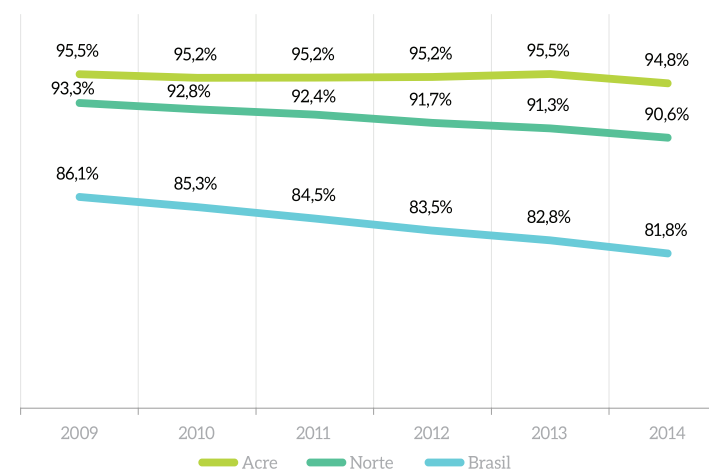
EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

do ensino fundamental (6º ao 9º ano). No ensino médio, o número de alunos matriculados em projetos de enfrentamento ao problema de distorção idade série chega a 5,2 mil estudantes.

No Estado, a rede pública é a principal responsável pela oferta de vagas nos ensinos fundamental e médio, atendendo 94,8% dos alunos matriculados em 2014, isso representa cerca de 260

mil vagas. O percentual dos alunos matriculados na rede pública no Brasil e na Região Norte apresenta uma tendência decrescente entre 2009 e 2014, chegando a 81,8% e 90,6%, respectivamente, no último ano da série, conforme representando na Figura 30. A tendência do índice acreano é de constância, com leve queda em 2014.

FIGURA 30 – PARTICIPAÇÃO (%) DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA



Fonte: Tabulações próprias a partir dos dados INEP/MEC

O Estado investiu fortemente na área de recursos humanos, por meio da qualificação de professores e servidores. Hoje temos mais de 90% com formação superior. Isso se traduz em aumento na remuneração dos professores. O Acre está entre os estados que melhor remuneram os professores no Brasil.

Houve importantes melhorias na infraestrutura da rede educacional. Foi assegurado um

padrão de infraestrutura para todas as escolas (por nível, série e modalidades). Foram construídas e ampliadas 62 escolas indígenas e reformadas mais 17 escolas.

Embora tenha melhorado substancialmente nos últimos anos, o Governo continua trabalhando para universalizar o acesso à educação básica; elevar a qualidade da educação; reduzir a evasão, a repetência e a distorção. Assim, o objeti-

EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

vo do Programa de Educação Básica de Qualidade para Todos assegurar à população a universalização do ensino escolar com qualidade através da ampliação do acesso aos serviços educacionais, inclusive para as comunidades rurais mais isoladas,

METAS

- Atender 10.264 alunos em distorção idade-série, no Programa Especial do Ensino Médio - PEEM;
- Atender 10.839 alunos em distorção idade-série do segundo segmento do Ensino Fundamental, no Programa Especial de Aceleração da Aprendizagem;
- Atender 2.173 alunos em distorção idade-série do 1º ao 5º ano;
- Ofertar vagas para 39.500 Jovens e Adultos com idade a partir de 15 anos concluírem o Ensino Fundamental - EJA;
- Garantir o acesso gratuito a exames de certificação para 40.000 jovens e adultos, na faixa de 15 anos ou mais no Ensino Fundamental e 18 anos no Ensino Médio;
- Ofertar 3.000 vagas de Cursos de Formação Inicial e Continuada articuladas com o Ensino Fundamental e Médio EJA através do PRONATEC EJA;
- Ofertar 2.840 vagas de Cursos Técnicos através do PRONATEC EJA;
- Garantir o AEE na Educação Especial a 7.204 alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, superlotação em toda rede de ensino até 2019;
- Garantir a implementação do Novo En-

a melhoria na infraestrutura física das escolas; o aumento da permanência do aluno na escola, a valorização dos professores por meio de melhores salários, programa de formação continuada, formação inicial superior, dentre outras.

- sino Médio em todas as 76 escolas da rede pública estadual;
- Garantir a oferta de educação infantil para 7.500 crianças de 4 e 5 anos de idade em comunidades rurais de difícil acesso nos 22 municípios do estado;
- Matricular 9.452 alunos no 1º ano do Ensino Fundamental até 2019, inseridos na rede estadual de ensino;
- Matricular 9.520 alunos no 6º ano do Ensino Fundamental nas escolas rurais de difícil acesso;
- Matricular 9.028 alunos no 1º ano Ensino Médio nas escolas rurais de difícil acesso;
- Atender 41.616 alunos matriculados de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental até 2019;
- Atender 37.280 alunos no 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental até 2019;
- Atender 22.980 alunos no 1º ao 3º ano do Ensino Médio até 2019;
- Atender 250 escolas de ensino fundamental de 6º ao 9º ano com o Programa MAIS EDUCAÇÃO em 2016, ampliando em 50 escolas/ano até 2019;
- Implantar 27 Escolas Integral de Tempo Integral - ensino fundamental - nas zonas rural e urbana, até 2019;
- Implantar 24 escolas de ensino médio

EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

(urbanas) de tempo integral até 2019;

- Ampliar a jornada escolar em 78 escolas de ensino médio no contraturno;
- Realizar 399 certificações como resultado da formação de professores em duas etapas (Rio Branco e 36 terras indígenas);
- Atender 127 professores com formação/acompanhamentos pedagógicos nas 36 terras indígenas, que será realizado através de oficinas locais;
- Oferecer formação continuada em Língua Portuguesa e Matemática para 1.136 professores, gestores, coordenadores de ensino e pedagógicos que atuam nas escolas de 1º ao 5º ano;
- Garantir Formação Continuada para 1.800 Professores do 6º ao 9º ano que atuam na zona urbana, nos 22 municípios do Estado, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e Arte;
- Garantir Formação Continuada para 1.736 professores e profissionais da equipe gestora de ensino médio que atuam na zona urbana, nas disciplinas de Linguagens, Matemática, Ciências da Naturais e Ciências Humanas;
- Garantir formação para 350 Coordenadores Pedagógicos que atuam do 6º ao 9º ano nas escolas da zona urbana;
- Ofertar 10.000 vagas de 2016 a 2019 à alunos do 2º segmento do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, em cursos de Língua Estrangeira (níveis básico ao avançado);
- Ofertar para 16.000 alunos do ensino fundamental e Médio, cursos, palestras,

seminários, exposições, etc., nas áreas de Matemática, Ciências e Filosofia;

- Assistir 50 alunos da rede pública de EM, no período de 2016 a 2019 para a seleção do Programa Nacional Jovens Embaixadores;
- Ofertar 3.200 vagas de 2016 a 2019, em formação continuada para professores e equipes gestoras sobre as políticas de enfrentamento e as Leis 11.525, 10.639 e 11.645;
- Atender 7.200 alunos, no período de 2016 a 2019, com testes de orientação vocacional e profissional;
- Implantar a mostra acreana de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, atendendo 34.000 alunos, professores e público em geral;
- Pactuar 1.600 vagas (docentes e comunidades) de 2016 a 2019 nos cursos de graduação, extensão, aperfeiçoamento e especialização, em programas de formação de professores por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil ou iniciativas similares;
- Concluir a formação em Educação Superior para 400 docentes, em Segunda Licenciatura, na Área de Matemática;
- Pactuar 1.000 vagas, no período de 2016 a 2019, para servidores não docentes nos cursos técnico e superior de tecnologia em processos escolares (PROFUNCIONÁRIO);
- Oferecer 4.000 vagas, no período de 2016 a 2019, para professores, gestores, demais profissionais da educação da Rede Pública de ensino e membros de conselhos dos Programas do FNDE;

EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

- Promover formação para 2.000 servidores, no período de 2016 a 2019 (PROINFO INTEGRADO, UCA, TV ESCOLA, etc), visando a inclusão digital com foco pedagógico aos professores e equipes gestoras das Escolas Estaduais Urbanas e Rurais;
- Fazer acompanhamento anual dos indicadores e metas anuais contidas no PDE com 275 Escolas Estaduais Urbanas e Rurais (com mais de 100 alunos);
- Estabelecer a cada Biênio o Pacto pela Educação com os 22 municípios;
- Realizar Auto Avaliação, anualmente, em 275 unidades de ensino com mais de 100 alunos;
- Realizar a cada dois anos a premiação da gestão escolar envolvendo uma média 120 escolas concorrentes por edição;
- Realizar concurso de Bandas e Fanfaras com alunos de 100 Escolas Públicas da Rede Estadual de Ensino;
- Realizar a Edição do Prêmio Professores do Brasil, envolvendo uma média de 200 professores concorrentes;
- Realizar 7.300 certificações nos cursos a serem ofertados pela Escola Acriana de Gestores da Educação Básica;
- Construir 21 escolas Públicas Estaduais;
- Conservar as unidades escolares, através de reforma direta na escola: SUBPROJETOS ESCOLARES em 100 escolas rurais;
- Construir 03 quadras poliesportivas nas Escolas Públicas Estaduais financiadas pela União;
- Realizar a construção de 03 blocos para

o funcionamento do Núcleo de Altas Habilidades, Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual e Auditório do Núcleo de Tecnologia Assistida;

- Construir 17 escolas Indígenas até 2019;
- Ofertar transporte escolar para atender 500 rotas localizadas nas áreas rurais e semiurbanas do Estado do Acre (rotas terrestres e fluviais);
- Descentralizar recursos financeiros para 410 escolas detentoras de Comitês Executivos regularizados;
- Descentralizar recursos do PDDE Estadual para aquisição de camiseta escolar para 139 escolas de 1º ao 5º ano do ensino fundamental, que tenham unidades executoras;
- Repassar recurso do PDDE Estadual à 07 escolas piloto;
- Realizar parcerias através de subvenções com 04 escolas;
- Implantar a Academia Juvenil Acreana de Letras;
- Pactuar 1200 vagas em cursos técnicos profissionalizantes com instituições ofertantes;
- Matricular 9.452 alunos no 1º ano do Ensino Fundamental até 2019, inseridos na rede estadual de ensino;
- Atender com formação até o final de 2019, uma média de 69 técnicos/ano, entre gestores e coordenadores;
- Realizar parcerias com os 22 municípios para a oferta de transporte escolar;
- Realizar 279.080 atendimentos de assistência estudantil na área de saúde em diversas especialidades, palestras educativas e fornecimento de óculos através do Projeto Olhar Brasil.

EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

INDICADORES

- IDEB Estadual das séries iniciais do Ensino Fundamental;
- IDEB Estadual das séries finais do Ensi-

no Fundamental;

- IDEB Estadual do Ensino Médio;

4.2 PROGRAMA ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO “EU QUERO LER”

O analfabetismo é um dos grandes desafios para a educação no Brasil. De acordo com dados do IBGE, em 2014, cerca de 13 milhões de brasileiros não sabiam ler e escrever, o que corresponde a 8,3% da população de 15 anos ou mais. Portanto, embora tenha obtido notáveis avanços na redução do analfabetismo, por meio de iniciativas como o programa Brasil Alfabetizado, o número de pessoas analfabetas no Brasil ainda é preocupante.

São inúmeras as implicações decorrentes do analfabetismo. A pessoa que não sabe ler e escrever é privada de direitos. O analfabetismo compromete o desenvolvimento pessoal e social do indivíduo, reduz a sua capacidade de comunicação, de compreensão do mundo ao seu redor, restringe a capacidade profissional, inibe a sua contribuição para um país democrático, e em última instância, afeta o desenvolvimento econômico e sociocultural de um país.

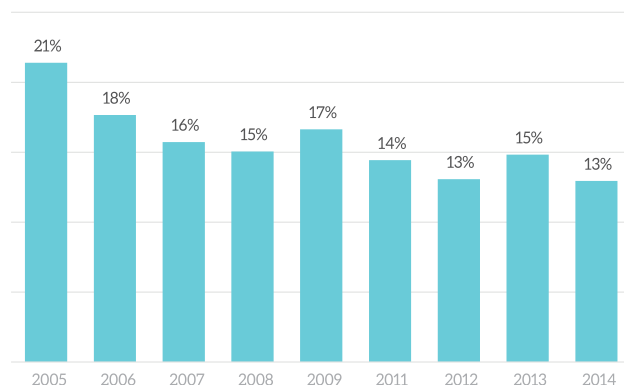
No estado do Acre o número de pessoas não alfabetizadas é de 70 mil, ou seja, 13% da população de 15 anos ou mais. A maior parte dos analfabetos (52%) são homens, com idade acima de 60 anos. O recorte por faixa etária mostra que o analfabetismo na população jovem (de 15 a 24 anos) é de apenas 6%, já na faixa etária acima de 60 anos a taxa sobe para 40,4% da população. Portanto, analfabetismo se concentra especialmente na população com mais de 60 anos, que deve ser explicado pela dificuldade maior de atingir pessoas nessa faixa etária com programas de alfabetização.

De todo modo, o Acre reduziu consideravelmente a taxa de analfabetismo, saindo de 21% em 2005 para 13% em 2014, uma queda de 8 pontos percentuais no período. Na figura 31 é possível observar a taxa de analfabetismo no estado para a população de 15 anos ou mais.

EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

FIGURA 31 – TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS, 2005-2014



Fonte: IBGE, PNAD.

O Acre tem realizado um grande esforço para a erradicação do analfabetismo, tanto com a garantia de oferta de vagas quanto na capacidade de atrair esse público para as salas de aula, por meio de projetos estratégicos, como o EJA - Educação de Jovens e Adultos - que atende o perfil de 15 anos ou mais no ensino fundamental e médio e direciona algumas ações para públicos específicos, tais como os jovens que cumprem medidas socioeducativas e jovens e adultos privados de liberdade.

Destaca-se também o Mova/Alfa 100 - Movimento de Alfabetização do Acre - uma parceria entre governos federal, estadual e sociedade, que no biênio 2012/2013 protagonizou a elevação de

escolaridade de 16.744 jovens e adultos com idade entre 15 e 64 anos, por meio da instalação de 217 turmas e 217 professores, distribuídos em todo estado.

Comprometido com os acreanos e principalmente atendendo aos direitos básicos à cidadania, o Governo do Estado lança o Programa Erradicação do Analfabetismo "Eu Quero Ler", com a missão de alfabetizar mais 53 mil acreanos, acima de 15 anos, que reduzirá assim, a taxa de analfabetismo ao índice de 1,4%, menor taxa do Brasil, focado na visão desafiadora de tornar o Acre: Território Livre do Analfabetismo, até 2018, declarado pela UNESCO/ONU.

META

- Alfabetizar 53 mil acreanos acima de 15 anos e mais.

INDICADOR

- Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais

4.3 PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

As políticas públicas voltadas à Educação Profissional e Tecnológica vêm ganhando destaque e sendo fortalecidas em todo país ao longo dos últimos anos. Os investimentos nessa área giram em torno de projetos de desenvolvimento inovadores que buscam sobretudo a inclusão socioproductiva das famílias.

Atuando como uma rede dinâmica, o Instituto Dom Moacyr - IDM, por meio de suas unidades de educação profissional e tecnológica, beneficia jovens e adultos, alavancando os arranjos produtivos locais e apoderando as organizações comunitárias, com áreas de abrangência que contemplam os centros urbanos, comunidades rurais e florestais e até as terras indígenas.

Para atender a demanda da educação profissional e tecnológica, o Governo elaborou o Programa Desenvolvimento da Educação para o Trabalho, que tem o objetivo de fortalecer e aprimorar a Educação Profissional Tecnológica no Estado,

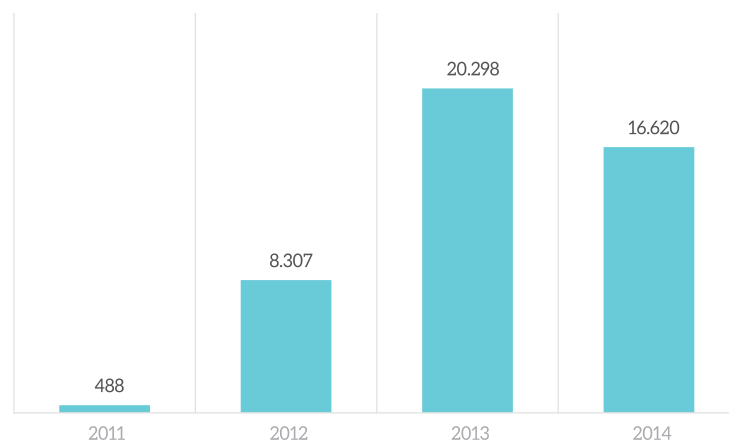
visando o fortalecimento da política com a inclusão social e a qualificação do trabalho, mediante a expansão da oferta de cursos e a expansão da rede de ensino profissionalizante.

Com adesão ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, a oferta de cursos do Instituto Dom Moacyr alcançou os 22 municípios acreanos, chegando a ofertar, em 2013, mais de 20 mil vagas em todo o Estado, beneficiando trabalhadores em geral (jovens e adultos) matriculados no ensino médio da rede pública de educação. A meta geral do IDM entre 2011 a 2014, que previa a oferta de 30.000 vagas/curso ao longo de quatro anos de gestão, não apenas foi alcançada como ultrapassada até o término de 2014. Mesmo com a redução de metas estabelecida pelo MEC, o número de vagas ofertadas de cursos chegou a 45.713 vagas, conforme figura 32.

EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

FIGURA 32 – VAGAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA OFERTADAS, ACRE, 2011 A 2014



Fonte: Instituto Dom Moacir

Os avanços da política de educação profissional e tecnológica também podem ser constatados pela ampliação da diversificação da oferta de cursos, com uma variedade de cursos profissionalizantes, entre cursos de formação inicial e continuada e cursos técnicos; além do aumento da diversificação do público atendido no âmbito do PRONATEC, que contempla trabalhadores, jovens estudantes do ensino médio, pessoas em situação de conflito com a lei, o público do Cadastro Único e do Programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

O IDM vem executando ações voltadas especificamente para jovens provenientes de comunidades isoladas do estado. Dentre estes, se destacam a formação dos Agentes de Desenvolvimento Local – ADL e dos Agentes de Desenvolvimento Comunitário – ADC. Além desses dois cursos, o IDM é responsável pela oferta de cursos à população indígena do Estado, onde já formaram mais de 298 pessoas

em cursos de formação inicial (formação de lideranças, informática básica e outros), sendo beneficiados as etnias Katukina, Kaxinawá, Poyanawa, Nukini, Ashaninka e outros. Teremos mais 3 turmas para o público indígena até março do ano de 2016.

A industrialização, a diversificação do setor de serviços, a introdução de tecnologias de produção sustentável no meio rural e a viabilização de microempreendimentos econômicos em larga escala requerem forte investimento na ampliação da base de competências dos jovens e trabalhadores acreanos. Assim, somando-se estes investimentos com as novas unidades previstas pelo Governo do Estado, o Acre contará nos próximos anos com ampliação de mais unidades públicas de CEPT – Centro Educacional Profissional Tecnológico, impactando nas possibilidades de profissionalização da População Economicamente Ativa – PEA, especialmente.

METAS

- Ofertar 1.600 horas de Curso Técnico em Agroindústria na modalidade subsequente para 36 educandos;
- Formar 10 turmas em Agentes de Desenvolvimento Comunitário habilitados em serviços e Agentes de Desenvolvimento Local;
- Ofertar 1.440 horas de curso em Habilitação Técnica em Florestas;
- Qualificar 05 Turmas de FICs (Auxiliar em Fiscalização Ambiental, Açicultor e Identificador Botânico);
- Ofertar 823 vagas para formações diversas para trabalhos de nível médio da área da saúde;
- Qualificar 8mil pessoas em cursos de formação inicial e continuada e cursos técnicos;
- Concluir a habilitação técnica de 1900 educandos iniciada em 2014;
- Construir 06 laboratórios de Ensino na Escola Roberval Cardoso;
- Construir 01 Centro de Educação Profissional e Tecnológico - CEPT na Cida-

de do Povo;

- Ampliar 01 Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha com 12 espaços de profissionalização;
- Construir 08 laboratórios no Centro de Educação Profissional e Tecnológico - CEPT João de Deus;
- Adquirir 2 laboratórios móveis na área de estética e beleza e na área ortodôntica/ enfermagem nos municípios e comunidades onde não possuem espaço didático adequado;
- Adequar em 100% com equipamentos e mobiliários Centro de Educação Profissional e Tecnológica de Gastronomia e Hospitalidade;
- Ofertar 450 vagas em cursos de formação inicial e nível técnico;
- Realizar 01 construção da sede do CEPT Design;
- Ofertar 370 vagas em cursos de formação inicial e nível técnico na Sede Provisória.

INDICADORES

- Percentual da PEA estadual atendida com ações de educação profissional e tecnológica pública e gratuita (ciclo de quatro anos);
- Quantidade de vagas ofertadas pelo IDM por 1000 habitantes.

4.4 PROGRAMA ESPORTE E LAZER

A importância que o esporte tem para a população, o efetiva a cada vez mais como questão nacional. Conforme a Política Nacional de Esporte, o interesse do povo brasileiro pelos resultados esportivos brasileiros nas Copas do Mundo, Jogos Olímpicos, Torneios Internacionais de Tênis, Provas Internacionais de Automobilismo e demais competições esportivas contra outros países colocam o esporte de forma inequívoca como questão nacional importante. Adiciona-se a isto as políticas públicas municipais e estaduais, preocupados em desenvolver o esporte educacional e o esporte lazer, procurando a democratização das oportunidades de prática esportiva.

Uma pesquisa divulgada recentemente pelo Ministério do Esporte aponta que mais da metade da população no Brasil (54,1%) pratica atividade física no seu cotidiano. Se compararmos com outros países que adotam o conceito de sedentários e inativos proposto pela OMS, a taxa de sedentarismo brasileira (45,9%) é menor que a de países como Argentina (68,3%), Portugal (53%) e Itália (48%), e maior que a dos Estados Unidos (40%), Espanha (35%), Canadá (33,9%), França (22%) e Inglaterra (17%), por exemplo.

O governo brasileiro desenvolve vários programas e ações com o objetivo de incluir a prática esportiva no cotidiano da população, entre eles podemos citar o Programa Esporte e Lazer na Cidade, que visa oportunizar a prática de exercícios físicos, atividades culturais e de lazer envolvendo todas as faixas etárias e as pessoas portadoras de deficiência; o Programa Vida Saudável, que estimula a prática de atividade física para o cidadão idoso e o Programa Esporte na Escola, que possibi-

lita o acesso à prática esportiva a todos os alunos das Escolas Públicas da Educação Básica.

Desde 2005, o governo federal mantém o Programa Bolsa Atleta, que realiza patrocínio individual de atletas de alto rendimento que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais em sua modalidade. Em 2012 lançou o Plano Brasil Medalhas 2016 com o objetivo colocar o Brasil entre os 10 primeiros países nos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paraolímpicos do Rio de Janeiro, em 2016. Destina-se a formar novas gerações de atletas das modalidades e estruturar centros de treinamentos que atendam desde as equipes principais do alto rendimento até as categorias de base.

Além disso está estruturando a Rede Nacional de Treinamento, instituída por meio da Lei 12.395, com a finalidade de identificar e desenvolver talentos e jovens atletas nas modalidades olímpicas e paraolímpicas, desde a base até a elite esportiva. Composta por centros de treinamento de alto rendimento, nacionais, regionais ou locais.

No Acre, o esporte também vem ganhando espaço nos últimos anos. Importantes iniciativas tem sido desenvolvidas, como por exemplo, a criação e regulamentação da Lei Estadual de Incentivo à cultura e ao desporto, que já investiu mais de R\$ 10 milhões em projetos esportivos no Estado, os jogos escolares e paraescolares, os Jogos da Floresta, envolvendo comunidades rurais e da floresta e ainda o Campeonato Intersecretarias voltado para os servidores públicos de diversos órgãos do Estado. Para além disso tem investido em construção, reforma e manutenção de espaços esportivos.

O Acre dispõe de dois estádios de futebol, a saber: Arena da Floresta - Inaugurado em 2006, na cidade de Rio Branco possuindo capacidade para 16 mil espectadores acomodados em cadeiras, podendo ser ampliado para 42 mil; e Arena do Juruá - Inaugurado em dezembro de 2010 no município de Cruzeiro do Sul com capacidade para 4 mil lugares e podendo chegar a 20 mil.

Em nosso Estado, a Secretaria Adjunta de Esporte é o órgão de Administração Direta do Governo responsável pelo planejamento, normatização, coordenação, execução e avaliação da política estadual de desporto. Tem como missão incentivar

e intermediar o acesso ao esporte e lazer em todo o Estado, priorizando as comunidades carentes. O órgão preza pela inclusão social através do desporto e busca promover o esporte amador, apoiando eventos e atletas, por meio das federações oficiais e/ou entidades esportivas.

Assim, o objetivo do Programa de Esporte é criar oportunidade e incentivar a prática esportiva de todos, fortalecendo a socialização, formação, saúde e qualidade de vida da população acreana, baseado em propostas que se adequem a realidade de cada segmento social.

METAS

- Realizar os jogos escolares em 04 etapas/ano (etapa municipal, regional, estadual e nacional), envolvendo uma média de 11.500 alunos atletas por ano;
- Realizar os jogos paraolímpicos em 04 etapas/ano (etapa municipal, regional, estadual e nacional), envolvendo uma média de 1080 alunos atletas por ano;
- Realizar os Jogos da Floresta, envolvendo, até 2019, 1800 equipes dos 22 municípios do Estado;
- Realizar os Jogos Intersecretarias, nas modalidades de futebol society, futevôlei, e voleibol de praia, com a participação de 380 equipes;
- Realizar a Corrida Chico Mendes, num total de 04 eventos até 2019;
- Selecionar 220 atletas aptos a receber a Bolsa Atleta, cujas participações em atividades esportivas com índices e classificações sejam reconhecidas em competições estaduais, nacionais e/ou internacionais;
- Firmar 68 convênios com 16 entidades esportivas e com a Federação de Futebol, visando garantir o bom desempenho dos representantes acreanos em atividades de alto rendimento;
- Selecionar 1220 projetos em todo o Estado do Acre, no Edital da Lei de Incentivo ao Esporte;
- Produzir e distribuir 1000 kits esportivos, compostos de bolas e redes.

INDICADORES

- Porcentagem de alunos participantes da "olimpíadas colegiais".

EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

4.5 PROGRAMA PROMOÇÃO À SAÚDE

O Estado tem o dever de garantir que todos os cidadãos tenham acesso igualitário e integral aos serviços de saúde, sejam eles de promoção, prevenção ou assistência. Para tal, foi criado no Brasil o Sistema Único de Saúde (SUS), com o objetivo de prestar serviços de saúde gratuitos a todos os cidadãos. O SUS é a principal forma de acesso aos serviços de saúde para a maioria das pessoas do Acre e de acordo com os dados do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Saúde, no ano de 2012, apenas 5,9% da população do estado possuía cobertura de assistência médica por planos privados, portanto, 94,1% da população dependia única e exclusivamente do sistema público de saúde.

Nos últimos 16 anos, o estado tem conquistado uma significativa melhoria da infraestrutura, com reformas, ampliações, construções de novas unidades de saúde, destacando-se o Centro de Imagens do Instituto de Traumatologia e Ortopedia - INTO, a Unidade de Pronto Atendimento - UPA em Cruzeiro do Sul, o Hospital de Brasília, além da aquisição de equipamentos e mobiliários, bem como a contratação de recursos humanos para qualificar e habilitar os serviços de atenção à saúde do estado em consonância com as normas técnicas vigentes e os padrões de qualidade.

O aprimoramento do processo de gestão em saúde tem ocorrido pela implantação do Complexo Regulador Estadual com suas centrais (leitos, consultas, exames e urgências), de forma a garantir o acesso do usuário à rede assistencial em tempo oportuno. Atualmente, a rede estadual possui 1.351 leitos hospitalares próprios e contratualiza-

dos pelo SUS, sendo 78 na regional Alto Acre, 908 nas regionais Baixo Acre e Purus, e 365 nas regionais Juruá e Tarauacá-Envira.

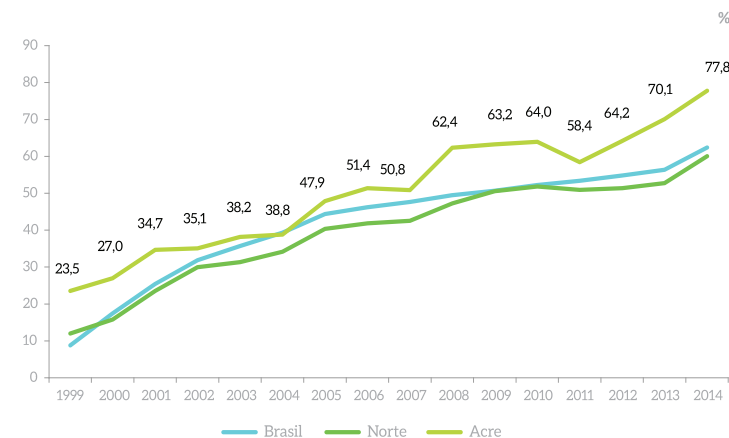
Outra ação relevante que contribuiu para o aprimoramento da gestão e para a qualidade do serviço ofertado, foi o fortalecimento da educação em saúde, com a oferta de 31 cursos nos níveis técnico, especialização, mestrado e doutorado, entre 2011 a 2013. Esses cursos, além de valorizar os profissionais de saúde, garantem ganhos reais aos trabalhadores e melhoria da qualidade das redes assistenciais.

Os projetos Saúde Itinerante e Mulher Cidadã têm contribuído imensamente com a prevenção e organização da rede assistencial, além de colaborar para o fortalecimento da atenção primária. De janeiro a setembro de 2015, 12.584 pessoas foram beneficiadas com atendimentos de saúde do programa Mulher Cidadã nos municípios.

Na atenção básica, o Governo tem apoiado as ações de saúde realizadas pelos municípios com o intuito de ampliar a cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF) e equipes atuantes. O Programa de Saúde da Família Móvel tem proporcionado garantia de atendimento básico de saúde às comunidades localizadas em região de difícil acesso.

No Brasil, a cobertura da ESF cresceu de 8,8%, em 1999, para 62,4%, em 2014. No Acre, com exceção de 2004, a cobertura tem se mantido superior a do País e da Região Norte, conforme demonstrado na Figura 33. Todavia, permanece o desafio de continuar assessorando os municípios buscando alcançar os 22,2% da população acreana ainda sem cobertura da ESF.

FIGURA 33 – PROPORÇÃO DA ESTIMATIVA DA COBERTURA POPULACIONAL PELO PSF

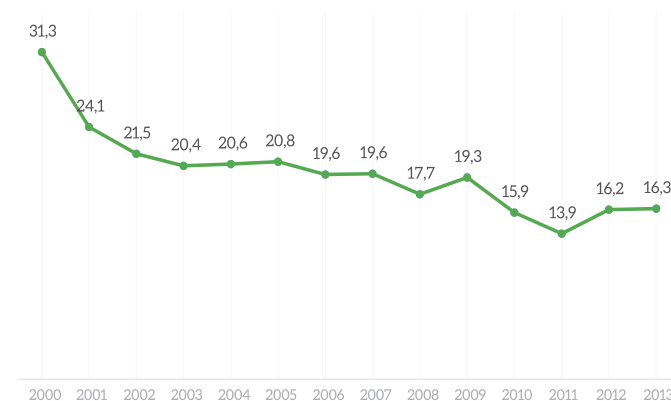


Fonte: MS/SAS/DAB e IBGE.

Políticas integradas, como informação e educação em saúde, qualificação dos profissionais, atenção básica, Mais Médicos, Saúde da Criança, ampliação dos leitos de UTI, Casa de Apoio Materno de Rio Branco e os Hospitais Maternidades de Cruzeiro do Sul e Rio Branco, tem impactado posi-

tivamente nos indicadores de redução da taxa de mortalidade infantil no estado. É objetivo do Governo do Acre continuar reduzindo o indicador da Taxa de Mortalidade Infantil conforme consta na Figura 34.

FIGURA 34 – TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL, POR MIL NASCIDOS VIVOS, NO ACRE, 2000 – 2014



Fonte: MS/DATASUS/SINASC/SIS/SESACRE

EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

Outro importante projeto para a prevenção de doenças e agravos é o projeto de combate à malária. Em 2011 e 2012 a estratégia realizada para a redução do índice de malária no Acre foi reconhecida internacionalmente como uma das melhores estratégias de controle da malária das Américas. O estado vem monitorando a sazonalidade da doença através da realização de ações de controle do vetor da doença com eliminação dos focos e criadouros, distribuição de mosquiteiros impregnados, borrifação de inseticida, telagem das janelas e portas das casas localizadas em áreas de alto risco, priorizando a regional do Juruá, na busca de reduzir ainda mais o índice de malária. O número de casos de Malária no Acre reduziu 66% entre 2006 e 2014, caindo de 93.864 para 31.687.

As questões epidemiológicas em nossa região, principalmente a Malária e a Dengue, exigem atenção especial do poder público. A incidência de dengue no Acre, no ano de maior pico (2010), chegou a 4.793,3 casos de dengue por 100 mil habitantes, em 2014 esse número diminuiu para 3.577,9.

O Acre também reduziu significativamente o número casos de hanseníase. Em 2012 apresen-

tou o maior percentual de cura de casos novos de hanseníase em comparação com as demais Unidades da Federação, com 94% de cura e em 2014 reduziu em 98% os casos de hanseníase, com 1,4 casos por 10 mil habitantes, o que pode indicar a erradicação da doença nos próximos anos.

Reconhecendo os avanços e os desafios a serem vencidos, o Governo do Acre mantém o compromisso de continuar fortalecendo as Redes de Atenção à Saúde, garantindo o acesso da população aos serviços de qualidade, implementando e consolidando a Política de Educação Permanente e de Vigilância nas Regiões de Saúde, ofertando a assistência integral às populações vulneráveis, potencializando o complexo produtivo e de ciência, tecnologia e inovação em saúde, favorecendo na qualidade do acesso à Assistência Farmacêutica e aos insumos estratégicos de acordo com a legislação vigente no sistema de saúde.

Portanto, o objetivo do programa é ampliar o acesso aos serviços de saúde, elevar a qualidade e humanizá-los, logrando com isso a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações de saúde.

METAS

- Estruturar nas 03 regiões de saúde: Baixo Acre, Juruá e Tarauacá/Envira e Alto Acre a rede de apoio diagnóstico por imagem e laboratorial;
- Estruturar nas 03 regiões de saúde os serviços de hemoterapia e hematologia;
- Estruturar nas 03 regiões de saúde a Central de Regulação e Controle das Ações e dos Serviços de Saúde, com descentralização;
- Estruturar em 60% nas 03 regiões de saúde as Redes de Atenção à Saúde Temáticas;
- Aumentar em 100% a eficiência alocativa do sistema de atenção à saúde nas 03 regiões reduzindo a perda no nível de resolubilidade na assistência básica e hospitalar;
- Estruturar 60% das unidades assistenciais de atenção especializada que apre-

EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

- sentam necessidade de ampliação, de reforma e de equipamento;
- Implantar 07 novas unidades assistenciais de atenção especializada;
- Ampliar em 31% a oferta de procedimentos nas unidades de saúde;
- Ampliar em 31% o acesso e a qualidade do acesso da população às ações e aos serviços de saúde;
- Fornecer aos 22 municípios o Plano Vida para as linhas de cuidados de obstetrícia e neonatal, câncer de colo de útero e mama;
- Implementar o projeto municípios Amigos da Vida em 17 municípios;
- Reduzir em 20% internações por condições sensíveis à atenção ambulatorial;
- Implementar processo de dimensionamento de pessoas em 80% nas unidades administrativas e assistenciais da Secretaria de Estado de Saúde;
- Implementar nas 03 regiões de saúde, serviço de comunicação, de informação e de ouvidoria do SUS;
- Estruturar as 03 regiões de saúde, que deverão ser compostas por áreas administrativas e técnicas;
- Implantar em 80% das unidades administrativas e assistenciais da Sesacre, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional;
- Qualificar a captação dos registros de produção de média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar em 80% das unidades de saúde do Estado;
- Estruturar 80% das áreas administrativas e assistenciais com rede lógica, tec-

- nológica e internet;
- Implementar 80% das ações e serviços de saúde, tendo como base as metas de saúde e critérios de avaliação e desempenho a serem contratualizados nos Contratos Organizativos de Ações Públicas de Saúde - COAP;
- Estruturar centros de almoxarifado nas 03 regiões de saúde;
- Implantar 01 projeto de modernização da gestão do setor público da saúde pública;
- Negociar e pactuar 01 Programação Geral das Ações e Serviços de Saúde (PGASS);
- Implementar plano de qualificação e aperfeiçoamento para 40% dos servidores da área meio e assistencial da Secretaria de Estado de Saúde.
- Capacitar 2.130 profissionais da atenção primária para atenção à saúde da população;
- Implementar 01 projeto de verificação de resultados, estudo e pesquisa;
- Reduzir em 10% os riscos e agravos à saúde da população por meio do desenvolvimento de ações e serviços de promoção e prevenção de vigilância em saúde;
- Reduzir a taxa de mortalidade infantil de 16,21 em 2014 para 16 por mil nascidos vivos em 2019;
- Reduzir o número de óbitos maternos por local de residência em 5%;
- Reduzir a incidência parasitária anual (IPA) de malária de 33,10 em 2014 para 33,00 em 2019;
- Reduzir o número absoluto de óbitos

EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

por dengue de 2 em 2014 para 1 em 2019;

- Ampliar de 80% para 85% as notificações de municípios com casos de doenças ou agravos relacionados ao trabalho;
- Atender anualmente 100% da população indígena que demandar por atendimento nas unidades hospitalares de referência por município;
- Ampliar em 80% o número de unidades de saúde com serviços de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências implantadas;
- Implementar anualmente o Saúde Itinerante Especializado Multiprofissional em 17 municípios;

INDICADORES

- Taxa de Cobertura do PSF;
- Coeficiente de Mortalidade Infantil;

- Fortalecer em 20% as pesquisas e trabalhos científicos com relevância na Saúde Pública do Acre;
- Implantar sistema informatizado de prontuário eletrônico em 80% das unidades especializadas de atenção à saúde;
- Implantar sistema informatizado de gestão e planejamento em 80% dos setores administrativos e assistenciais;
- Implantar 01 projeto de assistência farmacêutica no âmbito de plantas medicinais e fitoterápicos;
- Fortalecer 80% da rede de assistência farmacêutica e garantir acesso ao medicamento para tratamento e para manutenção da vida.

- Índice Parasitário Anual da Malária – IPA.

EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

4.6 PROGRAMA SEGURANÇA PÚBLICA

A promoção da segurança pública compreende a atuação do poder público, por meio de suas instituições próprias, no enfrentamento a todo perigo ou o mal capaz de afetar a ordem pública, causando prejuízo à vida, à liberdade ou aos direitos de propriedade dos cidadãos. Assim, nessa perspectiva, a segurança pública representa no Estado Democrático de Direito um instrumento de garantia e preservação de direitos e liberdades individuais resguardados constitucionalmente a todo cidadão brasileiro.

Diante dessa compreensão, os governos da Frente Popular, desde o início da década passada, têm considerado a segurança pública uma área estratégica para o desenvolvimento do Acre. O primeiro grande desafio posto e superado foi o combate ao crime organizado que utilizava as instituições públicas como instrumentos para praticar delitos e oprimir a população, violando todos os direitos e garantias fundamentais do povo acreano. Para virar essa página que macula a bela história do Acre, foi necessário um esforço conjunto de diversos setores da sociedade acreana, capitaneado pela nova aliança política que assumira o governo estadual.

Depois de superar essa etapa e reestabelecer o Estado Democrático de Direito, instituído pela Magna Carta Republicana de 1988, os governos da FPA não pouparam esforços no sentido de fortalecer e modernizar a estrutura do aparelho de segurança pública. Ampliaram o quadro de policiais, melhoraram os vencimentos, investiram em capacitação, fizeram reaparelhamento da Polícia Militar, melhoraram a estrutura física das delegacias de polícia e, de modo geral, implantaram

um novo modelo de gestão de segurança pública.

Contudo, apesar dos vultosos investimentos realizados desde o início da década passada, a fim de garantir um ambiente de convívio social pacífico, o enfrentamento à violência e à criminalidade ainda está presente na agenda de prioridades das políticas públicas do Governo do Acre. A permanente atenção dispensada à segurança pública está relacionada ao fato de o Estado do Acre compor uma tripla fronteira com a Bolívia e Peru, países que figuram entre os três maiores produtores de cocaína no mundo. Esta característica geográfica representa o principal fator vulnerável da segurança pública, tendo em vista que o tráfico de drogas está diretamente relacionado à prática de vários crimes, como: homicídios, roubo, furto, corrupção, lavagem de dinheiro, dentre outros.

A solução para a complexa e desafiadora questão da segurança exige uma efetiva atuação do Governo do Estado, no sentido de promover o envolvimento dos diferentes órgãos governamentais, em todos os níveis de poder e diferentes instâncias de governo, bem como de entidades privadas e da sociedade civil.

Para isso, a política pública de segurança do Acre vem operando com integração e participação de todos os órgãos de segurança e demais instituições de defesa social, com foco nos territórios de maior vulnerabilidade e incidência de violência/criminalidade.

Em relação aos índices de criminalidade, nota-se que o Acre apresenta indicadores melhores que o cenário nacional. Analisando os dados compilados na 8ª edição do Anuário Brasileiro de

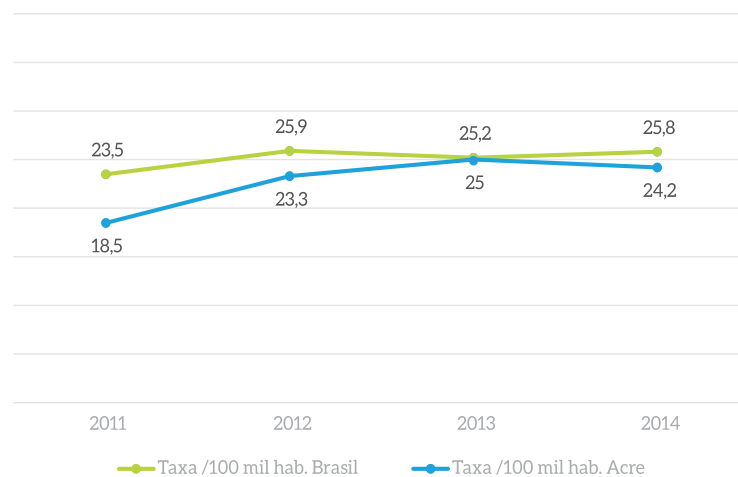
EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

Segurança Pública, publicado em 2014, o Brasil apresentou, para o ano de 2013, 50.806 pessoas mortas vítimas de homicídios dolosos (intencionais). O número deixa o país com uma taxa de 25,2 vítimas a cada 100 mil habitantes. Em comparação com 2012, quando a taxa de homicídios era de 25,9, houve redução de 2,6%. Porém, segundo o levantamento, houve aumento do número absoluto de vítimas, em 2012, eram 50.241.

Já em 2014 esses números absolutos se elevaram para 52.336, entretanto a taxa caiu para 25,8 vítimas a cada 100 mil habitantes, conforme apresentou mapa da violência, publicado em 2015. Apesar dos números apresentarem um estado dramático no cenário nacional, observa-se uma estabilização das taxas de homicídios no país, nos últimos anos.

A análise da criminalidade no Acre mostra que a taxa de homicídios, em 2012, de acordo com a Figura 35, foi de 23,3 vítimas para cada grupo de 100 mil habitantes. Em números absolutos, isso representa 177 homicídios dolosos, enquanto a estimativa da taxa nacional foi de 25,9. Em 2013, a taxa de homicídios subiu para 25 vítimas para cada grupo de 100 mil habitantes, representando 195 mortes dolosas. Entretanto, ainda abaixo da taxa nacional que foi de 25,2 vítimas. Já em 2014 os números no Acre começam a melhorar ainda mais quando a taxa cai para 24,2 vítimas para cada grupo de 100 mil habitantes, representando 191 vítimas, enquanto que a taxa nacional se manteve estável com taxa de 25,8 vítimas.

FIGURA 35 – DEMONSTRATIVO DA TAXA DE HOMICÍDIOS DOLOSOS DO ACRE COMPARADO COM A TAXA NACIONAL, 2011 A 2014



Fonte: Taxa Acre – Núcleo de Análise Criminal da SESP (NACSESP); Taxa Brasil – Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2014 e Mapa da Violência 2015.

EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

Os investimentos realizados no Governo Tião Viana ampliaram e qualificaram a capacidade de resposta das instituições. Na área de recursos humanos, o efetivo das forças de segurança pública teve o ingresso 1.139 novos servidores, entre policiais civis e militares, agentes penitenciários e bombeiros.

Quanto à infraestrutura, cabe destacar a reforma e ampliação de nove unidades policiais da polícia civil, além da reforma do prédio da nova sede da Polícia Civil, que somam um investimento de R\$ 4,8 milhões. No sistema prisional, a ampliação e construção de novas unidades possibilitou a oferta de 700 novas vagas.

Além disso, os investimentos também garantiram a renovação da frota de viaturas das polícias civil e militar, corpo de bombeiros e Instituto de Administração Penitenciária – IAPEN.

Na área de inovação tecnológica, os investimentos apontam para soluções modernas na fiscalização de trânsito e no cumprimento de penas das pessoas condenadas pela justiça. Na fiscalização de trânsito, foram instalados radares em Rio Branco, nos pontos da cidade que apresentavam maior perigo para os pedestres e condutores de veículos. O investimento de R\$ 2,9 milhões tem prevenido a ocorrência de acidentes, salvando vidas e contribuindo com a redução dos gastos em saúde, relacionados ao tratamento de pessoas vítimas de acidente de trânsito.

No sistema penitenciário, as pessoas que cumprem penas no regime aberto e semiaberto são monitoradas por meio de um equipamento eletrônico instalado em seus tornozelos, permitindo ao Estado maior controle no cumprimento das penas impostas pelo poder judiciário aos presos que cometem crime.

O resultado do Programa de Segurança Pú-

blica do Governo Tião Viana mostra avanços significativos no enfrentamento à violência e à criminalidade. Nas ações de prevenção e repressão qualificada ao crime, que tem como foco o combate à circulação de ativos criminais, a atuação integrada das forças policiais logrou êxito na desertificação de várias quadrilhas e grupos criminosos. Entre 2011 e 2014, foram apreendidos aproximadamente 1 (uma) tonelada de droga, avaliada em R\$ 13,3 milhões; além disso, as atuações policiais também tem descapitalizado os grupos criminosos através da apreensão de bens utilizados nas práticas criminosas. Nesse mesmo período foram apreendidos 164 automóveis e 293 motocicletas.

Nas ações de prevenção, a política de segurança tem priorizado a atenção às crianças e aos adolescentes. O projeto Bombeiro Mirim é uma das iniciativas que atuam no sentido de minimizar a possibilidade desse público ser cooptado pela criminalidade. No Governo Tião Viana, esse projeto formou 1.973 bombeiros mirins. A grade do curso oferece instrução de hierarquia e disciplina, ética e civismo, natação e mergulho, noções de primeiros socorros, de combate a incêndios e de salvamento, educação sexual, antidrogas, ambiental e em saúde. O Programa Educacional de Resistência à Droga e a Violência – PROERD, coordenado pela Polícia Militar, é mais uma iniciativa da política de segurança que atua com foco na prevenção. Entre 2011 e 2014, foram formadas 1.102 turmas do PROERD, atendendo mais de 30 mil pais e alunos, transmitindo uma mensagem de valorização à vida e da importância de manter-se longe das drogas e da violência.

No combate à violência no trânsito, o governo pôs foco nos dois maiores centros urbanos do Acre, sem negligenciar os problemas das cidades

EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

menores do interior do Estado. Os resultados mostram a efetividade da política implementada, em 2011, onde foi registrado o número de 128 vítimas fatais em acidentes de trânsito. Já em 2013, esse dado apresentou um valor de 88 óbitos, que representa uma redução de 31,25%. Estabelecendo uma relação do número de óbitos por 10 mil veículos, tem-se um índice, em 2011, de 7,51 e, em 2013, de

4,28. A redução da violência do trânsito traz paz e tranquilidade para as famílias acreanas.

Dessa forma, o Governo do Povo do Acre avança no compromisso de empreender todo o esforço possível no sentido de garantir um ambiente de convivência social seguro e pacífico, onde todos os cidadãos possam exercer seus direitos e liberdades individuais assegurados pela Constituição.

METAS

- Implantar 01 Centro Integrado de Comando e Controle;
- Implantar sistema de coleta, transmissão e processamento eletrônico de imagens de passagens veiculares, em 05 Regionais de Segurança Pública;
- Implantar 01 Laboratório de Estudo e Pesquisa da Violência e da Criminalidade;
- Estruturar 05 núcleos de policiamento comunitário nas regionais de segurança pública;
- Estruturar 01 Delegacia Itinerante;
- Estruturar 01 Coordenação Estadual do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd).
- Criar e estruturar a Delegacia de Homicídios da Polícia Civil – DHPP;
- Criar 03 Núcleos de Repressão a Entorpecentes;
- Construir e/ou reformar 08 delegacias de polícia;
- Estruturar 03 delegacias especializadas (Itinerante, DEPCA e DEMPCA);
- Criar e Estruturar a Delegacia Especializada de atendimento ao Idoso;
- Criar grupo tático da Polícia Civil;
- Implantar 01 Escola Militar do CBMAC na Cidade do Povo;
- Construir 06 unidades do CBM no interior do Estado (Assis Brasil, Xapuri, Senador Guimard, Plácido de Castro, Acrelândia e Feijó);
- Formar 3.880 bombeiros mirins no Estado do Acre;
- Formar 1.600 brigadistas voluntários;
- Formar 1.600 agentes de prevenção na comunidade;
- Capacitar 1.600 alunos com o Bombeiro na Escola;
- Capacitar 1.200 pessoas em natação na cidade de Rio Branco na piscina da escola Armando Nogueira;
- Formar 1.600 agentes em brigadas de incêndio florestal;
- Instalar 10 novos pontos fiscalização eletrônica e do leitor automático de placas (OCRs) no interior do estado;

EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

- Implantar 1785 placas de sinalização vertical;
- Implantar 4200 m² de sinalização horizontal;
- Ofertar 04 cursos de formação teórico-técnico para alunos do ensino médio, nos termos da resolução 265 de 14 de dezembro de 2007 do Contran;
- Implementar o Complexo Detran em Cruzeiro do Sul;
- Revitalizar as 11 Ciretrans dos municípios de Rio Branco;
- Implementar a nova sede do Detran;
- Implantar 07 Núcleos de Apoio Jurídico em Unidades Prisionais;
- Implantar a Audiência de Custódia no Estado;
- Implantar 02 Centrais de Alternativas Penais (Rio Branco e Cruzeiro do Sul);
- Criar a Central de Monitoramento Eletrônico;
- Construir 03 Unidades Prisionais nos Regimes Semi Aberto, Provisório e Fechado;
- Criar 01 Núcleo de Apoio ao Egresso;
- Criar 01 Núcleo de Apoio a Família;
- Construir 02 quartéis da Polícia Militar em Rio Branco;
- Reformar 20 quartéis (2 em Rio Branco e 18 no interior);
- Realizar 2.400 palestras sobre Segurança nas Escolas para atender educadores, gestores e estudantes em todo Estado;
- Realizar 2.000 palestras sobre prevenção ao uso de substâncias psicoativas, em especial o crack, em todo Estado;
- Atender com o PROERD 20 mil alunos das redes estadual e municipal em todo Estado;
- Implantar e estruturar 32 grupos de guarda mirim nas Unidades da PMAC;
- Realizar 04 Cursos de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS);
- Realizar 04 Cursos de Habilitação de Oficial Administrativo (CHOA);
- Implantar 01 centro socioeducativo no alto Acre;
- Reformar e adequar 07 unidades socioeducativas do Estado;
- Implantar 04 núcleos de semiliberdade no Estado do Acre;
- Construir 01 núcleo de atendimento integrado – NAI;
- Ofertar 24.000 vagas para os socioeducandos no PRONATEC;
- Ofertar 1.200 atendimentos psicológico aos servidores do ISE;
- Realizar 04 cursos de formação para os profissionais.

INDICADORES

- Taxa de Homicídios;
- Taxa de Acidentes no Trânsito com vítimas fatais.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

No Eixo Gestão Pública, os desafios para a próxima gestão exigem do governo modernização e melhoria dos serviços públicos. O acompanhamento dos níveis de eficiência, eficácia e efetividade, processados através SIPLAGE, continuarão como vetores norteadores, buscando conciliar os objetivos da agenda estratégica com a estrutura e a capacidade de implementação.

Para governar continuará o processo de aperfeiçoamento entre o alinhamento de ferramentas de planejamento: Plano de Governo, Colheita de Resultados, PPA, Planos Operativos Anuais, LDO e LOA. Estes instrumentos de pla-

nejamento marcam uma trajetória do abstrato ao concreto, aproximando-se cada vez mais da operacionalidade.

Para alcançar os resultados programados, o Eixo Gestão enfrentará novos desafios, especialmente o aprofundamento e aperfeiçoamento da gestão matricial, de projetos e processos, no marco das suas áreas de resultados.

São três as grandes áreas neste eixo: Comunicação e Tecnologia da Informação, Gestão de Pessoas e Planejamento, Gestão e Finanças Públicas.

5.1 PROGRAMA COMUNICAÇÃO

A comunicação como processo de relacionamentos na vida em sociedade prima pela formação democrática, atenuação geográfica e de diferenças sociais e ampliação da capacidade analítica individual em prol do coletivo.

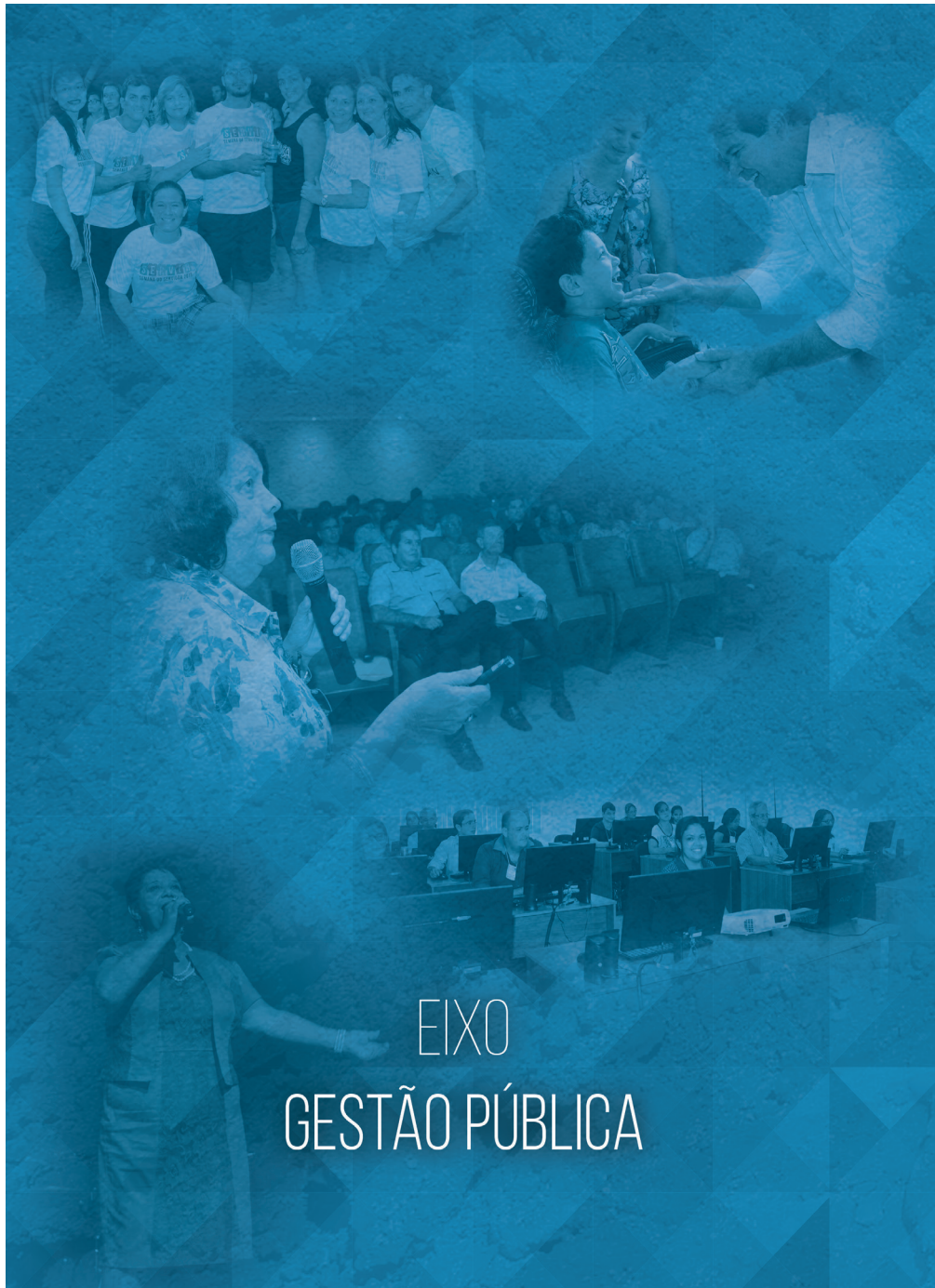
O governo do Estado do Acre acredita que com a criação de estratégias e diretrizes é capaz de atenuar problemas de regiões de difícil acesso, implementando novas possibilidades para ampliar e melhorar a cobertura da área de comunicação e tecnologia da informação.

O desenvolvimento e fortalecimento das emissoras de TV e rádio, portal do Governo, Internet, Sistemas de Informações, dentre outros projetos, promovem a integração estadual, uma vez que o Sistema Público de Comunicação do Acre é composto principalmente pelas TV Aldeia, Rádio Aldeia FM, Rádio Difusora Acreana, Portal do Governo (www.ac.gov.br) e o site Agência de Notícias do Acre (www.agencia.ac.gov.br).

Grandes esforços foram realizados, no intuito de aperfeiçoar a Comunicação Pública. Por meio das mídias institucionais e dos equipamentos públicos de comunicação, o governo fez-se presente em todo o Acre, comunicando e dando publicidade às suas ações. A relação com a comunidade foi fortalecida ainda mais nos últimos anos.

A unificação do Sistema Público de Comunicação aconteceu e a produção jornalística foi sistematizada, fruto, inclusive, do fortalecimento da rede de assessores de comunicação e da Agência de Notícias. Mudanças significativas aconteceram no processo de gerenciamento de informações, ocasionando um aumento significativo nos seguidores, registrando, em 2013, 8 milhões de acessos ao site da Agência.

Cabe ressaltar a importância de parcerias, como entre a Telebras e o Governo do Acre, que assinaram, no dia 03 de outubro de 2013, um Termo de Cooperação Técnica envolvendo intercâmbio



EIXO
GESTÃO PÚBLICA

EIXO GESTÃO PÚBLICA

bio de conhecimentos e informações, execução e gestão de projetos e apoio nas ações relativas à integração da rede de telecomunicações federal com outras redes locais, visando à implementação do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) no Estado, programa este que foi criado pelo Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010, com objetivo de expandir a infraestrutura e os serviços de telecomunicações, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade. Para chegar ao Acre, a Telebras construiu uma infovia de alta capacidade a partir de Brasília, com mais de oito mil km de extensão e investimentos da ordem de R\$ 50 milhões.

A regularização do Sistema Público de Comunicação junto ao Ministério das Comunicações também permitiu grandes avanços em termos de licenciamento e outorga. Todas as emissoras encontram-se licenciadas e outorgadas. Outro fato

marcante foi, no final de 2013, ter acontecido o início do processo de migração da Rádio Difusora para frequência modulada, bem como a aquisição e instalação da Unidade Móvel da Rádio Difusora Acreana. Além disso, a Fundação Aldeia passou a pertencer a rede da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), ajudando a construir a rede de rádios do Brasil.

Sob essa perspectiva, o Programa de Comunicação apresenta-se com o objetivo de universalizar o acesso à comunicação e a sistemas de informações, estreitando cada vez mais a sua relação com o governo, assegurando a prestação contínua e regular dos serviços de telecomunicação, com alta disponibilidade, confiabilidade e segurança, reduzindo os gastos e fortalecendo a implantação de redes internas de informação e telecomunicação, principalmente, no interior do Estado.

METAS

- Digitalizar 100% dos sistema de transmissão, produção e exibição da TV Aldeia;
- Adequar 100% dos sistema de transmissão, produção e veiculação das rádios AM Difusora e FM Aldeia;
- Reformar e ampliar 10 unidades dos Sistema Público de Comunicação em Rio Branco, Brasília, Xapuri, Sena Madureira, Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul;
- Reformar 15 unidades dos Sistema Público de Comunicação nos municípios do interior;
- Adequar 100% do sistema de TI, comunicação e processamento com equipamento de alta tecnologia digital;
- Digitalizar 100% do acervo audiovisual e fotográfico da Secom;
- Digitalizar 100% do acervo audiovisual da TV Aldeia.

INDICADORES

- Percentual de domicílios com televisão.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

5.2 PROGRAMA DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

Num mundo cada vez mais dinâmico, com mudanças constantes em áreas como as de informação e de comunicação, a formação e a atualização continuada dos servidores tornou-se altamente relevante para a prestação dos serviços públicos mais eficientes e de acordo com a expectativa da sociedade. Nesse sentido, a Escola do Servidor Público do Acre foi criada com a missão de desenvolver competências alinhadas aos objetivos estratégicos do Governo do Estado com foco no constante aperfeiçoamento do servidor.

O Plano de Desenvolvimento e Valorização do Servidor Público Estadual consolida uma política cujo objetivo é estabelecer as diretrizes para o desenvolvimento de um processo de educação permanente dos servidores públicos, com vistas o desempenho de competências profissionais exigidas pelas instituições e respeito aos interesses dos servidores, promovendo uma aprendizagem em que os ganhos no plano pessoal se efetivem como fator de sucesso institucional.

O capital humano é um dos ativos mais importantes da estrutura governamental, assim, as ações de capacitação de servidores precisam preencher lacunas existentes entre as competências

individuais e as expectativas do planejamento institucional nas áreas, administrativa, técnica e gerencial.

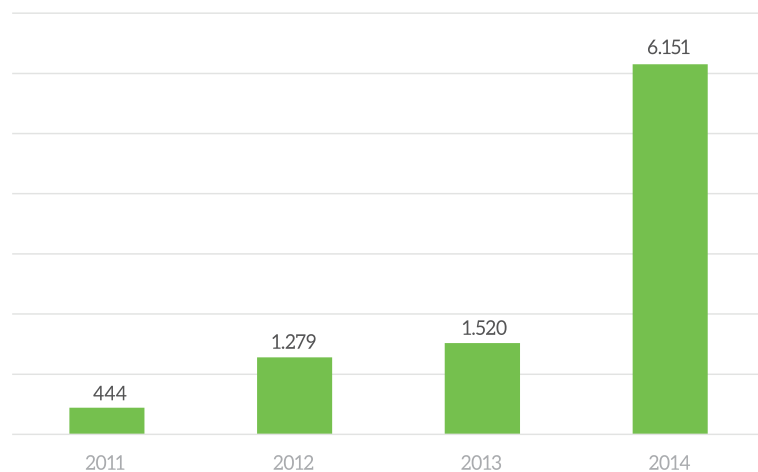
Entre 2011 e 2014, a Escola do Servidor ofertou 9.394 vagas aos servidores públicos estaduais em Capacitações nas modalidades presencial e à distância, nas áreas de Informática/ TI; Inovação e Tecnologia; Licitações Públicas e Contratos; Finanças e Contabilidade Pública; Gestão de Convênios Públicos; Gestão Patrimonial; Gestão de Pessoas; Comunicação; Liderança e Estratégia; Direito; Meio Ambiente; Saúde Pública; Planejamento Governamental; Qualidade de Vida; Desenvolvimento Territorial; Sócio educação; Mercado financeiro e línguas. Essa oferta de vagas representa um incremento de 123,3% em relação a meta programada para o mesmo período.

Na Figura 36 é possível perceber o crescimento anual na oferta de capacitações, pois em 2011 foram oferecidas 444 vagas, no ano seguinte o número de vagas quase triplicou, chegando a 6.151 em 2014. Esse crescimento, está atrelado à demanda espontânea que surgiu ao longo dos anos, evidenciando, dentre outras coisas, o anseio dos servidores em se qualificar.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

EIXO GESTÃO PÚBLICA

FIGURA 36 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES (2011-2014)



Fonte: Escola do Servidor

A partir de 2012, foi iniciada a Formação de Servidores com cursos de Especialização e Pós-graduação em áreas importantes para a Gestão Pública Estadual. Foram ofertadas gratuitamente 100 vagas de especialização em Elaboração e Gestão de Projetos para servidores de oito municípios acreanos e 20 vagas em MBA em Gerenciamento de Obras, Tecnologia e Qualidade na Construção. A Formação dos Servidores contribui sobremaneira para aprimorar as competências nos profissionais da administração pública estadual, especialmente na elevação do nível de produtividade e desempenho.

Outras formas de divulgar conhecimentos foram desenvolvidas pelo Projeto de Difusão de Informações e Conhecimentos que prevê o repasse de informações por meio de seminários, palestras, simpósios e fóruns sobre temáticas

convergentes às necessidades de aprimoramento profissional. Um exemplo são os “Seminários de Vida Funcional do Servidor”, cujo objetivo é difundir informações sobre a previdência social, a vida funcional dos servidores públicos e as ações de governo referentes à política de humanização, tendo como público alvo os servidores públicos do interior do Estado, aqueles mais distantes da capital e, consequentemente, com menos informações sobre o regime previdenciário.

Para a gestão 2015-2018 o Governo do Estado pretende fortalecer e incrementar as ações que envolvem a política de desenvolvimento e valorização do servidor público, estendendo suas ações para o interior do Estado com a modalidade de ensino presencial e à distância, como também otimizando recursos a partir das parcerias com os próprios servidores sendo multiplicadores de co-

nhecimentos acumulados.

Assim, o objetivo desse programa é reforçar a gestão de pessoas, promovendo a melhoria e a ino-

vação dos serviços prestados, por meio da formação e do aperfeiçoamento das competências técnicas e gerenciais dos servidores públicos estaduais.

METAS

- Ofertar 4.440 vagas de capacitação (presencial);
- Ofertar 3.500 vagas de capacitação (à distância);
- Ofertar 02 cursos em nível de Especialização e/ou MBA para atender servidores do Estado do Acre;
- Realizar 01 curso de longa duração, em nível de Mestrado para atender servidores do Estado do Acre;
- Criar 02 meios de divulgação das ações do governo (informativo semestral e Revista anual);
- Ofertar palestras e fóruns para 2.800 servidores;
- Ofertar seminários para 660 servidores;
- Realizar simpósio para 600 servidores.

INDICADORES

- Percentual de servidores públicos que fizeram algum curso de formação/capacitação.

5.3 PROGRAMA GESTÃO DE PESSOAS E HUMANIZAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

O desafio para enfrentar o contexto de mudança atual está no processo de formação do capital intelectual interno do Estado, isto é, no próprio servidor. Isso fez com que o Estado do Acre observasse a gestão de recursos humanos com base na valorização do capital humano, considerando a importância dos aspectos comportamentais, no que se refere ao colaborador público, implementando ações de estímulo à automotivação, a qualidade de vida, o desenvolvimento do servidor, as atividades lúdicas, artísticas e esportivas, voltadas a integração e sensibilização dos servidores.

De 2011 a 2015, a Gestão de Pessoas manteve-se orientada nos conceitos de gestão por competência e uso de ferramentas de avaliação de desempenho do servidor, além da capacitação continuada. Os resultados foram obtidos no desenvolvimento institucional, por meio da realização de concursos públicos; no desenvolvimento funcional, mediante a adoção de critérios meritocráticos para a promoção na carreira; e na implantação de mecanismos de valorização do servidor, por meio da reorganização de estruturas de carreiras, com a aprovação dos Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração - PCCR's.

As ações desenvolvidas foram alicerçadas na premissa de que o alcance dos resultados esperados decorre da adoção de medidas que auxiliam na gestão estratégica de pessoas, pela qual há concentração de esforços para assegurar a prestação de serviços públicos com efetividade.

Utilizando uma linguagem artística, as ações proporcionaram ao funcionalismo público

uma ferramenta de sensibilização para aproximar as pessoas, possibilitar transformações de vínculos já instituídos, reforçar o sentimento de pertencimento, revalorizando o trabalho e melhorando o seu ambiente, buscando potencializar posturas inovadoras e criativas.

Por meio das mesmas, cerca de 10.131 pessoas em diversas unidades hospitalares de Rio Branco, entre elas SASMC, Hospital do Idoso, Nefrologia do Hospital das Clínicas, Hospital do Câncer e UPA Tucumã se beneficiaram com o projeto Artecura. O mesmo objetivo foi conquistado com a Rádio Humanizar, influenciando com motivação organizacional mais de 47.870 servidores. Da mesma forma, o Cine Servidor trouxe cerca de 2.369 servidores para prestigiarem filmes nacionais e internacionais garantido o clima de quebra de rotinas. O Projeto Cantar Junto, coral formado por servidores de diversos órgãos realizou diversas apresentações atingindo um público de 6.333 servidores.

De 2011 a 2015 a promoção da melhoria da qualidade de vida e saúde do servidor beneficiou 59.974 servidores por meio da Ginástica Laboral, atendimentos psicossociais a servidores através do Núcleo de Apoio aos Servidores, a servidores no Programa de Preparação para Aposentadoria - PPA, as aulas de Yôga, aulas de Dança de Salão, vacinas para a prevenção a Hepatite, gripe e outras doenças, palestras, Momento Beleza, passeios turísticos, Corrida do Servidor e atividades lúdicas recreativas, além de palestras que estimulam a adoção de hábitos saudáveis e Alongamento Funcional.

A Rede Estadual de Humanização facilitou a disseminação das campanhas educativas e ações solidárias, nas quais, mais de 4.500 servidores, voluntariamente, receberam 450 haitianos nos abrigos, bem como, as famílias desabrigadas nas alagações de 2012 a 2015. Também nas campanhas de vacinação dos servidores, prevenção a dengue, doação de brinquedos para o dia das crianças, divulgação do direito à licença maternidade de 6 meses das servidoras públicas, a Caravana de Cultura e Humanização, que percorreu 17 municípios do Estado do Acre, levando oficinas sobre a Humanização da Gestão Pública, audiovisual e artes cênicas. A Divulgação do projeto de Atualização Cadastral do Servidor e do Brechó de Natal, realizado pelo Acre Solidário, rodas de conversas para criação do projeto Banco de Talentos e V Semana

do Servidor, foram ações que estiveram presentes na Rede Estadual de Humanização.

A humanização está enraizada na gestão pública do Estado, tornando os órgãos públicos extensões das residências dos servidores. Porém, os laboratórios intrapessoal e interpessoal de boas práticas e boas atitudes humanizadas permanecem como desafios dentro das instituições executivas do governo, podendo ser ampliadas para outras organizações públicas. Assim, o objetivo do Programa de Gestão de Pessoas e Humanização na Gestão Pública é promover a cidadania, a integração, a sensibilização e estimular a motivação de gestores e servidores, com foco na humanização do servidor.

METAS

- Realizar 5 Intervenções por meio do ArteCura;
- Realizar 8.500 atendimentos artísticos junto aos servidores (Rádio Humanizar, Cantar Junto, Cine servidor, campanhas diversas, exposições, saraus e outros);
- Promover 20 oficinas e vivências de arte na gestão;
- Oferecer 200 atendimentos, orientações e acompanhamentos aos servidores em fase de aposentadoria e aposentados;
- Atender 44.000 Servidores Públicos com as ações de ginástica laboral e ações que estimulem a saúde e o bem estar;
- Acolher 900 servidores com fatores de risco detectados na avaliação física anual;
- Implantar e realizar 15 SGA Itinerante nas regionais do Acre;
- Criar e fortalecer 100% a Rede Integrada de Gestão Pública;
- Realizar 4 fóruns anuais de Gestão Pública;
- Implantar 4 Planos Anuais de Formação Inicial e Continuada;
- Capacitar 320 servidores da SGA anualmente;
- Implantar 4 planos anuais de capacitação técnica, comportamental e gerencial do servidor;
- Implementar 4 pilotos do Mapas de Co-

EIXO GESTÃO PÚBLICA

nhcimentos (Gestão por Competência) e propor sua implementação nas instituições do poder executivo estadual;

- Melhorar 21 PCCR's dos servidores do executivo estadual;
- Atualizar 98% os dados cadastrais dos

- servidores ativos;
- Implantar 100% o banco de talentos do estado, composto de no mínimo 65% dos servidores ativos.

INDICADORES

- Percentual de servidores que tem orgulho do ambiente de trabalho.

5.4 PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FAZENDÁRIA

A Modernização da Gestão Fazendária trouxe inovações e melhorias no gerenciamento e na arrecadação fiscal do Estado do Acre, alicerçadas na compreensão da função socioeconômica do tributo, na correta alocação dos recursos públicos, na estrutura e funcionamento de uma administração pública pautada por princípios éticos que buscam estratégias e meios para o exercício e aperfeiçoamento do controle democrático. Consolidou ainda a infraestrutura tecnológica, que permanece em constante aperfeiçoamento, visando a excelência no atendimento ao cidadão e a garantia da transparência.

O aumento da capacidade de processamento e armazenamento em tecnologia e informação no Estado, em 2012, proporcionou o desenvolvimento de novos aplicativos, tais como: Nota Fiscal Eletrônica, desenvolvida a partir parceria nacional; Escrituração Fiscal Digital; Escrituração Con-

tábil Digital; Conhecimento de Transporte Eletrônico; e Ajustes de sistemas corporativos para integração com os novos projetos. Investimento em computadores, notebooks e Kits de comunicação foi importante para o suporte na implantação dos novos aplicativos.

A capacitação de 1.500 servidores fortaleceu as áreas de arrecadação e gerenciamento fiscal do Estado. Os cursos ofertados englobam os seguintes temas: Processo Administrativo Fiscal – Teoria e Prática; Relação Interpessoal no Ambiente do Servidor Público; Apresentação Visual; Atendimento ao Cliente; Ética e Serviço Público; Legislação Tributária Básica; Legislação Tributária Avançada; Econometria Aplicada; Crimes Contra a Ordem tributária; Curso Emissor de Cupom Fiscal – ECF; Sistema Público de Escrituração; Cadastro Sincronizado Nacional; Redação Oficial; Gestão de equipe; Contabilidade; Prático de Execução

EIXO GESTÃO PÚBLICA

Orçamentária, Financeira e Contábil; Gestão Integral Controle, Acompanhamento e Prestação de Contas e Convênios; Contabilidade Pública e as Novas Exigências da LRF.

Em 2013 e 2014, a reforma de quatro postos fiscais dos municípios de Xapuri, Feijó, Tarauacá e Senador Guimard, além do prédio anexo a Secretaria da Fazenda, concomitante com as aquisições de veículos, melhoraram qualitativa e quantitativa-

vamente a fiscalização de mercadoria em trânsito, em estabelecimentos e nas fronteiras.

Somado a essas ações implantadas, em 2013, o redesenho dos processos fiscais regulou a atualização da legislação tributária do Estado, onde com esse leque de investimentos na área fiscal, o Estado do Acre vem apresentando avanços significativos, conforme Tabela 9.

TABELA 9 - ARRECADAÇÃO PRÓPRIA COMPARADO COM O EFETIVAMENTE OBTIDO. (R\$ MIL)

Item	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
ICMS	384.765,99	437.577,73	454.758,11	575.435,98	574.751,95	764.805,84	789.110,80	886.325,75
IPVA	17.218,66	22.301,12	25.844,91	30.038,96	34.897,72	39.790,24	45.440,68	50.212,65
ITCD	753,15	640,61	729,91	783,89	1.432,88	1.356,95	1.702,14	4.059,94
IRRF	78.655,39	91.963,84	96.161,02	106.356,35	124.797,24	144.579,71	167.666,36	202.598,15
Taxas	6.712,67	7.873,26	10.356,28	8.901,93	6.550,06	3.123,21	1.577,60	2.008,75
Outros	34.735,06	50.351,69	178.566,99	172.865,98	78.200,86	124.531,22	352.728,92	483.433,00
TOTAL	522.840,92	610.708,25	766.417,22	894.383,09	820.630,71	1.078.187,17	1.358.226,50	1.628.638,24

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ.

Assim, o Programa de Modernização Fazendária segue com os objetivos de pactuação com os vários atores para a implantação de novos instrumentos de controles internos como o código de ética, a ouvidoria e a corregedoria fazendárias,

bem como o aprimoramento dos mecanismos de arrecadação, mantendo o nível elevado de satisfação dos contribuintes e dos servidores e reduzindo os custos da gestão tributária.

METAS

- Desenvolver e implantar 100% do novo Sistema de Administração Tributária;
- Implantar 1 Sistema de Gestão de Documentos Eletrônicos;
- Implantar 1 Sistema de BI para controle de Indicadores e eficiência arrecadatória;
- Implantar 19 modelos, regras e planos de modernização fazendária através do PROFISCO;
- Implantar 1 Código de Ética;
- Criar 1 Ouvidoria;
- Criar 1 Corregedoria;
- Criar 15 Instrumentos de Auditoria Interna de procedimentos técnicos;
- Implantar 21 processos na Administração Tributária;
- Implantar 8 processos no tesouro do Estado;

EIXO GESTÃO PÚBLICA

- Implantar 4 processos na Contabilidade Geral;
- Implantar 3 processos na Gestão Interna;

- Implantar 1 processo na Tecnologia e Informação - TI.

INDICADORES

- Porcentagem da Receita Tributária na composição do total das receitas.

5.5 PROGRAMA PLANEJAMENTO, CAPTAÇÃO E GERENCIAMENTO DE RECURSOS

O papel fundamental atribuído às organizações públicas no mundo moderno é a de ampliar de forma sistêmica e integrada as oportunidades dos cidadãos. O Estado tem o dever de estimular o desenvolvimento e a incorporação de novas tecnologias e inovações no setor público para que sejam criadas as condições necessárias ao atendimento crescente das demandas sociais.

Para cumprir bem essas demandas, a administração pública – órgãos e entidades – deve possuir os recursos adequados e o capital humano necessário de modo atuar com eficiência, eficácia e efetividade em benefício da sociedade. Assim, faz-se necessário a mudança do paradigma essencialmente burocrático para um gerencial focado em resultados.

Portanto, para o governo exercer as funções alocativa, distributiva e estabilizadora, precisa de planejamento, captação e gerenciamento de recursos, monitoramento e a avaliação. Isso tudo são meios para a construção de um futuro próspero que envolve todos os atores num processo de participação social. O planejamento, por sua vez, é

fundamental para alcance dos objetivos de maneira eficaz e evitando o desperdício de tais recursos.

No Governo do Acre, o planejamento tem fundamento numa teoria, num método e em ferramentas, enfim, num sistema definido de planejamento estratégico. O conjunto de funções de planejamento e estratégia de governo foi instituído, por meio de decreto governamental, no Sistema de Planejamento e Gestão Estratégicos (SIPLAGE).

O sistema conta com instrumentos formalizados que tem mostrado consistência e coerência com a realidade da gestão. São ferramentas capazes de identificar e processar analiticamente macroproblemas até discernir e alcançar as soluções, e ainda acompanhar os resultados.

Em continuidade ao planejamento, a elaboração de bons projetos no Acre revelou-se imprescindível para a captação de recursos junto aos agentes financiadores. Com o Orçamento Geral da União e às operações de crédito (financiamentos) foi possível concretizar grande parte dos sonhos dos acreanos, por meio dos Programas de Governo do Acre, as demandas da sociedade e garantir que

EIXO GESTÃO PÚBLICA

os resultados e benefícios sociais e econômicos chegassem aos municípios e as comunidades mais remotas.

No Acre, as linhas de financiamentos sempre são possíveis graças a uma situação fiscal favorável. Em 2014/2015 o Estado registra a capacidade de endividamento de aproximadamente R\$ 8,2 bilhões, podendo internalizar no Tesouro Estadual (limite de 16% da Receita Corrente Líquida) mais de R\$ 659 milhões anualmente. E ainda possui um dos maiores níveis de investimentos do Brasil nos últimos 04 anos.

Na gestão de 2011-2014, em meio à crise que assolou o mundo, o Governo do Acre ainda internalizou mais de R\$ 2,7 bilhões com projetos integrados e multisetoriais advindos de diversas fontes.

O Governo Federal, através de seus Ministérios (MDS, MCidades, MDA, MME, entre outros) financiaram um montante de quase R\$ 700 milhões em projetos nas áreas de infraestrutura, desenvolvimento social, energético e produtivo.

Outro aspecto relevante foi a obtenção de recursos através de operações de créditos internas e externas, advindas com apoio técnico-institucional de organismos nacionais e multilaterais como: Banco Mundial, BNDES, CEF, BID e BIRD por meio de suas expertises em áreas sociais, de infraestrutura e preservação ambiental. Estes investimentos são da ordem acima de 2 bilhões, impactando de forma positiva e direta no desenvolvimento do Acre.

Assim, o Programa pretende ofertar soluções para a problemática inerente ao financiamento da plataforma de investimentos governamentais e tem como objetivo o planejamento, captação e gerenciamento de recursos visando o desenvolvimento dos projetos, tomando como diretrizes básicas os princípios da sustentabilidade, da sociedade, da equidade e da promoção do exercício pleno da cidadania e da promoção da qualidade de vida, garantindo a eficácia das ações governamentais.

METAS

- Implantar o Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão Estratégicos - SIPLAGE, com 04 módulos de acompanhamento: Projetos, Indicadores, CAUC e Portfólio 2011-2014;
- Contratar 03 operações de crédito, sendo uma reembolsável (Proser) e duas não reembolsáveis (Fundo Amazônia e KfW) para investimentos no Estado;
- Publicar 08 periódicos sobre o Acre.

INDICADORES

- Volume de investimentos internos e externos internalizados.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

EIXO GESTÃO PÚBLICA

5.6 PROGRAMA MELHORIA E INOVAÇÃO DA GESTÃO

Os passos firmes no processo de inovação da gestão pública no Governo do Estado do Acre foram conquistados através de buscas, descobertas, experimentações, desenvolvimento, e adesão de melhorias dos serviços, processos e técnicas organizacionais. As políticas e os instrumentos jurídicos otimizaram os recursos disponíveis e expressaram ganhos públicos em eficiência nos processos administrativos, financeiros, produtivos e de prestação de serviços.

Com o foco no cidadão, o grande desafio para o aperfeiçoamento da prestação de serviço e o cumprimento dos preceitos constitucionais de garantia do acesso da população à informação foi manter dinâmicos e inovadores todos os processos de acesso aos serviços públicos. Fruto desse constante objetivo, a Central de Atendimento

ao Cidadão - OCA - fortaleceu o relacionamento entre o Estado e a população democratizando a informação e execução de serviços públicos, em um único endereço, com celeridade, credibilidade e eficiência, fazendo uso da Gestão Participativa com a valorização dos agentes públicos. Neste sentido, os processos de prestação de serviços passaram por frequentes testes, melhorias e/ou inovações, seguindo as diretrizes do Decreto nº 3.357 de 20 de agosto de 2008 do Estado, sendo a primeira iniciativa governamental do país a estabelecer um marco regulatório para nortear o processo de atendimento público.

O monitoramento dos índices de atendimento ao público são de grande relevância para a melhoria dos serviços oferecidos e estão expressos na Tabela 10.

TABELA 10 - ÍNDICES DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO – OCA'S RIO BRANCO E XAPURI

Indicador	2011	2012	2013	2014
Índice de satisfação do cidadão	96%	96%	97%	97%
Número de atendimento	1.453.219	1.842.001	1.875.412	1.793.765
Número de serviços disponíveis	1.050	1.050	1.050	1.050
Número de Acesso ao GSP	141.082	178.920	182.943	174.740

Fonte: Secretaria de Gestão Administrativa

Em 2012, foi realizado o primeiro Diagnóstico Geral da Situação dos Arquivos das Secretarias do Estado, abordando quesitos como estrutura, gestão e pessoal. A partir das observações do Diagnóstico, identificou-se a necessidade de modernização do Arquivo Público do Estado, no intuito de obter melhor atendimento ao cidadão, cumprir a Lei de Acesso à Informação, e resgatar a história e o patrimônio documental do Acre. Em 2013 e

2015, um leque de orientações sobre melhores formas de organizar e zelar pela Gestão Documental foram disseminados por meio de capacitações e palestras para 270 servidores.

No fortalecimento da Política de Compras, bem como para a política de gestão dos bens móveis e almoxarifado, foi dado continuidade às ações de implantação das diretrizes de compras e de gestão patrimonial, por meio de normatiza-

ções, desenvolvimento de ações conjuntas com Controladoria Geral do Estado. Fundamentado no princípio da economicidade, no que diz respeito às compras governamentais, o direcionamento para a modalidade de Pregões Presenciais e Eletrônicos foi indispensável para que os recursos pudessem

ser economizados e realocados para investimentos em outras áreas, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

O monitoramento dos resultados da atual política de compras estão expressos na Tabela 11.

TABELA 11 - INDICADORES DE COMPRAS PÚBLICAS

Indicador	2011	2012	2013	2014
Índice de economicidade %	10,56%	21,03%	15,67%	16,54%
Produtividade das Comissões (nº licitações/nº comissões)	16,67	18,65	17,67	18,68
Índice de processos desertados ou fracassados %	10%	15%	15%	20%
Volume de recursos licitados (R\$)	1.605.320	720.010	1.020.330	897.836
Número de participantes locais	-	60%	65%	65%
Quantidade de Processos	2.912	2.745	2.107	1.423

Fonte: Secretaria de Gestão Administrativa

Assim, a implantação de uma política de gestão dos recursos públicos, fortalecida pela governança de TIC, garantiu ao Governo do Estado e ao cidadão, maior transparência das ações de Governo; maior governança sobre os gastos e os custos; maior agilidade na prestação dos serviços públicos; redução de custos de realização dos processos; otimização da gestão dos contratos públicos; gestão eficiente da informação; maximização dos investimentos e redução de riscos. Com um dos resultados, o projeto "Política de Compras Públicas" foi um dos 20 ganhadores do Prêmio TI & Governo 2009.

As conquistas para a melhoria e a inovação da gestão devem ser constantes. Para tal são

necessárias propostas orientadas por uma visão moderna de gestão pública e por um processo sistemático que congregue inspiração, criatividade, suor e persistência. Nesse contexto, a ampliação do atendimento com a OCA móvel, a construção de outra OCA no interior do Estado, a modernização do arquivo público, a integração dos sistemas gerenciais e o aprimoramento da gestão de pessoas, são essenciais.

Assim, o objetivo do Programa é elevar a qualidade dos serviços prestados pela gestão pública estadual por meio da compreensão e da adoção de novas práticas que fomentem a criação de novos modelos de gestão e governança, produtos, serviços e ou processos.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

EIXO GESTÃO PÚBLICA

METAS

- Atender 1.806 pessoas com o Oca Móvel;
- Implantar 1 OCA Regional;
- Implantar em 18 órgãos do executivo Políticas de Excelência no atendimento;
- Alcançar 90% do Índice de satisfação no atendimento na OCA;
- Alcançar 1,870 milhões de acesso no Guia de Serviço Público;
- Implantar 1 Projeto de Modernização do Arquivo Público e de Fortalecimento da Memória Organizacional;
- Manter índice de economicidade nas compras públicas em no mínimo 20%;
- Ampliar para 100% os processos de compras e licitações realizados via GRP;
- Ampliar para 123 mil o número de itens cadastrados no catálogo de materiais e serviços de compras e aquisições;
- Ampliar para 70% o índice de participação de empresas locais nos certames licitatórios;
- Adquirir e integrar em 100% um Sistema de Folha de Pagamento do Estado ao Sistema Integrado de Administração e Recursos Humanos;
- Digitalizar a documentação da Vida Funcional do Servidor;
- Realizar 33 ações de controle nas áreas de infraestrutura, desenvolvimento social, economia sustentável, educação, saúde, segurança e gestão pública;
- Implementar 06 processos de acompanhamento e fortalecimento ao controle preventivo (oficinas; nota de orientação técnica; suporte aos controles internos setoriais; acompanhamento aos administrativos, financeiros, patrimoniais e pessoal; acompanhamento às Instruções Normativas e Orientações; plano de ação e auxílio às Prestação de Contas);
- Realizar 03 encontros anuais de avaliação da gestão de governo nos municípios do Estado do Acre.

INDICADORES

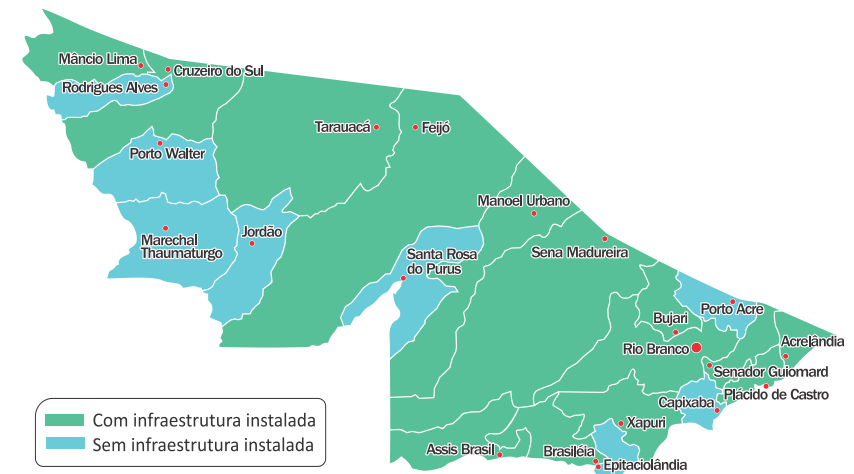
- Despesas efetuadas no grupo de natureza da despesa – investimentos.

5.7 PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ACRE

O Ministério Público possui responsabilidades das mais relevantes, conferidas pela Constituição Cidada de 1988, dentre as quais está o papel de defensor dos valores sociais, políticos e morais que conferem à sociedade dignidade e cidadania. A MP atua na aplicação do direito para resguardar o ordenamento jurídico e a autoridade da Lei, sendo um "braço" do Estado na solução dos conflitos e impasses sociais. Seu campo de atuação é amplo, visto que são todos sujeitos de direito.

Presente em 22 municípios acreanos, O MPAC possui estrutura de Promotorias de Justiça funcionando em 15 municípios e, nos 07 municípios restantes o atendimento é realizado ordinariamente por promotores de municípios circunvizinhos e, extraordinariamente, por meio de edições do MP na Comunidade, conforme mapa de cobertura abaixo.

FIGURA 37 - MAPA DE COBERTURA DO MPAC



Fonte: MPAC

EIXO GESTÃO PÚBLICA

O Ministério Público do Acre tem realizado importantes projetos, atuando na defesa da infância e juventude, por meio da fiscalização do funcionamento da rede de serviços de proteção sócio assistencial e repressão à violência contra a criança e adolescente; realizando intervenções para a promoção da saúde e educação; na efetivação dos direitos da pessoa idosa e da pessoa com deficiência; na justa relação de consumo, por meio da defesa coletiva e da proteção jurídica do cidadão; na defesa do meio ambiente e; no combate a corrupção e a criminalidade.

O MPAC também executou ações de proximidade com a sociedade, de fortalecimento ins-

titucional, de relacionamento harmônico com os poderes, de integração com membros na realização de ações institucionais e de melhoria e modernização da infraestrutura e de serviços.

Para o quadriênio 2016-2019 é compromisso do Ministério Público continuar protegendo os direitos da sociedade acreana, fiscalizando os órgãos competentes para garantir a efetivação dos direitos, da dignidade e cidadania. Portanto, o objetivo do programa é tornar o Ministério Público do Acre uma referência na defesa dos direitos da sociedade acreana.

5.7.1 CRIANÇA E ADOLESCENTE: PRIORIDADE ABSOLUTA

No ano de 2014, o Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude (CAOP) recebeu 362 denúncias de violação dos direitos da criança e do adolescente. Diversas situações e denúncias de maus tratos, negligência e outras violações são alvos de intervenções judiciais e extrajudiciais do MPAC. Como forma de intervir nessa situação, o MPAC, por meio das Promotorias de Justiça, com o apoio do CAOP, pretendem fiscalizar os órgãos que executam as políticas públicas, bem como, fomentar a estruturação e atuação da rede sócio e psicossocial.

Com o objetivo de atuar judicial e extrajudicialmente na defesa e proteção integral da criança e do adolescente, busca-se a garantia prioritária à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde,

à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar comunitária, além de garantir medidas de proteção que visam colocá-los a salvo de todas as negligências, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Para tanto, serão realizadas intervenções em quatro áreas estratégicas, quais sejam: (1) Enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes; (2) Implementar funcionamento, nos termos da política de Assistência Social que regulam o atendimento dos CRAS, CREAS e Conselhos de Direitos e Tutelares; (3) Implementar o SINASE nos municípios do Estado do Acre; (4) Implementar RAPS por região de saúde.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

METAS

- Realizar 22 fiscalizações nos órgãos dos sistemas de assistência social, saúde e segurança públicas, responsáveis pela prevenção da prática, responsabilização dos agressores e humanização do atendimento de crianças vítimas;
- Realizar 22 fiscalizações nos órgãos de execução da Política de Assistência Social básica e Especial, de Proteção, Controle e Garantias de Direito;
- Realizar 22 fiscalizações da implementação da normativa do SINASE nos programas de internação, semiliberdade, liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade, por meio dos Planos Estadual e Municipais decenais de atendimento socioeducativo;
- Cumprir 22 medidas extrajudiciais e judiciais a criação das Redes de Atendimento Psicossocial.

5.7.2 CIDADANIA

A Atenção Primária/Básica (APS/AB) é consensualmente capaz de resolver 85% dos casos de saúde, provocando grande impacto sobre qualidade de vida de toda a população. Em todo o Brasil, a APS/AB vem apresentando baixa resolutividade, promovendo constantes encaminhamentos para atendimentos de outras complexidades em saúde, sobrecarregando o sistema. A grande demanda por atendimento especializado é um indicador que a APS/AB apresenta baixa resolutividade. O Ministério da Saúde, como forma de potencializar o atendimento primário, aporta recursos adicionais de custeio dos serviços aos estabelecimentos de saúde. Contudo, muitos estabelecimentos não acessam esses recursos. No caso da educação básica, são recorrentes as reclamações da reduzida oferta de vagas e de serviços, como o transporte

escolar. Além disso, casos de negligência e maus tratos com idosos e as restrições de acessibilidade e violação de outros direitos da pessoa com deficiência são objeto de diversas intervenções judiciais e extrajudiciais no MPAC. Diante disso, o projeto visa atuar no fomento à resolutividade da APS com indução à adesão ao PMAQ-AB (Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica; na garantia da oferta e qualidade da educação básica: pré-escola, ensino fundamental e média; fortalecimento da rede de proteção da pessoa idosa e da pessoa com deficiência.

Assim, essa perspectiva visa garantir direitos fundamentais à saúde, à educação e a efetivação dos direitos da pessoa idosa e da pessoa com deficiência.

METAS

- Realizar 395 adesões de equipes de saúde ao PMAQ-AB;
- Efetuar 22 intervenções judiciais e extrajudiciais para garantir o atendimento de oferta de matrículas, transporte e

merenda escolar da educação básica;

- Realizar 01 mapeamento da rede de atenção à pessoa idosa e com deficiência em Rio Branco.

5.7.3 DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Em 2014 foi realizado um levantamento pelo CAOP de Meio Ambiente e constatou-se que somente o município de Rio Branco cumpriu, parcialmente, com as metas da Política Nacional de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Os demais municípios estavam todos inadimplentes, quanto ao cumprimento de metas da política nacional. Em relação ao desmatamento, em que pese a relativa redução dos índices anuais no Acre, a partir de 2008, o maior índice dos últimos 20 anos, a taxa continua ascendente. Problemas, cuja origem decorrem das diversas formas de poluição, agravam a qualidade do solo, da água e do ar, causando problemas graves de saúde. Por outro lado, impactos negativos ve-

rificados nas mudanças climáticas, são revelados nos agravos e desastres naturais. No caso do Acre, os desmatamentos de áreas protegidas, a poluição das nascentes, dos igarapés e rios estão alterando o nível das águas, tanto no período de chuvas, com as enchentes, quanto no período de seca, com a escassez das águas e queimadas.

O Objetivo é acompanhar a implementação da Política Nacional de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos 22 municípios do Acre, bem como intervir judicial e extrajudicialmente na redução dos desmatamentos e queimadas, além de monitorar as mudanças climáticas e atuar proativamente em situações de desastres naturais.

METAS

- Realizar 25 procedimentos judiciais e extrajudiciais para que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, seja efetivamente cumprida;
- Realizar 22 procedimentos judiciais e

extrajudiciais relacionados ao combate às queimadas e desmatamentos;

- Atender 8.500 pessoas vítimas de desastres naturais, especialmente as enchentes do rio Acre.

5.7.4 COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

O Ministério Público atua na fiscalização dos processos eleitorais municipais, prioritariamente, contudo, as irregularidades relacionadas, especialmente, ao financiamento de campanha e votos condicionados à ocupação de cargos públicos, são identificadas em outras áreas de atuação no âmbito do MPAC, tais como Promotoria Especializada de Combate à Evasão Fiscal, Defesa do Patrimônio e Fiscalização das Fundações e Entidades de Interesse Social e demais Promotorias, faz-

-se necessária uma atuação inteligente, integrada e ágil, no sentido de garantir a recuperação de ativos e combater as irregularidades das aquisições e contratos públicos.

Assim, pretende-se articular medidas de combate à corrupção eleitoral, à corrupção no setor público e à improbidade administrativa, visando combater o abuso do poder político e econômico, combater a captação ilícita de sufrágio, a busca da suspensão dos direitos políticos.

METAS

- Realizar 03 atuações integradas no âmbito do MPAC;
- Realizar 12 investigações com o apoio do NAT.

5.7.5 COMBATE À CRIMINALIDADE

O MPAC atua na prevenção e repressão à criminalidade, de forma proativa, conhecendo os fenômenos, as causas, as situações, públicos e territórios de alta vulnerabilidade; intensificação da persecução penal, ampliando a atuação por meio de mutirões de inquéritos, além de um intensivo combate ao crime organizado, por meio da desarticulação do braço financeiro das facções criminosas. Dessas serão realizados investimentos

em equipamentos e conhecimentos técnicos, tecnológicos e científicos, visando uma atuação mais profissional e efetiva da ação do Ministério Público. Como resultado dessas intervenções, espera-se concluir 100% dos inquéritos policiais represados, recuperar os valores por dano às vítimas e apreender, sequestrar, arrestar e bloquear os bens das organizações criminosas.

METAS

- Realizar 40 intervenções extrajudiciais voltadas para a prevenção da criminalidade e da violência;
- Realizar 07 edições de mutirões de inquéritos policiais (por município)

5.7.6 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Em pesquisa recente realizada pelo MPAC, verificou-se que uma parcela significativa da população desconhece a totalidade das funções do MPAC, ainda que a instituição goze de credibilidade e legitimidade pelas pessoas pesquisadas. O Ministério Público brasileiro, dada a diversificação de sua atuação, sobretudo do potencial de resolução de problemas, por meio de intervenções extrajudiciais e, para alguns problemas estruturantes que garantem a tutela coletiva para a defesa dos direitos individuais indisponíveis, requer a orquestração de medidas com impacto em todo o Estado.

METAS

- Realizar 15 intervenções a partir de estratégias integradas mobilizadas pelos CAOPs;
- Realizar 24 edições do projeto MP na Comunidade;
- Produzir 600 documentos técnicos

Dentro desta perspectiva, busca-se o fortalecer da atuação extrajudicial e a intervenção integrada de membros, subsidiada e motivada pelos Centros de Apoio Operacionais, os quais desenvolverão instrumentos padrões uniformes, visando desencadear intervenções estratégicas em todos os municípios do Estado, respeitando a independência funcional. Outro foco do projeto é o aprimoramento da interlocução do MPAC com os demais órgãos e instituições, como forma de ampliar os benefícios gerados para a sociedade, ao mesmo tempo que visa aproximar o MPAC da sociedade acreana.

- científicos pelo Núcleo de Apoio Técnico (NAT);
- Realizar 620 atendimentos no Núcleo de Atendimento Psicossocial em Dependência Química (Natera);
- Realizar 60.000 atendimentos no CAC.

5.7.7 GESTÃO DE PESSOAS, COMUNICAÇÃO, TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA

O objetivo é institucionalizar a política de comunicação; implantar uma política de gestão de alta performance; implementação de soluções tec-

nológicas e criativas, voltadas à inovação e à gestão do conhecimento e prover infraestrutura física segura, acessível e ecologicamente sustentável.

METAS

- Executar 01 política de comunicação institucional;
- Capacitar 800 membros e servidores;
- Implementar 01 Plano Diretor de Tecnologia da Informação;

5.8 PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO LEGISLATIVO: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE - ALEAC E TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – TCE

5.8.1 PROGRAMA COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO - ALEAC

A comunicação é fundamental para a interação entre as pessoas e as instituições, principalmente entre o cidadão e as entidades representativas da comunidade, como é a Assembleia Legislativa do Estado do Acre - ALEAC. Os Deputados Estaduais são representantes da população, eleitos pelo voto direto, para legislar e fiscalizar a Administração Pública Estadual, tendo como uma de suas funções mais importantes a discussão e a proposição de políticas públicas voltadas para as necessidades da comunidade.

Reconhecendo a necessidade de ter um veículo de comunicação de grande abrangência para divulgar seus trabalhos, a Mesa Diretora da

Assembleia Legislativa do Estado do Acre elegeu a comunicação como uma ferramenta essencial para promover a integração do Legislativo acreano com a comunidade, criando uma sintonia maior entre a ação parlamentar e os interesses sociais.

Portanto, o objetivo do programa é implantar, estruturar e fortalecer a TV Legislativa como canal de comunicação entre o Legislativo e a sociedade, visando mantê-la informada sobre diversos temas de seu interesse, sem deixar de utilizar outros veículos de comunicação, como rádios, jornais e sites.

5.8.2 PROGRAMA FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PARA A GESTÃO - ALEAC

Atualmente, a preocupação com a gestão de recursos humanos representa uma questão estratégica na Administração Pública. A valorização e o investimento nos servidores do Poder Legislativo, no âmbito pessoal e profissional, constituem-se no alicerce para o êxito da atuação da administração

da ALEAC. Dessa forma, a instituição tem que estar atenta a este cenário de valorização das competências intelectuais, oportunizando a qualificação de seus servidores, condição indispensável à consecução de excelência no serviço público.

Promover a educação no Legislativo é pos-

EIXO GESTÃO PÚBLICA

sibilitar a criação, o desenvolvimento e a ampliação de capacidades democráticas. Entenda-se que envolver o servidor no processo de educação contínua e perene consiste não apenas em propiciar-lhe acesso à informação e ao conhecimento, mas também mecanismos de formação ampla, objetivando o fortalecimento do potencial humano e o incentivo à atuação de agentes transformadores.

Dessa forma, o objetivo do programa é adequar o quadro de servidores da Assembleia Legislativa aos novos perfis profissionais requeridos

pelo setor público, com o desenvolvimento de ações voltadas à qualificação humana, elevando os níveis de qualidade, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados, aprimorando suas competências, mediante o estímulo a programa de graduação e pós-graduação, além da participação em cursos voltados às respectivas áreas de atuação, bem como em projetos na área social, cultural, física e psicológica, os quais convergem diretamente para a valorização do ser humano em sua plenitude.

5.8.3 PROGRAMA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ALEAC

Pensando em alcançar excelência na prestação de serviços, a Assembleia Legislativa percebe, cada vez mais, a necessidade de ter sua documentação organizada e preservada. Nesse contexto, a implementação de uma Gestão Eletrônica de Documentos é essencial. A digitalização tem sido utilizada na preservação de documentos, pois possibilita o acesso a conteúdos informativos, armazenados originalmente em diferentes suportes que, pela natureza da informação, precisam ser preservados.

A transformação das informações de papel em arquivos eletrônicos, dotados de total segurança, além de diminuir o espaço ocupado pelo ar-

quivo, reduzirá o tempo gasto em arquivamento e recuperação de documento arquivado ou extraído, permitindo a obtenção da informação contida em um documento em menos de 10 segundos, o que dará celeridade às atividades desenvolvidas, resultando em maior eficiência dos serviços prestados.

Portanto, o objetivo do programa é consolidar a implementação da Gestão Eletrônica de Documentos da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, favorecendo o acesso às informações mediante sistema de informação que promova esta integração.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

5.8.4 PROGRAMA GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO

A Assembleia Legislativa do Acre tem como missão institucional: "Construir um novo modelo de gestão administrativa e política, que potencialize a capacidade do servidor e do agente político e transforme a Assembleia Legislativa em uma referência de administração pública, capaz de corresponder aos anseios da sociedade, determinando seu protagonismo nas políticas públicas do Acre."

Para alcançar essa missão foram estabelecidos alguns objetivos estratégicos, que norteiam de todas as ações desenvolvidas:

- Implementar um programa permanente de formação em políticas públicas e processo legislativo;
- Desenvolver mecanismos de comunicação que permitam à sociedade acompanhar os trabalhos da Assembleia Legislativa do Estado do Acre;
- Implementar, de forma integrada e amplia-

da, o acesso do cidadão às informações e aos serviços da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com padrão de excelência, objetivando proporcionar atendimento eficaz e eficiente, com custos otimizados;

- Realizar uma modernização administrativa que garanta a celeridade e a qualidade do processo legislativo, bem como a otimização dos recursos humanos e;
- Fazer dos processos legislativos mecanismos permanentes e integrados à sociedade para o debate, o monitoramento e a proposição de políticas públicas para o Estado.

Assim, o objetivo do programa é fortalecer e dar suporte às atividades do Poder Legislativo, para assegurar a qualidade e eficiência dos serviços oferecidos à sociedade, com a realização das atividades, tais quais: Assembleia Aberta; Integração Regional com os Municípios e Integração Fronteira.

5.8.5 PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO TCE

A modernização das práticas de controle é um fator crucial para o desenvolvimento das competências organizacionais do TCE/AC. As instituições vivem em constantes mudanças decorrentes dos avanços tecnológicos e da implantação de novos modelos de gestão e, para fazer face a essas mudanças e responder aos anseios da sociedade por eficiência, eficácia e efetividade, os órgãos de controle precisam estar preparados e respaldados por um modelo de gestão voltada para os resultados.

Neste sentido, o Tribunal de Contas do Es-

tado do Acre adotou como prioridade para os próximos anos, investir na tecnologia da informação com aquisição de equipamentos e software, resultando na melhoria do ambiente de trabalho, na valorização e capacitação dos servidores.

Deste modo, o objetivo do programa é dinamizar os processos e procedimentos no atendimento à sociedade acreana, ampliando a efetividade na fiscalização e apuração das irregularidades, como o fito de promover a transparência da gestão pública.

5.9 PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO JUDICIÁRIO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

5.9.1 PROGRAMA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE

A Constituição Federal de 88 garante que todos os cidadãos tenham pleno e irrestrito acesso ao Judiciário para apreciação e solução de qualquer lesão ou ameaça a seus direitos (art. 5º, XXXV).

Essa garantia deve ser tornada efetiva pelo Estado por meio de políticas públicas que visem construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos (art. 3º, da CF).

Por ser um dos pilares do Estado, em conjunto com o Legislativo e o Executivo, cabe ao Poder Judiciário um papel importante na construção da cidadania: a prestação jurisdiccional. Ela é elemento essencial na construção, reconhecimento e manutenção do Estado Democrático de Direito.

Atualmente, o Poder Judiciário Acreano atende a uma população de aproximadamente 733.559 (IBGE/2013) em todos os 22 municípios com 16 comarcas instaladas e 6 comarcas a instalar (Porto Acre, Santa Rosa do Purus, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Rodrigues Alves) nas quais os serviços judiciários são realizados sob a responsabilidade das comarcas circun-

vizinhas.

Diante do grande crescimento das demandas sociais pela prestação de serviços judiciários vem desenvolvendo formas efetivas de atendimento à sociedade por meio da modernização de sua estrutura e rotina administrativa e judiciária; com a criação de novas unidades para acesso do cidadão, contratação de pessoas e estabelecimento de novos patamares de qualidade para o atingimento de sua Missão e Visão.

No intuito de atingir esses novos paradigmas de efetividade, eficiência e eficácia, desenvolveu seu Planejamento Estratégico para o período 2015-2020 onde está espelhado a sua Missão: "Garantir os direitos do jurisdicionado no Estado do Acre, com justiça, agilidade e ética, promovendo o bem de toda a sociedade" que direciona a sua Visão que é "Ser reconhecido até 2020 pela agilidade e qualidade na prestação de serviços judiciários e sociais no Estado do Acre".

A prestação jurisdiccional realizada pelo Poder Judiciário tem como referenciais: a acessibilidade (garantia de acesso de todos aos serviços judiciários), a celeridade (cumprir atividades dentro dos prazos estabelecidos), a confiabilidade (executar as atividades com qualidade e de ma-

neira transparente e célere), o profissionalismo (capacitar Magistrados e Servidores com técnicas e conhecimento que garantam a efetividade na execução de suas atividades) e a humanização (oferecer qualidade no atendimento à sociedade e fomentar o bom relacionamento entre os Magistrados e Servi-dores do TJAC).

A coincidência entre esse Planejamento e o quadriênio previsto no Plano Plurianual (2016-2019) possibilitará que haja uma conjunção de vontades entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário que possibilitem a execução dos projetos e ações propostas como forma de se estruturar para realizar sua atividade precípua: prestar a jurisdição à sociedade acreana com efetividade.

Como demonstração de sua efetividade no desempenho da prestação jurisdiccional o Poder Judiciário Acreano vem alcançando resultados expressivos no cenário nacional e sendo agracia-

do pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, sucessivamente com vários prêmios de destaque em decorrência do cumprimento das normas e metas propostas por aquele órgão, como os Selo Ouro pelo aprimoramento do envio dos dados estatísticos ao Relatório "Justiça em Números"; o Selo Bronze pelo trabalho desenvolvido pelas Varas do Tribunal de Juri e o reconhecimento do Programa de Qualidade Total 2014 a dois cartórios extrajudiciais pelos serviços realizados.

Em relação à eficiência, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre alcançou novamente grande destaque no Relatório "Justiça em Números 2014" publicado pelo CNJ, ocupando a 3ª posição entre todos os tribunais brasileiros e o 1º lugar entre os Tribunais de Justiça da Região Norte, o que demonstra o bom desempenho na prestação jurisdiccional e o atendimento de forma efetiva aos anseios da sociedade acreana.

OBJETIVO

Assegurar aos jurisdicionados do Estado do Acre a regular, contínua e efetiva prestação jurisdiccional.

CARACTERIZAÇÃO

- Estabelecer parcerias com entes públicos ou privados para mediação de conflitos judiciais e extrajudiciais no Estado;
- Aumentar o acesso à Justiça nas comarcas por meio da continuidade das obras da Cidade da Justiça, construção de fóruns e reforma de prédios;
- Fortalecer ações e projetos socioambientais como instrumento de cidadania, desenvolvimento humano e sustentabilidade ambiental;
- Aumentar a eficiência operacional com im-

plementação e adequação das rotinas judiciárias e administrativas;

- Manter o grau de efetividade na prestação jurisdiccional por meio do cumprimento das metas constantes no Planejamento Estratégico (2015-2020) e nas Metas Nacionais do Poder Judiciário;
- Aprimorar o modelo gerencial implantado no TJAC para que possa garantir os meios necessários à melhoria da prestação jurisdiccional.

EIXO GESTÃO PÚBLICA

METAS

- Aumentar em 10% o cumprimento da Meta 1 do Conselho Nacional da Justiça – CNJ, no período de 2016 a 2019, tendo como base o ano de 2015.
- Aumentar em 5% por ano, o número de casos solucionados por conciliação, tendo como base o ano de 2015.
- Institucionalizar 4 programas sociais e reali-

zar 4 ações de educação ambiental, no período de 2016 a 2019.

- Construção das Cidades da Justiça, de acordo com o Plano de Obras, os editais de licitação e contratos administrativos.
- Construção, reformas e ampliações de prédios, de acordo com o Plano de Obras, os editais de licitação e contratos administrativos.

INICIATIVAS

- Implantação do Plano de Aceleração de resolução de conflitos no 1º Grau;
- Plano de Ação para Priorização do 1º Grau;
- Implantação da Reestruturação Administrativa, para melhoria da gestão dos serviços jurisdicionais e administrativos;
- Implementação do Plano Anual de Capacitação integrado à estratégica e voltado à melho-

ria das atividades meio e finalística;

- Priorização das ações de Responsabilidade Social e Ambiental;
- Melhorar o processo de arrecadação relativo aos recursos próprios.
- Cumprimento do Plano de Obras em relação às edificações, reformas e ampliações prioritizadas.

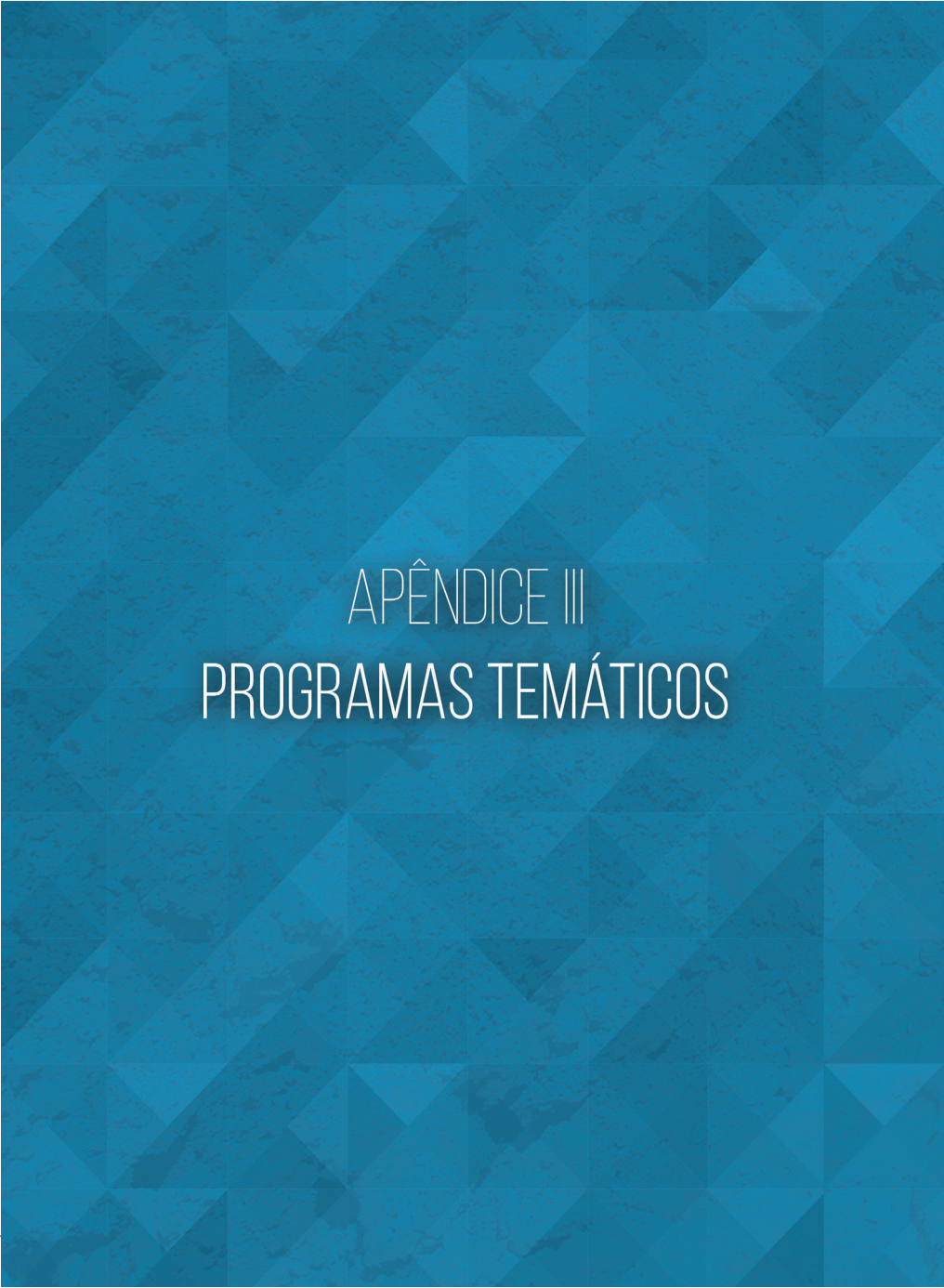
INDICADOR

Indicador	Referência		Unidade de Medida	Fonte
	Índice	Ano		
Meta 1 do CNJ: Julgar mais processos que os distribuídos	100%	2015	%	Planejamento Estratégico 2015-2020
Índice de acordo de conciliação	20%	2015	%	
Taxa de implementação das rotinas administrativas	10%	2015	%	
Taxa de sucesso dos programas sociais e ações ambientais	7/1	2015	%	
Cumprimento do plano de obras priorizado	100%	2015	%	

APÊNDICE II

PROGRAMAS ESPECIAIS

Código Safira	Programa Especiais	Descrição
1200	Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável - PIDS Fase V (BNDES)	Consolidação da economia do Acre através de investimentos em infraestrutura viária e urbana, logística, cadeia produtiva de alimentos, turismo, indústria e modernização da gestão pública.
1210	Programa de Saneamento Ambiental nos Municípios do Acre - SANEAC (BNDES)	Complementação dos investimentos em abastecimento de água e esgotamento no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento PAC 2/FUNASA – Saneamento e ações de modernização da gestão.
1220	Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre - PROACRE (BIRD)	Promoção da inclusão social e econômica das populações mais pobres e mais desfavorecidas, que vivem tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais isoladas ou remotas do estado.
1230	Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre - PROSER (BIRD)	Implantação de infraestrutura urbana com ênfase no saneamento ambiental e inclusão de populações isoladas em sistemas produtivos locais, através de um processo integrado de planejamento local e instrumentos de gestão territorial focado nos municípios com menor IDH do Estado do Acre.
1240	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre - PDSA Fase II (BID)	Expansão da economia do Acre para promover o aumento da produtividade, da competitividade e da competitividade, induzindo um ambiente de negócios para uma economia de baixo carbono com inclusão social.
1250	Programa de Redução do Desmatamento e Conservação Ambiental - PROECO (KfW)	Valorização do uso e o uso eficiente das áreas desmatadas contribuindo para provisão de serviços ambientais relacionados à redução do desmatamento e de emissão de gases geradores do efeito estufa.
1270	Programa de Valorização do Ativo Ambiental e Florestal - Fases I e II (BNDES/FUNDO AMAZÔNIA)	A Fase I visa fomentar as práticas sustentáveis para a redução do desmatamento e pagamento por serviços ambientais, valorizando o ativo ambiental do Acre, consolidando uma economia limpa, justa e competitiva, fundamentada no Zoneamento Ecológico Econômico do Acre – ZEE/AC. A fase II visa dar continuidade das ações de mitigação do efeito do Desmatamento do Estado, viabilizando uma economia do Acre limpa, justa e competitiva, que garantirá a valorização e o uso sustentável do ativo ambiental do Acre.

A large rectangular area on the right side of the page is filled with a complex, repeating geometric pattern of various shades of blue. The pattern consists of numerous triangles and polygons of different sizes, creating a textured, mosaic-like effect. Centered within this blue area is the text 'APÊNDICE III' and 'PROGRAMAS TEMÁTICOS' in a white, sans-serif font.

APÊNDICE III PROGRAMAS TEMÁTICOS

PROGRAMAS TEMÁTICOS

1100	Programa de Industrialização
1101	Programa Desenvolvimento das Cadeias Produtivas
1102	Programa de Comércio e Turismo
1103	Programa de Gestão Ambiental
1104	Programa de Economia de Baixo Carbono
1125	Programa de Gestão Florestal
1120	Programa de Fortalecimento da Ciência, Tecnologia e Inovação
1106	Programa Juventude Teu Futuro é Agora
1107	Programa de Atenção aos Povos Indígenas
1108	Programa de Valorização da Cultura
1109	Programa Mulheres Protegidas, Valorizadas e Incluídas
1110	Programa Direitos Humanos Sim!
1111	Programa de Proteção Social Fortalecendo as Famílias Acreanas
1112	Programa de Pavimentação e Saneamento Integrado
1113	Programa de Habitação de Interesse Social
1114	Programa de Infraestrutura de Transporte
1115	Programa de Obras Públicas
1116	Programa de Promoção da Educação Básica de Qualidade para Todos
1128	Programa de Erradicação do Analfabetismo - "Eu quero Ler"
1105	Programa de Esporte e Lazer
1117	Programa de Desenvolvimento da Educação para o Trabalho
1118	Programa de Promoção à Saúde
1119	Programa de Segurança Pública
1126	Programa de Comunicação
1121	Programa de Gestão de Pessoas e Humanização da Gestão Pública
1122	Programa de Desenvolvimento e Valorização do Servidor
1123	Programa de Melhoria e Inovação da Gestão
1124	Programa de Modernização da Gestão Fazendária
1127	Programa de Planejamento, Captação e Gerenciamento de Recursos

A large rectangular area on the right side of the page is filled with a blue geometric pattern of various sized triangles and polygons, creating a textured, mosaic-like effect.

APÊNDICE IV PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO

PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO

2200	Programa Comunicação e Divulgação - ALEAC
2201	Programa Formação e Capacitação de Servidores para a Gestão - ALEAC
2202	Programa Tecnologia da Informação - ALEAC
2203	Programa Gestão e Manutenção das Atividades do Poder Legislativo - ALEAC
2210	Programa Modernização da Gestão do TCE
2220	Programa Prestação Jurisdicional do Tribunal de Justiça do Acre
2230	Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público
2231	Cidadania
2233	Combate à Criminalidade
2234	Criança e Adolescente: Prioridade Absoluta
2235	Defesa do Meio Ambiente
2237	Fortalecimento Institucional
2238	Gestão de Pessoas, Comunicação, Tecnologia e Infraestrutura
2239	Perspectiva Infraestrutura e Tecnologia
2241	Programa Gestão e Manutenção do MPE
2242	Programa de Gestão e Manutenção da Casa Civil
2243	Programa de Gestão e Manutenção do Gabinete Militar
2244	Programa de Gestão e Manutenção da Controladoria Geral do Estado
2245	Programa de Gestão e Manutenção da Ouvidoria do Estado
2246	Programa de Gestão e Manutenção do Gabinete do Vice-Governador
2247	Programa de Gestão e Manutenção da Procuradoria Geral do Estado
2248	Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública do Estado do Acre
2249	Programa de Gestão e Manutenção da Polícia Militar
2250	Programa de Gestão e Manutenção do Corpo de Bombeiro Militar
2251	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Comunicação
2252	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Planejamento
2253	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado da Gestão Administrativa
2254	Programa de Gestão e Manutenção da Folha de Pagamento do Executivo
2255	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado da Fazenda
2256	Programa de Gestão, Manutenção e Serviço da Dívida
2257	Programa de Gestão e Manutenção do Fundo de Previdência
2258	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Educação e Esporte
2259	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Segurança Pública
2260	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente

2261	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Saúde
2262	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
2264	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Agropecuária
2265	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Articulação Institucional
2266	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Turismo e Lazer
2267	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Economia, Indústria, Comércio, Serviços, Ciências e Tecnologia
2268	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar
2269	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras Públicas
2270	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos
2271	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social
2272	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado da Polícia Civil do Estado do Acre
2273	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Pequenos Negócios
2274	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres
2275	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Ciência e Tecnologia

APÊNDICE V

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

1300	Programa de Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar
1301	Programa Promoção dos Direitos da Juventude
1302	Programa Inclusão Social por meio do Bolsa Família, Castro Único e da Articulação de Políticas Sociais
1303	Programa Redução do Impacto Social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social
1304	Programa Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
1305	Programa Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo
1306	Programa Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
1307	Programa Planejamento Urbano
1308	Programa Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência
1309	Programa Previdência Social
1310	Programa Promoção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes
1311	Programa Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência
1312	Programa Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
1313	Programa Reforma Agrária e Governança Fundiária
1314	Programa Resíduos Sólidos
1315	Programa Segurança Alimentar e Nutricional
1316	Programa Trabalho, Emprego e Renda
1317	Programa Energia Elétrica
1318	Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres
1319	Programa Mobilidade Urbana e Trânsito
1320	Programa Moradia Digna
1321	Programa Oferta de Água
1322	Programa Petróleo e Gás
1323	Programa Transporte Ferroviário
1324	Programa Transporte Hidroviário
1325	Programa Transporte Rodoviário
1326	Programa Saneamento Básico
1327	Programa Biodiversidade
1328	Programa Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização
1329	Programa Ciência, Tecnologia e Inovação
1330	Programa Comércio e Serviços
1331	Programa Comércio Exterior

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

1332	Programa Conservação e Gestão de Recursos Hídricos
1333	Programa Defesa Agropecuária
1334	Programa Desenvolvimento Produtivo
1335	Programa Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios
1336	Programa Inovações para a Agropecuária
1337	Programa Licenciamento e Qualidade Ambiental
1338	Programa Micro e Pequenas Empresas
1339	Programa Pesca e Aquicultura
1340	Programa de Turismo
1341	Programa Conservação e uso Sustentável da Biodiversidade
1342	Programa Desenvolvimento Regional e Territorial
1343	Programa Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária

APÊNDICE VI PROGRAMAS ESPECIAIS

PROGRAMAS ESPECIAIS

1200	Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável - PIDS Fase V (BNDES)
1210	Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável - PIDS Fase VI / Saneamento e Gestão (BNDES)
1220	Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre - PROACRE (BIRD)
1230	Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre - PROSER (BIRD)
1240	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre - PDSA Fase II (BID)
1250	Programa de Redução do Desmatamento e Conservação Ambiental - PROECO (KfW)
1270	Programa de Incentivo aos Serviços Ambientais e Valorização de uma Economia de Baixo Carbono no Acre Fase I e II (FUNDO AMAZÔNIA/BNDES)



APÊNDICE VII REFERENCIAL ORÇAMENTÁRIO

1. EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

1100 PROGRAMA: INDUSTRIALIZAÇÃO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	984.633,00	7.155.268,87
Despesa Corrente	49.231,65	357.763,44
Despesa de Capital	935.401,35	6.797.505,43
Despesa Extra Orçamentária		224.000.000,00
Despesa de Capital		224.000.000,00
Outras Fontes: OGU / BNDES / PROACRE	23.529.989,60	135.950.108,53
Total	24.514.622,60	367.105.377,40
VALOR GLOBAL	R\$ 391.620.000,00	

1101 PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	4.155.916,38	18.068.930,53
Despesa Corrente	207.795,82	903.446,53
Despesa de Capital	3.948.120,56	17.165.484,01
Despesa Extra Orçamentária		96.000.000,00
Despesa de Capital		96.000.000,00
Outras Fontes: OGU / BNDES / KfW / BIRD	53.097.356,45	162.620.374,81
Total	57.253.272,83	276.689.305,34
VALOR GLOBAL	R\$ 333.942.578,17	

1102 PROGRAMA: COMÉRCIO E TURISMO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	438.003,00	3.904.672,91
Despesa Corrente	21.900,15	195.582,90
Despesa de Capital	416.102,85	3.709.090,01
Outras Fontes: OGU / BNDES	1.521.250,00	13.558.086,09
Total	1.959.253,00	17.462.759,00
VALOR GLOBAL	R\$ 19.422.012,00	

1. EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

1103 PROGRAMA: GESTÃO AMBIENTAL

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	542.000,00	736.688,47
Despesa Corrente	27.100,00	36.379,68
Despesa de Capital	514.900,00	700.308,79
Outras Fontes: OGU / BNDES / KfW / BIRD	31.942.640,31	124.737.908,17
Total	32.484.640,31	125.474.596,64
VALOR GLOBAL	R\$ 157.959.236,95	

1104 PROGRAMA: ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	526.506,00	6.123.719,46
Despesa Corrente	26.325,30	41.641,29
Despesa de Capital	500.180,70	6.082.078,17
Outras Fontes: OGU / BNDES / KfW / BIRD / BID	15.631.511,25	232.020.737,19
Total	16.158.017,25	238.144.456,65
VALOR GLOBAL	R\$ 254.302.473,90	

1120 PROGRAMA: FORTALECIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	7.020.659,98	31.215.853,11
Despesa Corrente	4.914.461,99	20.810.568,74
Despesa de Capital	2.106.197,99	10.405.284,37
Outras Fontes: OGU / BNDES / KfW / BIRD / BID	7.822.649,31	82.836.990,60
Total	14.843.309,29	114.052.843,71
VALOR GLOBAL	R\$ 128.896.153,00	

1. EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

1125 PROGRAMA: GESTÃO FLORESTAL

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	-	-
Despesa Corrente	-	-
Despesa de Capital	-	-
Outras Fontes: OGU / BNDES / KfW / BIRD / BID	10.251.487,89	79.474.391,42
Total	10.251.487,89	79.474.391,42
VALOR GLOBAL	R\$ 89.725.879,31	

TOTAL GERAL DO EIXO ECONOMIA SUSTENTÁVEL

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	13.667.718,36	67.205.133,35
Despesa Corrente	5.246.814,91	22.345.382,58
Despesa de Capital	8.420.903,46	44.859.750,77
Despesa Extra Orçamentária		320.000.000,00
Despesa de Capital		320.000.000,00
Outras Fontes	143.796.884,81	831.198.596,81
Total	157.464.603,17	1.218.403.730,16
VALOR GLOBAL	R\$ 1.375.868.333,33	

PROGRAMAS	VALOR (R\$)	PARTICIPAÇÃO
Industrialização	391.620.000,00	28,46%
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas	333.942.578,17	24,27%
Comércio e Turismo	19.422.012,00	1,41%
Gestão Ambiental	157.959.236,95	11,48%
Economia de Baixo Carbono	254.302.473,90	18,48%
Gestão Florestal	128.896.153,00	9,37%
Fortalecimento da Ciência, Tecnologia e Inovação	89.725.879,31	6,52%
TOTAL	1.375.868.333,33	100,00%

2. EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1106 PROGRAMA: JUVENTUDE TEU FUTURO É AGORA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	130.000,00	50.000,00
Despesa Corrente	91.000,00	35.000,00
Despesa de Capital	39.000,00	15.000,00
Outras Fontes: OGU	-	6.000.000,00
Total	130.000,00	6.050.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 6.180.000,00	

1107 PROGRAMA: ATENÇÃO AOS POVOS INDÍGENAS

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	500.000,00	6.899.870,00
Despesa Corrente	300.000,00	4.139.922,00
Despesa de Capital	200.000,00	2.759.948,00
Outras Fontes: OGU	-	
Total	500.000,00	6.899.870,00
VALOR GLOBAL	R\$ 7.399.870,00	

1108 PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DA CULTURA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	7.923.000,00	45.051.340,60
Despesa Corrente	4.753.800,00	27.030.804,36
Despesa de Capital	3.169.200,00	18.020.536,24
Outras Fontes: OGU	4.055.438,05	28.063.779,75
Total	11.978.438,05	73.115.120,35
VALOR GLOBAL	R\$ 85.093.558,40	

2. EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1109 PROGRAMA: MULHERES PROTEGIDAS, VALORIZADAS E INCLUÍDAS

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	600.000,00	810.775,10
Despesa Corrente	420.000,00	486.465,06
Despesa de Capital	180.000,00	324.310,04
Outras Fontes: OGU	3.130.000,00	10.228.224,90
Total	3.730.000,00	11.039.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 14.769.000,00	

1110 PROGRAMA: DIREITOS HUMANOS SIM!

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	2.930.000,00	3.845.045,80
Despesa Corrente	2.051.000,00	2.691.626,14
Despesa de Capital	879.000,00	1.153.419,66
Outras Fontes: OGU	4.237.825,30	15.562.004,10
Total	7.167.825,30	19.407.049,90
VALOR GLOBAL	R\$ 26.574.875,20	

1111 PROGRAMA: PROTEÇÃO SOCIAL FORTALECENDO AS FAMÍLIAS ACREANAS

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	2.781.384,00	7.445.514,24
Despesa Corrente	1.946.968,80	5.211.159,54
Despesa de Capital	834.415,20	2.234.354,70
Outras Fontes: OGU / BNDES / BIRD	23.400.049,00	102.603.957,00
Total	26.181.433,00	110.049.471,25
VALOR GLOBAL	R\$ 136.230.904,25	

2. EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

TOTAL GERAL DO EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	14.864.384,00	64.102.545,74
Despesa Corrente	9.562.768,80	39.594.977,10
Despesa de Capital	5.301.615,20	24.507.568,64
Outras Fontes	34.823.312,35	162.457.965,76
Total	49.687.696,35	226.560.511,50
VALOR GLOBAL	R\$ 276.248.207,85	

TOTAL GERAL DO EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMAS	VALOR (R\$)	PARTICIPAÇÃO
Juventude Teu Futuro é Agora	R\$ 6.180.000,00	2,24%
Atenção aos Povos Indígenas	R\$ 7.399.870,00	2,68%
Valorização da Cultura	R\$ 85.093.558,40	30,80%
Mulheres Protegidas, Valorizadas e Incluídas	R\$ 14.769.000,00	5,35%
Direitos Humanos Sim!	R\$ 26.574.875,20	9,62%
Proteção Social Fortalecendo as Famílias Acreanas	R\$ 136.230.904,25	49,31%
TOTAL	276.248.207,85	100,00%

3. EIXO INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

1112 PROGRAMA: PAVIMENTAÇÃO E SANEAMENTO INTEGRADO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	14.000,00	34.706,41
Despesa Corrente	7.000,00	17.353,21
Despesa de Capital	7.000,00	17.353,21
Outras Fontes: OGU / BNDES / BIRD	169.376.468,13	647.029.412,00
Total	169.390.468,13	647.064.118,41
VALOR GLOBAL	816.454.586,54	

1113 PROGRAMA: HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	429.000,00	65.451.575,36
Despesa Corrente	128.700,00	15.451.575,36
Despesa de Capital	300.300,00	50.000.000,00
Investimentos das Empresas Estatais	14.000,00	56.000,00
Despesa Corrente	-	-
Despesa de Capital	14.000,00	56.000,00
Outras Fontes: OGU / BNDES	89.862.052,35	500.359.111,53
Total	90.305.052,35	565.866.686,89
VALOR GLOBAL	656.171.739,24	

1114 PROGRAMA: INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	6.840.000,00	67.201.295,77
Despesa Corrente	4.788.000,00	20.160.388,73
Despesa de Capital	2.052.000,00	47.040.907,04
Outras Fontes: OGU / BNDES	60.711.100,00	603.488.722,72
Total	67.551.100,00	670.690.018,49
VALOR GLOBAL	738.241.118,49	

3. EIXO INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

1115 PROGRAMA: OBRAS PÚBLICAS

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	40.000,00	300.000,00
Despesa Corrente	15.000,00	100.000,00
Despesa de Capital	25.000,00	200.000,00
Outras Fontes: OGU	32.525.535,00	269.978.951,82
Total	32.565.535,00	270.278.951,82
VALOR GLOBAL	302.844.486,82	

TOTAL GERAL DO EIXO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	7.323.000,00	132.987.577,54
Despesa Corrente	4.938.700,00	35.729.317,30
Despesa de Capital	2.384.300,00	97.258.260,24
Investimentos das Empresas Estatais	14.000,00	56.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00
Despesa de Capital	14.000,00	56.000,00
Outras Fontes	352.475.155,48	2.020.856.198,07
Total	359.812.155,48	2.153.899.775,61
VALOR GLOBAL	2.513.711.931,09	

Programas	R\$	Participação
Pavimentação e Saneamento Integrado	816.454.586,5	32,48%
Habitação Popular	656.171.739,24	26,10%
Infraestrutura de Transporte	738.241.118,49	29,37%
Obras Públicas	302.844.486,82	12,05%
VALOR GLOBAL	2.513.711.931,09	100,00%

4. EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

1116 PROGRAMA: PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE PARA TODOS

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	245.227.491,11	735.682.473,33
Despesa Corrente	183.920.618,33	551.761.855,00
Despesa de Capital	61.306.872,78	483.920.618,33
Outras Fontes: OGU/BIRD	593.839.216,87	1.781.517.650,61
Total	839.066.707,98	2.817.200.123,94
VALOR GLOBAL	R\$ 3.656.266.831,92	

1128 PROGRAMA: ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO - "EU QUERO LER"

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	504.619,64	1.009.239,28
Despesa Corrente	454.157,68	908.315,35
Despesa de Capital	50.461,96	100.923,93
Outras Fontes: OGU	2.000.000,00	4.000.000,00
Total	2.504.619,64	5.009.239,28
VALOR GLOBAL	R\$ 7.513.858,92	

1105 PROGRAMA: ESPORTE E LAZER

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	1.500.769,16	4.502.307,48
Despesa Corrente	1.050.538,41	3.151.615,24
Despesa de Capital	450.230,75	1.350.692,24
Outras Fontes: OGU	338.694,62	7.016.083,86
Total	1.839.463,78	11.518.391,34
VALOR GLOBAL	R\$ 13.357.855,12	

4. EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

1117 PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	1.280.984,00	3.858.562,38
Despesa Corrente	960.738,00	2.889.261,69
Despesa de Capital	320.246,00	969.300,69
Outras Fontes: OGU/BIRD	60.853.675,93	182.564.057,81
Total	62.134.659,93	186.403.979,79
VALOR GLOBAL	R\$ 248.538.639,72	

1118 PROGRAMA: PROMOÇÃO À SAÚDE

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	134.190.000,00	402.570.000,00
Despesa Corrente	93.933.000,00	281.799.000,00
Despesa de Capital	40.257.000,00	320.771.000,00
Outras Fontes: OGU/BIRD	304.129.432,00	912.388.296,00
Total	438.319.432,00	1.514.958.296,00
VALOR GLOBAL	R\$ 1.953.277.728,00	

1119 PROGRAMA: SEGURANÇA PÚBLICA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	52.544.201,00	194.651.192,37
Despesa Corrente	15.763.260,30	58.395.357,71
Despesa de Capital	36.780.940,70	136.255.834,66
Outras Fontes: OGU/BIRD	82.691.842,77	306.381.477,82
Total	135.236.043,77	501.032.670,19
VALOR GLOBAL	R\$ 636.268.713,96	

4. EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

TOTAL GERAL DO EIXO EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	435.248.064,91	1.842.273.774,84
Despesa Corrente	296.082.312,72	898.905.404,98
Despesa de Capital	139.165.752,19	943.368.369,86
Outras Fontes	1.043.852.862,19	3.193.867.566,10
Total	1.479.100.927,10	5.036.122.700,54
VALOR GLOBAL	R\$ 6.515.223.627,64	

PROGRAMAS	VALOR (R\$)	PARTICIPAÇÃO
Esporte e Lazer	R\$ 13.357.855,12	0,21%
Promoção da Educação Básica de Qualidade para Todos	R\$ 3.656.266.831,92	56,12%
Erradicação do Analfabetismo - "Eu quero Ler"	R\$ 7.513.858,92	0,12%
Desenvolvimento da Educação para o Trabalho	R\$ 248.538.639,72	3,81%
Promoção à Saúde	R\$ 1.953.277.728,00	29,98%
Segurança Pública	R\$ 636.268.713,96	9,77%
TOTAL	R\$ 6.515.223.627,64	100,00%

5. EIXO GESTÃO PÚBLICA

1126 PROGRAMA: COMUNICAÇÃO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	13.065.000,00	39.195.000,00
Despesa Corrente	13.065.000,00	39.195.000,00
Despesa de Capital	-	-
Outras Fontes: OGU / BIRD	-	-
Total	13.065.000,00	39.195.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 52.260.000,00	

1121 PROGRAMA: GESTÃO DE PESSOAS E HUMANIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	4.000,00	12.000,00
Despesa Corrente	2.000,00	6.000,00
Despesa de Capital	2.000,00	6.000,00
Outras Fontes: OGU	17.377.780,00	52.133.340,00
Total	17.381.780,00	52.145.340,00
VALOR GLOBAL	R\$ 69.527.120,00	

1122 PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	448.589,36	659.566,57
Despesa Corrente	89.717,87	131.913,31
Despesa de Capital	358.871,49	527.653,26
Outras Fontes: OGU / BIRD	1.300.001,00	1.911.843,07
Total	1.748.590,36	2.571.409,64
VALOR GLOBAL	R\$ 4.320.000,00	

5. EIXO GESTÃO PÚBLICA

1123 PROGRAMA: MELHORIA E INOVAÇÃO DA GESTÃO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	34.000.000,00	102.000.000,00
Despesa Corrente	27.200.000,00	81.600.000,00
Despesa de Capital	6.800.000,00	20.400.000,00
Outras Fontes: OGU / BNDES / BIRD / BID	8.678.602,00	26.035.806,00
Total	42.678.602,00	128.035.806,00
VALOR GLOBAL	R\$ 170.714.408,00	

1124 PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FAZENDÁRIA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	2.240.348,00	3.684.652,00
Despesa Corrente	1.792.278,40	2.947.721,60
Despesa de Capital	448.069,60	736.930,40
Outras Fontes: OGU / BID / BNDES		
Total	2.240.348,00	3.684.652,00
VALOR GLOBAL	R\$ 5.925.000,00	

1127 PROGRAMA: PLANEJAMENTO, CAPTAÇÃO E GERENCIAMENTO DE RECURSOS

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	80.091.002,00	240.273.006,00
Despesa Corrente	-	-
Despesa de Capital	80.091.002,00	240.273.006,00
Outras Fontes: OGU / BID / BNDES		
Total	80.091.002,00	240.273.006,00
VALOR GLOBAL	R\$ 320.364.008,00	

5. EIXO GESTÃO PÚBLICA

TOTAL GERAL DO EIXO DE GESTÃO PÚBLICA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	129.848.939,36	385.824.224,57
Despesa Corrente	42.148.996,27	123.880.634,91
Despesa de Capital	87.699.943,09	261.943.589,66
Outras Fontes: OGU / BNDES / BIRD / BID	27.356.383,00	80.080.989,07
Total	157.205.322,36	465.905.213,64
VALOR GLOBAL	R\$ 623.110.536,00	

PROGRAMAS	PARTICIPAÇÃO	VALOR (R\$)
Comunicação	8,39%	R\$ 52.260.000,00
Gestão de Pessoas e Humanização da Gestão Pública	11,16%	R\$ 69.527.120,00
Desenvolvimento e Valorização do Servidor	0,69%	R\$ 4.320.000,00
Melhoria e Inovação da Gestão	27,40%	R\$ 170.714.408,00
Modernização da Gestão Fazendária	0,95%	R\$ 5.925.000,00
Planejamento, Captação e Gerenciamento de Recursos	51,41%	R\$ 320.364.008,00
Total	100,00%	R\$ 623.110.536,00

PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO LEGISLATIVO:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE - ALEAC E TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - TCE

2200 PROGRAMA COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO - ALEAC

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	3.356.000,00	10.068.000,00
Despesa Corrente	2.114.280,00	6.342.840,00
Despesa de Capital	1.241.720,00	3.725.160,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	3.356.000,00	10.068.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 13.424.000,00	

2201 PROGRAMA FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PARA A GESTÃO - ALEAC

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	705.000,00	2.115.000,00
Despesa Corrente	650.000,00	1.950.000,00
Despesa de Capital	55.000,00	165.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	705.000,00	2.115.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 2.820.000,00	

2202 PROGRAMA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ALEAC

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	1.301.000,07	3.903.000,21
Despesa Corrente	1.196.920,06	3.590.760,19
Despesa de Capital	104.080,01	312.240,02
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	1.301.000,07	3.903.000,21
VALOR GLOBAL	R\$ 5.204.000,28	

PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO LEGISLATIVO:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE - ALEAC E TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - TCE

2203 PROGRAMA GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO - ALEAC

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	135.888.033,41	407.664.100,23
Despesa Corrente	122.299.230,07	366.897.690,21
Despesa de Capital	13.588.803,34	40.766.410,02
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	135.888.033,41	407.664.100,23
VALOR GLOBAL	R\$ 543.552.133,64	

2210 PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO TCE

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	50.636.804,46	151.910.413,38
Despesa Corrente	45.573.124,01	136.719.372,04
Despesa de Capital	5.063.680,45	15.191.041,34
Outras Fontes	-	0,00
Total	50.636.804,46	151.910.413,38
VALOR GLOBAL	R\$ 202.547.217,84	

TOTAL DOS PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO LEGISLATIVO: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE - ALEAC E TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - TCE

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	191.886.837,94	575.660.513,82
Despesa Corrente	171.833.554,15	515.500.662,44
Despesa de Capital	20.053.283,79	60.159.851,38
Outras Fontes	-	-
Total	191.886.837,94	575.660.513,82
VALOR GLOBAL	R\$ 767.547.351,76	

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO JUDICIÁRIO:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

2220 PROGRAMA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	213.207.596,71	639.622.790,13
Despesa Corrente	191.886.837,04	575.660.511,12
Despesa de Capital	21.320.759,67	63.962.279,01
Outras Fontes	22.572.913,06	67.718.739,18
Total	235.780.509,77	707.341.529,31
VALOR GLOBAL	R\$ 943.122.039,08	

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE - MPE

2230 COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	250.000,00	750.000,00
Despesa Corrente	250.000,00	750.000,00
Despesa de Capital	0,00	-
Outras Fontes	-	0,00
Total	250.000,00	750.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 1.000.000,00	

2231 CIDADANIA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	650.000,00	1.950.000,00
Despesa Corrente	650.000,00	1.950.000,00
Despesa de Capital	0,00	-
Outras Fontes	-	0,00
Total	650.000,00	1.950.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 2.600.000,00	

2233 COMBATE À CRIMINALIDADE

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	100.000,00	300.000,00
Despesa Corrente	100.000,00	300.000,00
Despesa de Capital	0,00	-
Outras Fontes	-	0,00
Total	100.000,00	300.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 400.000,00	

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE - MPE

2234 CRIANÇA E ADOLESCENTE: PRIORIDADE ABSOLUTA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	100.000,00	300.000,00
Despesa Corrente	100.000,00	300.000,00
Despesa de Capital	0,00	-
Outras Fontes	100.000,00	300.000,00
Total	200.000,00	600.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 800.000,00	

2235 DEFESA DO MEIO AMBIENTE

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	200.000,00	600.000,00
Despesa Corrente	200.000,00	600.000,00
Despesa de Capital	0,00	-
Outras Fontes	350.000,00	1.050.000,00
Total	550.000,00	1.650.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 2.200.000,00	

2237 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	50.000,00	150.000,00
Despesa Corrente	50.000,00	150.000,00
Despesa de Capital	0,00	-
Outras Fontes	-	0,00
Total	50.000,00	150.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 200.000,00	

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE - MPE

2238 GESTÃO DE PESSOAS, COMUNICAÇÃO, TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	4.043.000,00	12.129.000,00
Despesa Corrente	1.034.300,00	3.102.900,00
Despesa de Capital	3.008.700,00	9.026.100,00
Outras Fontes	2.650.000,06	7.950.000,18
Total	6.693.000,06	20.079.000,18
VALOR GLOBAL	R\$ 26.772.000,24	

2239 PERSPECTIVA INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	3.343.000,00	10.029.000,00
Despesa Corrente	334.300,00	1.002.900,00
Despesa de Capital	3.008.700,00	9.026.100,00
Outras Fontes	2.500.000,00	7.500.000,00
Total	5.843.000,00	17.529.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 23.372.000,00	

2241 PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE - MPE/AC

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	101.210.798,80	303.632.396,40
Despesa Corrente	96.150.258,86	288.450.776,58
Despesa de Capital	5.060.539,94	15.181.619,82
Outras Fontes	1.200.000,00	3.600.000,00
Total	102.410.798,80	307.232.396,40
VALOR GLOBAL	R\$ 409.643.195,20	

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE - MPE

2242 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CASA CIVIL

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	5.000.000,00	15.000.000,00
Despesa Corrente	4.500.000,00	13.500.000,00
Despesa de Capital	500.000,00	1.500.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	5.000.000,00	15.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 20.000.000,00	

2243 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO GABINETE MILITAR

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	620.000,00	1.860.000,00
Despesa Corrente	465.000,00	1.395.000,00
Despesa de Capital	155.000,00	465.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	620.000,00	1.860.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 2.480.000,00	

2244 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	600.000,00	1.800.000,00
Despesa Corrente	540.000,00	1.620.000,00
Despesa de Capital	60.000,00	180.000,00
Outras Fontes	-	-
Total	600.000,00	1.800.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 2.400.000,00	

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE - MPE

2245 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA OUVIDORIA DO ESTADO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	1,00	3,00
Despesa Corrente	1,00	3,00
Despesa de Capital	-	-
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	1,00	3,00
VALOR GLOBAL	R\$ 2.480.000,00	

2246 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	1.799.999,00	5.399.997,00
Despesa Corrente	1.619.999,10	4.859.997,30
Despesa de Capital	179.999,90	539.999,70
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	1.799.999,00	5.399.997,00
VALOR GLOBAL	R\$ 7.199.996,00	

2247 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	1.199.991,00	3.599.973,00
Despesa Corrente	1.079.991,90	3.239.975,70
Despesa de Capital	119.999,10	359.997,30
Outras Fontes	675.168,98	2.025.506,94
Total	1.875.159,98	5.625.479,94
VALOR GLOBAL	R\$ 7.500.639,92	

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE - MPE

2248 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	1.800.000,00	5.400.000,00
Despesa Corrente	1.620.000,00	4.860.000,00
Despesa de Capital	180.000,00	540.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	1.800.000,00	5.400.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 7.200.000,00	

2249 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	1.708.000,00	5.124.000,00
Despesa Corrente	1.024.800,00	3.074.400,00
Despesa de Capital	683.200,00	2.049.600,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	1.708.000,00	5.124.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 6.832.000,00	

2250 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	383.300,00	1.149.900,00
Despesa Corrente	287.475,00	862.425,00
Despesa de Capital	95.825,00	287.475,00
Outras Fontes	1.662.000,00	4.986.000,00
Total	2.045.300,00	6.135.900,00
VALOR GLOBAL	R\$ 8.181.200,00	

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE - MPE

2251 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	1.335.000,00	4.005.000,00
Despesa Corrente	1.268.250,00	3.804.750,00
Despesa de Capital	66.750,00	200.250,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	1.335.000,00	4.005.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 5.340.000,00	

2252 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	3.143.988,03	9.431.964,09
Despesa Corrente	2.829.589,23	8.488.767,68
Despesa de Capital	314.398,80	943.196,41
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	3.143.988,03	9.431.964,09
VALOR GLOBAL	R\$ 12.575.952,12	

2253 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	4.787.415,64	14.362.246,92
Despesa Corrente	4.308.674,08	12.926.022,23
Despesa de Capital	478.741,56	1.436.224,69
Outras Fontes	1.000,00	3.000,00
Total	4.788.415,64	14.365.246,92
VALOR GLOBAL	R\$ 19.153.662,56	

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE - MPE

2254 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DO EXECUTIVO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	1.381.125.672,83	4.726.767.096,69
Despesa Corrente	1.381.125.672,83	4.726.767.096,69
Despesa de Capital	0,00	-
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	1.381.125.672,83	4.726.767.096,69
VALOR GLOBAL	R\$ 6.107.892.769,52	

2255 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	12.950.966,86	38.852.900,58
Despesa Corrente	11.655.870,17	34.967.610,52
Despesa de Capital	1.295.096,69	3.885.290,06
Outras Fontes	4.501,00	13.503,00
Total	12.955.467,86	38.866.403,58
VALOR GLOBAL	R\$ 51.821.871,44	

2256 PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO DA DÍVIDA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	939.533.150,90	2.818.599.452,70
Despesa Corrente	0,00	-
Despesa de Capital	939.533.150,90	2.818.599.452,70
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	939.533.150,90	2.818.599.452,70
VALOR GLOBAL	R\$ 3.758.132.603,60	

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE - MPE

2257 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	547.052.173,93	1.641.156.521,79
Despesa Corrente	547.052.173,93	1.641.156.521,79
Despesa de Capital	0,00	-
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	547.052.173,93	1.641.156.521,79
VALOR GLOBAL	R\$ 2.188.208.695,72	

2258 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	421.935,46	1.265.806,38
Despesa Corrente	421.935,46	1.265.806,38
Despesa de Capital	-	-
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	421.935,46	1.265.806,38
VALOR GLOBAL	R\$ 1.687.741,84	

2259 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	3.850.007,00	11.550.021,00
Despesa Corrente	3.465.006,30	10.395.018,90
Despesa de Capital	385.000,70	1.155.002,10
Outras Fontes	-	-
Total	3.850.007,00	11.550.021,00
VALOR GLOBAL	R\$ 15.400.028,00	

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE - MPE

2260 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	1.714.494,00	5.143.482,00
Despesa Corrente	1.543.044,60	4.629.133,80
Despesa de Capital	171.449,40	514.348,20
Outras Fontes	5.048.512,11	15.145.536,33
Total	6.763.006,11	20.289.018,33
VALOR GLOBAL	R\$ 27.052.024,44	

2261 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	10.000,00	30.000,00
Despesa Corrente	10.000,00	30.000,00
Despesa de Capital	-	-
Outras Fontes	-	-
Total	10.000,00	30.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 40.000,00	

2262 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	688.597,00	2.065.791,00
Despesa Corrente	619.737,30	1.859.211,90
Despesa de Capital	68.859,70	206.579,10
Outras Fontes	916.890,31	2.750.670,93
Total	1.605.487,31	4.816.461,93
VALOR GLOBAL	R\$ 6.421.949,24	

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE - MPE

2264 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGROPECUÁRIA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	174.202,00	522.606,00
Despesa Corrente	156.781,80	470.345,40
Despesa de Capital	17.420,20	52.260,60
Outras Fontes	310.000,00	930.000,00
Total	484.202,00	1.452.606,00
VALOR GLOBAL	R\$ 1.936.808,00	

2265 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	1.570.000,00	4.710.000,00
Despesa Corrente	1.413.000,00	4.239.000,00
Despesa de Capital	157.000,00	471.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	1.570.000,00	4.710.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 6.280.000,00	

2266 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E LAZER

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	521.997,00	1.565.991,00
Despesa Corrente	469.797,30	1.409.391,90
Despesa de Capital	52.199,70	156.599,10
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	521.997,00	1.565.991,00
VALOR GLOBAL	R\$ 2.087.988,00	

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE - MPE

2267 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	1.563.336,00	4.690.008,00
Despesa Corrente	1.407.002,40	4.221.007,20
Despesa de Capital	156.333,60	469.000,80
Outras Fontes	1.613.004,00	4.839.012,00
Total	3.176.340,00	9.529.020,00
VALOR GLOBAL	R\$ 12.705.360,00	

2268 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EXTENSÃO AGROFLORESTAL E PRODUÇÃO FAMILIAR

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	395.886,62	1.187.659,86
Despesa Corrente	356.297,96	1.068.893,87
Despesa de Capital	39.588,66	118.765,99
Outras Fontes	11.002.000,00	33.006.000,00
Total	11.397.886,62	34.193.659,86
VALOR GLOBAL	R\$ 45.591.546,48	

2269 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	13.747.100,93	41.241.302,79
Despesa Corrente	9.622.970,65	28.868.911,95
Despesa de Capital	4.124.130,28	12.372.390,84
Outras Fontes	4.597.000,00	13.791.000,00
Total	18.344.100,93	55.032.302,79
VALOR GLOBAL	R\$ 73.376.403,72	

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE - MPE

2270 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	160.000,00	480.000,00
Despesa Corrente	144.000,00	432.000,00
Despesa de Capital	16.000,00	48.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	160.000,00	480.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 640.000,00	

2271 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	411.000,00	1.233.000,00
Despesa Corrente	369.900,00	1.109.700,00
Despesa de Capital	41.100,00	123.300,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	411.000,00	1.233.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 1.644.000,00	

2272 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ACRE

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	200.003,00	600.009,00
Despesa Corrente	180.002,70	540.008,10
Despesa de Capital	20.000,30	60.000,90
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	200.003,00	600.009,00
VALOR GLOBAL	R\$ 800.012,00	

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE - MPE

2273 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE PEQUENOS NEGÓCIOS

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	81.000,00	243.000,00
Despesa Corrente	72.900,00	218.700,00
Despesa de Capital	8.100,00	24.300,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	81.000,00	243.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 324.000,00	

2274 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	347.000,00	1.041.000,00
Despesa Corrente	312.300,00	936.900,00
Despesa de Capital	34.700,00	104.100,00
Outras Fontes	100.000,00	300.000,00
Total	447.000,00	1.341.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 1.788.000,00	

2275 PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	579.340,02	1.738.020,06
Despesa Corrente	521.406,02	1.564.218,05
Despesa de Capital	57.934,00	173.802,01
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	579.340,02	1.738.020,06
VALOR GLOBAL	R\$ 2.317.360,08	

PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DO EXECUTIVO:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE - MPE

TOTAL GERAL DOS PROGRAMAS DE GESTÃO E MANUTENÇÃO EXECUTIVO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	3.036.079.357,02	9.691.628.149,26
Despesa Corrente	2.078.998.138,58	6.820.384.493,95
Despesa de Capital	957.081.218,44	2.871.243.655,31
Outras Fontes	52.802.989,52	158.408.968,56
Total	3.088.882.346,54	9.850.037.117,82
VALOR GLOBAL	R\$ 12.938.919.464,36	

PROGRAMAS ESPECIAIS

1200 PROGRAMA INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - PIDS FASE V (BNDES)

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	5.839.001,00	11.678.002,00
Despesa de Capital	5.839.001,00	11.678.002,00
Total	5.839.001,00	11.678.002,00
VALOR GLOBAL	R\$ 17.517.003,00	

1210 PROGRAMA INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PIDS FASE VI / SANEAMENTO E GESTÃO (BNDES)

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	5.839.001,00	11.678.002,00
Despesa de Capital	5.839.001,00	11.678.002,00
Total	100.000.000,00	30.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 130.000.000,00	

1220 PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO ACRE - PROACRE (BIRD)

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	23.001.003,00	46.002.006,00
Despesa de Capital	23.001.003,00	46.002.006,00
Total	23.001.003,00	46.002.006,00
VALOR GLOBAL	R\$ 69.003.009,00	

1230 PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL E INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DO ACRE - PROSER (BIRD)

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	120.094.994,00	360.284.982,00
Despesa de Capital	120.094.994,00	360.284.982,00
Total	120.094.994,00	360.284.982,00
VALOR GLOBAL	R\$ 480.379.976,00	

PROGRAMAS ESPECIAIS

1240 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ACRE - PDSA FASE II (BID)

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	54.541.067,37	136.352.668,43
Despesa de Capital	54.541.067,37	136.352.668,43
Total	54.541.067,37	136.352.668,43
VALOR GLOBAL	R\$ 190.893.735,80	

1250 PROGRAMA DE REDUÇÃO DO DESMATAMENTO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL - PROECO (KfW)

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	102.000.000,00	204.000.000,00
Despesa de Capital	102.000.000,00	204.000.000,00
Total	102.000.000,00	204.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 306.000.000,00	

1270 PROGRAMA DE INCENTIVO AOS SERVIÇOS AMBIENTAIS E VALORIZAÇÃO DE UMA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO NO ACRE FASE I E II (FUNDO AMAZÔNIA/BNDES)

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	23.005.001,00	69.015.003,00
Despesa Corrente	5.001,00	15.003,00
Despesa de Capital	23.000.000,00	69.000.000,00
Total	23.005.001,00	69.015.003,00
VALOR GLOBAL	R\$ 92.020.004,00	

TOTAL DO PROGRAMAS ESPECIAIS

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	428.481.066,37	857.332.661,43
Despesa Corrente	5.001,00	15.003,00
Despesa de Capital	428.476.065,37	857.317.658,43
Total	428.481.066,37	857.332.661,43
VALOR GLOBAL	R\$ 1.285.813.727,80	

PROGRAMAS ESPECIAIS

PROGRAMAS	PARTICIPAÇÃO	VALOR (R\$)
Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre - PIDS (BNDES)	1,36%	R\$ 17.517.003,00
Programa de Saneamento Ambiental nos Municípios do Acre - SANEAC (BNDES)	10,11%	R\$ 130.000.000,00
Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre - PROACRE (BIRD)	5,37%	R\$ 69.003.009,00
Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre - PROSER (BIRD)	37,36%	R\$ 480.379.976,00
Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre - PDSA Fase II (BID)	14,85%	R\$ 190.893.735,80
Programa de Redução do Desmatamento e Conservação Ambiental - PROECO (KfW)	23,80%	R\$ 306.000.000,00
Programa de Valorização do Ativo Ambiental e Florestal - Fases I e II (BNDES/FUNDO AMAZÔNIA)	7,16%	R\$ 92.020.004,00
TOTAL	100,00%	R\$ 1.285.813.727,80

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

1300 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO E DINAMIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	5.000.000,00	15.000.000,00
Despesa Corrente		-
Despesa de Capital	5.000.000,00	15.000.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	5.000.000,00	15.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 20.000.000,00	

1301 PROGRAMA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA JUVENTUDE

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	500.000,00	1.500.000,00
Despesa Corrente		-
Despesa de Capital	500.000,00	1.500.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	500.000,00	1.500.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 2.000.000,00	

1302 INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DO BOLSA FAMÍLIA, CASTRO ÚNICO E DA ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal e da Seguridade Social	3.000.000,00	9.000.000,00
Despesa Corrente		-
Despesa de Capital	3.000.000,00	9.000.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	3.000.000,00	9.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 12.000.000,00	

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

1303 PROGRAMA REDUÇÃO DO IMPACTO SOCIAL DO ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS: PREVENÇÃO, CUIDADO E REINserção SOCIAL

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	1.000.000,00	3.000.000,00
Despesa Corrente		-
Despesa de Capital	1.000.000,00	3.000.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	1.000.000,00	3.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 4.000.000,00	

1304 PROGRAMA EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	200.000,00	600.000,00
Despesa Corrente		-
Despesa de Capital	200.000,00	600.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	200.000,00	600.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 800.000,00	

1305 PROGRAMA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E SUPERAÇÃO DO RACISMO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	1.000.000,00	3.000.000,00
Despesa Corrente		-
Despesa de Capital	1.000.000,00	3.000.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	1.000.000,00	3.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 4.000.000,00	

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

1306 PROGRAMA FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	500.000,00	1.500.000,00
Despesa Corrente		-
Despesa de Capital	500.000,00	1.500.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	500.000,00	1.500.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 2.000.000,00	

1307 PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	500.000,00	1.500.000,00
Despesa Corrente		-
Despesa de Capital	500.000,00	1.500.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	500.000,00	1.500.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 2.000.000,00	

1308 PROGRAMA POLÍTICAS PARA AS MULHERES: PROMOÇÃO DA IGUALDADE E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	500.000,00	1.500.000,00
Despesa Corrente		-
Despesa de Capital	500.000,00	1.500.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	500.000,00	1.500.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 2.000.000,00	

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

1309 PROGRAMA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	100.000,00	300.000,00
Despesa Corrente		-
Despesa de Capital	100.000,00	300.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	100.000,00	300.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 400.000,00	

1310 PROGRAMA PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	500.000,00	1.500.000,00
Despesa Corrente		-
Despesa de Capital	500.000,00	1.500.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	500.000,00	1.500.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 2.000.000,00	

1311 PROGRAMA PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	50.000,00	150.000,00
Despesa Corrente		-
Despesa de Capital	50.000,00	150.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	50.000,00	150.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 200.000,00	

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

1312 PROGRAMA PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	100.000,00	300.000,00
Despesa Corrente		-
Despesa de Capital	100.000,00	300.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	100.000,00	300.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 400.000,00	

1313 PROGRAMA REFORMA AGRÁRIA E GOVERNANÇA FUNDIÁRIA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	50.000,00	150.000,00
Despesa Corrente		-
Despesa de Capital	50.000,00	150.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	50.000,00	150.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 200.000,00	

1314 PROGRAMA RESÍDUOS SÓLIDOS

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	50.000,00	150.000,00
Despesa Corrente		-
Despesa de Capital	50.000,00	150.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	50.000,00	150.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 200.000,00	

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

1315 PROGRAMA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	362.000,00	1.086.000,00
Despesa Corrente	362.000,00	1.086.000,00
Despesa de Capital	-	-
Outras Fontes	13.508.025,00	40.524.075,00
Total	13.870.025,00	41.610.075,00
VALOR GLOBAL	R\$ 55.480.100,00	

1316 PROGRAMA TRABALHO, EMPREGO E RENDA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	3.000.000,00	9.000.000,00
Despesa Corrente		-
Despesa de Capital	3.000.000,00	9.000.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	3.000.000,00	9.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 12.000.000,00	

1317 PROGRAMA ENERGIA ELÉTRICA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	20.000,00	60.000,00
Despesa Corrente		-
Despesa de Capital	20.000,00	60.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	20.000,00	60.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 80.000,00	

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

1318 PROGRAMA GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	1.500.000,00	4.500.000,00
Despesa Corrente		-
Despesa de Capital	1.500.000,00	4.500.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	1.500.000,00	4.500.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 6.000.000,00	

1319 PROGRAMA MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	3.000.000,00	9.000.000,00
Despesa Corrente		-
Despesa de Capital	3.000.000,00	9.000.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	3.000.000,00	9.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 12.000.000,00	

1320 PROGRAMA MORADIA DIGNA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	5.000.000,00	15.000.000,00
Despesa Corrente		-
Despesa de Capital	5.000.000,00	15.000.000,00
Outras Fontes	0,00	0,00
Total	5.000.000,00	15.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 20.000.000,00	

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

1321 PROGRAMA OFERTA DE ÁGUA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	0,00	0,00
Despesa Corrente	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00
Outras Fontes	1.000.000,00	5.000.000,00
Total	1.000.000,00	5.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 6.000.000,00	

1322 PROGRAMA PETRÓLEO E GÁS

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	0,00	0,00
Despesa Corrente	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00
Outras Fontes	5.000.000,00	15.000.000,00
Total	5.000.000,00	15.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$20.000.000,00	

1323 PROGRAMA TRANSPORTE FERROVIÁRIO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	0,00	0,00
Despesa Corrente	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00
Outras Fontes: OGU	5.000.000,00	15.000.000,00
Total	5.000.000,00	15.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$20.000.000,00	

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

1324 PROGRAMA TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	0,00	0,00
Despesa Corrente	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00
Outras Fontes: OGU	2.000.000,00	6.000.000,00
Total	2.000.000,00	6.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 8.000.000,00	

1325 PROGRAMA TRANSPORTE RODOVIÁRIO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	0,00	0,00
Despesa Corrente	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00
Outras Fontes: OGU	2.000.000,00	6.000.000,00
Total	2.000.000,00	6.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 8.000.000,00	

1326 PROGRAMA SANEAMENTO BÁSICO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	0,00	0,00
Despesa Corrente	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00
Outras Fontes: OGU	2.000.000,00	6.000.000,00
Total	2.000.000,00	6.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 8.000.000,00	

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

1327 PROGRAMA BIODIVERSIDADE

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	0,00	0,00
Despesa Corrente	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00
Outras Fontes: OGU	1.000.000,00	5.000.000,00
Total	1.000.000,00	5.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 6.000.000,00	

1328 PROGRAMA AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	0,00	0,00
Despesa Corrente	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00
Outras Fontes: OGU	2.000.000,00	6.000.000,00
Total	2.000.000,00	6.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 8.000.000,00	

1329 PROGRAMA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	0,00	0,00
Despesa Corrente	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00
Outras Fontes: OGU	2.000.000,00	6.000.000,00
Total	2.000.000,00	6.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 8.000.000,00	

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

1330 PROGRAMA COMÉRCIO E SERVIÇOS

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	0,00	0,00
Despesa Corrente	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00
Outras Fontes: OGU	2.000.000,00	6.000.000,00
Total	2.000.000,00	6.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 8.000.000,00	

1331 PROGRAMA COMÉRCIO EXTERIOR

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	0,00	0,00
Despesa Corrente	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00
Outras Fontes: OGU	100.000,00	300.000,00
Total	100.000,00	300.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 8.000.000,00	

1332 PROGRAMA CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	0,00	0,00
Despesa Corrente	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00
Outras Fontes: OGU	2.000.000,00	6.000.000,00
Total	2.000.000,00	6.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 8.000.000,00	

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

1333 PROGRAMA DEFESA AGROPECUÁRIA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	0,00	0,00
Despesa Corrente	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00
Outras Fontes: OGU	2.000.000,00	6.000.000,00
Total	2.000.000,00	6.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 8.000.000,00	

1334 PROGRAMA DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	0,00	0,00
Despesa Corrente	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00
Outras Fontes: OGU	4.000.000,00	12.000.000,00
Total	4.000.000,00	12.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 16.000.000,00	

1335 PROGRAMA FLORESTAS, PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	0,00	0,00
Despesa Corrente	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00
Outras Fontes: OGU	2.000.000,00	6.000.000,00
Total	2.000.000,00	6.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 8.000.000,00	

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

1336 PROGRAMA INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	0,00	0,00
Despesa Corrente	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00
Outras Fontes: OGU	2.000.000,00	6.000.000,00
Total	2.000.000,00	6.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 8.000.000,00	

1337 PROGRAMA LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	0,00	0,00
Despesa Corrente	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00
Outras Fontes: OGU	1.000.000,00	3.000.000,00
Total	1.000.000,00	3.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 4.000.000,00	

1338 PROGRAMA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	0,00	0,00
Despesa Corrente	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00
Outras Fontes: OGU	1.000.000,00	3.000.000,00
Total	1.000.000,00	3.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 4.000.000,00	

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

1339 PROGRAMA PESCA E AQUICULTURA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	0,00	0,00
Despesa Corrente	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00
Outras Fontes: OGU	2.000.000,00	6.000.000,00
Total	2.000.000,00	6.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 8.000.000,00	

1340 PROGRAMA DE TURISMO

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	0,00	0,00
Despesa Corrente	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00
Outras Fontes: OGU	1.100.000,00	3.300.000,00
Total	1.100.000,00	3.300.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 4.400.000,00	

1341 CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	0,00	0,00
Despesa Corrente	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00
Outras Fontes: OGU	1.000.000,00	3.000.000,00
Total	1.000.000,00	3.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 4.000.000,00	

PROGRAMAS COMPLEMENTARES

1342 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	0,00	0,00
Despesa Corrente	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00
Outras Fontes: OGU	1.000.000,00	3.000.000,00
Total	1.000.000,00	3.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 4.000.000,00	

1343 PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE E ECONOMIA SOLIDÁRIA

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	0,00	0,00
Despesa Corrente	0,00	0,00
Despesa de Capital	0,00	0,00
Outras Fontes: OGU	1.000.000,00	3.000.000,00
Total	1.000.000,00	3.000.000,00
VALOR GLOBAL	R\$ 4.000.000,00	

TOTAL PROGRAMAS COMPLEMENTARES

ORÇAMENTO	VALOR (R\$) POR PERÍODO	
	2016	2017-2019
Fiscal	25.932.000,00	77.796.000,00
Despesa Corrente	362.000,00	1.086.000,00
Despesa de Capital	25.570.000,00	76.710.000,00
Outras Fontes	57.708.025,00	177.124.075,00
Total	83.640.025,00	254.920.075,00
VALOR GLOBAL	R\$ 338.560.100,00	

APÊNDICE VIII

PROJEÇÃO DAS RECEITAS PARA O PERÍODO DE 2016-2019

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)				VALOR TOTAL 2016 - 2019
	2016	2017	2018	2019	
RECEITAS CORRENTES	5.565.015.448,69	5.914.303.643,33	6.304.056.253,42	6.752.432.254,45	24.535.807.599,89
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	1.291.488.915,16	1.372.549.216,92	1.463.000.210,32	1.567.056.100,27	5.694.094.442,67
IRRF - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	215.375.141,10	228.893.161,83	243.977.221,20	261.330.101,05	949.575.625,18
IPVA - IMPOSTO S/PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	53.065.600,00	56.396.262,38	60.112.776,08	64.388.297,27	233.962.935,73
ITCMD - IMPOSTO S/TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS	4.224.000,00	4.489.119,36	4.784.952,33	5.125.282,06	18.623.353,75
ICMS - IMPOSTO S/CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS	1.004.160.000,00	1.067.186.102,40	1.137.513.666,55	1.218.419.326,08	4.427.279.095,03
TAXAS	14.664.174,06	15.584.570,94	16.611.594,17	17.793.093,81	64.653.432,98
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	193.846.222,28	206.012.980,42	219.589.235,83	235.207.520,23	854.655.958,76
RECEITA PATRIMONIAL	56.383.945,53	59.922.883,87	63.871.801,92	68.414.683,83	248.593.315,15
RECEITA AGROPECUÁRIA	400.000,00	425.106,00	453.120,49	485.348,68	1.763.575,17
RECEITA INDUSTRIAL	200.000,00	212.553,00	226.560,24	242.674,34	881.787,58
RECEITA DE SERVIÇOS	99.269.642,39	105.500.301,49	112.452.771,36	120.450.974,73	437.673.689,97
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.763.926.821,46	4.000.169.688,41	4.263.780.870,88	4.567.042.285,32	16.594.919.666,06
FPE - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO	2.798.102.406,61	2.973.725.304,16	3.169.693.801,71	3.395.138.273,35	12.336.659.785,83
IPI - EXP-COTA PARTE DO IPI - ESTADOS EXPORTADORES	383.316,25	407.375,09	434.221,11	465.105,09	1.690.017,55
COTA PARTE DA CONT. DE INTERV. DE DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE	14.447.329,00	15.354.115,60	16.365.951,82	17.529.980,15	63.697.376,57
COTA PARTE ROYALTIES - LEI N 9.478/97, ART.50	11.219.040,00	11.923.203,05	12.708.942,13	13.612.865,64	49.464.050,81
TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS	158.501.339,29	168.449.675,85	179.550.509,49	192.321.039,48	698.822.564,11
TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB	545.580.529,66	579.823.891,60	618.034.286,06	661.991.974,66	2.405.430.681,98
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	76.192.958,78	80.975.209,84	86.311.476,17	92.450.379,91	335.930.024,69
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	159.499.901,87	169.510.913,21	180.681.682,39	193.532.667,05	703.225.164,52
RECEITA DE CAPITAL	881.223.662,71	936.533.665,90	998.251.234,48	1.069.251.853,54	3.885.260.416,63
OPERAÇÃO DE CRÉDITO *	590.000.000,00	627.031.350,00	668.352.715,97	715.889.302,89	2.601.273.368,85
ALIENAÇÃO DE BENS	1.725.000,00	1.833.269,63	1.954.082,09	2.093.066,18	7.605.417,90
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	2,00	2,13	2,27	2,43	8,82
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	289.498.660,71	307.669.044,15	327.944.434,16	351.269.482,04	1.276.381.621,06
TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS**	279.498.660,70	297.041.394,14	316.616.422,01	339.135.765,03	1.232.292.241,88
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	341.389.565,32	362.816.881,39	386.726.513,87	414.232.437,17	1.505.165.397,75
RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA***	-	100.000.000,00	106.590.000,00	114.171.213,75	320.761.213,75
DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE (-)	-724.654.223,96	-770.137.146,33	-820.889.184,27	-879.274.927,50	-3.194.955.482,06
TOTAL DAS RECEITAS	6.062.974.452,76	6.443.517.044,29	6.868.144.817,51	7.356.641.617,65	26.731.277.932,20

* Instituições de Financiamento: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Banco Mundial - BIRD, Caixa Econômica Federal

** Transferências voluntárias do OCU e Organismos Nacionais e Internacionais

*** Receita ExtraOrçamentária: Parceria com o Setor Privado

OBS: Aplicada a mesma metodologia e parâmetros definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional para o Programa de Ajuste Fiscal dos Estados e o cenário macroeconômico 2016-2019 do Plano Plurianual da União

Novo Acre 
Governo parceiro, povo empreendedor.